

Existe Vida Além do PIB

Ulrich | Markus
Brand | Wissen

Rafael | Sara
Domínguez | Caria

Alicia
Puyana

Álvaro
Cáliz

Henry
Mora

**UMA CRÍTICA
AOS PADRÕES DE
CONCENTRAÇÃO
E ESTILOS DE
DESENVOLVIMENTO
NA AMÉRICA LATINA**





Existe Vida Além do PIB

**FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG**

BIBLIOTECA TRANSFORMAÇÃO

Existe Vida Além do PIB

Ulrich | Markus
Brand | Wissen

Rafael | Sara
Domínguez | Caria

Alicia
Puyana

Álvaro
Cálix

Henry
Mora

**UMA CRÍTICA
AOS PADRÕES
DE CONCENTRAÇÃO
E ESTILOS DE
DESENVOLVIMENTO
NA AMÉRICA LATINA**

**FRIEDRICH
EBERT 
STIFTUNG**

BIBLIOTECA TRANSFORMAÇÃO

Existe Vida Além do PIB – Uma Crítica aos Padrões de Concentração e Estilos de Desenvolvimento na América Latina

© Friedrich-Ebert-Stiftung
Projeto Regional Transformação Socioecológica

Fundação Friedrich Ebert

Yautepec 55, col. Condesa,
Cuauhtémoc, C. P. 06140,
Cidade do México
Telefone: +52 (55) 5553 5302

 FES Transformación Social-Ecológica

 @fes_tse

 Proyecto Regional Transformación Social-Ecológica

Para solicitar publicações: transformacion@fesmex.or

Editores

Christian Denzin
Álvaro Cálix

Tradução

Marilene Marques de Oliveira

Preparação e revisão de texto

Silvia Dias Peres

Design

Buró Público <www.buopublico.com>

ISBN: 978-607-8642-23-6

Publicado no México, 2019.

O uso comercial de todos os materiais editados e publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) está proibido sem autorização prévia por escrito da FES. As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Friedrich-Ebert-Stiftung.

ÍNDICE

Prólogo

— CHRISTIAN DENZIN

9

Introdução

— ANTONINA IVANOVA

13

CAPÍTULO I

Modo de Vida e Trabalho Imperial: Dominação, Crise e Continuidade das Relações Societais com a Natureza

— ULRICH BRAND

— MARKUS WISSEN

27

CAPÍTULO II

Raízes Latino-americanas do Outro Desenvolvimento: Estilos de Desenvolvimento e Desenvolvimento à Escala Humana

— RAFAEL DOMÍNGUEZ

— SARA CARIA

59

CAPÍTULO III

O Neoextrativismo na América Latina: Novo Rumo ou Extração de Renda na Globalização?

—ALICIA PUYANA MUTIS

109

CAPÍTULO IV

Os Enfoques do Desenvolvimento na América Latina: Rumo a uma Transformação Socioecológica

—ÁLVARO CÁLIX

163

CAPÍTULO V

Utopia e Projeto Alternativo: Um “Marco Categorial” para a Transformação Socioecológica na América Latina

—HENRY MORA

217

Perfis

269

PRÓLOGO

Desde que o famoso relatório *Os Limites do Crescimento*, redigido pelo Clube de Roma em 1973, alertou a humanidade sobre as consequências, riscos e ameaças sociais e ecológicas provocadas pela trajetória da economia global, surgiram milhares de estudos científicos sustentando as preocupações formuladas há quase 50 anos por Dennis e Donella Meadows. Apesar dos importantes passos dados no reconhecimento do Antropoceno e dos impactos prejudiciais e fatais para o planeta que os nossos padrões de produção e consumo¹ provocaram e provocam, os governos do mundo continuam transitando por uma vereda de altas emissões de CO₂. Conforme a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, por sua sigla em inglês) as contribuições nacionalmente determinadas (NDCs por sua sigla em inglês) até o final de 2017 apontam que estaríamos registrando um aumento de 3°C na temperatura global para o ano de 2100, com impactos irreversíveis e literalmente fatais para os ecossistemas do planeta.

Agora, uma vez mais, um relatório oficial da ONU nos alerta. O mais recente *Relatório Especial sobre o Aquecimento Global de 1,5°*, apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC na sigla em inglês), indica que se o mundo quiser

1. Para mencionar alguns: o Relatório Brundtland, em 1987; a Declaração do Rio em 1992; o Protocolo de Kioto, em 1997 e, recentemente, com o Acordo de Paris, em 2015.

cumprir a meta de manter o aquecimento global em 1,5°, preservando o sustento de vida de milhões de pessoas – especialmente aquelas que residem em regiões litorâneas e ilhas no Sul globalizado – e distintos ecossistemas na terra e nos oceanos, os países deverão mudar seus estilos de desenvolvimento de maneira drástica e imediata. Para que seja viável a contenção da temperatura média global no nível dos 1,5°, as emissões de CO₂ deveriam ser reduzidas em 45% até 2030, em relação a 2010, e cair a zero até 2050; enquanto a porcentagem de fontes de energia renovável teria que subir a 75-80% da produção elétrica, para esse mesmo ano.

Embora os acontecimentos e cifras da Mudança Climática não sejam os únicos aspectos da crise ambiental, por sua magnitude servem de veículo para uma crítica mais profunda contra as visões predominantes – notadamente das posturas economicistas do desenvolvimento. As relações entre os seres humanos e a natureza têm sido condicionadas por visões utilitaristas, que têm permitido o benefício econômico às custas do equilíbrio ecossistêmico no longo prazo. O lema e a onipresença do crescimento econômico expresso pelo PIB, e seu estabelecimento como fim de qualquer agenda de desenvolvimento, pulverizam a resposta à pergunta “Em que mundo queremos viver?”. As mudanças inevitáveis necessárias à nossa relação com a natureza – e, conseqüentemente, nas maneiras de produção e consumo de energia, nos sistemas e indústrias de transporte, na agricultura, entre outros – nos obrigam tanto a repensar nossas concepções sobre o *status quo*, quanto a promover outras trajetórias de futuro.

Com base nas premissas anteriores, apresentamos o livro *Existe Vida Além do PIB – Uma Crítica aos Padrões de Concentração e Estilos de Desenvolvimento na América Latina*. Este é o segundo livro da Biblioteca Transformação do Projeto Regional *Transformação Socioecológica* da Friedrich-Ebert-Stiftung para a América Latina, um Projeto que tem por objetivo principal, acompanhar, através de uma rede de especialistas, espaços de diálogo e debate, e a elaboração de estudos e análises das discussões críticas sobre as alternativas ao desenvolvimento e caminhos de transformações que sejam socialmente justos e ecologicamente sustentáveis.

Esperamos que o conjunto de ensaios que integram esta publicação contribua para os debates que questionam a inviabilidade das trajetórias atuais da economia e a orientação das sociedades latino-americanas.

Outubro de 2018

— CHRISTIAN DENZIN

Diretor do Projeto Regional
Transformação Socioecológica
na América Latina

INTRODUÇÃO

Existe Vida além do PIB – Uma Crítica aos Padrões de Concentração e Estilos de Desenvolvimento na América Latina é o segundo livro da *Biblioteca Transformação*. Esta nova contribuição é fruto da discussão e reflexão realizadas no âmbito do Projeto Regional Transformação Socioecológica da Friedrich-Ebert-Stiftung.

Já no primeiro livro, *As águas em que a América Latina Navega: Oportunidades e desafios para a transformação socioecológica*, foram analisadas as condicionantes internacionais, econômicas e políticas da região. Este segundo livro da *Biblioteca Transformação*, por sua vez, dedica-se ao debate conceitual sobre os padrões de concentração na América Latina e à necessidade de uma transformação inclusiva e sustentável. Seu propósito é questionar as abordagens e práticas hegemônicas sobre o desenvolvimento e o desempenho econômico que até agora conseguiram se impor na disputa de significados e orientações das políticas, para gerar o bem-estar. Os textos aqui contidos, em diferentes formas e medidas, fazem uma crítica profunda aos modelos que consideram o crescimento econômico como um fim e não como um meio para a satisfação de necessidades autênticas.

Esta obra está formada por um conjunto de cinco capítulos, bem fundamentados e estruturados, que trazem valiosas contribuições para a análise dos padrões de concentração passados e presentes na região latino-americana, e, não menos importante, sugerem uma reconfiguração das utopias para dar lugar a novas vias de transformação,

concentradas no bem-estar do ser humano e no respeito à natureza e a seus diferentes ecossistemas.

O primeiro capítulo, “Modo de Vida e Trabalho Imperialistas. Dominação, Crise e Continuidade das Relações *Societais* com a Natureza”, de Ulrich Brand e Markus Wissen, oferece uma crítica ao insustentável modelo global de produção e consumo que condiciona, de modo substantivo, as dinâmicas de produção e consumo na região latino-americana. Do mesmo modo, os autores analisam o *modo de vida imperialista*, conceito estrutural adequado para destacar a relação entre as práticas cotidianas hegemônicas, as estratégias estatais e empresariais, a crise ecológica e as crescentes tensões imperialistas na política internacional. Também este termo permite elaborar o caráter e a condição hegemônica da sociedade, ao mesmo tempo em que explica a pouca capacidade para desenvolver estratégias emancipadoras em épocas de “grandes crises”.

Nesse *modo de vida imperialista*, o acesso aos recursos e à força de trabalho foi reestruturado e incrementado através do mercado global. Os modelos de consumo fossilistas, baseados em energias fósseis e característicos do fordismo, sobreviveram à crise do fordismo, não sofreram nenhuma mudança e até mesmo saíram fortalecidos. As economias de dois terços da humanidade ainda se encontram em transição, e seus modos de vida sustentam-se, sobretudo, na agricultura e na indústria.

Em países como China ou Índia, estão sendo formadas classes altas e médias – cujos integrantes são os chamados “novos consumidores” – que assumem o modo de vida “ocidental” como modelo. De fato, a dinâmica econômica em nações como China ou Índia – bem como em parte da região latino-americana – tem a ver com uma crescente mercantilização da força de trabalho, que recebe salários muito baixos, resultando em uma “vantagem comparativa” ao realizar a divisão internacional do trabalho.

Por outro lado, a óbvia sedução do modo de vida imperialista para as classes médias latino-americanas é também uma causa da hegemonia do neoextrativismo, na medida em que este último proporciona os recursos que permitem financiá-lo.

Com isso, existe uma tendência a generalizar um modo de vida que, desde uma perspectiva ecológica, não é sustentável. Consequentemente,

umenta a demanda de recursos das nações emergentes, as quais, por sua vez, reclamam o direito a utilizar os sumidouros globais, o que implica que os custos do modo de vida imperialista podem se manifestar irresponsavelmente no espaço e no tempo.

À medida que as mudanças geopolíticas e geoeconômicas atuais questionam o uso exclusivo pelos países do Norte, tanto dos recursos humanos e naturais, quanto dos sumidouros do planeta, este “lado de fora” do capitalismo desenvolvido reduz-se. E, com isso, diminui-se a possibilidade espacial e temporal de manifestar seus custos ecológicos.

Na perspectiva dos autores, uma chave que permite explicar não só a crise do Estado ao lidar com o problema, mas também a simultaneidade desta crise com a continuidade das relações capitalistas com a natureza, encontra-se no modo de vida imperialista, como também nas formas dominantes de organização do trabalho social e na divisão social e internacional do trabalho.

O modo de vida imperialista também se reflete no modelo neoextrativista da América Latina, onde os governos progressistas praticamente não têm desenvolvido alternativas para a extração incondicional de matérias-primas e para o cultivo de produtos agrícolas voltado para o mercado global.

O segundo capítulo, “Raíces Latino-americanas do Outro Desenvolvimento: Estilos de Desenvolvimento e Desenvolvimento à Escala Humana”, elaborado por Rafael Domínguez e Sara Caria, propõe uma reconstrução histórica das *ideias sobre o desenvolvimento alternativo na América Latina*, compreendido entre as décadas de 1960 e 1980, e suas repercussões na direção que seus países tomaram. Consideram como ponto de partida a seguinte afirmação: “As ideias são uma força propulsora no progresso humano”, o que “não nega o papel do poder e dos interesses materiais, mas sim põe em evidência o papel das ideias em ajudar a configurar interesses e restringir o exercício do poder em bruto”.

A partir desta perspectiva, Domínguez e Caria fazem uma análise histórica das ideias sobre o desenvolvimento alternativo na América Latina, a fim de avaliar sua conexão direta e indireta com outras variantes atuais de modelos de desenvolvimento. O ponto de partida

é o debate em torno do “significado do desenvolvimento”, que Dudley Seers introduziu em 1969 e que questiona a ideia de desenvolvimento entendido como crescimento. A conexão latino-americana de Seers, como pioneiro do desenvolvimento, foi fundamental. Este autor foi o primeiro a substituir o produto nacional bruto (PNB) como indicador do desenvolvimento por um conceito que mistura dois ingredientes complementares: o trabalho como atividade criativa própria da essência humana de Marx e Veblen e o princípio social e igualitário de Gandhi.

Domínguez e Caria exploram também a conclusão de Celso Furtado: dar a volta no desenvolvimento para transformá-lo na ideologia socialista mobilizadora, baseada na recuperação “progressiva da capacidade de autodeterminação”.

No capítulo também são mencionados Varsavski e seus colaboradores do Centro de Desenvolvimento (Cendes), que deram uma contribuição importante ao simular matematicamente três estilos de desenvolvimento (“consumista”, “autoritário” e “criativo”) e advogar pelo estilo criativo, já que este gera muito mais empregos, melhora a produtividade do trabalho e do capital, não exige grandes importações, liberta-se do capital estrangeiro e, por definição, é capaz de organizar a população de maneira eficiente. Para os autores desse capítulo, os paralelismos entre o estilo de desenvolvimento “criativo” e os Planos Nacionais para o Bom Viver não parecem um produto da mera coincidência, e sim da própria inspiração filosófica de orientação socialista.

Da mesma maneira, a “crise ambiental” é o termo escolhido para descrever a crescente consciência social sobre o dano provocado pelo modelo de crescimento econômico capitalista à ecossfera. Esta crise, junto com a primeira crise do petróleo (1973), fez com que o desenvolvimento se transformasse em uma palavra suja, que precisaria de novas qualificações e certas estratégias transformistas para restaurar sua antiga legitimidade.

O ecodesenvolvimento e a discussão sobre os estilos de desenvolvimento devem ser entendidos no contexto das atividades preparatórias para a Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e dos debates sobre a Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI). Aí o ecodesenvolvimento surgiu como

uma terceira via entre os partidários do desenvolvimentismo capitalista do “crescimento selvagem” e seus críticos partidários do crescimento zero.

O simpósio Modelos de Utilização de Recursos, Meio Ambiente e Estratégias de Desenvolvimento, realizado em Cocoyoc em 1974, lançou um apelo a não focar no “desenvolvimento dos objetos, mas sim no homem”, para o qual reclamou um modelo sustentado na satisfação das necessidades básicas de alimentação, vestimenta, moradia, saúde e educação, bem como na redução das desigualdades entre os países e dentro deles.

Domínguez e Caria também mencionam que foi na terceira década que se enfatizaram os estilos de desenvolvimento alternativo e um Desenvolvimento à Escala Humana (DEH). Citam Osvaldo Sunkel, que chama a atenção sobre os modos de apropriação social dos elementos da biosfera (terra, água e recursos naturais), um dos “determinantes decisivos da desigualdade social e da estrutura de poder”. Sunkel questiona a sustentabilidade do estilo de desenvolvimento ascendente ou transnacional de origem importada, e atualmente suas perguntas de então ressoam mais que nunca nos debates sobre o neoextrativismo progressista do Bom Viver: “Esse padrão de desenvolvimento pode gerar, com o passar do tempo, uma diversificação e expansão do potencial de exportações suficientemente amplo e dinâmico a ponto de financiar boa parte de suas próprias necessidades crescentes de financiamento externo?”.

Finalmente, Manfred Max-Neef acrescenta à economia descalça e à sua matriz de necessidades e satisfatores os três elementos relacionais (harmonia consigo mesmo, com a comunidade e com a natureza) que definirão o Bom Viver como síntese dos estilos de desenvolvimento alternativo (e alternativa para o desenvolvimento) do século XXI.

Se a Primeira Década do Desenvolvimento foi dominada pela preocupação com os aspectos sociais (ou limites internos) no desenvolvimento, e a Segunda pelas questões ecológicas (ou limites externos), na Terceira irromperam as questões subjetivas. Domínguez e Caria afirmam que está na hora de que as propostas alternativas comecem a ser levadas a sério, através de uma rigorosa reconstrução histórica do pensamento econômico latino-americano.

No terceiro capítulo, “O neoextrativismo na América Latina: Novo rumo ou extração de renda na globalização?”, Alicia Puyana Mutis

analisa o recente período, marcado pelo auge das matérias-primas, no qual se permitiram mudanças no papel do Estado e nas políticas de distribuição, mas não foram geradas as bases para outras trajetórias econômicas mais inclusivas e sustentáveis.

A autora analisa o neoextrativismo latino-americano ou o avanço das exportações de matérias-primas na América Latina, entre os anos de 1995 e 2018. Propõe que o primeiro, em lugar de romper, aprofunda o modelo de economia liberal instrumentado na região com as reformas estruturais do início dos anos oitenta. No entanto, difere do extrativismo passado no uso da renda, aplicada em alguns países para elevar o gasto social e legitimar o modelo, com o qual se preserva sua essência e se fortalece sua confluência com o capital transnacional.

O capítulo mostra que não era de se esperar mudanças significativas na dinâmica econômica registrada entre 1980 e o final dos anos noventa. Para ilustrar esta posição, estimam-se os efeitos do novo modelo, desde os anos oitenta até a atualidade, e consideram-se duas etapas, 1980-2000 e 2000-2016. Para este propósito, foram aplicados – devidamente adaptados às condições latino-americanas na alvorada do século XXI – os supostos teóricos da “doença holandesa” (DH) e da “maldição dos recursos naturais”.

Do mesmo modo, Puyana explora os efeitos econômicos do extrativismo – em geral, na América Latina e, em particular, na Argentina, Brasil, Colômbia e México – para verificar alguns supostos dos modelos da DH sobre mudanças estruturais, o desempenho econômico e o desenvolvimento social. Parte da premissa de que, mais do que uma ruptura, o neoextrativismo é a marca d’água do modelo de desenvolvimento da economia liberal estabelecido com as reformas estruturais. De todo modo, é a renovação da penetração do capital transnacional na América Latina, ao mesmo tempo em que expressa a extração de renda a partir de bens não produzidos pelo capital transnacional. No entanto, a respeito do que sucedia no início do século XX, é a sociedade, mais que o extrativismo, o fator que mais evoluiu, o que traça os caminhos, o que exige novas normas políticas, econômicas e sociais.

Alicia Puyana menciona que há uma nova linha de reflexão política e acadêmica que estuda a capacidade do extrativismo de desregular

profundamente a estrutura econômica, social e política das regiões, pois o capital pode destruir a biodiversidade, contribuir para a concentração de terras e expulsão de comunidades rurais, camponesas e indígenas, afetando com isso, em maior medida, mulheres e crianças, ao mesmo tempo em que ataca os processos de decisão cidadã. A intensidade e o dano permitem que existam numerosos conflitos de mineração que em algumas ocasiões se tornam violentos – sobretudo pela reação das autoridades diante dos protestos da população –, enquanto em outras ocasiões são ignorados ou negados.

Alicia Puyana considera que a grande diferença entre o extrativismo e o neoextrativismo está na gestão da renda petroleira, o que resulta em mudanças sociais, econômicas e políticas nas sociedades latino-americanas, as quais decidiram ampliar o gasto social, tanto para combater a discriminação que afetava os setores majoritários da população, como para fomentar uma maior participação na tomada de decisões sobre os recursos naturais e os efeitos econômicos do extrativismo. Contudo, conclui a autora, o neoextrativismo aprofunda os problemas estruturais da América Latina e torna cada vez mais distantes os desempenhos econômico, político, social e ambiental sustentáveis. Portanto, faz-se urgente a procura de novas alternativas.

No quarto capítulo, “As Abordagens de Desenvolvimento na América Latina: Rumo a uma Transformação Socioecológica”, Álvaro Cáliz procura *evidenciar como os padrões de concentração econômica foram deliberadamente confundidos com abordagens de desenvolvimento*. O autor faz uma contribuição muito importante na procura de alternativas para a transformação das abordagens de desenvolvimento na região.

Os modelos e abordagens hegemônicos na América Latina mostram sérias limitações para assumir uma compreensão integral do desenvolvimento, no entanto, Cáliz analisa criticamente as abordagens que prevaleceram na América Latina desde a segunda metade do século XIX – o Modelo Primário Exportador (MPE), o Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (MISI), o Modelo Neoliberal (MN) e a Abordagem Pós-Neoliberal (APN) – e chega à conclusão de que os quatro compartilham, em maior ou menor grau, certas características: a) concebem a modernização como um

processo evolutivo e linear, baseado no crescimento, b) subordinam e negam o valor intrínseco da natureza nas relações do ser humano com o meio ambiente e, c) excluem saberes que se afastem da racionalidade ocidental dominante. Em geral, todos possuem um vício de origem: não foram fundados para satisfação de necessidades humanas e voltam-se mais para a resolução dos problemas de concentração do capital.

Os efeitos dos modelos de desenvolvimento potencializaram a crise na gestão da mudança social, com graves consequências na qualidade de vida das pessoas e nos ritmos metabólicos do ecossistema. Todavia, a crise é uma oportunidade para mudar de direção, por isso a definição de um horizonte de transformação socioecológica é um desafio de primeira ordem.

A partir da descrição e crítica das principais abordagens de desenvolvimento prevalentes na região, o autor identifica três grandes orientações que deveriam estar presentes nos processos de transformação: 1) identificação e satisfação das necessidades fundamentais da população; 2) respeito aos equilíbrios biossistêmicos que possibilitam a diversidade de modos de vida no planeta, através da reorientação das formas de relação dos seres humanos com a natureza, o qual se vincula com uma compreensão multidimensional de seu impacto no meio ambiente; 3) convivência horizontal entre diferentes tipos de sociedades humanas, isto é, sair do círculo vicioso em que o bem-estar de uns é possível graças ao despojamento de outros é uma condição essencial para alcançar a transformação.

A integração destas três orientações possibilitaria a existência de uma abordagem diferente para os conceitos clássicos de desenvolvimento. A retroalimentação entre as três indicaria os parâmetros a serem compartilhados entre as iniciativas de mudança social alternativa. Nesse sentido, como referência para problematizar e definir prováveis linhas de ação, Cálix identifica nós críticos que merecem ser refletidos para dar coerência a um processo de transformação:

1. Renúncia ao extrativismo como eixo principal de concentração nos Estados latino-americanos. Isto implicaria reali-

- zar ações estratégicas para reduzir a dependência econômica da exportação de matérias-primas.
2. As políticas públicas teriam como um de seus principais propósitos a redução substantiva da desigualdade.
 3. O fortalecimento e ampliação de um Estado democrático socialmente responsável.
 4. A redefinição dos processos de integração rumo a esquemas colaborativos e de empoderamento dos povos.

Cálix enfatiza que o planejamento e aplicação de uma concepção alternativa nos países latino-americanos não é uma tarefa que se deve deixar ao acaso ou à boa vontade das elites. É fundamental incluir no processo os atores mais afetados pelas abordagens tradicionais de desenvolvimento, sobretudo porque seus conhecimentos e sua ação coletiva podem funcionar como um contrapeso para que essas mesmas elites sejam obrigadas a ceder privilégios em prol da transformação das sociedades na América Latina.

Álvaro Cálix esclarece que não se trata da transformação focada na concentração de excedentes, mas sim aquela cujo objetivo é a reprodução da vida, de uma vida digna, livre de opressões, que permita estar em harmonia consigo mesmo, bem como com seus semelhantes e com o planeta em seu conjunto. A partir deste ponto de vista, a economia mais que o centro é um subsistema subordinado ao ecossistema.

No quinto capítulo “Utopia e Projeto Alternativo. Um ‘Marco Categorical’ para a Transformação Ecológica e Social na América Latina”, um adequado corolário para esta publicação, Henry Mora *problematiza a noção de utopia e a utilidade que pode ter o atual contexto para orientar projetos sociais alternativos*.

O autor nos introduz nas relações entre o conceito de utopia e o projeto alternativo ao desenvolvimento. Escreve Mora:

Para começar, à pergunta: “Qual é a melhor sociedade possível?”, nós responderíamos secamente: “Esta não é possível”, por mais que necessitemos uma referência sobre “o melhor possível”. E não podemos tomar esta referência de nenhuma ética preconcebida,

porque não conteria um critério de viabilidade. Não temos capacidade de formular deveres nem modelos de sociedade sem antes determinar seu *marco de viabilidade*.

A realidade, contudo, é uma realidade da vida. Real é aquilo com que se pode viver e o que se necessita para viver: a natureza e a comunidade de seres humanos. Para voltar a esta realidade, o ponto de partida só pode ser a reivindicação dos seres humanos, mulheres e homens, como sujeitos concretos e corporais que persistem em suas necessidades e direitos, em numerosas ocasiões em conflito com a lógica dos sistemas institucionais. Não se trata apenas de um conflito de classes, e sim, fundamentalmente, do conflito entre a possibilidade da vida diante da lógica própria dos sistemas.

Neste contexto, menciona três esquemas simplistas que obstaculizam a percepção de saídas alternativas à luz do princípio orientador básico “por uma sociedade em que todos caibam”:

1. O esquema messiânico e neoliberal do mercado, que pretende impor sua visão extrema de que fora do mercado não há soluções possíveis.
2. O “possibilismo conservador”, no qual o horizonte utópico está determinado segundo o molde do que é admitido como possível por aqueles que tiram muito proveito da lógica da exclusão. Nesta “utopização do real”, o “utopizado” é o próprio presente, que corrói a vontade política necessária para empreender transformações significativas.
3. O terceiro simplismo é o que o autor chama de “radicalismo sem mediações”, no qual se pretende pular diretamente para um mundo completamente diferente do que existe na atualidade, sem levar em conta as mediações históricas e os seres humanos.

Por isso, um projeto alternativo, correspondente à utopia necessária de uma sociedade na qual todos caibam, de acordo com Henry Mora, não pode ser um projeto definitivo, de instituições definitivas, mas deve se desenvolver para transformar as instituições do sistema

de propriedade, do mercado e do Estado, com o objetivo de que elas levem em conta todos os seres humanos.

Henry Mora conclui que “esta transformação não é um plano de governo, é mais exatamente o programa em função do qual devem e podem ser exercidas as políticas que assumam e impulsionem o projeto alternativo, seja em geral ou em ações particulares. Isso pressupõe uma ética da vida, uma ética do bem comum”.

Após abordar reflexões conceituais e analisar os padrões de concentração passados e presentes na América Latina, os autores deste livro concordam que, para avançar em direção ao bem-estar humano e à sustentabilidade na região, é preciso abandonar o neoextrativismo e os padrões de concentração capitalista tradicional.

Quais são as condições indispensáveis para tomar caminhos alternativos e chegar a vias de transformação e emancipação? Alguns dos fundamentos para a transformação, com os quais os autores deste livro concordam, podem ser resumidos do seguinte modo:

1. Ter como base as necessidades e os direitos do ser humano, sejam estes individuais ou comunitários.
2. Reivindicar o valor intrínseco, não monetário, da natureza; e, em consequência, assumir o desafio inevitável de que as interações humanas compreendam, respeitem e contribuam para o equilíbrio dos ecossistemas.
3. Desenvolver uma sociedade “em que todos caibam”, ou, então, uma convivência horizontal.
4. Garantir a participação ativa da sociedade civil na tomada de decisões ou na colaboração entre a sociedade civil e o governo.
5. Transformar as instituições, o sistema de propriedade (incluindo as formas de propriedade alternativas à estatal e privada) e a relação entre o Estado e o mercado, entre outras mudanças.

Este livro apresenta análises importantes sobre os padrões de concentração na América Latina e contribui com novas ideias e propostas para a implementação de caminhos alternativos para o bem-estar do

ser humano e da natureza que o sustenta. Da mesma forma, não há dúvida de que sua leitura beneficiará tanto os que tomam decisões, quanto os estudiosos das áreas do desenvolvimento, sustentabilidade e direitos humanos.

— ANTONINA IVANOVA

Coordenadora do Centro de Estudos do
Mecanismo de Cooperação Econômica
Ásia-Pacífico (apec), Baixa Califórnia do Sul, México



CAPÍTULO I

**Modo de Vida e
Trabalho Imperial**

Dominação, Crise e Continuidade
das Relações *Societais**
com a Natureza

ULRICH BRAND
MARKUS WISSEN
Alemanha

* Este ensaio foi publicado previamente na revista *Controversias y Concurrencias Latinoamericanas* da Asociación Latinoamericana de Sociología (Alas), julho-dezembro de 2017, 9(15), pp. 37-54. Disponível em: <<http://sociologia-alas.org/CyCLOJS/index.php/CyC/article/view/85/86>>.

Introdução: Sobre a Relação entre Crise Econômica, Crise Trabalhista e Crise Ecológica¹

Nas sociedades capitalistas, as crises econômicas são particularmente relevantes porque em tais contextos o capital e suas instituições, assim como também os assalariados e os representantes de seus interesses, veem afetadas suas bases de reprodução. Uns e outros lutam para

1. Agradecemos a Ana Cárdenas, Georg Jochum, Franziska Kusche, Miriam Lang, Alexandra Martínez, Katu Arkonada, Mario Rodríguez e Alejandra Santillana por seus valiosos e importantes comentários, e a Christopher Beil por seu apoio completando a lista de referências. Uma versão preliminar deste texto sem enfoque em questões do trabalho foi publicada em *Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI* (2013), a iniciativa do Grupo Permanente de Trabalho sobre Alternativas ao Desenvolvimento em 2013.

obter opções de aproveitamento ou empregos remunerados, conseguir estabilidade social e planejamento que garantam seu desenvolvimento, pelo menos a médio prazo. De igual maneira, as crises econômicas sempre implicam crise nas formas existentes de ocupação assalariada e não-assalariada e na divisão social do trabalho. No entanto, às consequências das crises econômicas e trabalhistas atuais e aos modos predominantes para enfrentá-las é preciso acrescentar o drama, já pouco negado, da mudança climática, a exploração de recursos naturais (como petróleo, gás, cobre ou prata) e a agricultura industrializada, atividades que têm implicações socioecológicas devastadoras, sobretudo nos países do Sul global, diferentemente do Norte global, onde estes fenômenos quase não são sentidos na vida cotidiana.

Não obstante, até hoje não foram questionados os padrões de produção (incluindo o trabalho) e consumo (que está em parte determinado pela renda e, por isso, pelo trabalho assalariado). Aliás, e graças aos *lobbies* da indústria fóssil, no Acordo de Paris² os hidrocarbonetos sequer são mencionados como principal causa da mudança climática.

Assim, pois, a seguir analisaremos com mais detalhe, a partir da perspectiva de uma ecologia política³ e da teoria da regulação — combinada com a teoria gramsciana de hegemonia⁴ —, a relação entre continuidade e ruptura na crise atual e múltipla do capitalismo. Para este fim, introduzimos um termo que nos parece importante em uma perspectiva contra-hegemônica: o *modo de vida imperial*. O conceito não se refere simplesmente a um estilo de vida praticado por diferentes estratos sociais, mas sim a padrões imperiais de produção, distribuição e consumo, a imaginários culturais e a subjetividades fortemente arraigados nas práticas cotidianas das majorias nas

2. Na Conferência dos Estados Signatários da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC, por sua sigla em inglês) realizada em dezembro de 2015, dentro da qual se formulou o Acordo de Paris, que contém objetivos propostos de forma voluntária por cada governo para reduzir as emissões.

3. Alimonda (2011), Toro Pérez *et al.* (2012), Delgado Ramos (2013), Machado Araújo (2015), Gudynas (2015), Brand, Dietz e Lang (2016).

4. Aglietta (1979), Boyer e Saillard (2002), Mann (2009), Atzmüller *et al.* (2013), Brand e Wissen (2018).

nações do Norte, mas também, e de maneira crescente, das classes altas e médias nos países emergentes do Sul. No contexto de dito termo, neste capítulo argumentamos que o modo de vida imperial está estreitamente vinculado com o *modo de trabalho imperial*. No nosso ponto de vista, o conceito de modo de trabalho imperial pode trazer luz às formas concretas do trabalho assalariado e não assalariado e sobre as divisões sociais e internacionais de trabalho.

Segundo nossa tese, o conceito do modo de vida imperial permite, em primeiro lugar, explicar a contradição (aparente) entre o fato que se observa, ou seja, o aumento real e amplamente reconhecido dos fenômenos de crise nas relações *societais* com a natureza, e as ainda insuficientes medidas sociopolíticas para combatê-los.

Dito de outra maneira: apesar da crise socioecológica ter se politizado nos últimos tempos, que também é percebida como um problema no discurso dominante, parece que os padrões de produção e consumo, assim como os paradigmas culturais subjacentes a ela, estão se consolidando e se generalizando a nível global (com o apoio do Estado e da esfera política).

Por conseguinte, deve-se entender que a crise social e ecológica tem uma estreita relação com as estruturas *societais* dominantes, as relações de poder e de forças, os conteúdos da política estatal, as dinâmicas de mercantilização da força de trabalho, a natureza humana e não humana e o conhecimento, assim como com a tendência à crise que é própria das sociedades capitalistas.

Do mesmo modo, esta perspectiva de análise nos permite compreender algumas razões que costumam ser deixadas de lado nos diagnósticos críticos da crise e que dão conta dos motivos pelos quais existem tão poucas iniciativas emancipadoras frente à esta crise múltipla no Norte global. Em outras palavras, através dos conceitos de modo de vida imperial e de trabalho imperial é possível explicar porque a crise inegável do funcionamento do capitalismo financeiro em muitas regiões ainda não se traduziu em uma crise de legitimação do capitalismo.

Em terceiro lugar e com respeito a América Latina, os conceitos de modo de vida imperial e de trabalho imperial esclarecem porque durante o “superciclo” das matérias-primas como mercadorias — entre

os anos 2001-2004 e 2011-2014 — foi tão difícil superar estruturas socioeconômicas, políticas e culturais que formam a estrutura do neoextrativismo.⁵

Modo de Vida e Modo de Desenvolvimento

Uma categoria central da teoria da regulação é o *modo de desenvolvimento*. O mesmo refere-se à coerência temporal entre o desenvolvimento histórico de determinados padrões de produção e de consumo que, em seu conjunto, constituem um regime de concentração em um determinado período da história. Neste sentido, a dinâmica capitalista e a capacidade de alcançar hegemonia dão-se especialmente, ainda que não exclusivamente, quando se cristaliza um regime de concentração mais ou menos “estável”. Do ponto de vista da teoria da regulação, os diferentes ramos da economia (indústrias de bens produtivos e de bens de consumo) e suas normas correspondentes devem ser mais ou menos compatíveis com as condições do consumo final e com as ideias socialmente dominantes de uma “boa vida”. Para citar um exemplo: a indústria automobilística, envolvida globalmente em uma concorrência brutal, em suas seções de pesquisa e desenvolvimento tecnológico devem desenvolver projetos com base em uma demanda global estimada, que apenas se concretiza no momento da venda. Isto gera excesso de capacidade e destruição de capital, como podemos observar na atualidade.

Assim, os conceitos de padrões e normas de consumo, tomados da teoria da regulação, não só fazem referência ao consumo de bens e serviços, mas também a todo um modo de desenvolvimento dinâmico, cuja dimensão material estrutura a existência social e as relações *societais*: alimentação, moradia e transporte; trabalho assalariado

5. Acosta (2011), Lang e Mokrani (2011), Lander *et al.* (2013), Svampa (2015), Gudynas (2015), Brand, Dietz e Lang (2016).

e outras formas de trabalho socialmente necessárias; tempo livre; o público em seu sentido amplo e o político em seu sentido estrito; coletividade, vida em família e individualidade.

A forma concreta que toma o modo de desenvolvimento é o resultado de experiências históricas, de conflitos e compromissos sociais que acabam por se consolidar em um determinado desenvolvimento tecnológico, ideológico e institucional. Da mesma maneira, perdura a produção de subsistência, que também traz uma contribuição importante à reprodução das sociedades capitalistas, ainda que em espaços muito diferentes e sob a condição de relações de gênero extremamente desiguais.

Como dizíamos, nosso conceito do modo de vida baseia-se, por sua vez, nos conceitos de padrão de produção e de consumo, de acordo com a teoria da regulação. Além do mais, apoia-se no conceito do modo de desenvolvimento. Entretanto, diferencia-se deste último na medida em que aquele dá mais importância às micropráticas cotidianas e ao senso comum — por exemplo, no mundo laboral e para além dele —, que raras vezes são abordados explicitamente pelos teóricos da regulação. Aliás, estes não são considerados fatores autônomos que influenciam na forma como determinados padrões de consumo chegam a se generalizar ou como são criadas certas condições para padrões estabelecidos de produção, mas que costumam ser vistos só em sua funcionalidade e/ou disfuncionalidade no contexto da coerência macroeconômica.⁶ Para nosso argumento é central supor que, em certas fases históricas, e com base em uma congruência entre os padrões de produção e de consumo, é gerado um modo de vida *hegemônico*, ou seja, um modo de vida amplamente aceito, amarrado institucionalmente e profundamente arraigado nas práticas cotidianas — dentro e fora do mundo do trabalho —; um modo de vida relacionado com ideias específicas sobre o progresso. Por exemplo,

6. Ver a crítica ao enfoque de regulação de Barfuss (2002, p. 30): “O conceito de regulação pressupõe, para seu uso, um nível de abstração que não permite tomar em conta fenômenos singulares do cinema, da publicidade, literatura ou da cultura cotidiana sem relacioná-los de uma maneira demasiado generalizada com um determinado regime de concentração”.

espera-se que os computadores sejam cada vez mais potentes e que os alimentos sejam cada vez mais baratos, sem importar as condições sociais e ecológicas nas quais são produzidos.

Padrões de produção-trabalho e consumo que se tornam hegemônicos em regiões ou países determinados podem se generalizar a nível global de forma “capilar”, irregular e com consideráveis diferenças no espaço e no tempo. Isto se relaciona a estratégias empresariais concretas e interesses de capital, políticas estatais comerciais e de investimento, ao poder de organização e negociação dos assalariados e seus sindicatos, geopolítica, mas também ao poder aquisitivo e os imaginários que se constroem em torno a um modo de vida atraente naquelas sociedades às quais estes padrões de produção e consumo chegam pela via do mercado mundial.

Quando falamos sobre “generalização”, isto não significa que todas as pessoas vivam da mesma maneira, mas sim que são gerados certos imaginários profundamente arraigados ao que se entende por “qualidade de vida”, “boa vida” e “desenvolvimento social”. Estes imaginários marcam a cotidianidade de um número crescente de pessoas nos níveis simbólico e material, ou seja, no modo de reprodução das vidas particulares. A dimensão simbólica é importante porque contribui para dar coerência a um determinado regime de concentração, mas também porque a criação e as práticas cotidianas de um modo de vida têm suas dinâmicas próprias (que, aliás, não estão totalmente separadas do macroeconômico). Além disso, faz-se importante notar que este processo não é socialmente neutro, mas que é transmitido através das inequidades globais, assim como por relações de classe, de gênero e de etnia. É verdade que no Norte global o gerenciamento das contradições sociais torna-se mais fácil devido à *externalização* dos custos ecológicos que surgem na reprodução da força de trabalho (Brand e Wissen, 2018), no entanto, como demonstraremos mais adiante, os padrões de consumo inerentes ao modo de vida imperial são especificamente classistas.

O mesmo ocorre com relação ao modo de trabalho imperial. A teoria da regulação também nos proporciona vários instrumentos analíticos para pensar a interrelação que existe entre as diversas fases históricas do capitalismo e as diferentes formas de organizar o trabalho

assalariado e não assalariado nas distintas regiões do mundo. Neste capítulo entendemos o que segue como atividades concretas da mão de obra: a mera disponibilidade para trabalhar; a organização técnica do processo de produção e distribuição; as qualificações; a disciplina da força de trabalho; o grau de mercantilização; a organização dos interesses e a própria articulação do trabalho assalariado com outras formas, especialmente o trabalho não assalariado de cuidador.

O Caráter Imperial do Modo de Vida e de Trabalho do Norte e sua Generalização para o Sul

É possível falar da instauração de um *modo de vida imperial* — que sempre incluiu a produção — a partir da colonização que se inicia no século xvi e do sistema mundial liberal capitalista estabelecido no século xix. Porém, durante estes períodos as classes altas foram as que reproduziram este modo de vida, isto é, não era hegemônico no sentido de representar a vida da maioria da população e, com isso, suas práticas cotidianas. Já no século xix alguns aspectos do modo de vida imperial difundiram-se entre as classes médias-altas dos centros capitalistas. Foi recentemente, com o desenvolvimento do fordismo, a partir da primeira metade do século xx — nos Estados Unidos desde 1910 —, que se produziu uma ampla mudança nas relações sociais, nas relações societais com a natureza e, portanto, no modo de vida. É nesse momento que o modo de vida imperial se arraiga na cotidianidade das maiorias, em particular dos países do Norte. O fato de que nos centros capitalistas o setor que apenas subsistia diminuiu enormemente, contribuiu com isso, de modo semelhante ao que aconteceu nos centros urbanos nos países da semiperiferia, sobretudo da América Latina.

A profunda transformação taylorista da organização do trabalho e o incremento correspondente da produção nos centros capitalistas foram *algumas* das bases do modo de desenvolvimento fordista. Outra

mudança do modelo fordista consistiu em que os mesmos tipos de assalariados cada vez mais se caracterizaram pelo uso de mercadorias: começaram a se transportar em automóveis, a se alimentar com produtos de fabricação industrial, a solicitar moradias e a adquirir casas para suas famílias através de créditos. De igual forma, com a crescente produtividade os custos dos bens de consumo foram reduzidos e, com isso, os custos de reprodução da força de trabalho. Os assalariados participaram da crescente mais-valia mediante o incremento de seus salários reais, resultado do compromisso de classes fordistas. O automóvel e a casa própria, equipada com bens de fabricação industrial, assegurados através de políticas estatais e do sistema de crédito, foram orientações hegemônicas da produção e do consumo fordistas.

Do mesmo modo, as inovações tecnológicas em áreas como química, agricultura, telecomunicações, construção de maquinário, eletrônica e transporte, constituíram elementos fundamentais da dinâmica fordista e tiveram implicações específicas nas relações sociais e ecológicas.

Desta maneira, o modo de vida do Norte é “imperial” na medida em que pressupõe um acesso, em princípio ilimitado, aos recursos, ao espaço, às capacidades de trabalho e aos sumidouros do planeta inteiro, normalmente via mercado mundial, assegurado através de políticas, leis ou mediante o exercício da força.⁷ Neste contexto, o desenvolvimento da produtividade e do bem-estar das metrópoles baseou-se numa repartição mundial de recursos muito favorável a estas (Altvater, 1992). Por sua vez, o imenso crescimento experimentado durante o fordismo foi atingido graças à forte exploração de fontes de energia fóssil — primeiro do carvão e depois do petróleo — e ao uso indiscriminado dos sumidouros de todo o planeta. O importante foi dispor de um superávit relativo e permanente de recursos naturais baratos e de matérias-primas, processo no qual o mercado agrário teve participação. Por último, o predomínio militar e político dos

7. São chamados de sumidouros os ecossistemas capazes de absorver emissões. Sumidouros de CO₂, por exemplo, são os bosques e os oceanos.

Estados Unidos — durante a Guerra Fria com a União Soviética — permitiu que houvesse certa estabilidade política no mundo, situação que também se viu refletida no acesso constante a recursos como o petróleo a preços baixos.

Depois da crise do fordismo nos anos oitenta, surgiu um modo de desenvolvimento *pós-fordista* dentro de um processo de reestruturação duramente disputado. Se o fordismo pode ser entendido como uma forma de concentração intensiva que tornou possível um incremento da mais-valia relativa através da *intensificação* permanente do processo laboral, é preciso notar que a partir dos anos oitenta, e, mais ainda, dos anos noventa, novamente tornou-se predominante um modo de concentração realmente *extensivo*, baseado numa extensão dos horários de trabalho, mas, sobretudo no aumento mundial do número de assalariados em países como a China (Sablowski, 2009).

Outros marcos deste processo de reestruturação — que pode ser classificado como “neoliberalização da sociedade”, com elementos conservadores e socialdemocratas — são os novos modelos de produção, uma nova divisão internacional do trabalho, a transformação do Estado, que passou a ser competitivo e internacionalizado, assim como um corporativismo competitivo aceito por muitos sindicatos e estruturas sociais e subjetividades mutantes (Candeias e Deppe, 2001).

Ao considerar o modo de vida fordista e pós-fordista como “imperial”, não pretendemos negar ou subestimar as estratégias baseadas na força crua ou estrutural que adquiriram ainda mais importância depois de 11 de setembro de 2001. Tampouco queremos, em forma abstrata e com gesto moralizador, criticar os assalariados das metrópoles capitalistas e as classes médias e altas dos chamados países (semi)periféricos por seus hábitos de consumo e/ou por seu estilo de vida. As linhas de divisão mantêm-se e são reproduzidas de maneira consciente ou inconsciente. Entretanto, consideramos que o termo *modo de vida imperial* é adequado para destacar o vínculo que existe entre as práticas cotidianas hegemônicas, as estratégias estatais e empresariais, a crise ecológica e as crescentes tensões imperiais na política internacional. Entendemos o modo de vida imperial como um conceito estrutural, razão pela qual este capítulo não se refere de

forma tão explícita a atores políticos e sociais (que, claro, são muito importantes). Especificamente, este termo permite elaborar o caráter e a condição hegemônica da sociedade, no sentido de consensos ativos e passivos, e permite medir o escasso alcance para desenvolver estratégias emancipadoras em tempos de “grandes crises”. Ao mesmo tempo, vai além do conceito clássico ou recente de imperialismo, no qual não se costuma levar em conta o modo de vida.

O caráter imperial do modo de vida do Norte reflete-se sobretudo no uso da energia fóssil, em sua grande maioria importada do Sul global (no qual incluímos também o Leste Europeu). Seu uso é a força motriz da mudança do clima que, por sua vez, afeta mais a população nas sociedades do Sul. Porém, o caráter imperial do modo de vida do Norte observa-se de igual maneira nos recursos utilizados para desenvolver a “era da informação”. São exemplos concretos: a exploração de metais raros, manipulados por trabalhadores chineses em condições altamente perigosas para eles próprios e para o meio ambiente; o manejo dos resíduos sólidos gerados pelo modo de desenvolvimento pós-fordista; e a extração dos elementos recicláveis da sucata eletrônica europeia feita por crianças africanas para sua sobrevivência, colocando em risco sua própria saúde.

Para nosso propósito, o fato decisivo é que o aprofundamento do modo de vida imperial deu-se em duas direções:

Em primeiro lugar, reestruturou-se e intensificou-se o acesso aos recursos globais e à força de trabalho via mercado global. Os padrões de consumo fossilistas, baseados em energia fóssil e característicos do fordismo, sobreviveram à crise do fordismo. Isto é, tais padrões não sofreram nenhuma mudança, mas, ao contrário, saíram fortalecidos. A esse respeito, Haberl *et al.* (2011) argumentam que as economias de dois terços da humanidade ainda se encontram em transição e seus modos de vida sustentam-se fundamentalmente na agricultura e na indústria. E contrariamente ao discurso dos anos noventa sobre a “virtualização” da economia, as tecnologias da comunicação moderna requerem muitíssimos recursos, não só quanto ao consumo de eletricidade, mas também no que concerne aos insumos materiais necessários para sua produção, que em sua maioria provém das nações do Sul.

Em segundo lugar, em países como a China ou a Índia estão se formando amplas classes altas e médias — cujos integrantes são os chamados “novos consumidores” (Myers e Kent, 2004) — que assumem o modo de vida “ocidental” como referência (em alguns países latino-americanos este fenômeno já se deu durante o fordismo). De fato, a dinâmica econômica em países como a China ou a Índia — também em parte da América Latina — tem a ver com a enorme mercantilização da força de trabalho, à qual pagam-se salários muito baixos, o que resultou em uma “vantagem comparativa” ao realizar a divisão internacional do trabalho. Da mesma forma, o óbvio atrativo do modo de vida imperial para as classes médias latino-americanas é também uma causa da hegemonia do neoextrativismo, enquanto o mesmo implicar na obtenção dos recursos que permitam financiar dito modo de vida.

Neste contexto, o conceito modo de vida imperial ilumina o caráter imperial do trabalho assalariado nos centros capitalistas. Recursos naturais, produtos intermediários e semielaborados, produzidos por mão de obra barata em outras regiões do mundo, estão cada vez mais disponíveis para processos de produção nos centros capitalistas e, ao mesmo tempo, nas economias “emergentes”. E, além disso, este modo de vida se vincula à colonialidade das relações sociais globais, porque as estruturas internacionais de trabalho não têm a ver apenas com o classismo e o patriarcado dentro dos países, mas também com um racismo globalizado (Quijano, 1992).

Modo de vida imperial e crise na gestão de problemas a partir do Estado

O problema central que surge com o auge dos países emergentes, principalmente da Índia e da China, é a expansão dos padrões de consumo e produção dependentes dos recursos fósseis e dos imaginários de uma atraente vida no Norte. Com isto, tende a se generalizar

um modo de vida que, numa perspectiva ecológica, não pode ser generalizado.⁸ Como consequência aumenta a demanda de recursos das nações emergentes, que, por sua vez, reclamam o direito de fazer uso dos sumidouros globais, ainda que seja justamente por isso que o auge de países como Índia e China choca com o modo de vida imperial do Norte, pois baseia-se, esta última, em uma *exclusividade ecológica* que pressupõe que nem todos os habitantes tenham acesso da mesma maneira aos recursos e aos sumidouros da Terra. Só assim os custos do modo de vida imperial podem ser externalizados no espaço e no tempo.

Se nos referirmos à teoria imperialista clássica, poderíamos dizer que o capitalismo desenvolvido requer um “afora” não capitalista ou menos desenvolvido para não sucumbir às suas contradições ecológicas (Luxemburg, 1967; Dörre, 2015). Este “afora” é a condição que permite o “arranjo ambiental” da socialização capitalista (ver Castree, 2008, pp. 146 e ss.; Brand e Wissen, 2017).

Na medida em que as mudanças geopolíticas e geoeconômicas atuais questionam o uso exclusivo por parte do Norte tanto dos recursos humanos e naturais quanto dos sumidouros do planeta, este “afora” do capitalismo desenvolvido reduz-se. E, com isso, diminui também a possibilidade espacial e temporal de externalizar seus custos ecológicos.

Esta tendência tem implicações importantes para toda a arquitetura política que foi criada desde os anos noventa com o objetivo de gerir a crise ecológica. O núcleo desta arquitetura está conformado pelas “instituições do Rio”, sobretudo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança Climática e o Protocolo de Quioto, assinado durante o evento celebrado em 1997. Porém, desde seu início ambos os instrumentos regulatórios internacionais caracterizaram-se por uma contradição central. Por um lado, sua base conceitual — não a sua formulação concreta e muito menos os seus resultados decepcionantes — equivalia a um ataque gerencial ao modo de vida imperial,

8. Röckström *et al.* (2009). Uma crítica em Moreno *et al.* (2015), e do ponto de vista histórico, Haberl *et al.* (2011).

uma vez que este se baseia precisamente na ideia de que o Norte global, protegido por regulações jurídicas, pode dispor livremente e de forma desproporcionada dos sumidouros da Terra. O Protocolo de Quioto limita este acesso, na medida em que só concede aos países industrializados uma taxa de poluição determinada. Ao mesmo tempo, o Acordo de Paris de 2015 reconhece as dinâmicas das últimas duas décadas, ou seja, o auge econômico de alguns países e a poluição relacionada a esse auge, e trata — como Quioto — de limitar as emissões.

Por outro lado, o modo de vida imperial está profundamente arraigado nas relações de forças sociais, no senso comum e nas práticas cotidianas dos habitantes do Norte global, assim como na orientação geral que vai ao encontro do crescimento econômico e da competitividade. Além disso, está estabelecido nos aparelhos estatais e determina os paradigmas de percepção e ação de políticos(as), que definem os padrões de produção e consumo — os fundamentos do modo de vida imperial — cada vez que regateiam os níveis de emissões nos eventos ou reuniões internacionais, e voltam para casa orgulhosos de terem conseguido negociar reduções muito baixas para “seu” país, com o aval para subsidiar a agroindústria ou para construir centrais termelétricas que funcionam a base de carvão ou gás.

Um exemplo concreto relativo às práticas cotidianas nas quais se fundamenta o modo de vida imperial é o caso do “bônus do ferro-velho” na Alemanha. Durante a crise de 2008-2009, o governo desse país formulou “pacotes conjunturais”; o segundo deles incluiu um “bônus ambiental”. Entre janeiro e setembro de 2009 uma pessoa recebia 2.500 euros se seu carro antigo fosse para o ferro-velho e ela comprasse um carro zero-quilômetro. A iniciativa teve um sucesso enorme: 1,75 milhões de pessoas participaram e compraram um automóvel novo (na Alemanha havia 42 milhões de veículos particulares em 2010, 40.000 com motores elétricos ou híbridos).

Esta intervenção política — acordada com as empresas e com os sindicatos — garantiu a produção e postos de trabalho na indústria durante a crise e manteve a base econômica de um país que exporta muitos produtos industriais: 25% da renda das exportações da Alemanha nos últimos anos vieram da indústria de transporte, 15% da indústria de maquinário e 15% da indústria química. Manter o

“bom emprego” na indústria automotiva era a justificativa central da mencionada medida política.

Uma situação similar atualmente pode ser vista com os escândalos de falsificação na medição de emissões de carros (*Dieselgate*), os quais têm evidenciado como as empresas, o Estado e os sindicatos tentam minimizar os benefícios pelo uso de automóveis menos poluentes. Esta contradição entre a defesa e o questionamento implícito do modo de vida imperial é o que caracterizou desde sempre a gestão da crise ecológica por parte do Estado. Por isso, não é de surpreender que os Estados Unidos, até pouco tempo o maior emissor mundial de dióxido de carbono (CO_2) e até agora o maior emissor per capita, nunca tenha ratificado o Protocolo de Quioto e que tenha abandonado o Acordo de Paris com o presidente Donald Trump.

Crise e Continuidade das Relações Societais com a Natureza e Implicações para o Trabalho

Em nossa perspectiva, uma chave que permite explicar não só a crise na gestão do problema por parte do Estado, mas também a simultaneidade da crise com a continuidade das relações capitalistas com a natureza, encontra-se no modo de vida imperial, assim como nas formas dominantes de organizar o trabalho social na divisão social e internacional do trabalho. Alguns aspectos que consideramos importantes serão esboçados a seguir.

A tendência que predomina na sociedade está orientada à destruição das bases vitais naturais, crescimento material, um Estado dependente de tributos fiscais, compromissos institucionalizados entre o trabalho assalariado (e também não assalariado) e o capital e sua dinâmica de concentração, assim como a concorrência entre capitais e diferentes sociedades (“lugares de produção”). E é aí que

reside a vulnerabilidade estrutural, em como as formas predominantes apropriam-se da natureza. No entanto, é também um fato que esta organização institucional outorga às dinâmicas capitalistas e compromissos sociais e políticos uma certa permanência e, por sua vez, contribui para o controle de outros fenômenos da crise, como sucede, em primeiro lugar, no contexto da super-concentração de capital, fenômeno característico da atual crise econômica que, ao parecer, é gerido através dos investimento de capital excedente na “natureza”, ou seja, em terras, cultivos de alimentos e agrocombustíveis ou ainda em certificados de emissão reduzida (Moreno *et al.*, 2015). Desta maneira, a difusão e modernização ecológica seletiva dos padrões de produção e consumo ecológicos (Mol *et ao.*, 2009) converte-se em um meio de gestão dos problemas de concentração. Isto fica muito claro nos documentos estratégicos mais recentes da União Europeia (European Commission, 2010, 2011).

Por outro lado, o modo de vida imperial reproduz-se mediante um tipo de trabalho que se baseia e se desenvolve a partir das enormes desigualdades entre indivíduos e grupos que têm que vender sua força de trabalho. Recentemente, com a reestruturação da divisão internacional do trabalho, conseguiu-se intensificar o acesso imperial à capacidade laboral dos países do Sul e seus recursos. Para isso, contribuíram, além do mais, as políticas liberais de investimento e comerciais, assim como a desregulação dos mercados de matérias-primas e produtos através do fim das medidas de estabilização dos preços ou a criação da Organização Mundial do Comércio.

Na atualidade, e em nome da segurança energética, as políticas estatais com respeito às matérias-primas têm um papel cada vez mais importante. Apesar de que o gasto total de recursos — por exemplo, da União Europeia — está estancado a um alto nível desde meados dos anos oitenta, não só se observa um incremento das importações de recursos, mas também da “bagagem ecológica” que é gerada nos países exportadores do Sul global.⁹ O “intercâmbio ecológico desigual”,

9. A “bagagem ecológica” denomina o volume total de recursos usados para fabricar um determinado produto, menos o volume próprio do produto.

ou que se expressa nesse valor, abastece as economias do Norte com matérias-primas baratas e contribui para que os gastos de reprodução da força de trabalho se mantenham num nível baixo.¹⁰

Ao fazer referência ao carácter hegemônico do modo de vida imperial, não se omite que a estrutura social se diferenciou e que foi possível identificar distintos ambientes com respeito ao modo de vida. Em especial para os ambientes alternativos “pós-materiais”, muitas vezes surgidos do movimento ecológico ou, pelo menos, política e culturalmente próximos a ele, mas também para os ambientes conservadores, os temas ecológicos ganharam importância. Porém, os estudos demonstram que, em matéria de assuntos sociais e ecológicos, consciência e ação não necessariamente andam de mãos dadas. Por exemplo, as pessoas com alto nível educacional, com renda relativamente alta e com uma forte consciência ecológica, têm o consumo de recursos per capita mais alto, enquanto as classes ou ambientes nos quais há pouca consciência ecológica, mas também com um menor nível de renda, consomem menos recursos (Wuppertal Institut für Klima, Umwelt, Energie, 2008, pp. 144-154). As visões diferenciadas, ainda que mais ou menos problemáticas de acordo com o ponto de vista social e ecológico sobre o bem viver ao qual se aspira — adaptadas a estratégias empresariais e asseguradas pelo Estado —, explicam a partir da teoria hegemônica as razões pelas quais na crise múltipla “se faz tão pouco” através de uma perspectiva emancipatória.

O modo de vida imperial tem um efeito que se torna mais agudo, ao mesmo tempo em que pode converter a crise em algo que, dentro de certo limite espacial e social, se torna processável. A normalidade no modo de vida imperial funciona como um filtro da percepção da crise que trabalha como um mediador na gestão da mesma. Um exemplo: pelo menos no Norte, a crise ecológica é considerada, em primeiro lugar, como um problema de *meio ambiente* e não como uma *crise social* generalizada. Isto favorece a uma determinada forma de

10. Fala-se de um “intercâmbio ecológico desigual” se um país “importa a longo prazo um volume de energia, substâncias e — indiretamente — superfícies maiores ao volume que exporta” (Wuppertal Institut für Klima, Umwelt, Energie, 2005, p. 71).

politização pública que tende à catástrofe e à uma gestão que, na melhor das hipóteses, pode ser caracterizada como sendo incremental: a crise ecológica é um desastre que se deve ao fato de que “o homem” ou a “civilização humana” desrespeitaram os seus “limites naturais” ou porque as “intervenções” humanas perturbaram o equilíbrio natural. Não obstante, o que se omite é o fato de que as intervenções do homem na natureza sempre se basearam nos processos de socialização. Desta maneira, foi possível praticamente naturalizar as socializações predominantes, de modo que não pode haver alternativas, ou caso assim fosse, unicamente dentro de um marco estabelecido.

O resultado é o predomínio de padrões de gestão de crise baseados no mercado (por exemplo o comércio de créditos de carbono na política climática), que tampouco é questionado em seus princípios pelos defensores e defensoras de uma modernização ecológica mais ampla e/ou um *Green New Deal* (Moreno, 2013; Salleh, 2012; Brand e Lang, 2015). Isto é, o discurso sobre a crise predominante no Norte reconhece a existência de uma crise ecológica, mas a politiza e a aborda de uma maneira que não questiona seus padrões de produção, trabalho e consumo. Pelo contrário, tal discurso termina por consolidá-la mediante uma seletiva modernização ecológica.

Isto se facilita, como mencionamos ao princípio deste capítulo, porque muitos aspectos da crise ecológica são relativamente indiretos. A mudança do clima não se manifesta de forma direta, como o ar poluído e os rios sujos, mas é apenas percebido de maneira indireta na vida cotidiana, em tempestades ou chuvas diluvianas que, segundo climatologistas, são resultado do aumento da temperatura média global.

Além disso, e do ponto de vista dos países do Norte, estes desastres parecem afetar a todos por igual, independentemente de sua posição social. A mudança do clima é, sobretudo, imaginada como uma catástrofe futura e global. O fato de que, pelo menos no Norte global, a crise ecológica costuma ser experimentada somente através de descrições científicas que se apresentam ao público como incertas até certo grau, abre um campo de interpretação disputado no qual se tenta conciliar as percepções da crise com as condições sociais fundamentais.

Representantes dos subalternos, que ante a crise econômica argumentam de forma mais radical quando estão envolvidos política social e mercado de trabalho e desenvolvem ideias que vão além, têm um papel importante. Por exemplo, os sindicatos alemães foram favoráveis ao “bônus do ferro-velho, cuja introdução foi negociada com o governo de seu país. Isto significou que a inter-relação entre crise ecológica e padrões fossilistas de produção e consumo e, com isso, o caráter da crise ecológica como questão global e social de distribuição também fossem tratados como não-temas por representantes dos assalariados e defensoras e defensores de uma política de redistribuição. Isto é, o modo de vida imperial implica que a crise ecológica seja abordada como um fenômeno secundário em relação aos temas sociais ou que se apresente como uma catástrofe iminente. Em ambos os casos, seu caráter social — seu vínculo com as relações sociais de poder e dominação, assim como seus efeitos sociais e globais desiguais — é *invisibilizado*. Desta maneira, as estratégias de solução de mercado e tecnológicas são favorecidas, a partir do comércio de créditos de carbono, passando pela fabricação de carros energeticamente mais eficientes, até a geoengenharia.¹¹

No fundo, trata-se de eternizar, mediante sua transformação, as relações societárias capitalistas com a natureza, apresentando-as não como tais, senão como necessidades inevitáveis e sem alternativa à apropriação da natureza pelo ser humano.

11. Trata-se aqui de intervenções técnicas — até o momento, ainda pouco praticadas — em processos geoquímicos — como a fertilização dos oceanos — com a finalidade de incrementar sua capacidade de absorção de CO_2 ou o envio de dióxido de enxofre à estratosfera para que os raios de sol sejam refletidos em direção ao universo.

Acerca de um Modo de Vida Solidário. O que Significa Trabalho Sustentável?

O termo modo de vida imperial tem uma dimensão teórica e uma dimensão diagnóstica, ambas relacionadas com a conjuntura atual. Desde que se iniciou o desenvolvimento do mercado mundial, as condições de vida nos centros capitalistas dependem dos recursos e da força de trabalho de outras regiões. Por isso, o caráter imperial do trabalho e sua função para a reprodução da vida no Norte global normalmente costumam ser invisibilizados, por isso o caráter hegemônico das condições de produção e de vida capitalista não pode ser explicado de outra maneira. Apesar disso, desde meados do século xx, muitas sociedades o experimentaram e este modo de vida se generalizou, especialmente nas coletividades do Norte e, cada vez mais e de forma dinâmica, nas do Sul (na América Latina já após a Segunda Guerra Mundial e na Ásia, ainda mais a partir dos anos noventa).

O modo de vida imperial contém estruturas arraigadas e profundas que se reproduzem cotidianamente e que contribuem para a crise das relações sociais e ecológicas, sem que esta, até o momento, tenha justificado a possibilidade de uma “ruptura”. Dito de outra maneira, o modo de vida imperial permite a simultaneidade da continuidade e a crise das relações sociais — se pensarmos no desemprego e nas atividades contra isso —, assim como das relações societais com a natureza. É *imperial* porque pressupõe, desde o princípio, a apropriação ilimitada dos recursos e da capacidade de trabalho do Norte e do Sul, assim como o uso desproporcional dos sumidouros globais. Sua expansão nos países emergentes levou a gestão estatal da crise ecológica a uma crise total.

E ainda, o enorme impacto do modo de vida imperial pode ser explicado, por um lado, mediante a redução dos gastos de reprodução da força de trabalho. Por outro, propaga-se hegemonicamente não só através das instituições sociais, mas também dentro das microestruturas da vida cotidiana.

Na nossa perspectiva, a mais-valia política e analítica do conceito do modo de vida e de trabalho imperial refletem-se nos seguintes pontos:

1. Seu diagnóstico da atualidade permite explicar que não são somente os poderosos grupos econômicos e políticos que travam as políticas ambientais transformadoras, muitas vezes consideradas como necessárias, mas que, por sua vez, nos colocam frente à realidade de que os fatores determinantes da crise ecológica estão ancorados nas estruturas políticas, econômicas, laborais e culturais cotidianas (o mercado global é uma relação social-capitalista que tem fortes implicações na organização do modo de vida cotidiano). Por isso, o conceito do modo de vida imperial impede que tenhamos expectativas exageradas a respeito das políticas estatais e intergovernamentais de transformação fundamental das relações ecológicas. Isto se deve ao fato de que são as relações (de força) sociais e orientações predominantes que formam a base das relações ecológicas, não podendo ser estas superadas unicamente pelas políticas estatais (Brand, 2016).

A dinâmica descrita aqui, pode ser observada, por exemplo, nos governos progressistas da América Latina. Até hoje, ditos governos praticamente não desenvolveram alternativas ao extrativismo, quer dizer, à extração incondicional de matérias-primas e ao cultivo de produtos agrícolas voltados ao mercado global (Gudynas, 2009, 2011; Lang e Mokrani, 2011; Svampa, 2015; Brand, Dietz e Lang, 2016; www.otrodesarrollo.org). Como resultado das lutas sociais, estes países querem uma fatia maior da pizza do mercado global, mas não questionam a própria pizza e as condições para sua elaboração.

2. O conceito do modo de vida imperial relativiza as expectativas que carecem de argumentos bons, de discursos públicos racionais ou de interesses próprios iluminados da “humanidade” ou até mesmo das forças dominantes. Isto é assim porque, muitas vezes, não são percebidos devido às orientações profundamente arraigadas ou integradas de maneira seletiva. Como resultado, determinados padrões de consumo e produção

são consolidados precisamente porque são modernizados de forma parcial.

Algo similar pode ser aplicado a muitos enfoques – aparentemente – alternativos, nos quais os problemas hegemônicos quase não são levados em conta, como acontece no projeto de um *Green New Deal*. Até os anos noventa, na Alemanha este último era entendido como uma estratégia de aliança social, em cujo marco se podiam unir o assunto social com o tema ecológico, assim como seus protagonistas sociais: por um lado os sindicatos e a democracia social e, por outro, os partidos verdes e os novos movimentos sociais (Brüggen, 2001). Atualmente, o projeto carece desta orientação política de parceria e/ou limita-se à participação de empresas verdes de matiz neoliberal e de empresas com consciência ecológica desejosas de alcançar uma modernização em vez de superar os padrões de produção e consumo, que constituem a base do modo de vida hegemônico (ver Brand, 2012). Assim, pois, o termo que pretende guiar as políticas rumo a uma modernização ecológica é o da “economia verde” (ver Lander, 2011; Arkonada e Santillana, 2011), o qual tem implicações fortes com relação às possibilidades de repensar o conceito de trabalho a partir deste esquema. A versão “verde” dominante é precisamente a “economia verde”, que deixa intacta as estruturas globais de exploração e a modernização ecocapitalista seletiva nos centros do sistema-mundo às custas de outras regiões. Neste sentido, é mais adequado falar de um projeto de “capitalismo verde” (Brand e Wissen, 2015, 2018).

3. O termo modo de vida e de trabalho imperial é esclarecedor, porque destaca os limites do bem conhecido conceito do emprego ou trabalho verde (*green jobs*), uma de cujas propostas é a criação de postos de trabalho nas indústrias verdes como uma contribuição para solucionar problemas vinculados com a crise social, ecológica e até econômica (por exemplo o trabalho na indústria automotiva para a produção de carros elétricos).

Desta maneira, os próprios padrões de produção, o trabalho assalariado como mercadoria, as relações de domínio

e de exploração com relação ao emprego e a relação capital-trabalho não são questionados. Além disso, o conceito dá uma resposta à pergunta urgente sobre as razões de ser tão difícil para assalariados(as) e seus sindicatos exercerem uma solidariedade internacional concreta que, no entanto, poderia ser alcançada se houvesse uma transformação profunda nas relações sociais, inclusive nas trabalhistas, nos centros capitalistas. Tal transformação requereria um entendimento totalmente diferente com respeito ao que se entende por trabalho (assalariado e não assalariado), divisão de trabalho e bem-estar (ver as contribuições de Boris Marañón e Beate Littig).

4. O conceito do modo de vida imperial esclarece os requisitos, abordagens e formas de uma politização emancipatória da crise ecológica. Nos parece importante fazer oposição ao catastrofismo ecológico que é, como vimos, um instrumento próprio da consolidação das relações que são a própria causa da catástrofe imaginada. Isto não significa que devamos fechar os olhos ante os cenários bem argumentados do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, por sua sigla em inglês). Mas, mesmo que haja urgência, inclusive pela iminência dos chamados *tipping points* ou pontos críticos climáticos (como o degelo do pergilissolo (*solos permafrost*), que liberaria enormes quantidades de metano, agressivo gás de efeito estufa), o importante é que nos mantenhamos firmes quanto ao projeto de emancipar e fazer oposição às formas autoritárias e tecnocráticas na gestão das crises.

Neste contexto, um aspecto central é a superação da dicotomia entre sociedade e natureza, amplamente difundida também entre as forças sociais e políticas progressistas. Politicamente, tal dicotomia se reflete, entre outras coisas, no modo em que se tematiza o assunto ecológico em contraposição com a questão social. A tendência a declarar a ecologia como contradição secundária manifesta-se precisamente na atual crise econômica, no contexto da qual o catastrofismo ecológico (“nos resta muito pouco tempo”) e a ignorância (“agora não há tempo para isso”) estão formando uma perigosa

parceria. Contudo, ao mesmo tempo há indícios claros de que a questão ecológica é politizada como social e vice-versa. Isto se aplica à justiça climática — promovida pelos movimentos sociais —, um conceito que concebe a mudança do clima não como uma futura catástrofe socialmente neutra, mas como um problema social e global de distribuição.¹² Vincular de maneira mais sistemática o tema social com o ecológico pressupõe também uma discussão sobre o termo suficiência e as propostas e práticas relacionadas a ele.

No âmbito analítico trata-se de identificar, explicar e estimar com respeito a seu potencial político as seleções estruturais da política estatal que privilegiam determinados interesses, assim como formas de conhecimento acerca da crise ecológica, sobre outros. No político, consideramos que o desafio central consiste em formular os objetivos e exigências de tal maneira que se permita uma intervenção concreta, ao mesmo tempo em que as regras existentes no jogo possam ser questionadas. A melhor maneira de alcançá-lo é conciliar os conflitos sociais com as práticas cotidianas das pessoas, inclusive dos assalariados e seus sindicatos.

No caso das questões ecológicas, existem algumas abordagens possíveis, por exemplo no âmbito do transporte, da alimentação ou do consumo de energia. Neste sentido, o conceito do modo de vida imperial pode contribuir à sensibilização: se os fatores determinantes centrais da crise ecológica e seus padrões de gestão a partir do poder e o do domínio estiverem arraigados nas relações de forças sociais e nas práticas cotidianas, então, estas serão um espaço importante para as lutas contra-hegemônicas.

Este enraizamento se traduz ao mundo do trabalho, no sentido de que além da economia e do trabalho verdes, um conceito do trabalho sustentável aponta à uma reestruturação fundamental do próprio

12. Ao fazer referência ao Sul global, Köhler (2008) constata que “cada vez mais, os conflitos sociais centrais articulam-se em forma de conflitos pelo controle e as condições de acesso aos recursos naturais e/ou de maneira mais generalizada, pela concepção das relações sociais e ecológicas”.

trabalho, de suas formas e conteúdos, de suas relações sociais com a natureza, de sua função na sociedade e de sua divisão, entre outros aspectos.

Numa perspectiva ampla e crítica, o trabalho sustentável não contribui à modernização seletiva do capitalismo e do neocolonialismo em algumas regiões dos centros capitalistas e da (semi)periferia, mas sim é parte de uma transformação socioecológica que vai muito além do capitalismo neocolonial (Lang, Cevallos e López, 2015; Brand e Wissen, 2017).

Referências

- ACOSTA, A. (2011). Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. Em M. Lang, e D. Mokrani (Eds.), *Más allá del desarrollo* (pp. 83-118). Quito: Fundação Rosa Luxemburg. Disponível em <<https://www.alainet.org/images/Mas%20alla%20del%20desarrollo.pdf>>.
- AGLIETTA, M. (1979). *A Theory of Capitalist Regulation. The us Experience*. Londres: New Left Books.
- ALIMONDA, H. (Ed.). (2011). *La Naturaleza colonizada. Ecología política y minería en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319035504/natura.pdf>>.
- ALTVATER, E. (1992). *Der Preis des Wohlstands - oder Umweltplünderung und neue Welt(un)ordnung*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- ARKONADA, K. e Santillana A. (2011). Ecuador y Bolivia frente a la colonialidad del capitalismo verde. *América Latina en Movimiento*, 468-469, pp. 41-43. Disponível em <<https://www.alainet.org/es/active/50096>>.
- ATZMÜLLER, R., Becker J., Brand U., Oberndorfer L., Radek V. e Sablowski T. (Eds.). (2013). *Fit für die Krise? Perspektiven der Regulationstheorie*. Münster: Westfälisches Dampfboot.
- BARFUSS, T. (2002). *Konformität und bizarres Bewusstsein. Zur Verallgemeinerung und Verlatung von Lebensweisen in der Kultur des 20. Jahrhunderts*. Hamburgo: Argument.
- BOYER, R. e Saillard Y. (2002). *Regulation Theory. The State of the Art*. London/New York: Routledge.
- BRAND, U. (2012). Green Economy. The Next Oxymoron? No Lessons Learned from Failures of Implementing Sustainable Development. *GAIA: Ecological Perspectives for Science and Society*, 21(1), pp. 28-32.
- BRAND, U. (2016). How to Get Out of the Multiple Crisis? Towards a Critical Theory of Social-Ecological Transformation. *Environmental Values*, 25(5), pp. 503-525.

- BRAND, U., Dietz K. e Lang M. (2016). Neo-Extractivism in Latin America. One Side of a New Phase of Global Capitalist Dynamics. *Revista de Ciencia Política (Bogotá)*, 11(21), pp. 125-159. Disponível em <<http://bdigital.unal.edu.co/61636/1/57551-311316-1-PB.pdf>>.
- BRAND, U. e Lang M. (2015). Green Economy. Em P. H. Pattberg e F. Zelli (Eds.), *Encyclopedia of Global Environmental Governance and Politics* (pp. 461-469). Cheltenham: Edward Elgar.
- BRAND, U. e Wissen M. (2015). Strategies of a Green Economy, Contours of a Green Capitalism. Em K. van der Pijl (Ed.), *Handbook of the International Political Economy of Production* (pp. 508-523). Cheltenham: Edward Elgar.
- BRAND, U. e Wissen M. (2017). Social-Ecological Transformation. Em N. Castree et al. (Eds.), *International Encyclopedia of Geography: People, the Earth, Environment and Technology*. Hoboken: Wiley-Blackwell/Association of American Geographers.
- BRAND, U. e Wissen M. (2018). *The Limits to Capitalist Nature: Theorizing and Overcoming the Imperial Mode of Living*. Lanham: Rowman & Littlefield.
- BRÜGGEN, W. (2001). Grüner New Deal. En W. F. Haug (Ed.), *Historisch-Kritisches Wörterbuch des Marxismus 5*. Hamburgo: Argument.
- CANDEIAS, M. e Deppe F. (Eds.). (2001). *Ein neuer Kapitalismus?* Hamburgo: VSA.
- CASTREE, N. (2008). Neoliberalising Nature: The Logics of Deregulation and Reregulation. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 40(1), pp. 131-152. Disponível em <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1068/a3999>>.
- DELGADO RAMOS C. G. (Ed.). (2013). *Ecología política del extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental*. Buenos Aires: CLACSO. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/posgrados/20131218030905/EcologiaPolitica.pdf>>.
- DÖRRE, K. (2015). The New Landnahme. Dynamics and Limits of Financial Market Capitalism. En K. Dörre, S. Lessenich e H. Rosa, *Sociology, Capitalism, Critique* (pp. 11-66). Londres: Verso.
- EUROPEAN COMMISSION. (2010). *Europe 2020: A Strategy for Smart, Sustainable and Inclusive Growth. Communication from the*

- Commission*. Disponível em <http://www.buildup.eu/sites/default/files/content/com2010_2020en01.pdf>.
- EUROPEAN COMMISSION. (2011). *Roadmap to a Resource Efficient Europe. Communication from the Commission to European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions*. Disponível em <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/PDF/?uri=CELEX:52011DC0571&from=EN>>.
- GUDYNAS, E. (2009). Estado y mercado en América Latina: una pareja desapareja. Cuando el mercado es plural y el Estado es heterogéneo. *Nueva Sociedad*, 221, pp. 54-66. Disponível em <<https://biblat.unam.mx/es/revista/nueva-sociedad/articulo/estado-y-mercado-en-america-latina-una-pareja-despareja-cuando-el-mercado-es-plural-y-el-estado-es-heterogeneo>>.
- GUDYNAS, E. (2011). Alcances y contenidos de las transiciones al post-extractivismo. *Ecuador Debate*, 82, pp. 61-79. Disponível em <<http://gudynas.com/publicaciones/articulos/GudynasTransicionesPostExtractivismoEc11.pdf>>.
- GUDYNAS, E. (2015). *Extractivismos. Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES. Disponível em <<http://gudynas.com/wp-content/uploads/GudynasExtractivismosEcologiaPoliticaBo15Anuncio.pdf>>.
- HABERL, H. *et al.* (2011). A Socio-Metabolic Transition towards Sustainability? Challenges for Another Great Transformation. *Sustainable Development*, 19, pp. 1-14.
- IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). (2007). *Summary for Policymakers. Climate Change 2007: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Fourth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press. Disponível em <<http://www.ipcc.ch/pdf/assessment-report/ar4/wg1/ar4-wg1-spm.pdf>>.
- KÖHLER, B. (2008). *Das Ökologische ist (wieder) politisch*. Malmö.
- LANDER, E. (2011). El lobo se viste con piel de cordero. *América Latina en Movimiento*, 468-469, pp. 1-6. Disponível em <<https://www.alainet.org/es/active/50100>>.

- LANDER, E., Arze C., Gómez J., Ospina P. e Álvarez V. (Eds.). (2013). *Promesas en su laberinto: cambios y continuidades en los gobiernos progresistas de América Latina*. La Paz/Quito/Caracas: CEDLA/IEE/CIM. Disponível em <http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_241.pdf>.
- LANG, M. e Mokrani D. (Eds.). (2011). *Más allá del desarrollo*. Quito: Fundação Rosa Luxemburgo/Abya Yala. Disponível em <<https://www.alainet.org/images/Mas%20alla%20del%20desarrollo.pdf>>.
- LANG, M., Cevallos B. e López C. (Eds.). (2015). *¿Cómo transformar? Instituciones y cambio social en América Latina y Europa*. Quito: Fundação Rosa Luxemburgo/ Abya Yala. Disponível em <<https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2015/10/Como-transformar.pdf>>.
- LUXEMBURG, R. (1967). *La acumulación del capital*. México: Grijalbo.
- MACHADO ARÁOZ, H. (2015). *Ecología política del extractivismo*. Buenos Aires: CLACSO.
- MANN, G. (2009). Should Political Ecology be Marxist? A Case for Gramsci's Historical Materialism. *Geoforum*, 40(3), pp. 335-344.
- MOL, A. P. J., Sonnenfeld D. A. e Spaargaren G. (Eds.). (2009). *The Ecological Modernisation Reader. Environmental Reform in Theory and Practice*. Londres/Nova Iorque: Routledge.
- MORENO, C. (2013). Las ropas verdes del rey. La economía verde: una nueva fuente de acumulación primitiva. Em M. Lang, C. e A. Santillana (Eds.). *Alternativas al capitalismo/colonialismo del siglo XXI* (pp: 63-97). Quito: Fundação Rosa Luxemburgo/ Abya Yala.
- MORENO, C., Speich Chassé D. e Fuhr L. (2015). *Carbon Metrics. Global Abstractions and Ecological Epistemicide*. Berlim: Fundação Heinrich Böll. Disponível em <https://www.boell.de/sites/default/files/20161108_carbon_metrics_2._auflage.pdf>.
- MYERS, N. e Kent J. (2004). *The New Consumers: The Influence of Affluence on the Environment*. Washington: Island Press.
- QUIJANO, A. (1992). Colonialidad y modernidad/racionalidad. Em H. Bonilla (Ed.), *Los conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas* (pp. 439-447). Santafé de Bogotá: Tercer Mundo Editores.

- ROCKSTRÖM, J., Steffen W., Noone K., Persson Å., Stuart III Chapin F., Lambin E., Lenton T. M. *et al.* (2009). Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society*, 14(2), pp. 1-33. Disponível em <<https://www.ecologyandsociety.org/vol14/iss2/art32/>>.
- SABLOWSKI, T. (2009). Die Ursachen der neuen Weltwirtschaftskrise. *Kritische Justiz*, 2, pp. 116-131.
- SALLEH, A. (2012). Rio+20 and the Extractivist Green Economy. *Arena*, 119, pp. 28-30.
- SVAMPA, M. (2015). Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America. *The South Atlantic Quarterly*, 114(1), pp. 65-82.
- TORO PÉREZ, C., Fierro Morales J., Coronado Delgado S. e Roa Aven-
daño T. (Eds.). (2012). *Minería, territorio y conflicto en Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia.
- WUPPERTAL INSTITUT FÜR KLIMA, UMWELT, ENERGIE. (2005). *Fair Future. Begrenzte Ressourcen und globale Gerechtigkeit*. Munich: C. H. Beck.
- WUPPERTAL INSTITUT FÜR KLIMA, UMWELT, ENERGIE. (2008). *Zukunftsfähiges Deutschland in einer globalisierten Welt. Ein Anstoß zur gesellschaftlichen Debatte*. Frankfurt am Main: Fischer.

CAPÍTULO II

**Raíces Latino-
americanas do Outro
Desenvolvimento**

Estilos de Desenvolvimento
e Desenvolvimento à
Escala Humana

**RAFAEL DOMÍNGUEZ
SARA CARIA
España / Ecuador**

Introdução

Neste capítulo, recupera-se o pensamento em torno ao desenvolvimento alternativo, o “Outro Desenvolvimento”, que surgiu na América Latina e na Europa como corrente intelectual durante os anos sessenta, setenta e oitenta, no contexto dos debates internacionais sobre os três primeiros decênios de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). Concretamente, analisam-se as propostas de desenvolvimento antropocêntrico (Seers, 1969), estilos de desenvolvimento (Centro de Desenvolvimento [Cendes], 1969), ecodesenvolvimento (Sachs, 1974a, 1974b, 1977 e 1980; Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente [PNUMA]/Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento [UNCTAD, por sua sigla em inglês], 1974), outro desenvolvimento (Fundação Dag

Hammarskjöld, 1975), desenvolvimento social e humano (Comissão Econômica para América Latina e o Caribe [CEPAL], 1981), estilo de desenvolvimento alternativo (Sunkel, 1980) e desenvolvimento à escala humana (Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn, 1986); esta última foi muito influenciada pelo pensamento original do espanhol José Luis Sampedro, que abriu o caminho aos enfoques pós-desenvolvimentistas mais debatidos, sobretudo o que Hidalgo-Capitán e Cubillo Guevara (2014, pp. 27-28) denominaram interpretações ecologista e indigenista do Bom Viver.

O marco teórico-metodológico deste trabalho tem uma dívida com várias tradições sobre a história das ideias e sua importância na história — as colocações dialéticas de Hegel e a sociologia do conhecimento de Marx, passados pelo crivo de Weber, Mannheim e Lovejoy —, que, aplicadas aos temas que nos ocupam, podem ser resumidas na seguinte afirmação: “as ideias são uma força propulsora no progresso humano”, o que “não nega o papel do poder e dos interesses materiais, mas que coloca em relevo o papel das ideias em ajudar a configurar interesses e restringir o exercício do poder em bruto” (Emmerij, Jolly e Weiss, 2005, p. 212). Se as ideias se definem como “crenças normativas ou causais mantidas por indivíduos ou adotadas por instituições que influenciam suas atitudes e ações” (Emmerij *et ao.*, 2005, p. 214), propomos uma reconstrução histórica das ideias sobre o desenvolvimento alternativo na América Latina, a fim de avaliar sua conexão direta e indireta com outras variantes atuais de estilos de desenvolvimento,¹ que tomaram força na região desde inícios do século XXI, em particular a interpretação socialista do Bom Viver (Hidalgo-Capitán e Cubillo Guevara, 2014, pp. 27-28) e sua concreção em política

1. Segundo o diretor adjunto da Divisão de Desenvolvimento Social da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), “um estilo é uma espécie de integração das estratégias de desenvolvimento com os fatores de poder que tornam possível sua realização em um sistema econômico e social historicamente determinado, e orientado para certos objetivos” (Graciarena, 1976, p. 186).

pública.² A hipótese sustentada é a de que dita conexão se encontra latente, mas é necessário explicitá-la ao analisar estes estilos na atualidade.

Feitas estas precisões, o artigo organiza em três seções, de acordo com a cronologia das três primeiras décadas do desenvolvimento da ONU. Nas considerações finais valoriza-se a necessidade de analisar o pensamento latino-americano sobre o desenvolvimento alternativo na perspectiva da história das ideias ou da reconstrução histórica do pensamento econômico.

Primeira Década: do Significado aos Estilos do Desenvolvimento

O Destronamento do Produto Nacional Bruto como Indicador de Desenvolvimento

Lançada em dezembro de 1961 mediante a Resolução 1710 (xvi), a partir de uma ideia original do presidente Kennedy, a “década do desenvolvimento das Nações Unidas” chegou ao final de sua trajetória num ambiente de decepção entre aqueles que acreditavam na ideologia

2. O Bom Viver foi o lema inspirador das políticas públicas da Revolução Cidadã desde a sua incorporação na nova Constituição do Equador em 2008, que contém um capítulo específico sobre o Regime do Bom Viver como tripla harmonia consigo mesmo, com os demais e com a natureza. Nos dois Planos Nacionais do Desenvolvimento, denominados Planos Nacionais para o Bom Viver, de 2009-2013 e 2013-2017, tenta-se instrumentar dito regime em um programa de políticas públicas que inicialmente pretendeu alcançar, de forma simultânea, os objetivos da harmonia com a natureza, o respeito da plurinacionalidade, a satisfação das necessidades básicas, a justiça social e igualdade e a democracia participativa (Caria e Domínguez, 2014). No núcleo do programa econômico estiveram a ideia da mudança da matriz produtiva, distributiva e de conhecimento — câmbio estrutural ligado à redistribuição estática e dinâmica, esta última com forte gasto público em educação —, e uma estratégia de crescimento intensiva na criação de emprego (León e Domínguez, 2017; Minteguiga e Ubasart-González, 2015; Weisbrot, Johnston e Merling, 2017).

do desenvolvimento. Apesar de em 1962 o Conselho Econômico e Social (Ecosoc, por sus siglas em inglês) da ONU haver recomendado a integração dos aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento, apesar de que a estratégia para a década afirmava que “o objetivo último do desenvolvimento econômico é o progresso social” (Department of Economic and Social Affairs, 1962, p. 7), apesar da criação em 1964 do Instituto de Investigação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Social (UNRISD, pela sigla em inglês) e apesar do dinamismo dado pelo presidente do Comitê de Planejamento do Desenvolvimento do Ecosoc,³ os aspectos sociais e econômicos do desenvolvimento acabaram sendo tratados separadamente (Jolly, Emmerij, Ghai e Lapeyre, 2009).

É verdade que a modesta e única meta quantificável da década (“um ritmo mínimo anual de crescimento de 5% na renda nacional”) foi atingida com um aumento da população em 2,5% anual nos países em desenvolvimento, enquanto a renda per capita aumentou até 3,5% entre 1961 e 1970. Mas, a segunda parte do objetivo geral da Resolução 1710 (xvi),⁴ referida ao “progresso social”, fracassou na maioria dos países (Jolly *et al.*, 2009, p. 107). Isso detonou o debate sobre o “significado do desenvolvimento”, o que se cristalizou no título do famoso ensaio escrito por Dudley Seers em 1969, no qual se questiona a ideia do desenvolvimento entendido como crescimento.

A conexão latino-americana, que colocou Seers como pioneiro do desenvolvimento, foi fundamental.⁵ Seers não só construiu a no-

3. Trata-se do grande economista socialdemocrata holandês Jan Tinbergen, que foi nomeado em 1965 para ocupar esse cargo por suas ideias sobre o planejamento centralizado e a convergência da renda a escala mundial.

4. Ver a Resolução 1710 (xvi), United Nations Development Decade: A Programme for International Economic cooperation, de 19 de dezembro de 1961. Disponível em <<http://www.un-documents.net/a16-5100.pdf>>.

5. Seers, como discípulo de Joan Robinson, presidiu a Sociedade Marxista de Cambridge. Entre 1953 e 1955, trabalhou sob as ordens de Michal Kalecki no Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA, sigla sem inglês) da ONU. Em 1966, após sua passagem pela CEPAL, fundou um dos primeiros institutos de desenvolvimento — o Institute of Development Studies (IDS) da Universidade de Sussex —, rompendo com a linha característica dos centros de estudos nos Estados Unidos, criados previamente para investigar o crescimento econômico. O IDS então assessorou, à pedido de Seers, o governo socialista de Salvador Allende.

va disciplina do desenvolvimento econômico através de sua mestra Joan Robinson — que integrou o pensamento de Marx e Keynes e a síntese de ambos realizada pelo economista marxista Michal Kalecki —, mas também foi muito influenciado pelo estruturalismo de Raúl Prebisch, que, por sua vez, teve uma profunda ascendência keynesiana (Pérez-Caldentey e Vernengo, 2016, pp. 1725 e 1729). Após o seu breve interregno em Nova York, Seers ingressou em 1957 na CEPAL, onde trabalhou — até 1961 e sob o comando de Prebisch e Osvaldo Sunkel — e converteu-se em um estruturalista convicto.

No famoso ensaio de 1969, que foi reeditado apenas um ano depois na *Revista Brasileira de Economia* em português e inglês, lançou um ataque devastador contra o produto nacional bruto (PNB) como medida do desenvolvimento. Seers chamou ainda a atenção sobre a falta de rigor que supunha atrelar o crescimento econômico ao desenvolvimento econômico ou, dito de outra maneira, acreditar que o aumento do PNB a uma velocidade maior que o aumento da população “mais cedo ou mais tarde leva à solução dos problemas sociais e políticos” (Seers, 1969, p. 1). Para Seers, o desenvolvimento devia ser um “conceito normativo, quase como um sinônimo de melhoria”, que ele identifica não com “copiar as vias do desenvolvimento de outros países”, à moda Rostow, mas sim com o estabelecimento “das condições necessárias para um propósito universalmente aceitável, a realização do potencial humano” (Seers, 1969, pp. 2-3). Isto implicava atender três elementos: 1) a satisfação das “necessidades básicas” de alimentação, vestuário e moradia (elemento de pobreza); 2) o trabalho como “algo sem o qual a pessoa não pode se desenvolver” (emprego); e 3) a “igualdade”, que “deveria ser considerada um objetivo em si mesma” (Seers, 1969, pp. 4-5).⁶ A conclusão era que se

6. Seers acrescenta que “a realização do potencial humano” requer outros elementos que não podem ser especificados em termos econômicos, como os “níveis adequados de educação, liberdade de expressão, a cidadania de uma nação que seja verdadeiramente independente, tanto econômica quanto politicamente, no sentido de que as visões de outros governos não predeterminem em grande parte suas próprias decisões de governo”. Este último é o elemento internacional que depois será retomado pelos partidários do Outro Desenvolvimento.

estes três “problemas centrais” pudessem ser atenuados, seria possível falar de desenvolvimento, mas que se um, dois ou os três piorassem, “seria estranho chamar o resultado de desenvolvimento, ainda que a renda per capita duplicasse” (Seers, 1969, p. 5).

A seguir, Seers analisa a “consistência interna do processo de desenvolvimento” (Seers, 1969, pp. 16-17), concentrando-se na desigualdade como “principal obstáculo ao desenvolvimento” pelo lado da oferta e da demanda: em países que sofrem de gargalos em sua balança por conta corrente, os ricos têm propensões elevadas, “não meramente ao gasto, mas ao gasto em bens e serviços com alto conteúdo em divisas”. De igual maneira, nestes países é questionável o fato de que a produção possa aumentar rapidamente com uma força de trabalho “muito mal alimentada para o trabalho manual e mental”, se a desigualdade - ao mesmo tempo em que impede a cooperação dos trabalhadores com o governo para moderar os aumentos salariais - desmobiliza as energias sociais necessárias para romper com as instituições que obstruem o desenvolvimento nas zonas rurais (Seers, 1969, p. 18).

Em suma, Seers expõe neste ensaio, o primeiro sobre “o destromamento do PNB” (Arndt, 1989, p. 99), uma ideia de desenvolvimento que mistura dois ingredientes complementares: o conceito de trabalho como atividade criativa própria da essência humana de Marx e Veblen e o princípio comunitário de igualdade de Gandhi.

O primeiro está na base do termo marxista de alienação. É no desenvolvimento humano, ou seja, “no desenvolvimento dos indivíduos em todos os aspectos” (Marx, 1979, p. 18), que se deve procurar a essência do socialismo humanista da crítica de Seers, que, como a de Marx, é de raiz aristotélica e, por isso, centra-se na diferença entre ser e ter ou no “completo desenvolvimento do pleno potencial humano” (Lebowitz, 2009). Porém, essa diferença é também o prólogo da crítica de Veblen ao consumo conspícuo da classe rica ociosa e da identificação da emulação pecuniária — baseada na imitação das pautas de consumo suntuoso dos ricos — como “o mais forte, ou o mais alerta e persistente dos motivos propriamente econômicos” (Veblen, 2007, p. 75). Vale destacar que esta última crítica, presente nos primeiros trabalhos de Cardoso (1961, p. 109) ou nas considerações de Prebisch (1961, p. 12) sobre “o consumo excessivo dos grupos de alta renda dos

países latino-americanos”, será recuperada por Seers e a seguir pelos partidários do enfoque do ecodesenvolvimento.

O segundo ingrediente da ideia de desenvolvimento de Seers é a visão “antropocêntrica” do pensamento ético de Gandhi sobre o desenvolvimento, derivada de seu princípio comunitário igualitarista ou de comunidades de base (Gosh, 2012, p. 182). Ao reivindicar o “bem-estar para todos”, Gandhi conecta o bem-estar individual com o bem-estar da comunidade, mas também a igualdade na satisfação das necessidades básicas com sua precoce crítica ao consumismo como ponto de partida para a autorrealização pessoal (Singh, 2006). E ainda, “o ideal de senso comum” da economia neoclássica, segundo o qual “a beatitude econômica reside no consumo irrestrito de bens sem trabalho” (Veblen, 1898, p. 187), é justamente um dos “Sete pecados sociais” (“Riqueza sem trabalho”) que Gandhi recomenda evitar (Singh, 2006, p. 107) e que coincide com o pensamento cepalino sobre a conexão deletéria desigualdade-crescimento e a questão dos limites internos por parte do ecodesenvolvimento de Sachs (*Estudos Avançados*, 2004, p. 358).

Seers, muito influenciado pelo pensamento estruturalista latino-americano, compartilhou estas reflexões com seus colegas da CEPAL, onde o brasileiro Celso Furtado o precedeu na crítica ao desenvolvimento como ideologia do crescimento econômico, abrindo assim o caminho que vai do estruturalismo à Teoria da Dependência.

A Conexão Latino-Americana: Ideologia e Estilos de Desenvolvimento

De fato, nos anos sessenta o desenvolvimento na América Latina foi contemplado como uma ideologia mobilizadora (Max-Neef *et. ao.*, 1986, p. 11), mas também como uma ideologia no sentido pejorativo que Marx havia atribuído às categorias da economia política clássica enquanto representação inversa da realidade: legitimadora dos interesses da classe dominante e que não era operativa fora do contexto no qual tinha sido criada, o dos países capitalistas desenvolvidos, ou centrais na terminologia da CEPAL.

Enquanto o desenvolvimento, na modalidade do capitalismo clássico, criou condições de estabilidade social e abriu as portas ao reformismo, a situação dos países latino-americanos é fundamentalmente distinta”, afirmou o brasileiro Celso Furtado (1966, p. 387) na CEPAL,⁷ comissão regional da ONU que serviu para difundir “um conjunto de crenças, princípios e atitudes, em breve uma ideologia” (a teoria estruturalista) que para início dos anos sessenta já era “altamente influente entre os intelectuais e os *policymakers* da América Latina” (Hirschman, 1961, p. 13).

A CEPAL havia tomado nota do pensamento de Gandhi quando publicou em seu boletim um documento sobre o “desenvolvimento comunitário em relação à aceleração do desenvolvimento econômico e social”, no qual se perguntava se um elemento similar ao gandhismo “poderia criar a atmosfera de mobilização das forças nacionais e a construção nacional” nos países da América Latina (Economic Commission for Latin America [ECLA], 1964, pp. 232 e 255). E a resposta foi dada por Furtado, “primeiro teórico da dependência” (Love, 1994, p. 438), em seu artigo sobre a ideologia do desenvolvimento, prévio ao ensaio de Seers.

Furtado, que foi ministro do Planejamento (1962-1963) durante o governo de João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro, mostra que na América Latina o progresso técnico leva à instabilidade social e impede “o aperfeiçoamento gradual das instituições políticas”, enquanto a transposição direta das ideologias europeias (liberalismo e socialismo), nesse contexto de “massas urbanas heterogêneas que estão ascendendo na consciência política”, introduziu rigidez adicional que explica a deriva populista dos movimentos de massa (Furtado, 1966, pp. 388 e 390-391).

A conclusão de Furtado é que era preciso dar uma volta no desenvolvimento para convertê-lo na ideologia socialista mobilizadora, baseada na recuperação “progressiva da capacidade de autodeterminação”: “a substância ideológica do socialismo latino-americano

7. Furtado foi, junto com Prebisch e Seers, o terceiro dos “pioneiros” do desenvolvimento dentro da CEPAL, à qual se uniu desde o momento de sua fundação, em 1949.

será seguramente extraída da consciência crítica formada na luta por superar o subdesenvolvimento”, luta que “está provocando a transformação da vasta comunidade de povos que constituem o Terceiro Mundo” (Furtado, 1966, p. 391). Assim, com Furtado, os componentes humanista e comunitário das primeiras críticas ao desenvolvimento foram precedidos pelo componente internacionalista deste “primeiro teórico da dependência” (Love, 1994, p. 438).

Contudo, Furtado não havia analisado em seu trabalho o conteúdo econômico do processo de desenvolvimento, mas somente os seus resultados em termos de estabilidade social e política. Foi o argentino Óscar Varsavsky, do Grupo de Modelos Matemáticos do Cendes da Universidade Central da Venezuela, fundado em 1961, antes que o IDS da Universidade de Sussex, que explorou o tema dos “estilos de desenvolvimento” partindo do desenvolvimento como processo de mudança estrutural (Cendes, 1969), este último definido como a transformação da estrutura produtiva (industrialização) e a modificação da composição da demanda agregada. Tratava-se de analisar, portanto, as “diferentes maneiras de mudar a estrutura atual do produto e a demanda, junto com as demais variáveis econômicas a eles vinculadas” (Cendes, 1969, p. 518).

Varsavsky e seus colaboradores do Cendes simularam matematicamente três estilos de desenvolvimento (“consumista”, “autoritário” e “criativo”), assimiláveis a “três ideologias, filosofias, [ou] imagens da sociedade”, e puseram em “primeiro plano” os “aspectos qualitativos” (Cendes, 1969, pp. 518-519).

Dos três estilos, resulta pertinente confrontar, para nosso propósito, os dois mais puros: o consumista (CONS) e o criativo (CRIA). O estilo CONS o “modernista” buscava “alcançar os países desenvolvidos”, com uma estratégia “seguidista” em termos de padrões de produção e consumo e de política econômica, que cedo ou tarde se toparia com as limitações próprias do processo de industrialização por substituição de importações dependente do investimento estrangeiro direto. Por sua parte, o estilo CRIA, “educativo” o de “cultura autônoma”, dava prioridade ao “desenvolvimento da capacidade criadora e, portanto, à educação (convenientemente reformada)”, a fim de fomentar a “gestação de uma tecnologia autônoma”; portanto, desalentava o

“seguidismo aos países desenvolvidos” nas pautas de produção e, “em particular, quanto ao consumo”, ao mesmo tempo em que dava maior peso ao investimento público em detrimento do investimento direto estrangeiro e propunha uma “política impositiva muito dura e progressiva para poder financiar o custo de educação, saúde e outros serviços gratuitos” (Cendes, 1969, pp. 524-525).

Dadas as premissas do estudo, definidas como “clássicos problemas do desenvolvimento” (Cendes, 1969, p. 517),⁸ Varsavsky e seus colaboradores advogaram pelo estilo criativo, porque “gera muito mais empregos, melhora a produtividade do trabalho e do capital, não exige grandes importações, libera-se do capital estrangeiro, e, por definição, é capaz de organizar a população de maneira eficiente” (Cendes, 1969, p. 538).⁹ Os paralelismos entre CRIA e os Planos Nacionais para o Bom Viver (Caria e Domínguez, 2016, pp. 20-21) não parecem produto da mera coincidência, mas sim da mesma inspiração filosófica de orientação socialista.

A Primeira Década do Desenvolvimento fechou com a Resolução 2542 (XXIV),¹⁰ que aprovou a Declaração sobre o Progresso e Desenvolvimento Social, de dezembro de 1969. Este documento foi um reconhecimento das críticas de Seers ao PNB como indicador do desenvolvimento e sua reivindicação antropocêntrica do enfoque ético do desenvolvimento, considerando a “interdependência do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social no processo mais amplo do crescimento e mudança, e a importância de uma estratégia de desenvolvimento integrado que leve plenamente em conta seus aspectos sociais, em todas as etapas”. Na mesma linha, a Declaração — que, no entanto, deixou de lado as críticas de Furtado sobre o mito do desenvolvimento como convergência com os países

8. “a) capitalizar-se sem endividamento externo; b) dispor de recursos humanos com a qualidade necessária; c) sem desemprego; d) conseguir que o que for produzido fique no país (ou seja intercambiado por outros bens não produzidos); e e) seja distribuído equitativamente entre seus habitantes” (Cendes, 1969, p. 517).

9. Em contraste, o estilo consumista “não é capaz de financiar um crescimento igual ao do CRIA (e inclusive menor em termos de renda nacional)”.

10. Ver o texto completo em <<http://www.un-documents.net/a24r2542.htm>>.

industrializados e sua proposta socialista de superação do subdesenvolvimento — reconhecia “a urgente necessidade de reduzir e eventualmente eliminar a disparidade entre o nível de vida existente nos países mais avançados economicamente e o que impera nos países em desenvolvimento”.

Do mesmo modo, entre suas prioridades se destacam a aposta pela “eliminação da pobreza”, a “distribuição justa e equitativa da renda” e o direito a “um trabalho produtivo e socialmente útil”, livre de “qualquer forma de exploração do homem”, o que demandava reformas ao direito de propriedade — subordinando-o à função social — e maiores padrões de higiene e saúde de trabalho. No plano internacional fazia-se um chamado a “eliminação de todas as formas de exploração econômica estrangeira” — monopólios internacionais expressamente incluídos —, “a fim de permitir aos povos de todos os países o gozo pleno dos benefícios de seus recursos nacionais”. Além do mais, introduziu-se uma alusão “a proteção e ao melhoramento do meio humano”.

A Resolução 2543 (XXIV) decidiu levar em conta todas estas considerações “na formulação da estratégia da Segunda Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento e na aplicação dos programas de ação internacional que serão realizados durante a Década”.¹¹

Segunda Década: Dos Estilos de Desenvolvimento ao Outro Desenvolvimento

Os poucos resultados da Primeira Década do Desenvolvimento nos três objetivos com os quais Seers, após sua passagem pela CEPAL, havia ressignificado o desenvolvimento (redução da pobreza, da desigualdade e do desemprego), além do aumento da lacuna na renda per

11. Ver o texto completo em <<http://www.worldlii.org/int/other/UNGA/1969/54.pdf>>.

capita entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que ocorreu durante esse decênio, determinaram as preocupações da Segunda Década do Desenvolvimento.

Nesse momento o pensamento sobre o desenvolvimento se moveu entre a radicalização (Teoria da Dependência, de origem marxista) e a reforma (à Nova Ordem Econômica Internacional [NOEI], de ascendência keynesiana) (Jolly *et al.*, 2009, pp. 108 e 111). A isso, uniram-se duas crises de natureza muito diferente e às quais o ano em curso lhes deu nome (1971): a crise ambiental e a segunda crise da teoria econômica. A “crise ambiental” é o termo escolhido para descrever a crescente consciência social sobre o dano produzido na biosfera pelo modelo de crescimento econômico capitalista (Commoner, 1971). Esta crise, junto com a primeira crise do petróleo (1973), fez com que o desenvolvimento — por antonomásia econômica — se convertesse em uma palavra suja, que precisaria de novas qualificações e de certas estratégias transformistas para restaurar sua antiga legitimidade (Rist, 2007).

Por sua parte, a “segunda crise da teoria econômica” (Robinson, 1971) foi o resultado da aplicação distorcida da revolução keynesiana por parte do complexo militar-industrial. A preocupação genuína de Keynes — assim como da nova disciplina da economia do desenvolvimento de Tinbergen e dos pioneiros cepalinos como Prebisch ou Seers — era a solução do que ele tinha identificado como o “Problema Econômico”: a eliminação da pobreza e a redução das desigualdades entre e dentro dos países (Keynes, 1931, p. VII). Porém, os objetivos desenvolvimentistas subordinaram-se ao gasto em armamento — medida que alimentou a Guerra Fria e outras guerras quentes —, por isso, o “agradável sonho” de Keynes se tornou um “horrível pesadelo” com a escalada do Vietnã (Robinson, 1971, p. 210). O que melhor resistiu a esse processo de escamoteio de seu pensamento foi a esperança do próprio Keynes de que, quando se atingisse um certo nível material de vida — entre quatro e oito vezes maior que o de seu tempo —, as pessoas poderiam dedicar suas “energias morais e materiais” a “cultivar em uma perfeição completa a arte da vida”, ou seja, a “viver sabiamente, agradavelmente e bem” (Keynes, 1931, pp. VII e 267-268). Esta ideia, que é o antecedente intelectualmente mais prestigioso do Bom Viver, exerceu uma grande fascinação sobre os

que, como Fritz Schumacher, acabariam impactando no conceito de desenvolvimento à escala humana, ainda que em um contexto muito diferente de questionamento do papel do Estado.

A Resolução 2626 (xxv), na qual foi adotada a Estratégia Internacional de Desenvolvimento para a Segunda Década do Desenvolvimento da ONU em outubro de 1970,¹² refletiu todas estas preocupações. A nova década devia “ser um passo adiante quanto à garantia do bem-estar e da felicidade não só da geração atual, mas também das gerações futuras”. De igual maneira, o desenvolvimento devia integrar as dimensões econômicas e sociais no plano nacional e a redução das lacunas (convergência) de renda no plano internacional:

a taxa média de crescimento anual de produto bruto per capita nos países em desenvolvimento considerados em conjunto deverá ser de cerca de 3,5% durante o decênio, com a possibilidade de acelerá-la durante a segunda metade do decênio, a fim de alcançar pelo menos um modesto começo de redução da disparidade de nível de vida entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento.

No plano discursivo, se propuseram duas noções inovadoras conectadas entre si: uma como metodologia de integração, o desenvolvimento “unificado” (desenvolvimento integral) dos aspectos econômicos, sociais e internacionais; e outra como ideia em ação (“desenvolvimento humano”), vinculada à satisfação das necessidades básicas mediante “uma distribuição mais equitativa da renda e da riqueza”, que compassará o crescimento econômico

para promover a justiça social e a eficiência da produção, elevar substancialmente o nível de emprego, atingir um nível mais alto de segurança de renda, ampliar e melhorar os meios de educação, saúde, nutrição, moradia e assistência social, e salvaguardar o meio ambiente. Assim, as mudanças qualitativas e estruturais da sociedade devem caminhar de mãos dadas com o rápido

12. Ver o texto completo em <<http://www.un-documents.net/a25r2626.htm>>.

crescimento econômico, e as diferenças existentes — regionais, setoriais e sociais — devem ser reduzidas substancialmente. Estes objetivos são ao mesmo tempo fatores determinantes e resultados finais do desenvolvimento; devem ser considerados, portanto, como partes integradas do mesmo processo dinâmico e requerem um enfoque unificado.¹³

Mas o “desenvolvimento humano” na Estratégia não é ainda o desenvolvimento das capacidades que já havia intuído Seers, a partir do pensamento de Marx, Veblen ou Gandhi, mas uma metáfora humanizada do desenvolvimento econômico: assim como este último econômico requer planejamento, por sua vez o desenvolvimento humano começa pelo planejamento familiar e depois continua com o desenvolvimento dos recursos humanos. Isto requer programas de fomento ao emprego e padrões trabalhistas, programas educativos, de saúde e nutrição, de acesso à moradia e dotação de infraestruturas comunitárias em áreas rurais e urbanas, além de “conter a deterioração do meio humano e adotar medidas a fim de melhorá-lo” e “fomentar atividades que contribuam para manter o equilíbrio ecológico, do qual depende a sobrevivência da humanidade”.

Se na Primeira Década do Desenvolvimento os aspectos sociais e econômicos foram tratados separadamente, na Segunda Década procurou-se sua integração, desde o momento da aprovação da Estratégia, inclusive com o seu inovador conceito de desenvolvimento humano. No final do decênio, porém, o Banco Mundial já tinha cooptado a ideia de desenvolvimento humano com o propósito de convertê-la num sinônimo de redução da pobreza com base em mais crescimento,¹⁴

13. Ver o texto completo em <<http://www.un-documents.net/a25r2626.htm>>.

14. “O desenvolvimento humano — educação e formação, melhor saúde e nutrição, e redução da fertilidade — tem se mostrado importante não apenas para aliviar a pobreza diretamente, mas também para aumentar a renda dos pobres, assim como o crescimento do PNB [...]. Enquanto agora há um progressivo reconhecimento de que o crescimento não evita a necessidade de desenvolvimento humano e outras medidas para redução da pobreza, é preciso ressaltar que o contrário também é verdadeiro: as medidas para redução da pobreza não deixam de lado a necessidade de crescimento” (Robert McNamara em World Bank, 1980, p. 111).

com isso, eram falsificadas as prioridades do desenvolvimento da ONU, ao mesmo tempo em que se desviava a atenção das reclamações do NOEI (Lobo, 1983; Moreno, 1985; Pronk, 1978; Samater, 1984; Stewart, 2006).

Assim, no *Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1980*, foi sintetizada a decisão de passar do “desenvolvimento dos recursos humanos” ao “desenvolvimento humano para enfatizar que este é tanto um meio quanto um fim do desenvolvimento econômico” (World Bank, 1980, p. 32). Ou seja, a agenda das necessidades básicas serviu para ressignificar o desenvolvimento econômico — mudança estrutural mediante industrialização — como desenvolvimento humano — luta contra a pobreza —, lançando com isso uma “cortina de fumaça” (Samater, 1984, p. 5) para distrair a atenção da enorme lacuna entre o nível de transformação industrial entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, e, de passagem, preparar o relato de que a destruição do meio ambiente era culpa dos pobres (Lobo, 1983).

Mas, justamente, o elevado nível de industrialização começou a ser colocado em questão nos países desenvolvidos, onde alguns autores (Mishan, 1960, p. 194) chegaram a recomendar às nações em desenvolvimento que não aspirassem a essa “terra do esbanjamento da Subutopia”. Esse “não à industrialização” antes da industrialização recebeu sua resposta dos países subordinados da periferia com o conceito de ecodesenvolvimento, promovido pelo entorno acadêmico e por publicações da CEPAL.

Ecodesenvolvimento e Nova Ordem Econômica Internacional

O ecodesenvolvimento e a discussão sobre os estilos de desenvolvimento devem ser entendidos no contexto das atividades preparatórias para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) e dos debates sobre o NOEI. Cabe destacar que

o termo ecodesenvolvimento e sua difusão internacional deveu-se a Ignacy Sachs, consultor com profundas raízes intelectuais estabelecidas no pensamento latino-americano,¹⁵ que além do mais fez parte do grupo de especialistas que assessorou a publicação do *Founex Report on Development and Environment* (1971), um dos insumos para a Conferência de Estocolmo, na qual, finalmente foram incluídos os assuntos sociais (humanos) na agenda meio ambiental dentro do marco do desenvolvimento capitalista, com o crescimento como solução à pobreza (Jolly *et al.*, 2009).

Ainda que o diretor do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Maurice Strong, tenha utilizado o termo ecodesenvolvimento pela primeira vez em 1973, o conceito já estava presente na postura de Commoner em relação ao relatório do Clube de Roma, crítica que implicava “transformações econômicas” na direção de uma “reorganização radical da sociedade humana para harmonizá-la com o imperativo ecológico”, já que “a força propulsora principal da tendência contra a ecologia que caracteriza o desenvolvimento de tecnologias produtivas modernas radica-se no fato da produção estar motivada geralmente pelo desejo de obter benefícios a curto prazo” (Commoner, 1974, pp. 264, 279).

¹⁵ De origem polaca, Sachs fugiu da perseguição nazista em 1939, para refugiar-se em 1941 no Brasil, país no qual residiu até 1954, ano em que se formou como economista da Faculdade de Ciências Econômicas e Políticas do Rio de Janeiro. Regressou à Polônia, cujo governo lhe encomendou a presidência da delegação da Conferência de Bandung (1955). Após a sua experiência como embaixador na Índia (1957-1960), onde realizou um doutorado na Escola de Economia da Universidade de Délhi, com uma tese sobre o capitalismo do Estado e o desenvolvimento no Brasil, conheceu o jovem mestre Amartya Sen (professor na Delhi School) e aprofundou-se sobre o pensamento desenvolvimentista e limitarianista de Gandhi, por quem já tinha se sentido atraído durante os anos quarenta. Regressou ao seu país para se integrar, entre 1961 e 1968, à Escola Superior de Planejamento e Estatística, onde colaborou com seu presidente, Michal Kalecki. Depois de trabalhar como consultor na CEPAL (1968) e após sua passagem pelo PNUMA (1972), Sachs acabou dirigindo, a partir de 1985, o Centre de Recherches sur le Brésil Colonial et Contemporain de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) da Universidade de Paris, onde Fernand Braudel o convidou, devido aos acontecimentos de 1968. Além disso, foi professor visitante no Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo e professor honorário da EHESS.

De igual maneira, além de ser “a bandeira de uma luta política contra as concepções unilaterais do Clube de Roma e seus adeptos”, o ecodesenvolvimento se articulava com a luta do Terceiro Mundo pela “criação de uma nova ordem mundial” (Leff, 1978, p. 304). Assim, o ecodesenvolvimento surgiu como uma terceira via entre os partidários do desenvolvimentismo capitalista do “crescimento selvagem” e seus críticos, partidários do crescimento zero, que resultaram, segundo Sachs, “vítimas da absolutização do critério ecológico até o ponto de perder a visão antropocêntrica do mundo, que é a chave de todas as filosofias humanistas” (1980, p. 720).

De acordo com Sachs, o ecodesenvolvimento tenta “agregar uma dimensão ambiental ao conceito de desenvolvimento e a sua abordagem”, sob o pressuposto de que “ainda existe uma margem de manobra suficiente para projetar estratégias de desenvolvimento viáveis, inclusive do ponto de vista ambiental” (Sachs, 1974a, pp. 57, 63).

O ecodesenvolvimento tem como pontos fundamentais:

1. a gestão racional dos recursos, através de um planeamento a longo prazo para uma exploração sustentável, com o objetivo de satisfazer as necessidades básicas de nutrição, moradia e energia, com a participação da população local;
2. a redução ao mínimo dos impactos negativos, ou bem, o aproveitamento produtivo dos efluentes e resíduos para a conservação dos recursos naturais; e
3. o uso de tecnologias adequadas para a industrialização de recursos renováveis mediante a combinação de tecnologias de ponta com outras intermediárias, baseadas em recursos naturais renováveis e em conhecimentos tradicionais da população local ou “etnoecologia” (Sachs, 1974a, pp. 65-68 e 1974b, p. 363).

Mas, o conceito de ecodesenvolvimento é mais amplo, vai além de sua mera concreção operativa: articula-se com a noção de desenvolvimento como realização das capacidades humanas (“como o homem é o recurso mais valioso, o ecodesenvolvimento deve contribuir antes

de tudo à sua realização”);¹⁶ antecipa a noção suave, assim como a forte do desenvolvimento sustentável;¹⁷ implica um desenvolvimento participativo que “pressupõe modalidades de organização social”, “estruturas comunitárias” com “autoridade horizontal” e “participação efetiva das populações interessadas na realização das estratégias do ecodesenvolvimento”, assim como “um sistema educativo novo” que sirva para “sensibilizar as pessoas sobre a dimensão ambiental e os aspectos ecológicos do desenvolvimento”;¹⁸ e é, em última instância, um desenvolvimento coletivo e centrado em si mesmo, que “confia na capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e contribuir com soluções originais” e que, por isso mesmo, “enaltece a autoconfiança (*selfreliance*)” (Sachs, 1974b, pp. 363-364).

Como Sachs destacou anos depois: o ecodesenvolvimento se baseia em “um critério de racionalidade social diferente da lógica do mercado” e em uma ética “da solidariedade sincrônica com a geração atual”, que é a que padece as “desigualdades sincrônicas” derivadas da “racionalidade produtivista”, e “da solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (Sachs, 1980, p. 720).

Da mesma forma, o ecodesenvolvimento tentou compatibilizar as demandas do movimento ecologista internacional dos países desenvolvidos — que reclamavam o respeito aos ecossistemas, necessário para manter as condições de habitabilidade da Terra, de acordo com as abordagens da economia ecológica — com as demandas de desenvolvimento econômico que tão peremptoriamente reivindicavam os países

16. “O emprego, a segurança, a qualidade das relações humanas, o respeito pela diversidade de culturas ou, caso se prefira, o estabelecimento de um sistema social que se considere satisfatório, fazem parte do conceito” (Sachs, 1974b, p. 364).

17. “A identificação, a valorização e a gestão dos recursos naturais são realizados com uma perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras” (sustentabilidade suave), enquanto “o ecodesenvolvimento se apoia na capacidade natural da região para a fotossíntese em todas as suas formas”, o que “deveria conduzir a um perfil reduzido de consumo de energia proveniente de fontes comerciais, particularmente de hidrocarbonetos” (sustentabilidade dura) (Sachs, 1974b, p. 363).

18. Isso acontece por “mudar o sistema de valores com relação às atitudes dominantes frente à natureza ou, ao contrário, de preservar e reforçar, ali onde persista, a atitude para com a natureza característica de certas culturas” (Sachs, 1974b, p. 364).

do Terceiro Mundo. Estes, por sua vez, encontravam-se organizados em torno ao NOEI, cujas propostas estavam amparadas pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD, por sua sigla em inglês) e se fundamentavam nas teorias estruturalista e dependentista do desenvolvimento, além de haver um forte ativismo político internacional latino-americano (Domínguez, 2016, pp. 61-65).

Ao abordar esta perspectiva do ecodesenvolvimento, Furtado encarregou-se de lembrar que a abordagem dos limites do crescimento se baseava no pressuposto de que os países em desenvolvimento, em algum momento, poderiam adotar o estilo de desenvolvimento dos Estados Unidos, o que para ele era simplesmente um mito, além de questionar o programa de convergência da Estratégia Internacional para a Segunda Década do Desenvolvimento (Furtado, 1974).¹⁹ Por isso, o ecodesenvolvimento não era contrário ao crescimento nem à industrialização. Na verdade, confrontava a proposta do *Founex Report* de converter os países do Terceiro Mundo em “asilos de poluição”, ao mesmo tempo que se aderiria ao objetivo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, marcado na Cúpula de Lima de 1975, para que os países em desenvolvimento alcançassem no ano 2000 a marca de 25% da produção industrial mundial (Sachs, 1977, p. 463).

Mas, ecodesenvolvimento representava, além do mais, uma abertura interdisciplinar da economia à antropologia cultural e à ecologia que convidava a uma mudança de perspectiva, começando pelo diagnóstico. Em vez de responsabilizar à pobreza pela destruição do meio ambiente, como o faziam o *Founex Report* e os neomalthusianos no relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento, Sachs afirma que “a destruição ecológica causada pelos pobres é consequência

19. Segundo Furtado, a implicação fundamental do relatório do Clube de Roma sobre os limites do crescimento é que “o estilo de vida produzido pelo capitalismo industrial deve ser preservado para uma minoria, pois toda tentativa de generalização do mesmo ao conjunto da humanidade necessariamente provocará uma crise global do sistema. Esta conclusão resulta da maior importância para os países do Terceiro Mundo, pois deixa em evidência que a opção do *desenvolvimento econômico* tal qual tem sido definido e praticado nesses países — ou seja, um caminho de acesso às formas de vida dos atuais países desenvolvidos — é simplesmente um mito” (Furtado, 1974, p. 413).

da desigualdade da distribuição da riqueza e da terra” (Sachs, 1977, p. 452). Portanto, o conceito de limites externos (naturais) da Conferência de Estocolmo não é absoluto senão relativo, porque depende dos arranjos institucionais e da escolha das tecnologias disponíveis, que por sua vez determinam a taxa de exploração dos recursos naturais, a que se deriva do “consumo material conspícuo e das necessidades artificialmente estimuladas” nos países desenvolvidos. Esta medição torna-se muito mais importante que a taxa de crescimento da população e do produto interno bruto (PIB) dos países em desenvolvimento (Sachs, 1977, pp. 452-453).

De acordo com Sachs (1980, p. 720), seria preciso “estudar novas modalidades [de desenvolvimento], tanto no que se refere aos fins quanto no que concerne aos instrumentos, com o compromisso de valorizar as contribuições culturais das populações que intervêm e de transformar em recursos úteis os elementos de seu meio”. Mas também, seria necessário estudar o desenvolvimento em termos territoriais: “o desenvolvimento só se manifesta onde estão e onde vivem as pessoas, dito de outro modo, nas localidades” e, por isso mesmo, “deve traduzir-se no melhoramento das condições materiais e imateriais da vida dos habitantes”, que é a condição para uma “convivência melhor e uma maior harmonia com a natureza” (Sachs, 1980, pp. 720-721).

O ecodesenvolvimento, como um estilo de desenvolvimento mais igualitário e menos dependente, inspirou a realização do evento Modelos de Utilização de Recursos, Meio Ambiente e Estratégias de Desenvolvimento, simpósio organizado pelo governo do México que foi realizado em Cocoyoc, Morelos, em outubro de 1974. O resultado da conferência de cientistas e economistas, celebrada com o patrocínio do PNUMA e da UNCTAD, foi a elaboração de um documento que o presidente do México, Luis Echeverria, respaldou — impulsionador do NOEI e da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados, aprovados em setembro e dezembro, respectivamente, na Assembleia Geral da ONU —: a *Declaração de Cocoyoc*, que a situa na linha dos esforços para concretizar esse projeto (Domínguez, 2016).

É preciso destacar que a *Declaração de Cocoyoc* foi um texto com muitas arestas políticas, redigido numa linguagem evocadora do espectro de Marx, que se inicia com a denúncia da ordem mundial, herdeira

de “quase cinco séculos de domínio colonial, durante os quais o poder econômico se concentrou numa forma predominante em um reduzido grupo de países” que, com 25% da população mundial, abarcava “pelo menos três quartos da renda mundial, do investimento, dos serviços e quase a totalidade da pesquisa” (PNUMA/UNCTAD, 1974, p. 20).

Esta situação, na qual “um centro explora uma imensa periferia, assim como o patrimônio comum universal”, reclamava um NOEI que, defendendo preços justos e sustentáveis para as exportações de matérias-primas dos países em desenvolvimento,²⁰ não violasse os limites internos das pessoas — o excessivo consumo dos ricos que impedia a satisfação das necessidades básicas de 40% da população, integrada pelos mais pobres — nem os “limites externos” da natureza, “os limites máximos da exploração do nosso planeta que pudessem causar efeitos irreversíveis e colocar em perigo a existência do homem sobre a terra” (PNUMA/UNCTAD, 1974, pp. 20, 22-23).

Desta forma, Cocoyoc apelou a não se focar no “desenvolvimento dos objetos, mas sim do homem” (PNUMA/UNCTAD, 1974, p. 21), para o qual reclamou um desenvolvimento baseado na satisfação das necessidades básicas: alimentação, vestuário, moradia, saúde e educação, assim como em uma redução das desigualdades entre e dentro dos países, porque a esperança no efeito *trickle down* é “ilusória”²¹ e a ampliação das liberdades negativas (liberdade de expressão e participação política). Mas também advogou pela liberdade positiva do direito a um trabalho, “no qual cada um se sinta plenamente realizado em uma ocupação” e, em direta alusão a Marx, “a não ficar alienado por causa de processos de produção nos quais se usa o ser humano simplesmente como uma ferramenta” (PNUMA/UNCTAD, 1974, p. 22).

Da mesma forma, em Cocoyoc reafirma-se a ideia dos estilos de desenvolvimento (“são diversos os caminhos pelos quais é possível

20. “Os baixos preços das matérias-primas têm chegado a constituir um fator decisivo no aumento da poluição, além disso têm alentado o desperdício e a economia do esbanjamento entre os ricos” (PNUMA/ UNCTAD, 1974, p. 21).

21. “O processo de crescimento que beneficia unicamente as minorias mais prósperas e aumenta as disparidades entre países e dentro deles, não pode ser considerado desenvolvimento. É exploração.” (PNUMA/UNCTAD, 1974, p. 22).

chegar ao desenvolvimento”) e renuncia-se à teoria da convergência, o que significa uma revisão profunda da finalidade do desenvolvimento, que “não consiste em ‘nivelar’, senão em garantir a qualidade de vida para todos, com uma base produtiva compatível com as necessidades das gerações futuras” (PNUMA/UNCTAD, 1974, pp. 22, 24), em linha com o ecodesenvolvimento e as ideias de Furtado.

A *Declaração* concluía com uma chamada limitarianista para os países desenvolvidos (PNUMA/UNCTAD, 1974, p. 22)²² e de autoafirmação e autodeterminação coletiva para os países em desenvolvimento, a partir de uma “estratégia básica” tendente a que cada um deles “tenha confiança em suas próprias forças, se apoie em seus próprios recursos humanos e naturais e possua a capacidade autônoma necessária para fixar as suas próprias metas e tomar as suas próprias decisões” (PNUMA/UNCTAD, 1974, p. 22). Foi assim que o elemento “horizontal e totalizador” do conceito de ecodesenvolvimento (Sachs, 1980, p. 723), propagado inicialmente desde a propaganda académica da América Latina para orientar os estilos de desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo, converteu-se em uma arma de “luta frontal e irreconciliável contra o capitalismo” (Leff, 1978, p. 308). Essa é a razão pela qual o conceito foi apagado em seguida do sistema de desenvolvimento da ONU, e só resistiu às margens do pensamento periférico latino-americano (Sejenovich, 2011).

Outro Desenvolvimento, o Ecodesenvolvimento Domesticado

No auge da agenda do NOEI e frente ao sétimo período extraordinário de sessões da Assembleia Geral da ONU em setembro de 1975, a

22. Esta abordagem filosófica, que supõem limites à riqueza — em vez de lutar contra a pobreza — para alcançar a boa vida, reflete-se na seguinte afirmação: “devemos nos preocupar por voltar a definir nossas metas, assim como estratégias novas de desenvolvimento e novos estilos de vida que incluam pautas de consumo mais modestas entre os ricos” (PNUMA/UNCTAD, 1974, p. 22).

Fundação Dag Hammarskjöld (DH) apresentou a agenda alternativa ecodesenvolvimentista em seu famoso relatório *Outro desenvolvimento*, de tal forma que se torna mais palatável para a discussão dentro do organismo internacional.

O documento parte de uma posição eclética, porque declara seguir a “rota marcada” pelo *Founex Report*, a *Declaração de Cocoyoc* e as contribuições teóricas do Foro do Terceiro Mundo, que, desde a sua criação no Chile em 1973, agrupava os elementos liberais e progressistas para trabalhar pela criação de uma ordem mundial mais justa (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975, p. 1).

O relatório DH teve, entre seus três conselheiros principais, Ignacy Sachs, Celso Furtado — que colaborou nas reuniões preparatórias (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975, pp. 131-132) e cujo o “utopismo por transferência” (Wolfe, 1976, p. 147) foi, sem dúvida, produto do financiamento do Ministério de Cooperação para o Desenvolvimento da Holanda, dirigido pelo socialista Jan Pronk, e da Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional, também com direção socialdemocrata — e Gunnar Myrdal, referência teórica e inspiradora do enfoque unificado de desenvolvimento da Estratégia Internacional para a Segunda Década.

Dividido em três blocos — rumo a outro desenvolvimento, rumo a uma nova ordem internacional e rumo a um novo sistema de desenvolvimento e cooperação internacional da ONU —, dos quais nos centraremos no primeiro, o relatório inicia com o diagnóstico da “crise do desenvolvimento”, que ocorre no interior dos países por três fatores: 1) pobreza das massas do Terceiro Mundo, porque não conseguem satisfazer suas necessidades básicas; 2) “alienação, seja na miséria ou na abundância, das massas desprovidas dos meios necessários para compreender e governar seu ambiente político e social”; e 3) “sentimentos de frustração que estão transtornando as sociedades industriais”.

Mas, a crise do desenvolvimento é também uma crise nas relações internacionais devido à desigualdade “entre uns poucos países dominantes e a maioria dos povos dominados”, que se reflete na incapacidade das instituições para adaptarem-se às rápidas mudanças na economia internacional associadas ao final da guerra do Vietnã

e ao aumento do preço do petróleo (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975, pp. 5-6).

Nesse contexto, “é possível outro desenvolvimento”, que deve se basear no “desenvolvimento de cada homem e mulher e de toda pessoa humana, e não só [no] crescimento de coisas, que são meramente meios”. Um desenvolvimento que deve ir dirigido à satisfação das necessidades básicas dos pobres, mas também a “garantir a humanização do homem ao favorecer suas necessidades de expressão, criação, convivência e decisão sobre seu próprio destino”. Um desenvolvimento multidimensional, “endógeno” e de “autodependência coletiva” (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975, p. 73),²³ que “brota das entranhas de cada sociedade, ao definir soberanamente a visão do seu futuro, em cooperação com sociedades que compartilham seus problemas e aspirações” e supõe “a soberania econômica nacional sobre os recursos e a produção”. É um desenvolvimento “em harmonia com o meio ambiente” que, reconhecendo a existência de “limites ecológicos para a ação dos homens” ou “limites externos”,²⁴ seja capaz de superar os limites internos, que são “sociais e políticos”, por meio de transformações estruturais: reformas agrárias e urbanas, assim como dos circuitos comerciais e financeiros: redistribuição da riqueza e dos meios de produção e descentralização para a democratização do poder político e econômico (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975, pp. 7, 13-16 e 28).

O relatório *Outro desenvolvimento* representou o ponto culminante das “utopias concretas ideadas por comitês” de especialistas, ou seja, “intelectuais e reformadores que se encontram, formando diferentes combinações, em um foro após outro” (Wolfe, 1979, pp.

23. Dita autodependência (*selfreliance*) tem que assumir a forma da “sindicalização” dos países do Terceiro Mundo tendente a aumentar o poder de negociação dos países em sua participação na economia internacional, mediante o emprego de sua capacidade latente, subutilizada ou não utilizada, de empreender uma ação conjunta em suas relações com os países industrializados”.

24. Estes limites “são o ponto a partir do qual um recurso não renovável esgota-se ou um recurso renovável, ou um ecossistema, perde capacidade de regenerar-se ou de cumprir suas funções principais nos processos biofísicos” (Fundação Dag Hammarskjöld, 1975, p. 36).

9-10). E mesmo que seu diretor tenha dito quatro anos depois da publicação do relatório que “outro desenvolvimento significa libertação” (Nerfin, 1979, p. 11), foram eludidos os aspectos chave: se o programa proposto devia “produzir-se pela conversão dos poderosos ou por sua derrocada” e se o crescimento da renda per capita mantinha ou não sua validade (Wolfe, 1979, p. 9). Basta analisar as opiniões de um de seus financiadores principais, o socialista holandês Jan Pronk, antigo assistente de Jan Tinbergen,²⁵ para entender essas ambiguidades e também as potencialidades do conceito.

Pronk propõe avançar no NOEI através da Internacional Socialista, uma terceira via transversal entre os interesses do Norte e os do Sul, e defende um estilo de desenvolvimento nacional e internacional — para os países em desenvolvimento — que deveria implicar “crescimento, autodeterminação e justiça social”, um “desenvolvimento humano [que] significa um desenvolvimento voltado para os pobres” e que conte com sua participação ativa (Pronk, 1978, pp. 77, 81 e 87-88).

Esmiuçando esses pontos, Pronk se expressa na linguagem das harmonias que antecipa as preocupações pós-desenvolvimentistas do Bom Viver, mas também no dos direitos cidadãos, característico do futuro discurso neodesenvolvimentista, de raiz socialista, desse novo estilo de desenvolvimento.²⁶

O debate sobre os estilos e as propostas de desenvolvimento alternativo próprios do utopismo das “revoluções sem sujeito” (Cardoso, 1980, pp. 856 e 860) serviram para explicitar três posturas definidas

25. Pronk financiou o chamado Relatório RIO (Reshaping the International Order, pelas siglas em inglês) de 1976, que Tinbergen coordenou para o Clube de Roma, e do qual participou, entre outros, Ignacy Sachs. O Relatório RIO advogou pela conversão da Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados em um tratado internacional com efeitos legalmente obrigatórios para levar adiante o programa do NOEI.

26. “Um processo de desenvolvimento baseado na harmonia, tanto nas pessoas entre si quanto entre as pessoas e seu ambiente natural [...] um processo de desenvolvimento baseado na harmonia entre o presente e o futuro [...] um processo de desenvolvimento baseado na preservação dos direitos humanos econômica, social, cultural e politicamente [...] um processo de desenvolvimento baseado na solidariedade, que tenha lugar na liberdade e que conduza à igualdade” (Pronk, 1978, p. 82).

por Aníbal Pinto,²⁷ as quais acabaram convergindo, na década seguinte, em torno ao desenvolvimento à escala humana, mas já em outro contexto — o contexto esmagador da crise da dívida — e por muitos motivos diferentes.

Terceira Década: Estilos de Desenvolvimento Alternativo e Desenvolvimento à Escala Humana

Apesar do resultado decepcionante do crescimento dos países em desenvolvimento durante a Segunda Década, a seguinte iniciou-se com a nova Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a Terceira Década do Desenvolvimento da ONU, aprovada em dezembro de 1980²⁸ e de marcado carácter voluntarista. Entre 1971 e 1980, o crescimento acumulativo do PIB (5,1%) e do PIB per capita (2.6%) nos países em desenvolvimento tinha ficado abaixo dos objetivos de 6% e 3,5%, respectivamente (Jolly *et al.*, 2009). Nesse contexto, com a sombra da crise da dívida que se prolongava por momentos, a nova Estratégia ganhou em retórica o que perdeu em ancoragem na realidade, um marco internacional que permitisse “reduzir significativamente as atuais disparidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, assim como a pronta erradicação da pobreza e da dependência” (com referência incluída à industrialização e à *collective selfreliance*).

27. “Dos que estão saciados e fartos da ‘sociedade opulenta’; dos que se encontram a meio caminho e criticam a suposta deseabilidade dessa meta; e, em última instância, daqueles que não querem e têm pouca ou nenhuma possibilidade de reproduzir o modelo rejeitado” (Pinto, 1976, p. 98).

28. Ver o texto em <<http://www.un-documents.net/a35r56.htm>>.

Este giro retórico expressa a frágil solução negociada entre a agenda de necessidades básicas, dominada a essas alturas pelo Banco Mundial, e a agenda do NOEI, laminada na segunda metade dos anos setenta pelas táticas divisionistas dos países centrais e a incubação da crise da dívida que acabaria deixando de lado a unidade do Terceiro Mundo (Domínguez, 2016).

A Estratégia contém metas específicas não só para os agregados econômicos,²⁹ mas também, e pela primeira vez, de “redução e eliminação da pobreza” e da fome, com o compromisso de alcançar em 2000 o pleno emprego, a escolarização primária universal, o aumento da expectativa de vida até 60 anos nos países em desenvolvimento, enquanto nos países mais pobres taxas de mortalidade geral não superiores a 120% e infantil não superiores a 50% (Jolly *et al.*, 2009; Koehler, 2015).

Desenvolvimento Humano e Estilos de Desenvolvimento Cepalinos

O Banco Mundial aceitou então a terminologia do “desenvolvimento humano” da ONU, esvaziou-a de conteúdo e reduziu a desenvolvimento individual, para depois propiciar os programas de ajuste estrutural que fizeram da Terceira Década a década perdida do desenvolvimento. Este movimento de limpeza ideológica — que teve seu aperitivo em um discurso de Henry Kissinger (1976, p. 672) ante a IV UNCTAD para combater o NOEI — e sua noção de desenvolvimento coletivo (1976)³⁰

29. Com crescimentos anuais para o decênio de 7% do PIB, 4,5% do PIB per capita, 7,5% e 8% das importações e exportações de bens e serviços, 4% do valor agregado bruto (VAB) do setor agrário e 9% do VAB do setor industrial, com uma taxa de formação bruta de capital entre 24 e 28 por cento.

30. “O desenvolvimento é uma empresa humana. São os talentos e esforços dos *indivíduos* que convertem em realidade o desenvolvimento, e são eles os que têm ser os seus últimos beneficiários [...] Portanto, o desenvolvimento deve olhar para além da sobrevivência a fim de proporcionar as oportunidades para a educação, maior liberdade *pessoal*, dignidade *individual*, e respeito por *si mesmos*” (as itálicas são nossas).

foi a resposta à Avaliação de Quito da Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a Segunda Década do Desenvolvimento realizada pela CEPAL em 1973, na qual se reclamava, como condição para a realização do desenvolvimento humano, a eliminação das “estruturas tradicionais” (a modo de “obstáculos”) mediante “mudanças estruturais” ou “mudanças institucionais” referidos aos direitos de propriedade (ou controle soberano dos recursos naturais, a reforma agrária e reformas na propriedade dos meios de produção em direção à esquemas públicos para alcançar um “desenvolvimento econômico autossustentável independente”) (ECLA, 1973, pp. 3-4).

Nesse documento, transparece que para o entorno da CEPAL o desenvolvimento humano ia muito além do investimento em recursos humanos — que foi o que realizou o Banco Mundial em 1980 —, continha um programa de liberação com ressonâncias socialistas: “os objetivos de desenvolvimento na América Latina devem ser a criação de uma nova sociedade e de um novo tipo de homem. A participação social em todas as formas do processo de desenvolvimento deve ser aumentada para alcançar uma sociedade mais justa”.³¹

Com estes antecedentes, em 1979 a CEPAL apresentou sua contribuição à Estratégia de Desenvolvimento Internacional para a Terceira Década do Desenvolvimento — ainda com a esperança posta no NOEI —, na ideia de que devia “contribuir à promoção do objetivo da autossuficiência nacional e coletiva dos países em desenvolvimento” (CEPAL, 1981). Assim, pois, a proposta se estruturou a partir de uma classificação de metas e objetivos quantitativos e qualitativos organizados em torno de seis áreas, das quais nos interessam três: “1) desenvolvimento econômico; 2) desenvolvimento social e humano, e 3) autossuficiência e mobilização de recursos nacionais” (CEPAL, 1981, pp. 468-469).

31. De fato, o representante dos Estados Unidos propôs emendar ou substituir as alusões referidas às “mudanças radicais”: a soberania sobre os recursos naturais matizada com a adequada compensação “em caso de nacionalização [...] de acordo ao direito internacional”, e a alusão às “estruturas tradicionais” suprimida porque “em muitos casos as estruturas tradicionais existentes a miúdo realizam uma valiosa contribuição ao desenvolvimento” (ECLA, 1973, p. 7).

1. Para o desenvolvimento econômico foram estimadas metas e objetivos quantitativos que, retrospectivamente e em relação com a década perdida, resultam de um voluntarismo heroico: 7,5% de crescimento do PIB, 8% de crescimento do valor adicionado bruto (VAB) industrial, coeficiente de poupança bruta de 23% e 8% de crescimento do comércio de importação e exportação.
2. Para o desenvolvimento social e humano foi colocada a necessidade de contar com indicadores para os fins essenciais do crescimento econômico, como a “adição do bem-estar social e sua plena participação no processo de desenvolvimento”, o “melhoramento da distribuição da renda e da riqueza”, além de outros objetivos específicos sobre os seguintes temas: “erradicação das situações de pobreza extrema e indigência”; “emprego, nutrição, educação, saúde e moradia”; “bem-estar infantil, participação da juventude e integração da mulher”; e “preservação do meio ambiente”.
3. Para a autossuficiência e mobilização dos recursos nacionais formularam-se nada menos que quatro objetivos gerais de caráter qualitativo: “identidade cultural e desenvolvimento de formas e estilos próprios de vida”; “plena mobilização dos recursos humanos e materiais como a base principal de sustentação do crescimento próprio”; “aceleração do investimento e formação de infraestrutura”; e “elevação da produtividade, contenção do consumismo e aumento da poupança para impulsionar a concentração” (CEPAL, 1981, pp. 470-476).

Um ano depois foram publicados os resultados do projeto conjunto entre a CEPAL e o PNUMA, *Estilos de desenvolvimento e meio ambiente na América Latina*, que foi realizado desde meados de 1978 até meados de 1980. No trabalho introdutório, Osvaldo Sunkel apresentou um balanço dos “estilos de desenvolvimento alternativos” que se realizaram na região nas duas décadas prévias, destacando como uma das principais falhas o fato de que “não tiveram a consideração adequada com a dimensão ambiental na análise integral do processo de desenvolvimento” (Sunkel, 1980, p. 10). Se nos anos setenta

tinha-se tentado integrar o desenvolvimento econômico e o social, com o objetivo de emular o “estilo internacional ascendente” — dos Estados Unidos —, agora era preciso acrescentar o componente ambiental a fim de eliminar, na medida do possível, os traços negativos desse “estilo transnacional”: as desigualdades entre classes e grupos, o gasto improdutivo do excedente em armamentos e o consumo desenfreado de energia e recursos naturais (Sunkel, 1980, pp. 10-11, 27).

A urbanização característica do modelo de desenvolvimento dos países capitalistas mais ricos gerava a falsa ilusão de que os seres humanos dependiam cada vez menos da natureza (“artificialização”), mas com isso se perdia também “um dos processos formativos culturais mais importantes” que, para Sunkel (1980, pp. 11, 16), é “a aquisição de uma sabedoria ecológica empírica em relação com as formas permissíveis e toleráveis da exploração da natureza circundante, de cuja reprodução depende a sobrevivência da população”.

De igual forma, Sunkel chama a atenção sobre os modos de apropriação social dos elementos da biosfera (terra, água e recursos naturais) por ser um dos “determinantes decisivos da desigualdade social e da estrutura de poder”: dita apropriação não é unicamente um fenômeno rural, mas também urbano,³² além de ser interno e internacional. De igual maneira, explica a divisão centro-periferia, suas especializações produtivas respectivas e, em definitiva, os diferentes estilos de desenvolvimento (Sunkel, 1980). Porém, como o conceito de estilo de desenvolvimento pode ser aplicado não só ao que *é*, mas também ao que *deve ser* (Sunkel, 1980), o autor se dá ao trabalho de formular um estilo alternativo.

Sunkel questiona a sustentabilidade do estilo de desenvolvimento ascendente ou transacional de origem importada: “é legítimo se

32. “O excedente gerado pela exploração da natureza permite a construção de um meio ambiente artificial extremamente favorável e grato para os setores de renda média e alta, e bastante precário para os setores populares. Isso dá lugar a uma situação na qual a preocupação dos setores abastados é pela qualidade da vida [...] enquanto as considerações ambientais que preocupam os pobres — a poluição da água, a distância dos lugares de trabalho, a precariedade e confinamento das moradias, etc. — atentam contra sua própria vida” (Sunkel, 1980, p. 59).

perguntar se acaso não é muito perigoso financiar um estilo de vida e de desenvolvimento que não se mantém a si próprio mediante a exportação de recursos naturais mais ou menos limitados e substituíveis, sujeitos, além disso, aos vaivéns do mercado internacional” (Sunkel, 1980, p. 51). E suas perguntas de então ressoam hoje mais que nunca nos debates sobre o neoextrativismo progressista do Bom Viver: “esse padrão de desenvolvimento poderia gerar com o tempo uma diversificação e expansão do potencial de exportações suficientemente amplo e dinâmico como para financiar boa parte de suas próprias necessidades crescentes de financiamento externo?” (Sunkel, 1980, p. 51).

Naquele momento, assim como agora, o problema era “satisfazer as necessidades mais urgentes da maioria da população”, objetivo que, frente aos magros resultados, precisava de uma mudança no estilo de desenvolvimento, sobretudo a favor da expansão da “produção de bens básicos nos setores de alimentação, vestuário, calçado, e dos serviços básicos de segurança social, moradia, saúde e educação” (Sunkel, 1980, p. 52). Portanto, a mudança de estilo não supunha “deixar em suspenso o crescimento econômico”, mas sim, reorientá-lo para que gerasse os recursos necessários a fim de satisfazer as necessidades básicas.

Assim, este estilo alternativo devia compatibilizar “a satisfação das necessidades fundamentais da maioria da população” com “a preservação e valorização da base dos recursos e do meio ambiente da sociedade”; devia reduzir a dependência com relação às fontes de energia fósseis, desenvolver tecnologias intensivas quanto à mão de obra e ajustá-las à base de recursos naturais, “administrar os recursos naturais com conhecimentos tecnológicos apoiados em bases ecológicas”, reorganizar a atividade, descentralizando-a das concentrações urbanas e diminuir os “excessos do consumismo” (Sunkel, 1980, p. 53).

Um programa de tal capacidade, que “põe em dúvida uma série de crenças derivadas da ideologia do crescimento econômico” — como fenômeno exponencial e ilimitado, baseado na exploração, artificialização da natureza e a concentração de bens materiais de consumo —, requeria uma ampla participação coletiva e um esforço intensivo de reeducação para que a população “internalize a dimensão ambiental e os aspectos ecológicos do desenvolvimento” (Sunkel, 1980, p. 61-63).

O Terceiro Limite do Desenvolvimento: Desenvolvimento à Escala Humana

Se na Primeira Década do Desenvolvimento a preocupação foi concentrada nos aspectos sociais (os limites internos) do desenvolvimento e na Segunda nos aspectos ecológicos (os limites externos), na Terceira surgiram as questões subjetivas. Ao pioneiro espanhol do desenvolvimento, José Luis Sampedro (Domínguez, 2013), cabe atribuir a introdução desse terceiro limite, o psicológico, o qual faz referência à “deterioração do sentido da identidade refletido diariamente em tantas manifestações de desconcerto e busca de pontos de apoio” e que é fruto do fato de dar mais importância ao “ter” que ao “ser” (Sampedro, 1983, p. 1666) ou, como dirá mais adiante, “feito às custas da vida interior do homem [...] deixando-lhe um vazio interno provocador de ansiedades e aberrações” (Sampedro, 1987, p. 39).

Sampedro (1983, p. 1663) aponta que há uma contradição entre “a consciência de que o planeta é o primeiro bem escasso” e a ignorância deste fato por “uma teoria convencional que, no entanto, faz da escassez sua categoria identificadora como ciência” (Sampedro, 1980, p. 362). Mas, o economista espanhol vai além do que ele considera limites físicos e políticos: a saída da “crise do desenvolvimento”, uma tecnocracia que se faz “às custas da natureza, de outras culturas ou da vida interior” e que “conduz a uma progressiva degradação humana” (Sampedro, 1983, pp. 1667-1668), consiste em uma mudança de valores para a “humanização do desenvolvimento”, da qual já falou em 1982 (Sampedro, 2009, p. 347). E para transformar esse modelo insustentável faz-se necessária uma “descolonização mental” ou “revolução cultural” que passa por um novo enfoque metaeconômico, “um campo que vai além da economia”, um terceiro nível de realidade axiológico que Sampedro identifica com o paradigma do “ecodesenvolvimento” (Sampedro, 1983, pp. 1655, 1660, 1663 e 1667).

De fato, no início dos anos oitenta, para Sampedro a “salvação” — frente ao “desenvolvimento como câncer” (Sampedro, 2009, p. 335) ou frente ao “desenvolvimentismo, com seu falso ideal do

crescimento perpétuo” como “dimensão patológica da cultura ocidental” (Sampedro, 2009, p. 352) — deveria ser buscada na “adoção de outra via de desenvolvimento” que rompesse com “a atrofia dos fins frente à hipertrofia dos meios”: uma economia preocupada com a pobreza a partir de um “desenvolvimento humanizado” que, por sua vez, deveria corrigir “o desequilíbrio fundamental da industrialização: a preferência às coisas em lugar dos homens” (Sampedro, 2009, pp. 341-345).

Superar a crise sistêmica, ou crise do desenvolvimento, implicava superar o “desenvolvimento explorado às custas da natureza, de outras culturas ou da vida interior” (Sampedro, 1983, p. 1667). O economista espanhol já havia questionado o paradigma utilitarista no qual se apoiava toda a economia do desenvolvimento — não só a economia do crescimento, mas também as teorias do subdesenvolvimento, de raiz estruturalista-dependente — com argumentos muito similares e antecipatórios aos de Amartya Sen. Em 1978, Sampedro havia afirmado: “a liberdade somente se conquista, porque não é um bem para ser consumido, mas sim para ser exercido. É produzida no seu exercício, que é justamente o seu desfrute” (Sampedro, 2009, p. 92).

Em 1980, Sampedro reivindicou “o desenvolvimento ecológico ou ecodesenvolvimento” (Sampedro, 1980, p. 367). Pouco depois de denunciar “o desvio do desenvolvimento para fins puramente materiais e quantitativos”, reclamou da “necessidade de um novo desenvolvimento, humano e ecológico”, baseado na solidariedade, que lembra as três harmonias do Bom Viver: “por que não imaginar que a nova cultura do século XXI se funde à ‘solidariedade’, como aproximação ao menos à fraternidade? Solidariedade com os nossos concidadãos; solidariedade entre os povos; solidariedade com o meio ambiente, porque é também, em certo sentido, nós mesmos; solidariedade — ou melhor dito, a liga — entre nossa vida exterior e interior” (Sampedro, 2009, p. 254).

Assim, a proposta do terceiro limite psicológico de Sampedro formava parte de um esquema de pensamento original ibero-americano que corroborou, e influenciou profundamente, a abordagem da economia descalça do chileno de origem alemã Manfred Max-Neef, que alude

ao método da observação participante que leva o economista a “viver e compartilhar da realidade invisível” (Max-Neef, 1982, p. 41).³³

A preocupação de Max-Neef, como a de Samp Pedro, era a desumanização da economia. Ambos consideram que no início dos anos oitenta há uma “crise total”, cuja causa final é a tentativa humana de “subjugar a natureza” mediante o “estilo vândalo” de desenvolvimento predominante e medido pela variação do PNB, ou seja, pelas “atividades que são geradas através do mercado, sem considerar se tais atividades são produtivas, improdutivas ou destrutivas” (Max-Neef, 1982, pp. 40, 42-43 e 51). Daí sua proposta para elaborar um “nono quantificador” denominado “Ecoson” ou “drenagem razoável dos recursos que uma pessoa necessita para atingir uma qualidade de vida aceitável”, considerando como tais recursos “os requerimentos de energia, nutrição, vestuário e moradia” (Max-Neef, 1982, p. 61). Tal medida está associada ao desenvolvimento “desejável” (“ou desenvolvimento no qual acreditamos e que buscamos”) e que, epistemologicamente, é caracterizado como um “humanismo ecológico integral”, mas que o também ganhador do Prêmio Nobel Alternativo não remete ao pensamento de Marx, mas sim ao “ecoanarquismo humanista” (Max-Neef, 1982, pp. 48, 62-63, 72).

Este ponto, em nosso modo de ver, é a linha divisória crítica entre toda a tradição anterior dos estilos do desenvolvimento, que é de raiz socialista, e o que Max-Neef depois acabou denominando desenvolvimento à escala humana, que, com suas propostas de

33. O termo procede do chamado a favor dos “especialistas descalços”, um novo tipo de especialista que necessitará “subordinar seus próprios valores, e mesmo os seus conhecimentos, aos da comunidade que está tentando servir” (Tinbergen, 1977, pp. 170-171). Max-Neef foi muito influenciado pelos movimentos comunitários (*grassroots*) que seguiam as doutrinas de Gandhi, mas mediante as ideias de Fritz Schumacher — outro grande concentrador intelectual como Seers —, e sua reivindicação da boa vida, de tradição keynesiana, através do filtro de Marx e do próprio Gandhi (Chick, 2013). Por certo, esta postura foi produto de sua crise pessoal como economista do desenvolvimento, depois de uma trajetória na qual Max-Neef começou trabalhando para Shell, soltou-se para a academia — com uma tese sobre estrutura social e desenvolvimento econômico com a qual doutorou-se na Universidade do Chile — e daí à consultoria internacional com a FAO e a OIT, para cuja Missão Andina trabalhou no Equador a princípios dos anos setenta.

interdependência, identidade e integração entre seres humanos e natureza, e de desconcentração do poder e a favor da redução da escala de produção, integrou às novas abordagens pós-desenvolvimentistas das correntes indigenista e ecologista do Bom Viver: “Não acredito mais em ‘soluções nacionais’ ou ‘estilos nacionais’ [...]. Por isso creio, como economista descalço, na ação local e em pequenas dimensões” (Max-Neef, 1982, p. 136).

Max-Neef segue a linha do enfoque original de necessidades básicas de Seers e da Fundação Bariloche — na qual trabalhou durante parte de seu exílio após o golpe de Estado de Pinochet —, mas, como Amartya Sen, transcende a aproximação materialista do fetichismo da mercadoria (Stewart, 2006). E o faz já marcado pelo contexto de desencanto com o socialismo real, a perda de eficácia das fórmulas keynesianas e o descrédito das medidas neoliberais (Espinoza, 1988).

Após reconhecer que as necessidades são finitas, Max-Neef introduz a distinção fundamental entre necessidades e satisfatores, que data de um primeiro trabalho elaborado para a Fundação Bariloche em 1978 (Espinoza, 1988). Com este argumento esclarece que as necessidades não estão hierarquizadas, mas sim inter-relacionadas em uma matriz, sobre a base das categorias existenciais (“Ser, Ter, Fazer, Estar”) e categorias axiológicas (“Permanência [Subsistência], Proteção, Afetos, Entendimento, Participação, Ócio, Criação, Identidade e Liberdade”). Por isso mesmo, as necessidades humanas fundamentais são “as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos” e o que varia são os satisfatores, definidos como “a maneira ou os meios utilizados para a satisfação das necessidades” (Max-Neef, 1982, pp. 237-238; Max-Neef *et al.*, 1986, pp. 25-27). Assim, cada sistema sociopolítico “adota diferentes estilos para a satisfação das mesmas necessidades humanas fundamentais”, de tal modo que não faz sentido falar de pobreza: só há pobrezas ou distintas dimensões existenciais ou axiológicas de pobreza (Max-Neef, 1982, pp. 239-240; Max-Neef *et al.*, 1986, pp. 27-29, 41-42).

Sobre essas premissas epistemológicas, o trabalho de Max-Neef e seus colaboradores na Fundação Dag Hammarskjöld em 1986 é uma tentativa de adaptação do relatório *Outro desenvolvimento* de 1975 ao contexto latino-americano, “à luz das mudanças de cenário

ocorridas durante o último decênio” (Max Neef *et al.*, 1986, p. 5). Trata-se de recuperar, frente à “crise da utopia”, o pensamento do “desejável-possível” depois do que se descreve como fracasso do desenvolvimentismo cepalino e do neoliberalismo monetarista, que os autores contemplam em seus traços comuns de mecanicismo e seus resultados econômicos concentradores (Max-Neef *et al.*, 1986, pp. 10-13, 72). Frente a essa crise, propõe-se um “Desenvolvimento à Escala Humana” (DEH), baseado na satisfação das necessidades humanas fundamentais, na geração de níveis crescentes da autodependência e nas quatro articulações orgânicas (seres humanos e natureza, o local e o global, indivíduo e sociedade, sociedade civil e Estado), com a premissa de dar protagonismo real às pessoas, privilegiando “tanto a diversidade quanto a autonomia de espaços em que o protagonismo seja realmente possível. Alcançar a transformação da pessoa-objeto em pessoa-sujeito do desenvolvimento” (Max-Neef *et al.*, 1986, pp. 14-15).

No entanto, por trás desta retórica humanista (“ao fetichismo das cifras deve se opor o desenvolvimento das pessoas”), o DEH tem dois pontos de *aggiornamento* aos anos de chumbo do neoliberalismo, o que supõe um claro retrocesso em relação à agenda socialista do outro desenvolvimento em suas vertentes de planejamento e internacionalismo: um passo adiante, humanista, subjetivista e pós-materialista, mas dois passos atrás na vertente socialista, igualitária e internacionalista, por sua concepção subalterna do papel do Estado (Max-Neef *et al.*, 1986, pp. 62, 77)³⁴ e por seu abandono da reivindicação do NOEI, após ter sido esmagado na Conferência sobre Cooperação Econômica

34. O DEH faz da necessidade — a incapacidade do Estado diminuído e encolhido pelo fundamentalismo de mercado que o Chile viveu desde a ditadura de Pinochet — virtude e propõe um Estado que, em vez de proporcionar os “satisfatores exógenos” (programas públicos de nutrição, saúde, e moradia), converta-se em um estimulador e potencializador de processos emanados de baixo para cima”, baseados numa “autodependência”, que consiste na “regeneração ou revitalização através dos *esforços, capacidades e recursos de cada um*” (itálicas nossas), complementada com capital social (recursos que vão além dos econômicos, como consciência social, cultura organizativa e capacidade de gestão, criatividade popular, energia solidária e capacidade de ajuda mútua) e cooperação internacional, o que conforma o clássico pacote neoliberal de desenvolvimento humano, sem mudança estrutural, ao qual, em princípio, renuncia-se.

Internacional, celebrada em Cancún em 1981 (Domínguez, 2016), a favor de um fraudulento localismo metodológico.³⁵

Finalmente, o DEH acrescenta à economia descalça e à sua matriz de necessidades e satisfatores os três elementos relacionais (harmonia consigo mesmo, com a comunidade e com a natureza) que serão definidores do Bom Viver e síntese dos estilos de desenvolvimento alternativo (e alternativa ao desenvolvimento) do século XXI. Assim, cada necessidade pode ser satisfeita “a) em relação a nós mesmos (*Eigenwelt*); b) em relação ao grupo social (*Mitwelt*), e c) em relação ao meio ambiente (*Umwelt*)” (Max-Neef *et al.*, 1986, p. 27).

De igual maneira, o DEH anuncia uma promessa de epistemologia da práxis verdadeiramente transformadora: “acessar o ser humano através das necessidades permite criar a ponte entre uma antropologia filosófica e uma opção política e de políticas”, com menção explícita a Marx (Max-Neef *et al.*, 1986, p. 34). Mas, a seguir, fecha a passagem à política pública: dado que as necessidades se concebem como “carência e potência, torna-se impróprio falar de necessidades que se ‘satisfazem’ ou que se ‘preenchem’”, por isso se deveria falar em “viver e realizar as necessidades, e vivê-las e realizá-las de maneira contínua e renovada”. Ou seja, trata-se de dar prioridade aos “satisfatores endógenos e sinérgicos” que surgem da sociedade civil — de baixo para cima — e, por esta nova magia do “desenvolvimento endógeno” *sui generis*, “conciliar o crescimento econômico, a solidariedade social e o crescimento de cada uma e de todas as pessoas” (Max-Neef *et al.*, 1986, pp. 50-51 e 64).³⁶

Agora bem, enquanto na economia descalça Max-Neef (1982, p. 52) fala de um “humanismo ecológico capaz de substituir, ou pelo

35. “Nenhuma Nova Ordem Econômica Internacional poderá ser significativa senão estiver sustentada na reformulação estrutural de uma densa rede de Novas Ordens Econômicas Locais” (Max-Neef *et al.*, 1986, p. 23).

36. Furtado (1984, pp. 185-191) descreveu três vias para alcançar o desenvolvimento endógeno, que ficam completamente ausentes (ou são diretamente rejeitadas) na análise do DEH: a coletivização dos meios de produção; a satisfação das necessidades básicas da coletividade, que “requer modificar o perfil da distribuição da renda”; e o aumento do grau de autonomia externa, que consiste em “assumir uma posição ofensiva nos mercados internacionais”.

menos, corrigir, o antropocentrismo que prevalece entre nós”, no Relatório DEH já denuncia a “cosmologia antropocêntrica que situa o ser humano acima da natureza” e que é própria dos “estilos tradicionais de desenvolvimento” e de sua “visão economicista”, portadora da crença de que a “deprecação indiscriminada de um recurso natural faz aumentar o PIB [produto interno bruto]” (Max-Neef *et al.*, 1986, p. 57). O DEH aplanava, assim, o caminho para o pós-desenvolvimento da corrente ecologista e indigenista do Bom Viver.

Considerações Finais: Levando a Sério o Outro Desenvolvimento

O objetivo deste capítulo era provar a conexão direta e indireta do outro desenvolvimento com as variantes de estilos de desenvolvimento que, desde princípios do século XXI, vêm ganhando força na região e concretizando-se no Bom Viver. Efetivamente, o Bom Viver, lema da política pública da Revolução Cidadã do Equador (2007-2016), expressa um estilo de desenvolvimento, de acordo com a definição de Graciarena (1976, p. 186) comentada na introdução.

Confrontando a literatura mais recente sobre o Bom Viver como política pública (ver Domínguez, Caria e León, 2017) com as características que podem ser extraídas da análise precedente e a velha avaliação sobre as publicações do outro desenvolvimento que há mais de 30 anos José Ángel Moreno fez (1985, pp. 331-346), parece que se confirma a hipótese da conexão latente entre o Outro Desenvolvimento e a variante atual do estilo de desenvolvimento que se concretizou nos Planos Nacionais para o Bom Viver (com o subtítulo de Planos Nacionais de Desenvolvimento). Este último autor estabelece o decálogo do denominador comum das propostas do outro desenvolvimento:

1. “Ênfase na satisfação das necessidades básicas”, que implica luta contra a pobreza e a desigualdade.

2. “Necessidade de intensificar o ‘esforço interno’”, baseado na mobilização dos recursos endógenos.
3. “Mobilização popular e participação social”, a fim de conseguir “um amplo consenso sobre as metas de desenvolvimento perseguidas e a forma de consegui-las, para o que será necessário promover a organização dos setores que possam ser favorecidos por essas práticas”, mediante “uma redistribuição consideravelmente mais equitativa do poder social”.
4. “Remontagem da cultura” através de uma política educativa e cultural que reafirme “a cultura e os saberes próprios”.
5. “Reorientação para as produções básicas”, com “atenção prioritária ao crescimento da produção agrária e industrial orientada ao mercado interno”.
6. “Máxima criação de emprego”, considerada não só em termos de aumento da atividade, mas sim como “elemento básico para o desenvolvimento da pessoa”.
7. “Atendimento ao setor tradicional” e às “suas formas de organização empresarial apropriadas”, por sua qualidade como fator para atrair mão de obra, seu potencial para a redução das desigualdades e da heterogeneidade estrutural, caso se consiga com o acesso às tecnologias adequadas “um considerável aumento da produtividade”.
8. “Tecnologia adequada”, “apropriada” ou “intermediária”, que se caracteriza “por uma maior utilização da mão de obra [...] uma ótima utilização dos recursos locais e uma maior capacidade de eficiência em pequenas escalas produtivas”.
9. “Consideração aos problemas do meio ambiente”, sem perder de vista a satisfação das necessidades humanas (incluindo aqui o emprego), de acordo com as abordagens do ecodesenvolvimento.
10. “Autonomia coletiva”, que concretiza a *collective selfreliance* em “propostas de não pagar coletivamente, a realmente impagável, dívida externa”.

Deixando à margem as nuances, que serão objeto de uma investigação posterior, podemos afirmar que, tanto nos princípios contidos

nos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (2009-2013 e 2013-2017) quanto, depois, nas propostas operativas de política pública, a corrente socialista do Bom Viver, como estilo de desenvolvimento que buscava outro desenvolvimento, foi coerente com todos os pontos do decálogo, com exceção parcial dos pontos 3 e 9 e todo o ponto 5. O Outro Desenvolvimento teve assim uma influência direta e indireta no Bom Viver, mas também encontrou seus limites no ponto que Moreno (1985, p. 352) destacou ao afirmar que “a aplicabilidade do enfoque requer condições que não resultam facilmente imagináveis sem uma prévia transformação social radical que permitisse impor aos setores dominantes os interesses majoritários da comunidade”. Portanto, nas fontes ideacionais do Bom Viver, como política pública inspirada num estilo de desenvolvimento, encontramos antecedentes de ideologia socialista, com destacados perfis humanistas, comunitários e internacionalistas, que são prévios à herança recebida — e reconhecível — pelo Bom Viver através do conceito de desenvolvimento à escala humana.

Em seu trabalho sobre as ideias em ação que se geraram no entorno das sucessivas décadas do desenvolvimento da ONU, Jolly *et al.* (2009, p. 298) destacam que “as ideias são como invenções”, que permanecem latentes até que em circunstâncias propícias alguém tenta colocá-las em prática, como “velhas ideias com um disfarce novo”.

Grande parte dos debates sobre o desenvolvimento que teve lugar na América Latina durante o século XXI (Sankey e Munck, 2017) está marcada pelas ideias associadas às propostas alternativas durante as primeiras décadas do desenvolvimento da ONU. Há muito o que aprender com elas. É hora de que tais abordagens comecem a ser levadas a sério por meio de rigorosa reconstrução histórica do pensamento econômico latino-americano, reconstrução que, a julgar pela modesta contribuição historiográfica da América Latina ao pensamento econômico global (Barnett, 2015), está em uma fase inicial de redescoberta e atualização de sua vigência.

Referências

- ARNDT, H. (1989). *Economic Development. The History of an Idea*. Chicago: University of Chicago Press.
- BARNETT, V. (Ed.). (2015). *Routledge Handbook of the History of Global economic thought*. Nova York: Routledge.
- CARDOSO, F. H. (1961). La distribución de la renta y el desarrollo económico. *Desarrollo Económico*, 1(1), pp. 35-114. Disponível em <<https://www.educ.ar/recursos/93209/la-distribucion-de-la-renta-y-el-desarrollo>>.
- CARDOSO, F. H. (1980). El desarrollo en el banquillo. *Comercio Exterior*, 30(8), pp. 846-860. Disponível em <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/422/8/RCE8.pdf>>.
- CARIA, S. e Domínguez, R. (2014). El porvenir de una ilusión: la ideología del Buen Vivir. *América Latina Hoy. Revista de Ciencias Sociales*, 67, pp. 139-163. Disponível em <<http://revistas.usal.es/index.php/1130-2887/article/view/11385>>.
- CARIA, S. e Domínguez, R. (2016). Ecuador's Buen vivir. A New Ideology for Development. *Latin American Perspectives*, 43(1), pp. 18-33.
- CENTRO DE DESARROLLO. (1969). Estilos de desarrollo. *El Trimestre Económico*, 36(144-144), pp. 517-576.
- CHICK, V. (2013). Economics and the Good Life: Keynes and Schumacher. *Economic Thought*, 2(2), pp. 33-45. Disponível em <<http://et.worldeconomicassociation.org/files/WEA-ET-2-2-Chick.pdf>>.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. (1981). América Latina en la Nueva Estrategia Internacional del Desarrollo (metas y objetivos). *El Trimestre Económico*, 48(190-192), pp. 444-476.
- COMMONER, B. (1971). *The Closing Circle. Nature, Man and Technology*. Nova York: Alfred A. Knopf.
- COMMONER, B. (1974). Dos enfoques de la crisis ambiental. *Comercio Exterior*, 24(3), pp. 264-280. Disponível em <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/406/4/RCE6.pdf>>.
- DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. (1962). *The United Nations Development Decade: Proposals for Action*.

- Nova York: United Nations. Disponível em <<https://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=mdp.39015069810383;view=lup;seq=11>>.
- DOMÍNGUEZ, R. (2013). José Luis Sampedro (1917-2013), pionero de los Estudios del Desarrollo. *Revista Iberoamericana de Estudios del Desarrollo*, 2(1), pp. 119-125. Disponível em <<https://repositorio.unican.es/xmlui/bitstream/handle/10902/5190/Dominguez%2c%20R.%2c%202013.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.
- DOMÍNGUEZ, R. (2016). En los pliegues de la historia: Cooperación Sur-Sur y procesos de integración en América Latina y el Caribe. *Estudos Internacionais: Revista Relações Internacionais*, 4(2), pp. 57-78. Disponível em <<https://repositorio.unican.es/xmlui/bitstream/handle/10902/11119/EnPlieguesHistoria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.
- DOMÍNGUEZ, R., Caria, S. y León, M. (2017). Buen Vivir: Praise, Instrumentalization, and Reproductive Pathways of Good Living in Ecuador. *Latin American and Caribbean Ethnic Studies*, 12(2), pp. 133-154.
- ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA. (1964). Popular Participation and Principles of Community Development in Relation to the Acceleration of Economic and Social Development. *Economic Bulletin of Latin America*, 9(2), pp. 225-255.
- ECONOMIC COMMISSION FOR LATIN AMERICA. (1973). *The Quito Appraisal. A Review, Adopted at the Fifteenth Session of ECLA as Resolution 320(xv), of the Progress Made in the First Two Years of the International Development Strategy*. Santiago: Economic Commission for Latin America/Instituto Latinoamericano de Planificación Económica y Social. Disponível em <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/35526>>.
- EMMERIJ, L., Jolly, R. y Weiss, T. (2005). Economic and Social Thinking at the UN in Historical Perspective. *Development and Change*, 36(2), pp. 211-235. Disponível em <http://www.unhistory.org/reviews/Ec_and_soc_thinking.pdf>.
- ESPINOZA, J. G. (1988). Otro desarrollo, otra vida. ¿Fin de la civilización del egoísmo? *Nueva Sociedad*, 42, pp. 72-80. Disponível em <http://nuso.org/media/articles/downloads/1699_1.pdf>.

- ESTUDOS AVANÇADOS. (2004). Experiências internacionais de um cientista inquieto. Entrevista com Ignacy Sachs. *Estudos Avançados*, 18(52), pp. 353-372. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000300023&lng=pt&tlng=pt>.
- FUNDACIÓN DAG HAMMARSKJÖLD. (1975). *Qué hacer: otro desarrollo. Informe para la VII Sesión Extraordinaria de la Asamblea General de las Naciones Unidas*. Upsala: Fundación Dag Hammarskjöld.
- FURTADO, C. (1966). Hacia una ideología del desarrollo. *El Trimestre Económico*, 33(101-103), pp. 379-391.
- FURTADO, C. (1974). El mito del desarrollo y el futuro del Tercer Mundo. *El Trimestre Económico*, 41(162-162), pp. 407-416.
- FURTADO, C. (1984). El desarrollo como proceso endógeno. *Ola Financiera*, 8, 170-193. <http://www.olafinanciera.unam.mx/new_web/08/pdfs/Furtado-Clasicos-OlaFin-8.pdf>.
- GOSH, B. N. (2012). *Beyond Gandhian Economics. Towards a Creative Deconstruction*. Nueva Delhi: SAGE.
- GRACIARENA, J. (1976). Poder y estilos de desarrollo. Una perspectiva heterodoxa. *Revista de la CEPAL*, 1, pp. 173-193. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12289/001173193_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L. e Cubillo Guevara, A. P. (2014). Seis debates abiertos sobre el *sumak kawsay*. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, 48, pp. 25-40. Disponível em <<http://revistas.flacsoandes.edu.ec/iconos/article/view/1204/1103>>.
- HIRSCHMAN, A. (1961): Ideologies of Economic Development in Latin America. En *Latin America Issues: Essays and Comments* (pp. 3-42). Nueva York: Twentieth Century Fund.
- JOLLY, R., Emmerij, L., Ghai, D. y Lapeyre, F. (2009). *UN Contributions to Development Thinking and Practice*. Bloomington: Indiana University Press.
- KEYNES, J. M. (1931). *Essays in Persuasion*. Nova York: W. W. Norton.
- KISSINGER, H. (1976). UNCTAD IV: Expanding Cooperation for Global Economic Development. *The Department of State Bulletin*, 74(1927), pp. 657-672.

- KOEHLER, G. (2015). Seven Decades of “Development”, and Now What? *Journal of International Development*, 27(6), pp. 733-751. Disponível em <<http://www.peacewomen.org/sites/default/files/Seven%20decades%20of%20development.pdf>>.
- LEBOWITZ, M. A. (2009). The Path to Human Development: Capitalism or Socialism. *Monthly Review*, 60(9). Disponível em <<https://monthlyreview.org/2009/02/01/the-path-to-human-development-capitalism-or-socialism/>>.
- LEFF, E. (1978). Falacias y aciertos del ecodesarrollo. *Comercio Exterior*, 28(3), pp. 304-308. Disponível em <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/459/4/RCE7.pdf>>.
- LEÓN, M. e Domínguez, R. (2017). Políticas de desmercantilización de la Revolución Ciudadana en Ecuador, contradicciones y tensiones. *Revista do CLAD*, 68, pp. 135-168.
- LOBO, F. (1983). Teoría y política del desarrollo económico en el último cuarto del siglo xx. Nuevo Orden Económico Internacional y estrategia de las necesidades básicas. *El Trimestre Económico*, 50(199-193), pp. 1507-1533.
- LOVE, J. L. (1994). Economic Ideas and Ideologies in Latin America since 1930. En L. Bethell (Ed.), *The Cambridge History of Latin America, Volume vi. Latin America since 1930: Economy, Society and Politics. Part 1, Economy and Society* (pp. 393-460). Nova York: Cambridge University Press.
- MARX, K. (1979). *Crítica del Programa de Gotha*. Moscú: Editorial Progreso.
- MAX-NEEF, M. (1982). *La economía descalza. Señales desde el mundo invisible*. Montevidéo: Cepaur/Nordan. Disponível em <https://www.max-neef.cl/descargas/Max_Neef-Economia_descalza.pdf>.
- MAX-NEEF, M., Elizalde, A. e Hopenhayn, M. (1986). *Desarrollo a escala humana. Una opción para el futuro*. Santiago: Cepaur/Fundación Dag Hammarskjöld. Disponível em <http://www.daghammarskjold.se/wp-content/uploads/1986/08/86_especial.pdf>.
- MINTEGUIAGA, A. e Ubasart-González, G. (2015). Caminando hacia el buen vivir. El reto de definir el régimen de bienestar. *Revista Theomai. Estudios Críticos sobre Sociedad y*

- Desarrollo*, 32, pp. 57-75. Disponible em <<http://www.redalyc.org/pdf/124/12442732004.pdf>>.
- MISHAN, E. J. (1960). Review of the Economics of Underdevelopment. *Economica*, 27(106), pp. 192-194.
- MORENO, J. A. (1985). El “otro desarrollo”: una nota sobre su viabilidad. *El Trimestre Económico*, 52(206-2), pp. 327-356.
- NERFIN, M. (1979). Introduction. En M. Nerfin (Ed.), *Another Development: Approaches and Strategies* (pp. 9-18). Uppsala: Dag Hammarskjöld Foundation.
- PÉREZ-CALDENTEY, E. e Vernengo, M. (2016). Reading Keynes in Buenos Aires: Prebisch and the Dynamics of Capitalism. *Cambridge Journal of Economics*, 40(6), pp. 1725-1741.
- PINTO, A. (1976). Notas sobre estilos de desarrollo en América Latina. *Revista da CEPAL*, 1, pp. 97-128. Disponible em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12289/001173193_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- PREBISCH, R. (1961). *Desarrollo económico, planeamiento y cooperación internacional*. Santiago de Chile: CEPAL.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE/ CONFERENCIA DE LAS NACIONES UNIDAS SOBRE COMERCIO Y DESARROLLO. (1975). Declaración de Cocolyoc. *Comercio Exterior*, 25(1), pp. 20-24. Disponible em <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/704/2/RCE3.pdf>>.
- PRONK, J. (1978). Redefinición de intereses comunes. Relaciones Norte-Sur, *Nueva Sociedad*, 36, pp. 77-88. Disponible em <http://nuso.org/media/articles/downloads/433_1.pdf>.
- RIST, G. (2007). Development as a Buzzword. *Development in Practice*, 17(4-5), pp. 485-491.
- ROBINSON, J. ([1971] 2015). La segunda crisis de la teoría económica. *Revista de Economía Crítica*, 19, pp. 204-213. Disponible em <http://www.revistaeconomiacritica.org/sites/default/files/revistas/n19/JoanRobinson_Segunda_Crisis_de_la_teor%C3%ADa_economica.pdf>.
- SACHS, I. (1974a). Ecodesarrollo: un aporte a la definición de estilos de desarrollo para América Latina. *Estudios Internacionales*, 7(25), pp. 57-77. Disponible em <<https://revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/view/17549/19701>>.

- SACHS, I. (1974b). Ambiente y estilos de desarrollo. *Comercio Exterior*, 24(4), pp. 360-368. Disponível em <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/407/5/RCE7.pdf>>.
- SACHS, I. (1977). El ambiente humano. En J. Tinbergen (Coord.), *Reestructuración del orden internacional. Informe al Club de Roma* (pp. 448-466). México: Fondo de Cultura Económica.
- SACHS, I. (1980). Ecodesarrollo. Concepto, aplicación, implicaciones. *Comercio Exterior*, 30(7), pp. 718-725. Disponível em <<http://revistas.bancomext.gob.mx/rce/magazines/421/6/RCE6.pdf>>.
- SAMATER, I. M. (1984). From “Growth” to “Basic Needs”. The Evolution of Development Theory. *Monthly Review*, 36(5), pp. 1-13.
- SAMPEDRO, J. L. (1980). Desarrollo económico. En R. Martínez (Dir.), *Economía Planeta. Diccionario Enciclopédico* (vol. 3, pp. 352-367). Barcelona: Planeta.
- SAMPEDRO, J. L. (1983). Triple nivel, doble estrategia y otro desarrollo. *El Trimestre Económico*, 50(199-3), pp. 1655-1675. Disponível em <http://aleph.academica.mx/jsui/bitstream/56789/6179/1/DOCT2065329_ARTICULO_16.PDF>.
- SAMPEDRO, J. L. (1987). Aprendizajes de un metaeconomista. *Economistas*, 26, pp. 36-42.
- SAMPEDRO, J. L. (2009). *Economía humanista. Algo más que cifras*. Barcelona: Debate.
- SANKEY, K. y Munck, R. (2017). Rethinking Development in Latin America: The Search for Alternative Paths in the Twenty-First Century, *Journal of Developing Societies*, 32(4), pp. 334-361.
- SEERS, D. (1969). The Meaning of Development. *IDS Communication*, 44. Disponível em <<http://www.ids.ac.uk/files/dmfile/themeaningofdevelopment.pdf>>.
- SEJENOVICH, H. (2011). La calidad de vida, la cuestión ambiental y sus interrelaciones. Em V. Farah e L. Vasapollo (Coords.), *Vivir bien: ¿Paradigma no capitalista?* (pp. 209-230). La Paz: CIDES/UMSA. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/engov/20131216115814/VivirBien.pdf>>.

- SINGH, R. P. B. (2006). Mohandas (Mahatma) Gandhi. Em D. Simon (Ed.), *Fifty Key Thinkers on Development* (pp. 106-111). Nueva York: Routledge.
- STEWART, F. (2006). Basic Needs. Em D. A. Clark (Ed.), *The Elgar Companion to Development Studies* (pp. 14-18). Chentelham: Edward Elgar.
- SUNKEL, O. (1980). Introducción. La interacción entre los estilos de desarrollo y el medio ambiente en América Latina. Em O. Sunkel e N. Giglo (Comp.), *Estilos de desarrollo y medio ambiente en América Latina* (pp. 9-64). México: Fondo de Cultura Económica. Disponible em <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/40625>>.
- TINBERGEN, J. (Coord.). (1977). *Reestructuración del orden internacional. Informe al Club de Roma*. México: Fondo de Cultura Económica.
- VEBLÉN, T. (1898). The Instinct of Workmanship and the Irksomeness of Labor. *American Journal of Sociology*, 4(2), pp. 187-201.
- VEBLÉN, T. (2007). *The Theory of the Leisure Class*. Oxford: Oxford University Press.
- WEISBROT, M., Johnston, J. e Merling, L. (2017). *Una década de reformas: políticas macroeconómicas y cambios institucionales en Ecuador y sus resultados*. Washington, DC: Center for Economic Policy Research. Disponible em <<http://cepr.net/images/stories/reports/ecuador-2017-02-spanish.pdf>>.
- WOLFE, M. (1976). Enfoques del desarrollo. ¿De quién y hacia qué? *Revista de la CEPAL*, 1, pp. 129-172. Disponible em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/12289/001173193_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- WOLFE, M. (1979). Reinventando el desarrollo: utopías de comités y simientes de cambio reales. *Revista da CEPAL*, 7, pp. 7-42. Disponible em <http://repository.eclac.org/bitstream/handle/11362/10753/007007042_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.
- WORLD BANK. (1980). *World Development Report, 1980*. Nueva York: Oxford University Press. Disponible em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/430051469672162445/pdf/108800REPLACEMENT0WDR01980.pdf>>.

CAPÍTULO III

**O Neoextrativismo na
América Latina**

Novo Rumo ou Extração de
Renda na Globalização?*

ALICIA PUYANA MUTIS
México

* Este capítulo baseia-se em “El retorno al extractivismo en América Latina. ¿Ruptura o profundización del modelo de economía liberal y por qué ahora?”, publicado por *Espiral. Estudios sobre Estado y Sociedad* (Puyana, 2017). Entretanto, aqui se ampliou a análise com novos elementos conceituais e empíricos e, ao mesmo tempo, foram atualizados os exercícios econométricos mais relevantes.

Agradecemos a eficiente assistência da mestra Yunuen Nicté Rodríguez Piña. Porém, os erros e omissões são de exclusiva responsabilidade da autora.

Introdução

O neoextrativismo latino-americano, a ascensão das matérias-primas nas exportações e o modelo de desenvolvimento baseado nas vantagens competitivas estáticas, isto é, nos recursos relativamente abundantes (recursos naturais renováveis, não renováveis e mão de obra não qualificada), costuma ser considerado como uma ruptura com o modelo econômico estabelecido nos anos oitenta e noventa, com as reformas estruturais e a liberalização que vieram à luz no Chile e na Argentina sob ditaduras militares, e que se institucionalizou no resto da América Latina durante essas mesmas décadas.

No entanto, este capítulo parte da premissa de que o neoextrativismo, antes que uma ruptura, é a *marca d'água* do modelo de desenvolvimento da economia liberal instaurado com as reformas

estruturais. É a renovação da penetração do capital transnacional na América Latina e expressa a extração de renda de bens não produzidos por este mesmo capital estrangeiro.

Em segundo lugar, é preciso considerar que, diferentemente do que sucedia a inícios do século xx, é a sociedade, mais o extrativismo, o fator que mais mudou, o que imprime as trilhas, o que exige novas normas políticas, econômicas e sociais. Na atualidade as sociedades dos países exportadores de matérias-primas estão mais urbanizadas, têm maior educação, são mais conscientes de seus direitos, da não discriminação, reclamam por equidade e respondem à novas preocupações, como a participação e a preservação do meio ambiente.

Durante a etapa da economia liberal a teoria e as políticas econômicas centraram o crescimento no capital, e foi ao procurar sua taxa ótima de rentabilidade que definiu o curso das políticas monetária, cambiária, fiscal e laboral com o fim de alinhar as cotações domésticas e externas dos produtos e reposicionar a mão de obra e o capital de acordo com as vantagens comparativas.

Desta forma, o movimento fatorial define a especialização internacional das economias em bens intensivos e no uso dos fatores abundantes, ao mesmo tempo que permite estabelecer os preços relativos dos bens comercializáveis e não comercializáveis, dos nacionais e dos estrangeiros e determina a retribuição ao trabalho e ao capital. Assim, molda o futuro das economias e das sociedades, pois as decisões políticas atuais afetam os desenvolvimentos dos custos de transação e das estruturas produtivas (Douglass, 1990).

O neoextrativismo aprofunda-se nesta estratégia liberal e na inserção das economias latino-americanas no comércio internacional, primeiro, ao permitir que a iniciativa privada invista em itens aos quais não tinha acesso: em terras abandonadas ou de propriedade comunitária e em água, eletricidade, petróleo e gás, recursos considerados como propriedade da nação e de produção reservada exclusivamente a entes estatais ou em associação com privados; segundo, ao reduzir os impostos, liberalizar o intercâmbio e outorgar aos investimentos externos concessões para a agricultura, silvicultura e mineração, o que em realidade implica dar subsídios para a extração da renda.

Por isso, consideramos que se manterá a trajetória registrada desde a crise da dívida — na dinâmica e na estrutura do produto interno bruto (PIB) —, da produtividade, do emprego e da renda. Denominar os recursos naturais como “capital natural”, colocar-lhes um preço e calcular o seu valor presente (Banco Mundial, 2018a), ignorando os erros teóricos e metodológicos deste procedimento,¹ prova a intenção de mercantilizá-los, estratégia que, por exemplo, estende-se a água, ao sol e ao vento. Da renda destes últimos deveria se beneficiar toda a sociedade e não ser captada quase que exclusivamente pelo investidor privado, que só contribui com o valor dos bens de capital — como o custo dos painéis solares ou dos moinhos de vento — e ignora seu valor enquanto bens públicos.

O impacto de reinstalar as vantagens comparativas estáticas no centro do desenvolvimento pode ser medida de acordo com os supostos dos modelos da doença holandesa (DH), que explica o menor crescimento das economias especializadas em matérias-primas, entre outras razões, pelo retrocesso prematuro das manufaturas e a agricultura na geração do PIB, do emprego e das exportações. Do mesmo modo, essa involução se evidencia na deterioração do mercado de trabalho, no retrocesso do trabalho na distribuição funcional da renda e da queda das remunerações reais. Desta maneira, o desempenho desfavorável de tais economias contradiria os fundamentos neoclássicos do comércio exterior baseados nas vantagens comparativas, na intensidade fatorial e nos custos relativos, assim como nos argumentos teóricos e políticos que sustentaram as reformas estruturais.

Assim, pois, este capítulo explora os efeitos econômicos do extrativismo — em geral na América Latina e, de modo particular, na Argentina, Brasil, Colômbia e México —, com o objetivo de verificar alguns pressupostos dos modelos da DH sobre mudanças estruturais, desempenho econômico e desenvolvimento social. Para isso, se

1. Piketty (2014) reviveu o debate sobre o que é o capital, pois nem toda riqueza o é. O valor do capital só se estabelece depois de realizada a produção e obedece aos preços e à taxa de lucro, enquanto esta, por sua vez, depende do valor que é dado ao capital, conformando-se uma análise circular, tautológica. Calcular hoje o valor presente da água ou dos bosques carece de lógica.

desenvolve da seguinte maneira: na primeira seção se apresentam definições básicas do extrativismo, assim como os elementos teóricos, clássicos e contemporâneos elaborados pelo estruturalismo, e faz-se aproximações conceituais sobre a renda extraída de bens não produzidos pelas sociedades humanas, como as jazidas de petróleo, as minas, os aquíferos; na segunda se estabelece que nos quatro países mencionados há sintomas de DN devido ao retrocesso das manufaturas no PIB e nas exportações e a concomitante deterioração do trabalho; na terceira, de forma geral, se exploram algumas implicações da DN e o extrativismo para a região em seu conjunto, de acordo com certas variáveis econômicas, como a desigualdade e o emprego; e na quarta seção se conclui.

A análise se concentra no período que vai dos anos oitenta até aproximadamente 2016, lapso de tempo durante o qual se completou o ciclo de liberalização das economias, houve a crise de 2008 e foram aprovadas as reformas estruturais.

Os Embasamentos Teóricos do Neoextrativismo

Extrativismo ou simples Rentismo?

Ao revisar o debate latino-americano sobre o neoextrativismo, parece haver coincidência quanto à natureza do fenômeno, quer sejam aplicados para seu estudo abordagens históricas, sociológicas ou politológicas. Para a maioria dos autores, o extrativismo é um modelo de crescimento econômico baseado na primarização das exportações ou na venda ao exterior de recursos naturais nada ou pouco transformados, como a mineração, a agricultura ou o petróleo, aos que se deveria acrescentar a geração de eletricidade eólica ou solar, e inclusive, o turismo.

Grigera e Álvarez (2013) e Gudynas (2013) enfatizam a necessidade de diferenciar as causas e os efeitos entre o extrativismo e o neoextrativismo e indicam as forças que este último promove: altos

preços internacionais dos bens primários devido ao crescimento na demanda das economias de países asiáticos. Ademais, coincidem em destacar que existe uma continuidade entre o extrativismo de finais do século XIX e início do XX e o atual, salvo as interrupções do período da industrialização liderada pelo Estado, na qual os mais avançados foram Brasil, México e Argentina. Até aqui as coincidências. Enquanto uns autores analisam o controle que exercem as empresas transacionais na mineração ou na agricultura e outros orientam-se por julgar o papel do Estado na direção do setor na promoção do investimento estrangeiro direto, alguns ainda preferem usar o conceito de maneira indefinida. Gudynas (2013), por exemplo, identifica vários extrativismos segundo a proporção exportável — seja baixa, média ou alta —, enquanto Myint (1965) e autores latino-americanos estruturalistas e da escola da dependência (Prebisch, 1949; Furtado, 1982; Cardoso e Faletto, 1969), mais ou menos dependente das estratégias de expansão do capitalismo. De acordo com eles, a diferença entre extrativismo e o atual neoextrativismo é a participação ativa do Estado no manejo da renda por exportações de matérias-primas, com fins parcialmente redistributivos, como propõe Gudynas (2013). Em nossa opinião, deve-se enfatizar o caráter rentista do extrativismo na etapa presente de expansão capitalista.

Vários autores relacionam o extrativismo com teorizações econômicas prévias com respeito à inserção da região na economia global. O consenso dos *commodities* (Svampa, 2013), por exemplo, dá continuidade ao desenvolvimento econômico da região depois do Consenso de Washington dos anos oitenta e noventa. Da mesma maneira, enquanto Grigera e Álvarez (2013) discutem as semelhanças entre o extrativismo da teoria da dependência da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e a acumulação por despossessão de correntes teóricas marxistas, Acosta (2011) relaciona os efeitos do extrativismo com a *maldição dos recursos naturais* e o baixo crescimento econômico, em linha com Prebisch e outros teóricos da escola da dependência. E, finalmente, boa parte dos autores concentra-se nos impactos sociais e ambientais nas comunidades onde se realizam os projetos de extração de recursos naturais (Centro

Latino-americano de Ecologia Social [CLAES], 2009; Delgado, 2013; Seoane, 2013; Svampa, 2013).

Desta maneira, surgem duas posturas claras sobre a natureza do extrativismo do século XXI. Por um lado, considera-se uma ruptura com o modelo do Consenso de Washington e o retorno do Estado de desenvolvimentismo de centro-esquerda (Cornia, 2012) que, baseado nos recursos naturais, pode fazer avançar a industrialização (CEPAL, 2008) e evadir a “armadilha da renda média”, ou seja, o freio do crescimento (Paus, 2014). Por outro, são reproduzidos os problemas da especialização em matérias-primas — frágil crescimento econômico, instabilidade de preços, deterioração dos termos de intercâmbio, intensificação da desigualdade — acompanhados de corrupção e de conflitos sociais e políticos, ainda que moderados por certos elementos: os novos atores na tomada de decisões de investimento e as novas formas de *governança*, que podem alicerçar as bases do desenvolvimento sustentável (Fontaine, 2005).

Em nossa perspectiva, a versão otimista da especialização em matérias-primas — que considera que agora estas serão o degrau definitivo para a modernidade ao permitir a consolidação da produção manufatureira, através da qual se alcançará maior crescimento, desta vez inclusivo, democrático e sustentável — contradiz os resultados dos nossos trabalhos, que, por certo, avalizam o que muitos outros sugerem: que esse feliz resultado não está garantido.

Do ponto de vista do peso da renda dos recursos naturais, em certo modo coincidente com o de Gudynas (2013), a classificação de Burchardt e Dietz (2014) agrupa os países segundo o peso das matérias-primas na economia nacional em renda pura, diversificada e baixa. Para Cornia, os países de esquerda alcançaram maiores taxas de crescimento do PIB e superior redução da desigualdade que os demais países, entre outras razões por romper com o modelo neoliberal, por ter abraçado o neodesenvolvimentismo e porque o Estado adquiriu maior protagonismo na gestão econômica. O presente trabalho não só questiona esta última asserção, mas também relaciona a melhoria em indicadores sociais graças à bonança dos preços das matérias-primas e não a uma mudança de modelo.

O que sucedeu foi que, ao concluir o último ciclo de altos preços, as pressões fiscais coincidem com a ascensão ao poder de governos de direita, pela via eleitoral na Argentina e no Equador e mediante golpes de Estado *de facto* no Brasil e no Paraguai, perpetrados pelos poderes Judicial e Legislativo, a nova modalidade de mudança de regime implantada na região.

O Quadro 1 ilustra as classificações dos países segundo alguns estudos e os resultados em termos de crescimento econômico e redução da desigualdade. Esta decresceu, em maior grau que nos períodos anteriores, entre 1960 e 1980, salvo nos países denominados socialdemocratas.

A Teoria Clássica

A justificativa da divisão internacional do trabalho, com base nos fatores abundantes como fator do progresso das nações, remonta à economia clássica (Smith, Ricardo e Mills) e foi ampliada no século xx, através dos modelos de fluxos comerciais e dotação de fatores (modelos Heckscher-Ohlin e Stolper-Samuelson e teorema de Rybczynski). Na América Latina, foi instrumentada desde o período das independências até bem entrado o século xx (Bértola, 2018; Prados da Escosura, 2015).

Nesta perspectiva, desprendem-se dois efeitos da ampliação do mercado pelas exportações: o incremento do volume da produção, além da capacidade do mercado doméstico, versão precoce da venda de excedentes (*vent for surplus* e o extrativismo de alta intensidade de Gudynas [2013]); e o crescimento da produtividade pela divisão do trabalho. Os efeitos se analisam a partir das teorias dos custos relativos e da produtividade, ainda que com diferenças essenciais:

1. Nos custos relativos, a especialização implica somente o movimento pela curva estática de possibilidades de produção, dada a dotação de fatores — em pleno emprego — e as tecnologias disponíveis, por isso é um processo reversível (Myint, 1965).

Quadro 1. América Latina: Evolução da Desigualdade, Segundo o Tipo De Governo e Grau de Renda (1960-2016)

Países	Classificações		Índice Gini. Concentração da renda. Valores					Índice de Gini. Crescimento médio. Período por tipo de governo				PIB. Crescimento médio por tipo de governo			
	Política	Estrutura Econômica	1960	1980	2000	2010	2016	1960-1980	1980-2000	2000-2010	2000-2016	1960-1980	1980-2000	2000-2010	2000-2016
			1960	1980	2000	2010	2016	1960-1980	1980-2000	2000-2010	2000-2016	1960-1980	1980-2000	2000-2010	2000-2016
Bolívia ¹		Renda pura		42.0	64.3	50.8	44.6								
Nicarágua ^{2,3,5}	Esquerda	Renda pura	68.1	57.9	57.9	47.8	46.3	-9.1	19.2	-6.1	-23.3	3.70	1.69	2.86	4.71
Venezuela		Renda pura	46.2	44.7	46.8	39.4	37.8								
Argentina		Diversificada	41.4	47.2	51.1	44.5	42.4								
Brasil ^{2,4,6}		Diversificada	57.0	57.1	64.0	57.6	51.1								
Chile ^{2,6}		Renda pura	48.2	53.1	55.2	52.0	45.3								
Equador		Renda pura	61.0	54.2	55.9	49.5	45.0	7.5	8.9	1.5	-17.7	4.6	3.2	4.4	4.0
El Salvador	Socialdemocracia	Montadoras	42.4	48.4	53.1	45.4	40.0								
Paraguai ⁴		Renda pura		45.1	55.8	53.3	47.9								
Uruguai		Renda pura	37.0	43.6	44.4	42.2	39.7								
Costa Rica		Montadoras	50.0	48.5	47.4	49.2	48.7								
Honduras ⁴	Centro	Montadoras	66.0	54.9	56.4	56.7	50.0	-16.4	6.3	-8.4	-7.5	5.2	3.6	5.6	6.3
Peru		Renda pura	61.0	43.0	50.9	45.8	43.8								
Colômbia	Centro-direita e direita	Diversificada	54.0	59.1	58.7	55.7	50.8								
México		Montadoras	60.6	50.9	54.2	48.1	43.4	-3.8	9.0	-3.0	-15.3	6.1	4.1	5.7	6.2
Panamá		Montadoras	50.0	47.5	57.7	51.9	50.4								

¹Gini 1991 e 2009. ²Gini 2009. ³Gini 2001. ⁴Gini 1999. ⁵Gini 2014. ⁶Gini 2015.

FONTE: Elaboração própria, com base em informação do Banco Mundial (2018b), CEPAL (2017) e Prados de la Escosura (2005).

2. Na doutrina da produtividade, não há pleno emprego e o comércio internacional é uma força reestruturadora que, com o aprofundamento da especialização, alenta a mudança tecnológica, modifica a localização fatorial e forja sua estrutura produtiva de acordo com a demanda externa. No caso dos países em etapa inicial de industrialização, estas transformações não são reversíveis. Quando cai a demanda, são fonte de recessão e há perda de renda (Mill, 1848, citado em Myint, 1958, pp. 318 e 319).

Compartilham esta perspectiva os estudos de analistas latino-americanos (Furtado, 1982; Cardoso e Faletto, 1969), para os quais — como Myint (1965, p. 477-491) — a especialização internacional em matérias-primas torna vulneráveis os choques externos e os movimentos dos termos de intercâmbio em maior grau que o aceito pela teoria dos custos relativos, o que coincide com a análise de Prebisch sobre o efeito de deterioração dos termos de intercâmbio no crescimento econômico.

No ambiente liberal do século XIX, ignorou-se a vulnerabilidade e somente foram considerados os benefícios dos ganhos em produtividade. De maneira similar, hoje os argumentos pró-livre comércio transformaram-se em políticas de estímulo às exportações intensivas em fatores, sem se preocuparem com os efeitos conexos (econômicos, políticos e sociais) do estímulo ao extrativismo atual (Puyana e Costantino, 2015).²

Na teoria da produtividade, dado o tamanho do mercado interno e a dotação de mão de obra, não é factível o pleno aproveitamento de um recurso (mineral, terra, mão de obra) relativamente abundante, enquanto a produtividade do trabalho total efetiva é menor à potencial. Portanto, ampliar a produção para exportar os recursos abundantes, não implica reduzir a produção para o mercado doméstico nem gera pressões inflacionárias, como na teoria dos custos relativos, e sim incrementa a produtividade e o bem-estar, toda vez

2. Para uma análise detalhada deste tema, ver Puyana (2017).

que para ampliar a produção se traslada mão de obra da agricultura de subsistência com muito baixa produtividade laboral marginal a atividades mais produtivas.

O Extrativismo como Atividade Rentista

Talvez, o elemento que falta na perspectiva de Myint ou dos autores latino-americanos mencionados acima são os conceitos, em suas versões clássicas e contemporâneas, de renda, Estado e sociedade rentista. Para as visões clássica e neoclássica, a renda surge das variações nas condições naturais da terra e de produção, por uma parte resultado da qualidade natural do recurso e, por outra, do investimento de capital. A perspectiva da teoria marxista se aprofunda na primeira causa, reforça a relação entre qualidade natural e demanda e acrescenta que, pela adjudicação privada do recurso (terra), o proprietário fundiário se apropria da mais-valia gerada na produção agrícola.

Desdobramentos relativamente recentes sobre a teoria do valor de Marx homologam a renda agrícola e seus diferentes tipos à obtida com a mineração. Neste caso, assim como na agricultura voltada para a exportação e outras atividades similares, concentram-se na renda de excedente que se gera quando os capitalistas-agricultores ou um monopólio com propriedade de terras ou de minas exploram a terra. Os latifundiários se apropriam do ganho excedente através da renda da terra da qual são donos, enquanto na indústria extrativa são impostas barreiras à mobilidade do capital, o que por sua vez impede que a renda flua a outros setores (Basu, 2018).

As diferenças naturais nas condições e técnicas de produção nos setores da economia implicam variações na composição orgânica do capital, ou seja, na relação de capital constante e capital variável ou a razão entre trabalho e capital na produção. Se a composição orgânica do capital no setor extrativista é relativamente baixa em relação aos outros setores, a indústria extrativa gera superávit de ganhos. Portanto, setores como a mineração ou a agricultura, cuja composição

orgânica é inferior à média, geram um superávit de lucros e atraem capital, enquanto os setores com composição orgânica superior à média o perdem (Basu, 2018).

Neste contexto, as políticas de fomento ao extrativismo, que elevam os rendimentos desta atividade e os lucros nos investimentos de latifundiários, proprietários dos recursos naturais ou donos das concessões mineiras e petroleiras, têm o mesmo efeito: desestimulam os demais setores, especialmente os intensivos em trabalho. Por esta razão, os proprietários de recursos naturais nos países latino-americanos obtêm renda pela exploração do recurso natural, apesar de algumas indústrias extrativas, como a mineira, serem intensivas em capital (Nnate, 1984).

Nas reformas estruturais do governo de Peña Nieto, concretamente na energética e na de mineração, nas reformas no setor de mineração dos presidentes colombianos Uribe e Santos e no acúmulo de terras na Argentina, identificam-se versões truncadas da teoria de venda do fator abundante. Seus modelos implicitamente assumem o pleno emprego, apoiam-se em investimentos externos, são intensivos em capital e não buscam absorver a mão de obra com baixa produtividade marginal que, em altas proporções, encontra-se no emprego informal urbano, nos serviços, na construção e, em menor medida, no setor rural, razões pelas quais estas políticas não elevarão a produtividade econômica geral.

O extrativismo do século XIX não desencadeou os efeitos previstos, enquanto o crescimento do volume exportado consistiu em lucros em produtividade, não por melhorias tecnológicas, mas sim pelo traslado de mão de obra sem custo e de baixa produtividade para atividades pouco dinâmicas, como mineração e agricultura, e pela intensificação do trabalho. A essa conclusão chegam Acosta (2011) e Svampa (2013) ao dizerem que o neoextrativismo não acelera o crescimento econômico nem ajuda na diversificação produtiva.

Para acelerar o desenvolvimento em direção a atividades com maior mudança tecnológica, economia de escala, externalidades e dinamismo exportador, apelou-se à industrialização e às exportações, reconhecidas por numerosos economistas (Rosenstein-Rodan, 1943; Nurkse, 1959; Kaldor, 1967; Prebisch, 1949; Singer, 1950 Rostow,

1960) como efeitos dinamizadores das manufaturas e de importância ao que se exporta (Ul Haque, 1995; Hausmann, Hwang e Rodrik, 2007; Rodrik, 2006). Porém, as reformas estruturais e a liberalização comercial truncaram este projeto desenvolvimentista.

O Extrativismo, Ponto Focal de Conflitos Ambientais, Sociais e Territoriais

Uma nova linha de reflexão política e acadêmica estuda a capacidade do extrativismo, do velho e do novo, de perturbar profundamente a estrutura econômica, social e política das regiões. Da mesma maneira, analisa a penetração do capital e como este tende a destruir a biodiversidade, a aprofundar o acúmulo de terras e a expulsar comunidades rurais, camponesas e indígenas, ao mesmo tempo em que violenta os processos de decisão cidadã (Gudynas, 2013; Puyana e Costantino, 2015; Moreno-Brid e Puyana, 2015). A intensidade e o dano potencial desta penetração manifestam-se nos numerosos conflitos de mineração, alguns não isentos de violência — mais pela reação das autoridades que pela intervenção da população — ou minimizados devido à indiferença ou negação a responder às petições dos insatisfeitos.

Uma recontagem breve registra 204 conflitos socioterritoriais para 2013, concentrados principalmente no Peru, México e Chile (Observatório de Conflitos de Mineração da América Latina [OCMAL], 2013). Outra fonte (Merchand, 2016) particulariza um grande número de conflitos causados pela mineração na América Latina: 32 conflitos por mineração energética, 82 por mineração metálica e não metálica, 39 por extração ou contaminação de água, 16 por recursos florestais e biodiversidade e 28 gerados pela agroindústria.

Entre os conflitos sociopolíticos gerados pelo extrativismo, especialmente grave é o despojo de terras produtivas — em alguns casos sagradas —, da água e inclusive do sol e do vento da população nativa,

para a geração de eletricidade, o que viola os acordos internacionais sobre os direitos das minorias étnicas ou das populações originais. Esta negação dos direitos soma-se a ancestral discriminação étnica, da qual padece não só a América, senão o mundo (Puyana, 2018a).

Um exemplo deste efeito do extrativismo vegetal e mineral é a penetração ao território sagrado mapuche no Chile, a extração de esmeraldas no Equador ou corte de árvores para construir lagos de criação de camarão, atividades que destroem o habitat e os meios de vida da população da zona, majoritariamente de origem chachi, awá e épera (Moncada, 2013). De situação similar padecem as populações do Vale do Mezquital no México, cujas águas e solo contêm altos níveis de contaminantes orgânicos e inorgânicos associados a disenteria, cólera, febre tifoide e hepatite (Hernández Suárez, 2013).

Outro aspecto a considerar é o dano e as afecções que tais atividades provocam na saúde. Caso emblemático é a exploração mineira de uma companhia canadense na Cordilheira do Condor, Peru, levando a contaminação com cianureto e mercúrio no Rio Cenepa.

Os Novos Desenvolvimentos: Entre Doença e Maldição

Nesta seção, serão discutidos os efeitos econômicos da especialização em recursos naturais, principalmente os da DH, tema que ressurgiu durante a última quarta parte do século XX, no contexto da revalorização do petróleo cru acometida pela Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Os países produtores de petróleo cresceram e se desenvolveram menos que aqueles pobres neste recurso (Puyana, 2015b), se bem que as experiências variam de país a país e não é possível formular leis absolutas, como o provam de maneira bastante confiável Humphreys, Sachs e Stiglitz (2007).

Sob o rótulo de “maldição de recursos naturais” (Gelb *et ao.*, 1988; Auty, 1993; Krugman, 1987; Puyana, 2015a), as subidas de preços do petróleo em 1973 estimularam os trabalhos sobre o impacto das

bonanças dos produtos básicos. Estes estudos cobrem os países desenvolvidos e industrializados (Holanda, Austrália, Canadá e Rússia, entre outros), nos quais cresce a importância de tais exportações (Martin, 2005). Todos destacam porquê as matérias-primas podem retardar o desenvolvimento e incluem a tendência à deterioração das condições de intercâmbio — segundo a tese Prebisch-Singer —, a instabilidade dos preços dos bens primários, o baixo valor de retorno das exportações, assim como as perdas em emprego, renda e exportações dos setores e produtos comercializáveis que não estão em bonança.

O conjunto destes fenômenos resulta do menor ritmo de mudança tecnológico nas atividades primárias, em relação às manufaturas ou os serviços, e da propensão na produção intensiva em recursos naturais para atividades de captura de rendas, corrupção e conflitos sociais, incluindo a confrontação bélica (Sachs e Warner, 1995; Collier e Hoeffler, 2000).

As críticas à especialização em recursos naturais se vinculam aos determinantes da mudança estrutural, analisados por Chenery e Syrquin (1986), Prebisch (1949), Furtado (1982) e Cardoso e Faletto (1969) e recopilados nos anos noventa pelos analistas das bonanças petrolíferas, de cuja intensidade e duração dependem as mudanças estruturais da economia e sua reversibilidade (Puyana, 2015b). Estudos recentes renovam a análise de Chenery e dos problemas estruturais da especialização em recursos (Bair, 2015; Buccellato e Alessandrini, 2009; Fleming e Measham, 2013).

É complexo explicar as razões econômicas, políticas, sociais e institucionais pelas quais a riqueza nestes recursos tende a afetar negativamente o crescimento. A abundância de recursos naturais, ao ampliar o potencial econômico, deveria representar uma maior vantagem para o país beneficiado. E ainda que se reconheça que os recursos naturais contribuíram para elevar o nível de vida da população, admite-se que não geraram condições de sustentabilidade e equidade no desenvolvimento, paradoxo que em parte pode ser explicado a partir da teoria econômica que recebe o nome de “doença holandesa” (DH). A DH retoma alguns dos elementos da escola do estruturalismo de Prebisch e da CEPAL e da escola da dependência, na ideia de que a

industrialização é necessária para acelerar e sustentar o crescimento econômico e para reduzir a desigualdade interna e internacional.

Da mesma maneira, o modelo da *DH* explica o menor crescimento da economia e da produtividade dos países especializados em recursos naturais, o que foi causado pelo retrocesso dos setores comercializáveis, isto é, da agricultura e das manufaturas, fontes do PIB e do emprego total. O motivo desta retração é a reavaliação da taxa real de mudança, efeito, em primeiro lugar, do aumento das divisas pela exploração e exportações das matérias-primas e, em segundo, da expansão do gasto público.

A hipótese para detectar a *DH* se corrobora a partir: 1) da apreciação do tipo real de mudança ou incremento dos preços relativos de bens não comercializáveis; 2) do declive da produção dos bens comercializáveis que não estão em bonança; 3) do crescimento da produção de bens não comercializáveis; e 4) da redução das exportações dos bens comercializáveis que não se encontram no seu auge.

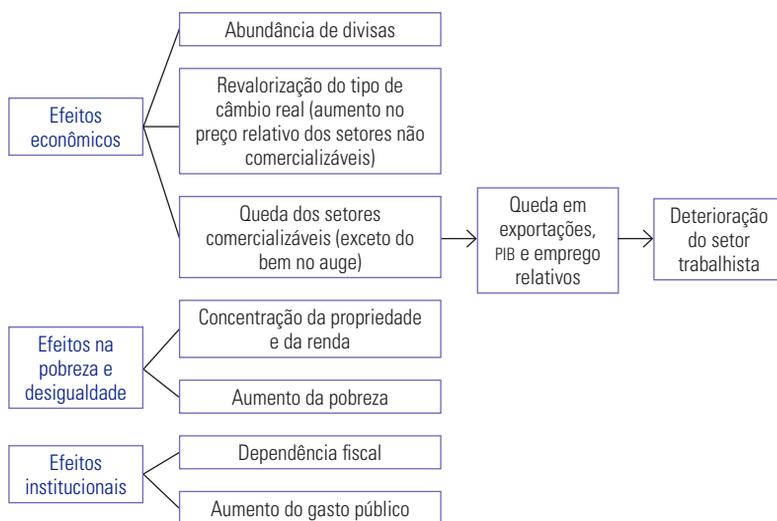
Por sua vez, o modelo da *DH* parte de elementos da teoria econômica neoclássica: a) a lei de preço único; b) pleno emprego e mobilidade perfeita de todos os fatores produtivos; e c) ajuste perfeito dos salários e preços. O enfoque neoclássico do modelo da *DH* implica que se devem rejeitar políticas macroeconômicas que previnam seus efeitos sobre as estruturas produtiva e de emprego ou sobre a taxa real de mudança, em contraste com propostas que se baseiam na necessidade de evitar a apreciação da taxa real de mudança e de proteger os setores comercializáveis que não estão em bonança (Gelb *et al.*, 1988; Auty, 1993; Puyana e Romero, 2009).

Os supostos teóricos do modelo da *DH* raramente se apresentam em países particulares e menos ainda nas economias dos países em desenvolvimento, nos quais existe o desemprego e o subemprego urbano e rural, escassez de poupança e concentração de renda e pobreza, tudo o que reduz a capacidade do mercado doméstico e aguça os efeitos negativos da especialização em recursos naturais (Puyana e Costantino, 2015; Kojo, 2015).

Apresentar e analisar os modelos da teoria neoclássica do comércio internacional ultrapassa o escopo deste trabalho, e por isso aqui nos limitamos a analisar o debate relacionado em torno à *DH* e suas

repercussões sociais, nos aspectos relacionados com a desigualdade e concentração de riqueza na América Latina destacados na Figura 1, a qual sintetiza os principais efeitos da especialização em recursos naturais e de suas bonanças, seja de quantidades seja de preços, que se trabalham nos modelos da \mathcal{DH} .

Figura 1. Efeitos das Bonanças de Preços e Quantidades dos Recursos Naturais



FONTE: Elaboração própria.

Outra limitação do modelo da \mathcal{DH} é a dificuldade de medir a causalidade entre as bonanças de certos bens e os efeitos econômicos postulados. Neste sentido, existe um problema latente de relação espúria ou fatores de desvio. Inclusive se fosse possível ajustar adequadamente os efeitos da \mathcal{DH} dentro de uma economia, estes poderiam ser cancelados parcial ou totalmente por outros efeitos econômicos positivos em distintas escalas de tempo (Raveh, 2013; Kojo, 2015).

Portanto, a discussão a seguir pretende ilustrar a relação entre os elementos básicos da \mathcal{DH} para América Latina, reconhecendo que uma asseveração para além de toda dúvida sobre impactos negativos

(ou falta destes) relacionados com a DH requereriam análises de causalidade profundas que incluíssem as limitações mencionadas no parágrafo anterior, certeza absoluta inexistente nas ciências sociais.

Há Sintomas de DH?

A seguir, será apresentada a trajetória de algumas variáveis econômicas que ilustram o contexto do desenvolvimento latino-americano durante o período pós-reformas como passo prévio antes de verificar se existem sintomas de DH nas economias da Argentina, do Brasil, da Colômbia e do México, aplicando o respectivo modelo³ que abrange o período que vai de 1980 até a atualidade.⁴ As variáveis de contexto latino-americano relacionadas são o avanço da liberalização comercial e seu impacto no crescimento e na evolução das exportações de matérias-primas em bonança de preços e de maior peso nas exportações.

É notório o avanço do coeficiente externo de toda a região (de 33% do PIB em 1980 a 51% em 2013), o qual adquiriu maior força a partir dos anos noventa devido ao empuxo das demandas das economias desenvolvidas e de produtos básicos de China e da Índia.

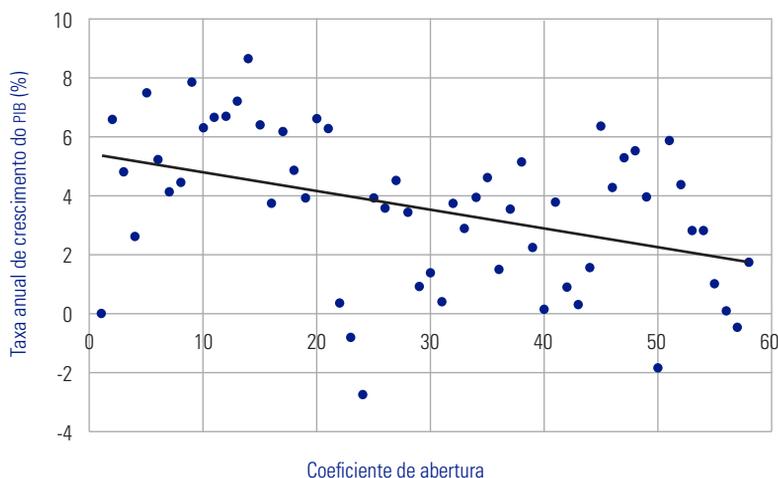
A abertura é desequilibrada, pelo maior peso das importações no PIB, o que sugere crescente pressão para a produção nacional que, por sua vez, compete com as importações. Esta é a razão pela qual a abertura comercial e o avanço das exportações primárias não estimularam o crescimento econômico atribuído ao modelo liderado pelas exportações (*export-led growth model*), como o corroboram o Gráfico 1 e a equação de regressão, cujo R^2 não é significativo, mas demonstra tendência inversa entre as duas variáveis. Enquanto entre 1980 e 2013 o coeficiente externo da economia se expandiu em 28%,

3. A definição matemática do modelo, a base de dados construída e os resultados estão à disposição do leitor interessado na página oficial da revista *Espiral*, pois por falta de espaço não foi possível apresentá-los neste artigo.

4. Nos diferentes quadros e análises, o último ano utilizado é o último ano com que se conta com os dados relevantes.

o PIB latino-americano aumentou em 3,1%, sem que houvesse maior divergência entre os países.

Gráfico 1. América Latina e o Caribe: Relação Entre o Crescimento do PIB e o Coeficiente de Abertura (1961-2017)



FONTE: Elaboração própria, com base em informação do Banco Mundial (2018b).

Da mesma maneira, a informação do gráfico sugere que se debilitou a relação entre o crescimento das exportações e o incremento do PIB, isto em razão da intensificação da elasticidade da renda das importações. De fato, a taxa de crescimento médio no volume das exportações dos anos 1983-2013 foi maior àquela registrada no período 1960-1982, enquanto o PIB teve a trajetória contrária. As receitas reais por exportações caíram devido à deterioração dos termos de intercâmbio, porque o preço dos bens primários foi reduzido em termos reais ao nível mais baixo jamais registrado e só se recuperou alguns anos antes da crise de 2007-2008, para logo cair novamente. Cabe notar que a instabilidade nos preços se deve, em parte, à liberalização dos mercados internacionais, à entrada de mais oferentes e à especulação nos mercados de futuros.

A trajetória descrita vai emparelhada à reprimarização das exportações, a qual em 2012 era elevada ainda em países com grandes

mercados internos e significativo avanço manufatureiro como Argentina e Brasil. Enquanto no México, Costa Rica e El Salvador são amplas as vendas externas de manufaturados de consumo final que se inserem nas cadeias de valor, são intensivas em trabalho e de baixo conteúdo tecnológico. Por sua baixa contribuição ao valor agregado setorial e crescimento do PIB total e à formação de seus preços, seu comportamento é similar ao das matérias-primas (Puyana e Romero, 2009) (Quadro 2).

Quadro 2. América Latina. Exportações de Matérias-Primas, Alimentos e Manufaturas Não Intensivas em Tecnologia. Percentagens Sobre Exportações Totais (1962-2016)

País	1962	1970	1980	1990	2000	2005	2010	2012	2012*	2016
Argentina	96.5	86.1	76.8	70.8	66.2	67.6	64.9	65.3	89.7	90.54
Bolívia	95	96.9	97.1	95.2	71	88.7	93.6	94.6	90.7	91.32
Brasil	96.8	85.8	61.4	46.9	39.6	45.2	62.9	62.6	87.2	76.6
Chile	96.3	95.6	90.3	87.4	81.4	84.9	87.3	85.8	95.3	66.16
Colômbia	96.3	91.9	79.6	74.2	67.5	64.2	77.5	82.4	94.8	87.49
Costa Rica	0	80.3	65.7	65.6	34.4	34.4	39.1	38.8	60.4	89.29
Equador	98.2	98.2	97	97.6	90.1	91.5	90.1	91	97.5	65.16
El Salvador	ND	71.3	64.6	62.3	23.1	20.9	23.2	28.9	95.2	93.38
Honduras	ND	91.9	87.5	90.7	83.7	83.7	73.5	64.6	97.2	97.79
México	85.5	67.5	88.1	64.9	38.9	42.2	40.4	40.8	82.4	78.28
Nicarágua	ND	83.9	86.2	91.6	92.1	89.4	92.8	94.6	95.1	98.61
Panamá	97.3	96.4	91.1	78.3	85.3	91.9	87.6	0	58.1	ND
Paraguai	88.6	91	88.2	90.3	83.8	93.4	99.2	98	99.8	73.2
Peru	99.1	98.5	83.1	81.6	84.1	85.8	92.6	88.8	99.9	100
Uruguai	0	79.6	61.8	60.9	60.3	70.8	80.6	84.6	99.3	97.02
Venezuela, RB	93.9	98.5	98.3	93.6	93.8	92.8	100.8	ND	100	ND

* Exportações de matérias-primas, alimentos e manufaturas não intensivas em tecnologia.

ND=Não Disponível.

FONTE: Elaboração própria, com base em informação do Banco Mundial (2018b).

O peso destas manufaturas nas exportações totais pode ser deduzido no Quadro 1 como a diferença nas colunas destacadas como “2012” e “2012*”. É revelador o crescimento das exportações totais mexicanas, que passaram de 26,7 a 327 bilhões de dólares entre

1980 e 2014, a uma taxa de crescimento anual média de 8,6%, das quais não menos de 75% foram exportações de manufaturados de montadoras (maquilas); sua contribuição líquida ao PIB total não superou 4%. O modelo exportador mexicano, intensivo em importações, incrementou as restrições externas da economia ao elevar a propensão a 4,5%, de forma similar à analisada por Prebisch (1959) ao ponderar o efeito das exportações de matérias-primas. Ainda que em diferentes intensidades, este padrão se repete em toda a América Latina (Puyana, 2015a).

São consideradas exportações primárias extrativas as de monoculturas, como as de soja, palma, banana, açúcar e café, pois compartilham algumas características com as de origem mineira: 1) grandes volumes de produção, destinada majoritariamente à exportação, com alto dano ambiental pela absorção de nutrientes de reposição lenta ou nula, além de uso constante de herbicidas contaminantes e tecnologias intensivas em energia; e 2) mínimo processamento (categorias 0 a 4 da classificação CUCI).⁵

Alguns autores sugerem que as exportações de manufaturados de consumo final, intensivas em mão de obra e de limitado processamento, geram problemas econômicos similares aos das matérias-primas: baixa elasticidade de preço e renda da demanda e da oferta, preço único pela intensa concorrência internacional e instabilidade das cotações externas (Hausmann *et ao.*, 2007) e sua competitividade. O mecanismo para deslocar competidores é a subvalorização dos fatores produtivos: do trabalho, com a depreciação dos salários reais (Marini, 1979), e dos recursos naturais, porque não se restituem os nutrientes extraídos da terra nem custeiam a contaminação e outras externalidades da mineração ou do petróleo (Hausmann *et ao.*, 2007).

Não obstante, e dado que a produção e as exportações destas manufaturas ressentem os efeitos do crescimento dos preços das matérias-primas, especialmente da revalorização cambial, estas não

5. Estas categorias integram: alimentos e animais vivos; bebidas e tabaco; materiais crus não comestíveis; combustíveis, lubrificantes e materiais conexos; azeites, graxas e ceras de origem vegetal e animal (Gudynas, 2013).

se incluem nos estudos sobre ДН. Por outra parte, a expansão destas exportações tem limitado impacto no crescimento do PIB e no emprego total e setorial.

Estabelecidos e discutidos os pontos anteriores, procede-se à comprovação das quatro hipóteses do modelo da ДН, que evidenciam os sintomas deste mal-estar econômico.

Hipótese A. Apreciação do Tipo de Mudança

Praticamente todos os países da região tiveram a tendência à manutenção da taxa de mudança apreciada, sensivelmente no México e na Colômbia e pouco menos na Argentina e no Brasil (Puyana, 2015b). No Brasil, na Colômbia e no México o incremento dos preços dos produtos no auge apreciou o tipo de mudança real, com correlações pouco maiores a 50%. Na Argentina, esta relação resultou inversa e pouco significativa, e não se verifica claramente uma relação positiva entre revalorização e subida dos preços reais.

A relação entre o tipo de mudança real e o agregado monetário M2 e o gasto público foi, ainda que positiva, baixa em todos os casos, enquanto o gasto de governo lançou valores baixos na Argentina e na Colômbia e superiores no Brasil e no México. Esta última relação aponta, em todos os casos, mas com intensidade diversa, ao fato de que o maior gasto de governo conduz à apreciação do tipo de mudança, segundo os fundamentos da ДН.

Hipótese B. Retrocesso dos Setores Comerciáveis no PIB

A desindustrialização e a desagriculturização — ou o retrocesso prematuro destes setores na geração do emprego e do PIB totais — são fenômenos já constatados nos países especializados em matérias-primas,

os quais vão de mãos dadas ao crescimento acelerado do setor de serviços e com menores taxas de crescimento da produtividade total.

A norma Chenery e Syrquin (1986) permite medir, de acordo com seu nível de desenvolvimento, o retrocesso prematuro dos setores comerciáveis nas economias. Utiliza o índice de doença holandesa calculado como a diferença entre a participação da agricultura e da indústria no PIB que deveria existir em um país com determinado nível de desenvolvimento e os valores que efetivamente registra. Caso o peso dos setores comerciáveis seja menor do que revela a norma, conclui-se que estas atividades retrocederam mais aceleradamente do que o esperado em função de seu nível de desenvolvimento e a disponibilidade de fatores produtivos (Puyana e Romero, 2009). A presença deste fenômeno confirmou-se em países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE), mas a diferente ritmo, dependendo das variáveis particulares e relevantes (Heipertz e Nickel, 2008).

Os incrementos no valor do índice obtidos para os quatro países mostram agravamento dos sintomas da DH. Entre 1982 e 2013, valores maiores do índice de doença holandesa indicam maior retrocesso dos setores comercializáveis como fonte do produto e um retrocesso superior ao normal do processo de mudança estrutural, *pari passu* com o desenvolvimento.

Na Argentina, Brasil, Colômbia e México, é evidente a queda da produção de bens comercializáveis e a perda de seu peso no PIB total (Quadro 3).

Em 1980, a Argentina e o Brasil registraram um PIB per capita similar ao do menor valor da norma Chenery (4.904 dólares em 2005), enquanto o do México o superou e o colombiano representou 50% desse valor, o que dificulta aplicar o índice de DH em dito país. Não obstante, considerando a maior diferença entre o PIB per capita colombiano e sua estrutura, sim é factível sugerir que padece do mal, pois a participação dos comercializáveis deveria ser superior. Esta asseveração se ratifica ao comparar a estrutura em 2014, quando o PIB colombiano se aproximava ao inferior da norma e os setores comercializáveis deveriam representar 36,6% do PIB e não 20%, como o registrado. Nenhum país se aproxima ao valor superior da norma

Quadro 3. Estrutura Produtiva e Índice de Doença Holandesa (DH)
na Argentina, Brasil, Colômbia e México (1980-2016)

	Argentina			Brasil			Colômbia			México			Norma Chenery						
	1980	2000	2014	1980	2000	2014	1980	2000	2014	1980	2000	2014	2016	Dólares 2005					
PIB/capita Dólares 2010	8 053	8 183	10 323	10 206	8 340	8 779	11 870	10 869	3 753	4 764	7 292	7 532	7 715	8 997	9 537	9 872	4 904	6 969	12 260
Agricultura	6	5	8	6	11	6	6	5	20	9	7	7	9	4	3	3	15	12	7
Manufatura	29	18	15	14	33	15	11	10	24	15	13	12	22	20	18	17	21	23	28
Serviços	52	67	63	56	45	68	71	63	48	62	55	55	57	62	63	61	36	35	35
Comercializáveis	36	23	23	20	44	21	16	15	44	24	20	18	31	24	21	20	36	35	35
Não comercializáveis	64	77	77	80	56	79	84	85	56	76	80	82	69	76	79	80	64	65	65
Índice de DH	1	14	12	15	-8	16	18	20	-7	12	17	16	3	11	13	15			

FONTE: Elaboração própria, com base em informação do Banco Mundial (2018b) e de Chenery e Syrquin (1986).

(12260 dólares) mas, todos têm estrutura abaixo da que corresponde ao valor.

As diferenças na estrutura do PIB se acrescentam e mostram tendências um pouco diferentes. No Brasil, por exemplo, a participação das manufaturas no PIB em 1980 superou a norma e caiu a partir desse ano. A Argentina, por sua parte, recuperou o peso dos comercializáveis, sem eliminar as perdas acumuladas. Em todos os países a participação da agricultura é menor do que o esperado, mesmo naqueles que são proeminentes exportadores de matérias-primas agrícolas.

Com exceção da Argentina, houve ascensão do índice de DH desde 1980 até 2014. Estas fraturas estruturais se evidenciam claramente ao considerar, por exemplo, que nos Estados Unidos, Noruega e Alemanha a participação de manufaturados no PIB diminuiu a 17%, quando o PIB per capita destes países era de 38 000, 33 000 e de 34 000 dólares, respectivamente, enquanto no México estava ao redor de 8300, dólares.

Nos Estados Unidos, a agricultura baixou a 3% do PIB (a proporção do México em 2012), quando este foi de 17 000 dólares em 2005, e sua gravidade se manifesta em emprego precário, salários reais em baixa, aumento do trabalho informal e debilidade da demanda interna (CEPAL, 2008).

Na Colômbia e no México, a deterioração dos setores comercializáveis pode ser explicada pelo incremento da participação do setor petrolífero e de outros minerais no PIB, enquanto na Argentina e no Brasil pelas vendas externas de soja e demais produtos agrícolas. A baixa nos preços do petróleo e em diferentes matérias-primas, depois da crise de 2008, induziu a que na região ocorressem mudanças nos regimes petrolífero e de mineração e nas leis de terras visando aumentar a produção e as exportações com investimentos privados (Puyana e Costantino, 2015).

Hipótese B₁. Queda da Produção dos Bens Comercializáveis que não Estão no Auge: Manufaturados

De qualquer forma, há uma correlação direta entre o tipo de mudança real e a proporção do valor agregado manufatureiro no PIB. O efeito é muito maior para o caso mexicano, próximo a 75%. Nas outras economias, de cerca de 50%. Nos quatro países, a revalorização real deprime a produção manufatureira; além disso, quanto maiores são o gasto de governo e o agregado monetário M2, mais evidente é a queda na produção manufatureira. Da mesma maneira, foram obtidas relações maiores que 50% em todos os casos e superiores no caso da Colômbia, com correlações superiores a 90%. As exportações dos bens agrícolas no auge (para Argentina e Brasil) influenciaram negativamente na proporção do valor agregado manufatureiro no PIB, mas a influência foi muito maior em se tratando das exportações de petróleo (Colômbia e México).

Hipótese B₂. Queda da Produção dos Bens Comercializáveis que não Estão no Auge: Agricultura (Excluindo Produtos no Auge Para Argentina e Brasil)

Os sinais das relações entre a proporção do valor agregado agrícola não em bonança e o tipo de mudança real, o gasto de governo, o agregado M2, as exportações dos produtos no auge e a demanda mundial são os mesmos que na hipótese B₁. Ou seja, há uma relação direta com o tipo de mudança real e inversa com o resto das variáveis.

Para Argentina e Brasil, a correlação entre a proporção do valor agregado de produtos agrícolas e o tipo de mudança real foi elevada, enquanto no México, e sobre tudo na Colômbia, foi menor. Chama a atenção que na Argentina a correlação entre o tipo de mudança real e a produção agrícola seja tão alta, enquanto o gasto de governo, o M^2 , as exportações de soja e a demanda mundial conservam uma relação pouco significativa com a produção agrícola, em contraste com os resultados do Brasil, Colômbia e México.

Hipótese C. Queda das Exportações que não Estão no Auge

Foi utilizada a adição das exportações de grão, óleo e torta de soja para obter a exportação em bonança da Argentina. No Brasil, foram acrescentadas às exportações de derivados da soja, as de beterraba, cana de açúcar e açúcar refinado, assim como as de ferro. Na Argentina, Brasil e Colômbia é evidente a presença da DH na queda da participação das exportações que não estão no auge, enquanto o México difere destes países devido à alta das exportações manufatureiras (ver gráfico 2).

Na Argentina, o incremento das exportações de soja é acompanhado por quedas no resto das exportações dos bens comercializáveis (Gráfico 2), enquanto a diminuição do restante está associada à revalorização da Taxa de Câmbio Real (TCR). Nas exportações de soja, açúcar e ferro do Brasil surgem diversas mudanças, ainda que a tendência global seja à baixa. Assim como na Argentina, as exportações sem soja, açúcar, nem ferro caem junto com as exportações totais (Gráfico 2b) e, em ambos os casos, a revalorização do TCR explica os incrementos das exportações de soja em 90% aproximadamente, o que sugere existência de DH .

Na Colômbia cai a participação das exportações não petroleiras, que em 1980 concentraram 98,06% do total e, com altas e baixas, caem a 65,5% em 2011 (Gráfico 2c). No México, constata-se que, entre 1980 e 2013, cresceu a participação das exportações não petroleiras, com

mudanças de ritmo durante esse período (Gráfico 2d). Esta evolução responde a alta nas exportações manufatureiras das montadoras que, pelo alto conteúdo importado, beneficiam-se com a apreciação cambial, trajetória que contrasta com a queda das exportações agrícolas.

Da mesma maneira, o setor manufatureiro dos quatro países indica uma dinâmica, igualmente contrastante, entre exportações e valor agregado (Gráfico 3). No México, o mais aberto dos quatro, cai o PIB setorial no total (a menos de 20% em 2014) e, por sua vez, as vendas externas manufatureiras sobem de maneira vertiginosa (mais de 70% as exportações totais). A expansão das exportações manufatureiras mexicanas pareceria contradizer a quarta hipótese do modelo, que prevê o decaimento das exportações dos bens que não estão em bonança. Essa aparente contradição se explica pelo efeito da revalorização cambial que torna mais baratos os insumos importados nos quais estas exportações são intensivas e, por esta via, reduz seus custos e eleva sua capacidade competitiva, mas detém a queda do PIB setorial no total, um dos sintomas da DH.

Outros Efeitos Econômicos do Extrativismo

Uma vez constatada a presença dos sintomas de DH nos quatro países da América Latina, consideram-se suas possíveis implicações, assim como as do extrativismo em diferentes variáveis econômicas, como: o conteúdo tecnológico nas exportações, a geração de empregos e salários, a desaceleração da produtividade laboral e a desigualdade.

Um dos problemas da especialização em recursos naturais, além do enfraquecimento institucional, é seu limitado impulso ao desenvolvimento da capacidade científico-tecnológica, a educação da força de trabalho e a não geração de encadeamentos produtivos. Porém, estes fatores moldam a forma de extração dos recursos e o uso das receitas geradas. Neste sentido, estabeleceu-se que a exploração de recursos naturais pode ser positiva para o crescimento se e somente se avançar de sua exportação em bruto ao processamento local com

Gráfico 2. Proporção das Exportações sem Produtos no Auge com Respeito às Exportações Totais (1980-2016)

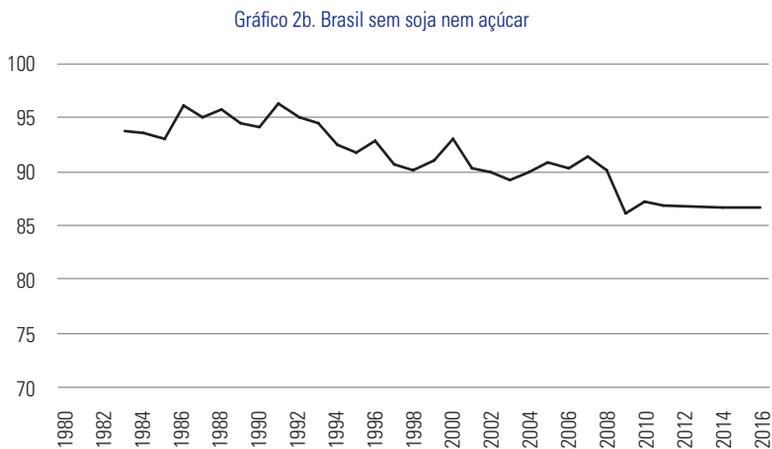


Gráfico 2c. Colômbia sem petróleo

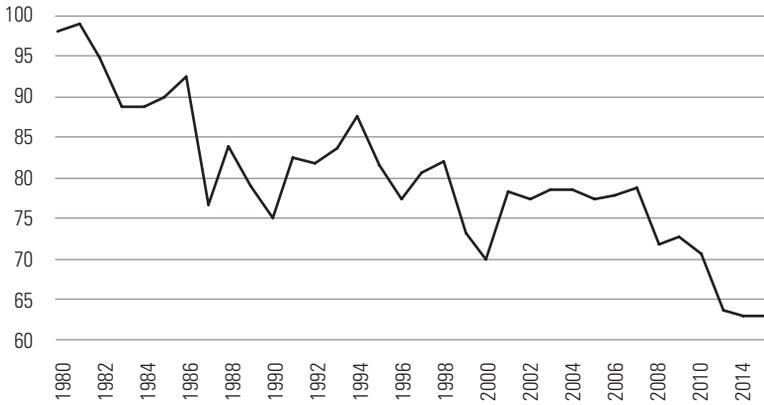
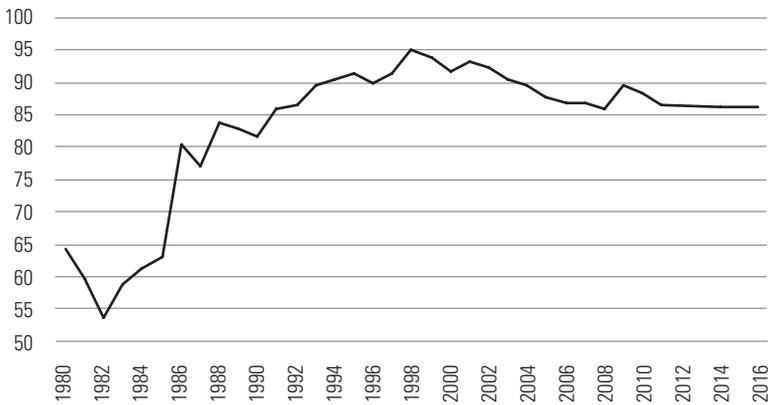
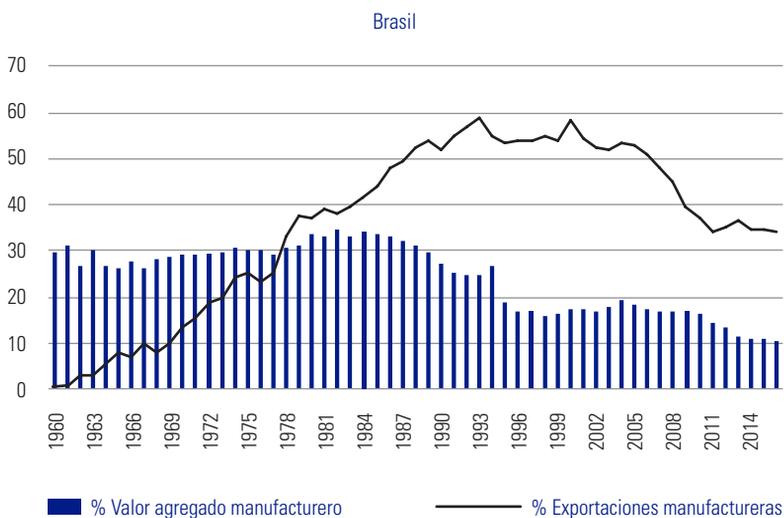
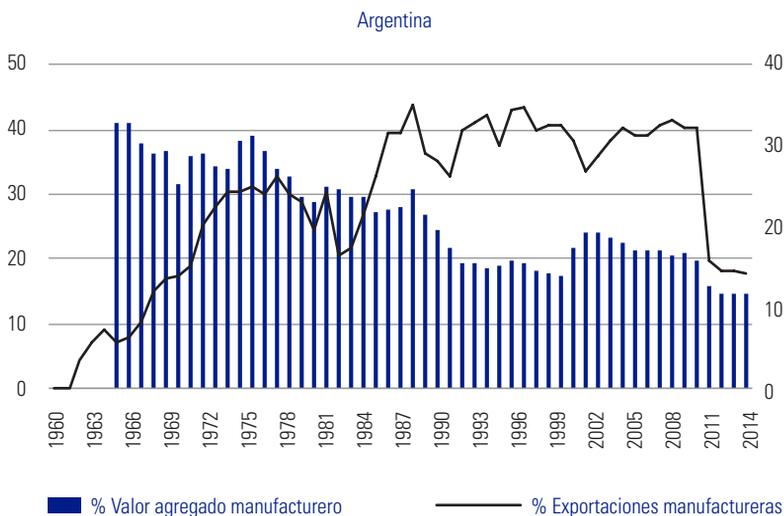


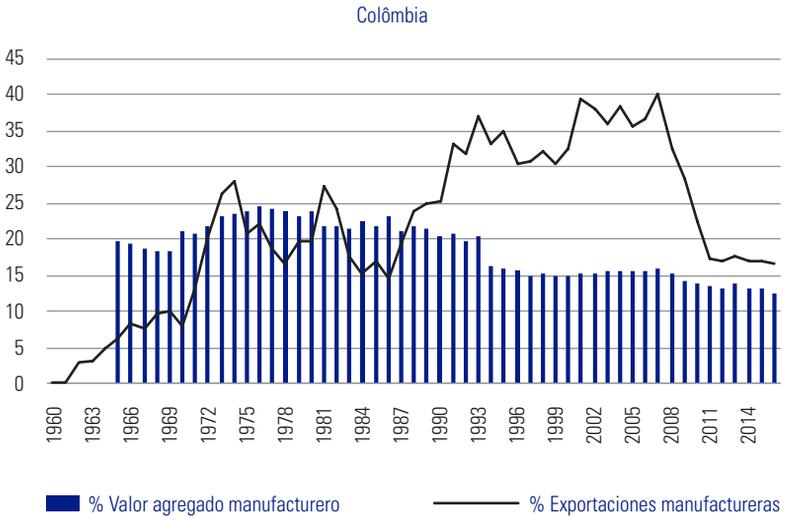
Gráfico 2d. México sem petróleo



FONTE: Elaboração própria, com base em informação da United Nations Comtrade Database (2015).

Gráfico 3. Setor Manufatureiro: Exportações e Valor Agregado (1960-2016)





FONTE: Elaboração própria, com base em informação do Banco Mundial (2018b).

incorporação de valor agregado e alta tecnologia, a diferenciação de produtos e a difusão de encadeamentos (Hilbert e López, 2011),⁶ isto em virtude de que a maior grau tecnológico na produção dos bens exportados (ИТХ), superior é seu impacto sobre o crescimento (Aditya e Acharyya, 2011).

Disso se deriva que realmente é relevante o que se exporta e como se produz (em consonância com os economistas estruturalistas e da dependência citados antes). A estrutura exportadora da Argentina, Brasil, Colômbia e México, por exemplo, revela uma baixa, e em declive, participação das exportações de alta tecnologia (Puyana, 2017). Os valores são menores quando incluem o conteúdo importado, constituído pelos insumos de alta tecnologia integrados.

Em geral, os sintomas da ДН emergem *pari passu* com o enfraquecimento da geração de emprego e os salários (Puyana, 2015a e 2015b; Stiglitz, 2007; Ross, 2007) e a desaceleração da produtividade laboral (Collier e Goderis, 2007), requisitos sine qua non para elevar a renda per capita. Estas variáveis não se incluem nos modelos da ДН, mas se associam à desindustrialização, à desagriculturização, ao avanço dos serviços e à informalidade (Rodrik, 2015).

O crescimento da produtividade por trabalhador, total e por hora, da América Latina é menor que a dos Estados Unidos e de outras nações com as quais compete nesse e em outros mercados externos (Puyana, 2018a). Em 2015, os países desta região não tinham recuperado ainda os níveis máximos alcançados nos anos oitenta. Não conseguiram isso nem o Brasil, nem o Chile, as economias mais dinâmicas da região, enquanto o México acumula a maior perda. Dada a coincidência com o tipo de manufaturados de baixo conteúdo tecnológico que exportam a América Latina, China, Europa oriental, a Índia e outros países do sudeste asiático, é de preocupar que estas nações asiáticas e europeias tenham reduzido a distância em produtividade com os Estados Unidos e com os países latino-americanos (Puyana, 2015a). O México é

6. Como contraexemplo há um grupo de países hoje desenvolvidos que inicialmente basearam —em alguns casos continuam a fazê-lo— seu crescimento em atividades intensivas em recursos naturais. Falamos de nações como Austrália, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, Noruega, Nova Zelândia e Suécia.

um exemplo claro: em 2016 o índice do salário mínimo real⁷ era de só um terço do registrado em 1984, enquanto o das remunerações médias reais estava ligeiramente abaixo. O problema é que ao menos 33% da população ocupada recebe menos de dois salários mínimos.

O enfraquecimento na geração de emprego e de salários, combinado com o baixo crescimento do produto e a produtividade estancada ou à baixa, traduz-se, por uma parte, na perda sistemática da participação do trabalho na distribuição funcional da renda e, por a outra, na ascensão do capital e dos lucros (Puyana, 2015b; López, 2016; Piketty, 2014). O Quadro 4 ilustra o descenso do trabalho quanto à renda.

Quadro 4. Retrocesso Do Trabalho na Distribuição Funcional da Renda (1970-2016)

	1970	1980	1990	2000	2010	2016	Diferença entre o primeiro e o último ano disponível	Diferença entre o máximo e o último ano disponível
Alemanha	51.2	56.5	52.9	52.9	49.7	50.8	-0.1	-5.5
Canadá	53.2	53.3	53.4	50.1	50.4	51.3	-1.9	-3.6
Estados Unidos	58.1	56.8	55.9	57.0	53.3	53.7	-4.4	-4.4
França	49.7	55.3	50.7	50.8	52.1	52.1	2.5	-3.5
Itália	43.4	45.2	41.8	37.0	40.0	39.8	-3.6	-8.2
Japão	40.9	51.0	49.5	51.1	50.4	50.0	9.1	-2.2
Reino Unido	56.4	56.9	51.4	49.4	51.8	49.4	-6.9	-13.6
Brasil	ND	ND	ND	39.2	41.6	ND	5.4	0.0
Chile	ND	ND	ND	ND	ND	ND	-0.1	-0.1
Colômbia	ND	ND	ND	32.8	32.7	33.6	0.8	-0.1
Costa Rica	ND	ND	ND	ND	ND	ND	0.7	0.0
México	38.2	38.7	27.9	28.2	27.8	26.7	-11.5	-16.5
Peru	ND	ND	ND	24.9	21.8	ND	0.9	0.0
China	ND	ND	ND	52.1	47.8	ND	-2.5	-2.5

FONTE: Elaboração própria, com informação da base de dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (ver “Referências”).

ND= não disponível

7. O ano 2000 é a base 100 para calcular o índice.

O retrocesso do trabalho na distribuição da renda na América Latina vem de longa data e tem a ver com a prolongada marginalização do trabalho, constante derivada de basear o crescimento econômico na especialização em matérias-primas — cuja propriedade está concentrada durante a substituição de importações —, na industrialização substitutiva — que, por sua vez, estimula o incremento das manufaturas intensivas com capital externo, tecnologia e grandes economias de escala — e na discriminação ao setor agrícola. Ou seja, se o crescimento se apoia em fatores de propriedade concentrada, os lucros se distribuirão de uma maneira nada equitativa, o qual favorece o capital.

A discriminação à agricultura, especialmente em unidades de agricultura familiar ou pequenas propriedades especializadas na produção de alimentos, propiciou a migração às cidades, onde por virtude da preferência à grande indústria, não se geravam os postos de trabalho nem a renda equitativa necessários para empregar os migrantes. Desta forma, o excedente de trabalho rural converteu-se na reserva laboral que permitiu que os salários caíssem. Este processo é a evidência do retrocesso dos salários reais no México, assim como do lento crescimento em praticamente todos os países latino-americanos.

Na base deste processo encontram-se, por um lado, a perda de capacidade da força de trabalho para negociar por causa da liberalização do mercado laboral e, por outro, o descenso da elasticidade da receita das exportações e do emprego, por isso são requeridas maiores taxas para expandir a economia e vendas externas com o fim de gerar emprego, como há alguns anos.

De fato, ainda em períodos de alto crescimento — como o dos anos 2002-2006 — os índices de desemprego foram elevados, aumentou a informalidade e diminuiu a taxa de participação no trabalho (International Labour Organization [ILO], 2013 e 2017), fenômeno conhecido como — crescimento sem emprego — (jobless growth). Não é de surpreender a deterioração acumulada das remunerações reais, mínimas e médias, ocorrida entre 1980 e 2014 praticamente em toda a região e nos quatro países analisados, salvo na Colômbia.

Outro fator que pode vincular os efeitos do extrativismo e a *DN* é a relação entre esta e a desigualdade, nexos pouco explorado na

literatura sobre o fenômeno e que, contudo, pode revelar uma cadeia causal na qual o extrativismo se associa à geração de maior desigualdade e menor crescimento.

No debate mais recente, é consenso que a desigualdade afeta negativamente o crescimento e, para sustentar tal afirmação, são expostos vários argumentos e mecanismos de transmissão da primeira ao segundo.⁸ Os canais mais aceitos são instabilidade social e política, liberalização comercial, mudança tecnológica, desestímulo aos investimentos em educação e desenvolvimento científico, compressão da demanda doméstica, dano ambiental e pressões políticas para não exercer o gasto público distributivo, não sem antes reconhecer que todos estes elementos resultam de definições políticas e se adotam em instituições políticas.

E ainda que sejam conceitos relevantes, nem sempre são suficientemente considerados. Por exemplo, a relação direta entre a concentração da renda e a elasticidade da renda da demanda por bens não comercializáveis, e entre esta e a taxa real de mudança. Portanto, com maior concentração, a demanda agregada de serviços tende a ser superior, e também superior a apreciação da taxa real de mudança e mais forte a contração do emprego nos setores comercializáveis que não estão em bonança. Quer dizer, em condições de maior desigualdade na distribuição de renda, mais fortes podem ser os sintomas de *DH* e a deterioração dos ganhos laborais.

É preciso acrescentar que a desigualdade pode afetar de forma negativa o crescimento, por razões políticas e estruturais. Por uma parte, os grupos mais poderosos conformam focos de domínio com grande acesso aos centros de decisão, com o qual conseguem adotar políticas que beneficiam o capital e desfavorecem o trabalho, situação que se evidencia mundialmente no retrocesso das retribuições ao trabalho na distribuição primária de renda. Estes grupos de poder criam estruturas refratárias que impossibilitam a mudança (Ramcharán, 2010).

8. Puyana (2018b) analisa a literatura especializada mais recente sobre a desigualdade.

Do exercício aqui realizado fica evidente que, com dados de 2005, mantém-se a relação inversa global entre desigualdade e crescimento econômico encontrada por Gylfason e Zoega (2002) e que se reproduz na América Latina (Gráfico 4). Este exercício mostra também a validade mundial, e não uma trajetória exclusivamente latino-americana, dos resultados obtidos.

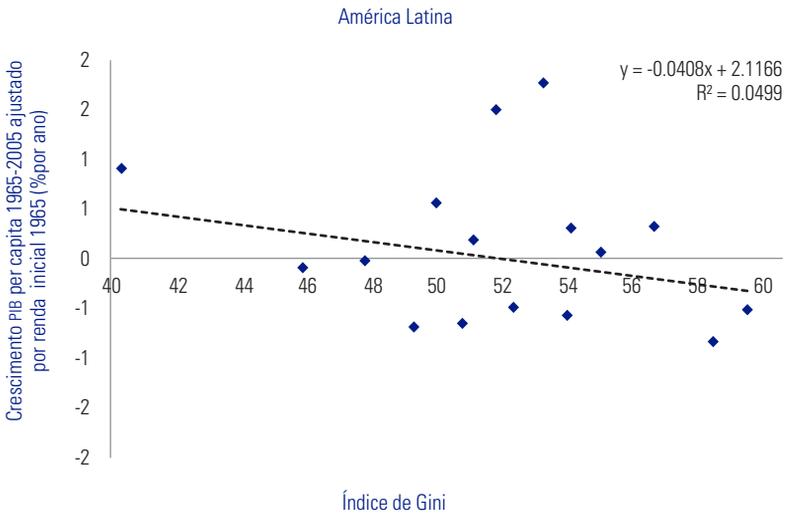
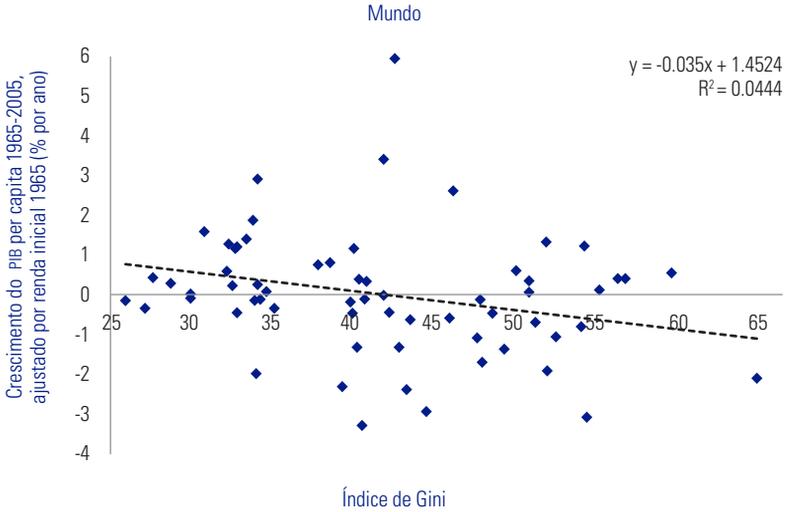
Cabe destacar que uma das desigualdades de maior peso é a concentração da propriedade rural que, como sugerem Deininger e Olinto (2000), tem forte relação inversa com o crescimento ao desestimular a emulação e os investimentos indivisíveis (como a educação) e ao anular os efeitos dos investimentos em capital humano sobre o crescimento. Um índice de concentração da terra particularmente elevado é um fator determinante na reprodução da desigualdade da região (Deininger e Olinto, 2000; Birdsall, 2006), o que tende a estar associado ao extrativismo e ao acúmulo de terras.

Colômbia, uma das nações com maior concentração de terra no orbe, é um bom exemplo. O índice de Gini de propriedade da terra no dito país é de 0,87 (Instituto Geográfico Agustín Codazzi [IGAC], 2007) e, hoje em dia, ostenta uma das mais elevadas desigualdades de renda na região: 12,6% da população sofre com a fome (a média na América Latina e no Caribe é de 8,3%), situação que não melhora mesmo em anos de acelerado crescimento do PIB, como entre 2007 e 2014, quando a economia colombiana expandiu a taxas superiores a 4%.

Da mesma maneira, a concentração de terras está associada à violência e ao deslocamento forçado e intensivo de pequenos produtores rurais e de colonos, tendências que podem ser agravadas pelos planos de desenvolvimento e comércio do governo colombiano, baseados em “megaprojetos” de mineração, petroleiros e agrícolas, aos quais são conferidas grandes extensões de terras improdutivas e pelos quais são marginalizadas da repartição a população do campo, os afrodescendentes e os povos indígenas (Puyana e Costantino, 2015).

De igual maneira, é vital mencionar a existência da relação direta entre o peso dos recursos naturais na riqueza total e a desigualdade quanto a renda (Gráfico 5). Em linha com os resultados de Gylfason e Zoega (2002), é possível afirmar que, na América Latina, a uma maior

Gráfico 4. Desigualdade da Renda e do Crescimento (1985-2005)



FONTE: Elaboração própria, com informação da base de dados do Banco Mundial (2018b).

participação dos primeiros, maior é a desigualdade. É importante considerar que uma repartição desigual da renda pode acentuar a distribuição desigual da renda dos recursos devido à existência de grupos de elite ou monopólicos consolidados e capazes de controlar os centros de decisão e influenciar as políticas que favorecem os seus próprios interesses.

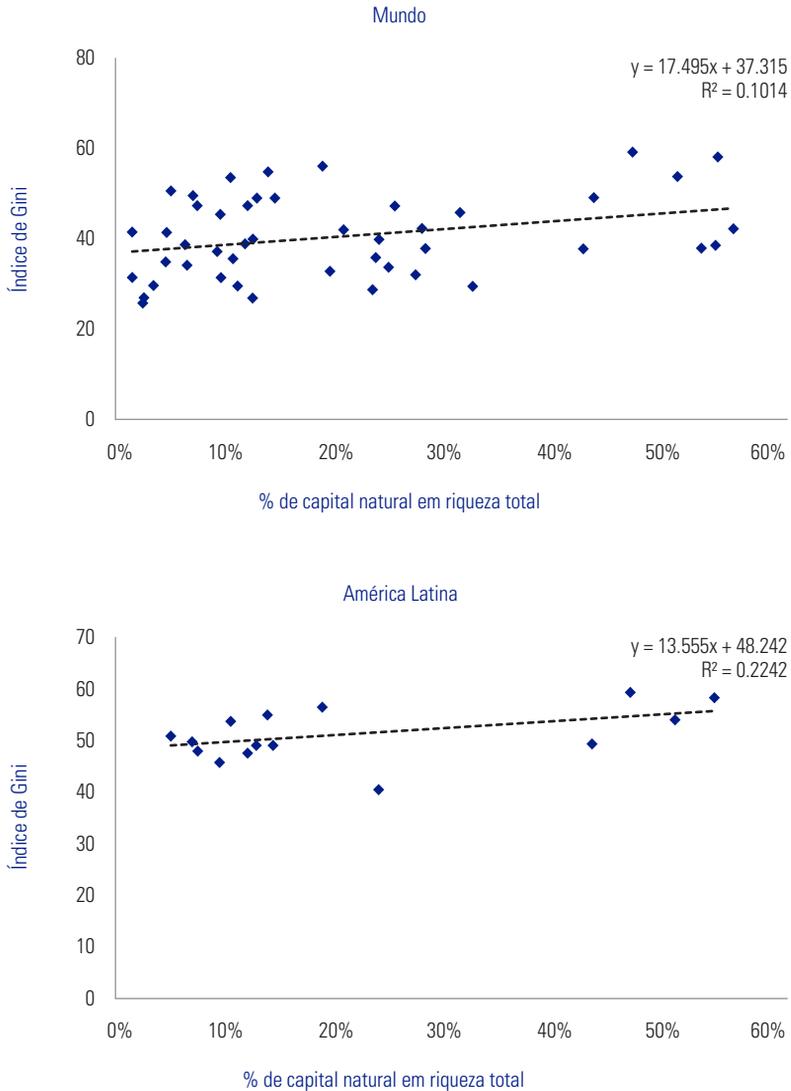
Estabelecida a relação direta entre a concentração dos recursos naturais e a renda, verificou-se que nos países estudados se manifesta a relação inversa entre a concentração de renda, medida pelo índice de Gini, e as taxas de crescimento que encontraram Gylfason e Zoega (2002). Os resultados obtidos são apresentados no Gráfico 6, e não carecem de qualquer comentário, dados os valores da regressão.

Na América Latina, obteve-se uma relação inversa entre a riqueza em recursos naturais e o gasto em educação, contrário ao esperado de acordo com Gylfason e Zoega (2002), como fator explicativo do menor ritmo de expansão econômica dos países ricos em recursos (Gráfico 7).

Já avançada a década dos anos noventa, este resultado pôde ter emergido apesar de que a América Latina possuía um nível de desenvolvimento relativamente maior, uma intensa urbanização e superiores avanços em manufatura, em comparação com outros países especializados em matérias-primas. Entretanto, é necessário enfatizar que a concentração da propriedade da terra no continente é uma das maiores do mundo, além de ser fonte de desigualdades quando se trata de formar capital físico e social porque desestimula os investimentos em educação, entre outros aspectos. Em média, o valor do índice de Gini de concentração da propriedade da terra (85) da América Latina supera em quase 20 pontos o já elevado de concentração da renda (Puyana, 2016).

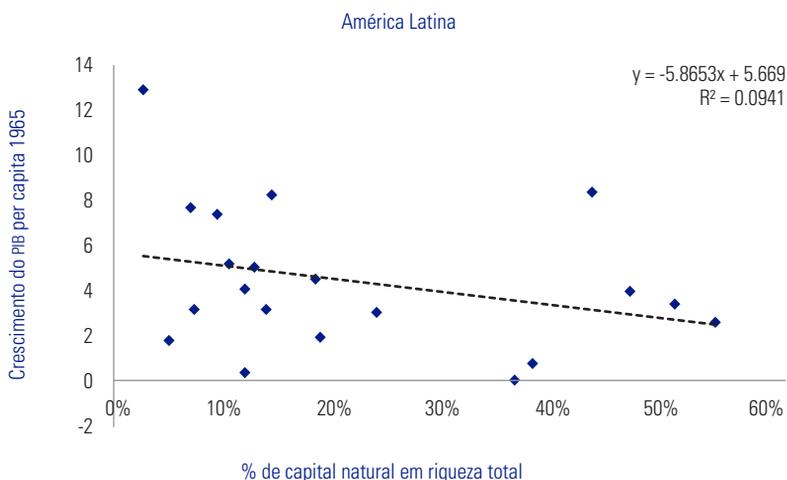
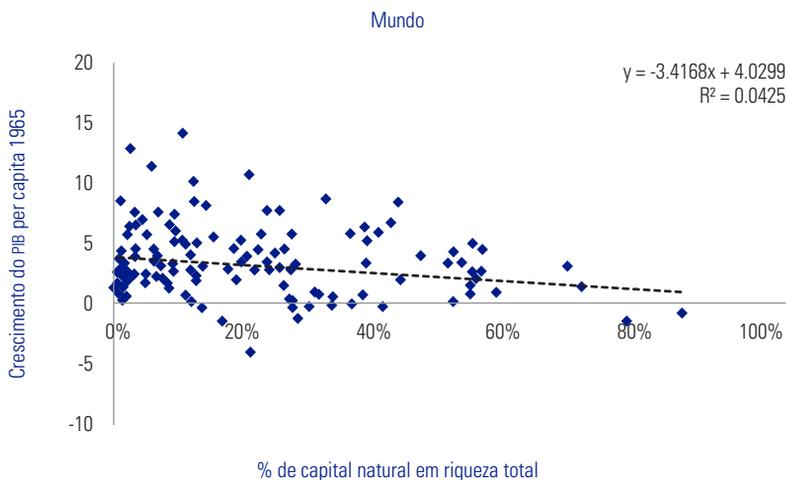
Durante a industrialização substitutiva — entre 1945 e 1990, aproximadamente — e no contexto das intensas reclamações pela universalização da educação primária e a ampliação da secundária, o gasto social aumentou — medida que foi uma versão reduzida do Estado de bem-estar social —, entre outras razões, para conter os protestos sociais das classes médias urbanas e no marco da doutrina de segurança nacional (Bértola e Ocampo, 2014).

Gráfico 5. Desigualdade na Renda e Participação dos Recursos Naturais na Riqueza



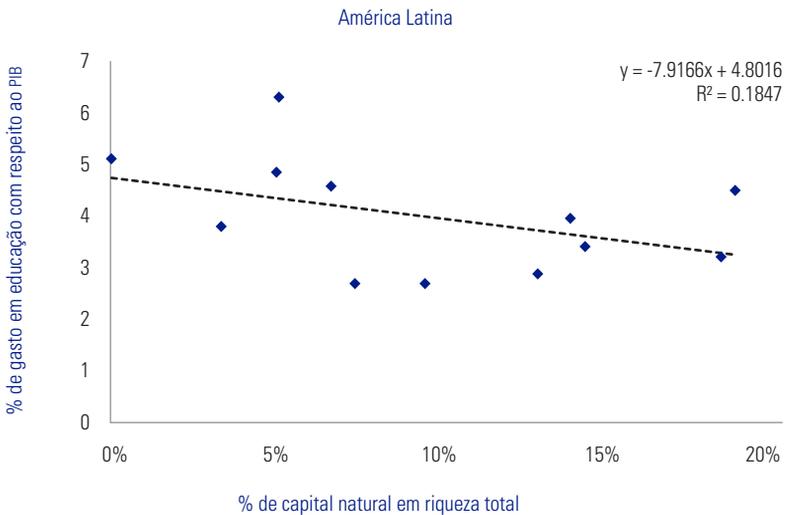
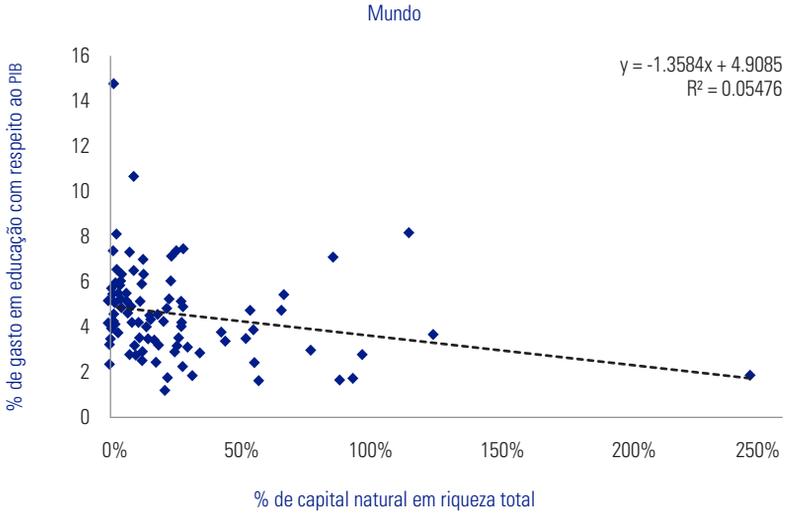
FONTE: Elaboração própria, com informação da base de dados do Banco Mundial (2018a e 2018b).

Gráfico 6. Crescimento Econômico e Recursos Naturais (2005)



FONTE: Elaboração própria, com informação da base de dados do Banco Mundial (2018a e 2018b).

Gráfico 7. Gasto em Educação e Recursos Naturais (2005)



FONTE: Elaboração própria, com informação da base de dados do Banco Mundial (2018a e 2018b).

Considerações Finais

O presente capítulo explorou, com base na dotação de fatores, os elementos teóricos que sustentaram a divisão internacional do trabalho, assim como os desenvolvimentos analíticos mais contemporâneos sobre o neoextrativismo, com o objetivo de estabelecer que este não rompe, mas que aprofunda o modelo de economia liberal instaurado nos anos oitenta com as reformas estruturais.

A diferença notável entre o velho e o neoextrativismo reside na gestão da renda petroleira e, em nossa opinião, é resultante das transformações sociais, econômicas e políticas nas sociedades latino-americanas que, por uma parte, ampliaram o gasto social para reduzir a discriminação que afetava a setores majoritários da população e, por outra, permitiram maior participação na tomada de decisões sobre os recursos naturais, o que alguns denominam governança.

Da mesma maneira, foram avaliados os efeitos econômicos do extrativismo — na América Latina, em geral, e na Argentina, Brasil, Colômbia e México, em particular — e corroborou-se a presença da DH , cujos efeitos podem ser atribuídos à especialização em recursos naturais: baixas taxas de crescimento, apreciação do tipo de mudança, queda da produção de bens comercializáveis e, particularmente, na agricultura e manufatura.

Também foram explorados, entre outros efeitos econômicos, o conteúdo tecnológico nas exportações, a menor geração de empregos e salários e a desaceleração da produtividade laboral, assim como algumas implicações do extrativismo e a DH na maior desigualdade da região e, vinculados a estes, os impactos sobre a desigualdade e a educação.

A América Latina e o Caribe devem resolver os vários problemas que freiam seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, a distribuição desigual dos custos e benefícios do modelo de desenvolvimento e o enfraquecimento dos fatores de crescimento, como a produtividade e a demanda interna. O modelo exportador não conseguiu superar os efeitos negativos derivados, entre outros fatores, da abertura das contas comercial e de capitais, do aumento do conteúdo importado da produção nacional, da perda de relação entre a expansão das

exportações, do grau de abertura e do crescimento do PIB. Nem o crescimento da abertura, incluindo o intercâmbio regional, foram catalizadores do crescimento econômico ou dos setores comercializáveis, nem tampouco do emprego produtivo e da renda no trabalho, efeito do estancamento da produtividade laboral.

A matéria pendente para os tomadores de decisões, os acadêmicos e os empresários é explicar as razões pelas quais o modelo de economia aberta — baseada no investimento estrangeiro direto e que privilegia os mecanismos de mercado na destinação de fatores — não repercutiu positivamente na participação da América Latina e do Caribe no comércio mundial, nem reativou o crescimento da produtividade, o que causa o retrocesso dos setores que competem com as importações e com o crescente conteúdo importado da produção nacional. Dito em outras palavras: passou-se do modelo de substituição de importações ao de substituição de valor agregado e emprego nacionais para importados. Neste processo, participaram tanto o modelo em geral quanto os acordos de integração e as parcerias comerciais com os Estados Unidos e outros países desenvolvidos.

Os resultados apresentados sugerem que a abertura comercial e a expansão das exportações são insuficientes para acelerar o crescimento e garantir taxas de absorção trabalhista adequadas ao crescimento da população economicamente ativa, assim como para conseguir o aumento da produtividade laboral total que permita incrementos constantes na renda.

Pensar, neste contexto, em um padrão de produção baseado na subvalorização da mão de obra e na depredação dos recursos naturais acarretaria vários efeitos econômicos abordados neste capítulo, por isso, essa situação vai aprofundar os problemas estruturais da região e tornará cada vez mais longínquo o desenvolvimento econômico, político, social e ambientalmente sustentável.

Referências

- ACOSTA, A. (2011). Extractivismo y neoextractivismo: dos caras de la misma maldición. *La línea de fuego*. Disponível em <<http://lalineadefuego.info/2011/12/23/extractivismo-y-neoextractivismo-dos-caras-de-la-misma-maldicion-por-alberto-acosta/>>.
- ADITYA, A. e Acharyya, R. (2011). Export Diversification, Composition, and Economic Growth: Evidence from Cross-Country Analysis. *The Journal of International Trade & Economic Development: An International and Comparative Review*, 22(7), pp. 959-992. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09638199.2011.619009>>.
- AUTY, R. (1993). *Sustaining Development in Mineral Economies. The Resource Curse Thesis*. Londres/Nova York: Routledge.
- BAIR, J. (2005). Global Capitalism and Commodity Chains: Looking Back, Going Forward. *Competition & Change*, 9(2), pp. 153-180. Disponível em <<https://pdfs.semanticscholar.org/6b54/4d1c2101eba5dc8335118fb0f416379d22e1.pdf>>.
- BASU, D. (2018). Marx's Analysis of Ground-Rent: Theory, Examples and Applications. *Umass Amherst Economics Working Papers*. Disponível em <https://scholarworks.umass.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1242&context=econ_workingpaper>.
- BÉRTOLA, L. (2018). El remolino de la desigualdad en América Latina: las corrientes del pasado, la presión interna y los vientos globales. Em M. Puchet e A. Puyana (eds.), *América Latina en la larga historia de la desigualdad*. México: Flacso.
- BÉRTOLA, L. e Ocampo, J. A. (2014). *El desarrollo económico de América Latina desde la Independencia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- BIRDSALL, N. (2006). The World is Not Flat: Inequality and Injustice in Our Global Economy. *WIDER Annual Conference*. Helsinki: UNU-WIDER Disponível em <<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/AL09-2005.pdf>>.
- BUCCELLATO, T. e Alessandrini, M. (2009). Natural Resources: A Blessing or a Curse? The Role of Inequality. *Centre for Financial & Management Studies, Discussion paper*, 98, pp. 1-23.

- BURCHARDT, H.-J. y Dietz, K. (2014). (Neo-)extractivism – A New Challenge for Development Theory from Latin America. *Third World Quarterly*, 35(3), pp. 468-486. Disponível em <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01436597.2014.893488>>.
- CARDOSO, F. H. e Faletto, E. (1969). *Dependencia y desarrollo en América Latina*. México: Siglo XXI Editores.
- CENTRO LATINOAMERICANO DE ECOLOGÍA SOCIAL. (2009). *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: CAAP/CLAES. Disponível em <<https://www.redge.org.pe/sites/default/files/2009%20CLAES%20Extractivismo%20Politica%20y%20Sociedad.pdf>>.
- CHENERY, H. e Syrquin, M. (1986). Typical Patterns of Transformation. Em H. Chenery, S. Robinson e M. Syrquin (eds.), *Industrialization and Growth. A comparative Study* (pp. 123-167). New York: Oxford University Press.
- COLLIER, P. e Goderis, B. (2007). *Commodity Prices, Growth, and the Natural Resource Curse: Reconciling a Conundrum*. Oxford: University of Oxford.
- COLLIER, P. e Hoeffler, A. (2000). Greed and Grievance in Civil War. *Policy Research Working Paper*, 2355, pp. 1-44.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. (2008). Cambio estructural para la igualdad. Una visión integrada del desarrollo. Disponível em <<http://www.cepal.org/>>.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. (2017). Em Cepalstat [Base de datos], consultada em junho e julho 2018. Disponível em <http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/estadisticasIndicadores.asp>.
- CORNIA, G. A. (2012). Regímenes políticos, *shocks* externos y desigualdad de ingresos: América Latina durante las tres últimas décadas. Em M. Novick e S. Villafañe (coords.), *Distribución del ingreso. Enfoques y políticas públicas desde el sur* (pp. 67-106). Buenos Aires: PNUD/Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social.
- DEININGER, K. e Olinto, P. (2000). Asset Distribution, Inequality, and Growth. *Policy Research Working Paper*, 2375, pp. 1-35. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/408611468766839670/Asset-distribution-inequality-and-growth>>.

- DELGADO, G. C. (Coord.). (2013). *Ecología política del extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental*. Buenos Aires: CLACSO.
- DOUGLASS, C. N. (1990). *Institutions, Institutional Change, and Economic Performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FLEMING, D. A. e Measham, T. G. (2013). Disentangling the Natural Resources Curse: National and Regional Socioeconomic Impacts of Resource Windfalls. Disponível em <<http://econpapers.repec.org/paper/agsaaea13/150526.htm>>.
- FONTAINE, G. (2005). Governance and the Role of Civil Society. The Case of Oil and Gas Extraction in the Andean Amazon. Em W. Leal Filho (ed.), *The Handbook of Sustainability Research* (pp. 327-349). Frankfurt: Peter Lang Scientific Publishing: Editorial.
- FURTADO, C. (1982). *El subdesarrollo latinoamericano*. México: Fondo de Cultura Económica.
- GELB, A. e associados. (1988). *Oil Windfalls: Blessing or Curse?* Nova York: Oxford University Press/Banco Mundial. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/536401468771314677/Oil-windfalls-Blessing-or-curse>>.
- GRIGERA, J. e Álvarez, L. (2013). Extractivismo y acumulación por desposesión. Un análisis de las explicaciones sobre agronegocios, megaminería y territorio en la Argentina de la posconvertibilidad. *Theomai*, 27-28, pp. 80-97. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12429901006>> ISSN 1666-2830.
- GUDYNAS, E. (2013). Extracciones, extractivismos y extrahecciones. Un marco conceptual sobre la apropiación de recursos naturales. *Observatorio del desarrollo*, 18, pp. 1-18.
- GYLFASON, T. e Zoega, G. (2002). Inequality and Economic Growth: Do Natural Resources Matter? *CESifo Working Paper*, 712 (5), pp. 1-36.
- HAUSMANN, R., Hwang, J. e Rodrik, D. (2007). What you export matters. *Journal of Economic Growth*, 12(1), pp. 1-25.
- HEIPERTZ, M. e Nickel, C. (2008). Climate Change Brings Stormy Days: Case Studies on the Impact of Extreme Weather Events on Public Finances. Em *Fiscal Sustainability: Analytical Developments and Emerging Policy Issues* (pp. 613-630). Perugia,

- Italia: Banca d'Italia. Disponível em <https://www.bancaditalia.it/publicazioni/altri-atti-convegna/2008-fiscal-sustainability/Nickel.pdf?language_id=1>.
- HERNÁNDEZ SUÁREZ, C. (2013). Poder, desarrollo y directrices hidráulicas desde el Valle de México. Em G. C. Delgado Ramos (coord.), *Ecología política del extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental* (1a ed., pp. 43-66). Buenos Aires: CLACSO.
- HILBERT, M. e López, P. (2011). The World's Technological Capacity to Store, Communicate, and Compute Information, *Science*, 332(6025), pp. 60-65.
- HUMPHREYS, M., Sachs, J. e Stiglitz, J. D. (2007). *Escaping the Resource Curse*. Nova York: Columbia University Press.
- INSTITUTO GEOGRÁFICO AGUSTÍN CODAZZI. (2007). Atlas de la Distribución de la Propiedad Rural en Colombia. Disponível em <<http://www.igac.gov.co/igac>>.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. (2013). *Global Employment Trends 2013: Recovering from a Second Jobs Dip*. Geneva: ILO. Disponível em <http://www.ilo.org/global/research/global-reports/global-employment-trends/2013/WCMS_202326/lang-en/index.htm>.
- INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. (2017). *World Employment and Social Outlook 2017: Sustainable Enterprises and Jobs – Formal Enterprises and Decent Work*. Geneva: ILO. Disponível em <http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_579893.pdf>.
- KALDOR, N. (1967). Strategic Factors in Economic Development. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- KOJO, N. C. (2015). Demystifying Dutch Disease. *Journal of International Commerce, Economics and Policy*, 6(02), pp. 1-22.
- KRUGMAN, P. (1987). The Narrow Moving Band, the Dutch Disease, and the Competitive Consequences of Mrs. Thatcher: Notes on Trade in the Presence of Dynamic Scale Economies. *Journal of Development Economics*, 27(1-2), pp. 41-55.
- LÓPEZ, B. (2016). *Las relaciones de la desigualdad del ingreso con el crecimiento, la inversión y la política tributaria en México*,

- 1984-2014 (Tese de Mestrado em Governo e Assuntos Públicos). Flacso: México.
- MARINÍ, R. M. (1979). El ciclo del capital en la economía dependiente. Em U. Oswald (coord.), *Mercado y dependencia* (pp. 37-55). México: Nueva Imagen.
- MERCHAND ROJAS, M. A. (2016). Neoextractivismo y conflictos ambientales en América Latina. *Espiral. Estudios sobre Estado y Sociedad*, 23(66), pp. 155-192.
- MONCADA, E. (2013). La re-existencia mapuche frente al extractivismo forestal en un contexto de neoliberalismo armado. En G. C. Delgado Ramos (coord.), *Ecología política del extractivismo en América Latina: casos de resistencia y justicia socioambiental* (1ª. ed.). Buenos Aires: CLACSO.
- MORENO BRID, J. C. e Puyana, A. (2015). Mexico's New Wave of Market Reforms and its Extractive Industries. Em P. Heidrich e P. A. Haslam (eds.), *The Political Economy of Natural Resources and Development: From Neoliberalism to Resource Nationalism*. Nova York: Routledge.
- MYINT, H. (1958). "The Classical Theory" of International Trade and the Underdeveloped Countries. *The Economic Journal*, 68(270), pp. 317-337.
- MYINT, H. (1965). Economic Theory and the Underdeveloped Countries. *Journal of Political Economy*, 73(5), pp. 477-491.
- NNATE, N. (1984). World Mining Rent: An Extension of Marx's Theories. *Review (Fernand Braudel Center)*, 8(1), pp. 29-89.
- NURKSE, R. (1959). Notes on Unbalanced Growth. *Oxford Economic Papers N. S.*, 11 (3), pp. 295-297.
- OBSERVATORIO DE CONFLICTOS MINEROS DE AMÉRICA LATINA. (2013). *Conflictos mineros en América Latina: extracción, saqueo y agresión*. OCMAL.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT. Consultada em julho de 2018 em <<https://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=60702>>.
- PAUS, E. (2014). Latin America and the Middle Income Trap. *ECLAC, Financing for Development Series*, 250. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2473823>.

- PIKETTY, T. (2014). *El capital en el siglo XXI*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PRADOS DE LA ESCOSURA, L. (2015). *Desigualdad y desarrollo humano en América Latina. Una perspectiva de largo plazo*. Conferencia dada na Flacso, 26 de novembro.
- PREBISCH, R. (1949). El desarrollo de la América Latina y algunos de sus principales problemas. *El Trimestre Económico*, 16(63), pp. 347-431.
- PREBISCH, R. (1959). Commercial Policy in the Underdeveloped Countries. *The American Economic Review*, 49(2), pp. 251-273.
- PUYANA, A. (2015a). Notas sobre el desarrollo de América Latina: paradojas de la liberalización económica. Em A. Puyana (coord.), *Paradojas de la globalización y el desarrollo latinoamericano* (pp. 23-64). México: Flacso.
- PUYANA, A. (2015b). *La economía petrolera en un mercado politizado y global. México y Colombia*. México: Flacso.
- PUYANA, A. (2016). *Notas sobre la desigualdad en la teoría y la práctica económicas*. Dissertação apresentada na cerimônia de admissão como membro de número da Academia Mexicana de Economía Política, 16 de março.
- PUYANA, A. (2017). El retorno al extractivismo en América Latina. ¿Ruptura o profundización del modelo de economía liberal y por qué ahora? *Espiral. Estudios sobre Estado y Sociedad*, xxiv (69), pp. 73-113. Disponível em <file:///C:/Users/user/Downloads/4596-21329-1-PB.pdf>.
- PUYANA, A. (2018a). *Desigualdad horizontal y discriminación étnica en cuatro países latinoamericanos. Notas analíticas para una propuesta de políticas*. México: CEPAL. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37816/1/S1500195_es.pdf>.
- PUYANA, A. (2018b). *La economía política de la desigualdad y del desarrollo. Reflexiones en tiempos adversos*. Conferencia en la Academia Colombiana de Ciencias Económicas, Bogotá, 10 de octubre.
- PUYANA, A. e Costantino, A. (2015). Chinese Land Grabbing in Argentina and Colombia. *Latin American Perspectives*, 42(6), pp. 105-119.

- PUYANA, A. e Romero, J. (2009). *México. De la crisis de la deuda al estancamiento económico*. México: El Colegio de México.
- RAMCHARÁN, R. (2010). Inequality Is Untenable. *Finance & Development*, 47(3). Disponível em <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2010/09/ramcharan.htm>>.
- RAVEH, O. (2013). Dutch Disease, Factor Mobility and the Alberta Effect: The Case of Federations. *Canadian Journal of Economics/Revue Canadienne d'Economique*, 46(4), pp. 1317-1350.
- RODRIK, D. (2006). Industrial Development: Stylized Facts and Policies. Em *Industrial Development for the 21st Century*. Disponível em <<https://drodrik.scholar.harvard.edu/files/dani-rodrik/files/industrial-development.pdf>>.
- RODRIK, D. (2015). Premature Deindustrialization. *The National Bureau of Economic Research*, 21(1), pp. 1-33. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w20935>>.
- ROSENSTEIN-RODAN, P. N. (1943). Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe. *The Economic Journal*, 53(210-211), pp. 202-211. Disponível em <http://www.depfe.unam.mx/doctorado/teorias-crecimiento-desarrollo/rodan_1943.pdf>.
- ROSS, M. L. (2007). How Mineral-Rich States Can Reduce Inequality? Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.322.9898&rep=rep1&type=pdf>>.
- ROSTOW, W. W. (1960). *The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto*. Londres: Cambridge University Press.
- SACHS, J. D. e Warner, A. (1995). Natural Resource Abundance and Economic Growth. *The National Bureau of Economic Research*. Disponível em <<http://www.nber.org/papers/w5398.pdf>>.
- SEOANE, J. (2013). Modelo extractivo y acumulación por despojo. Em J. Seoane, E. Taddei y C. Algranati, *Extractivismo, despojo y crisis climática. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América* (pp. 21-40). Buenos Aires: Ediciones Herramienta/Editorial El Colectivo/GEAL. Disponível em <<http://www.iheal.univ-paris3.fr/sites/www.iheal.univ-paris3.fr/files/SEOANE-TADDEI-ALGRANATI%202013.pdf>>.

- SINGER, H. W. (1950). The Distribution of Gains between Investing and Borrowing Countries. *The American Economic Review*, 40(2), pp. 473-485.
- STIGLITZ, J. (2007). Making Natural Resources into a Blessing rather than a Curse. Disponível em <https://www8.gsb.columbia.edu/faculty/jstiglitz/sites/jstiglitz/files/2005_Covering_Oil.pdf>.
- SVAMPA, M. (2013). Consenso de los *Commodities* y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva sociedad*, 244, pp. 30-46. Disponível em <http://www.unesco.org.uy/shs/red-bioetica/fileadmin/shs/redbioetica/Consenso_de_Commodities.pdf>.
- UL HAQUE, I. (Ed.). (1995). *Trade, Technology and International Competitiveness*. Washington: Economic Development Institute of the World Bank. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/265331468765926233/pdf/multi0page.pdf>>.
- UNITED NATIONS COMTRADE DATA BASE. Disponível em outubro 2015 em <<https://comtrade.un.org/>>.
- WILL, M. (2005). *Outgrowing Resource Dependence: Theory and Some Recent Developments*. Washington, DC: Banco Mundial. Disponível em <<http://documents.worldbank.org/curated/en/102921468780334664/pdf/wps3482.pdf>>.
- WORLD BANK. (2018a). Wealth Accounting Data Base [base de dados]. Disponível em <<http://data.worldbank.org/data-catalog/wealth-accounting>>.
- WORLD BANK. (2018b). WDI: World Development Indicators [base de dados]. Consultada em junho 20, 2018. Disponível em <<https://data.worldbank.org/products/wdi>>.

CAPÍTULO IV

**Os Enfoques do
Desenvolvimento na
América Latina**

Rumo a uma Transformação
Socioecológica

ÁLVARO CÁLIX
Honduras

O Debate Sobre o Desenvolvimento na América Latina

A discussão e a disputa pela apropriação de um marco orientador das políticas de desenvolvimento na América Latina remontam aos anos cinquenta e sessenta do século xx. Não é que não tenha havido em décadas anteriores expressões desta tensão discursiva, mas a capacidade de resposta e contribuição de pensamento até certo ponto alternativo cobra notoriedade a partir dessa época.

De um extremo a outro, as teorias de desenvolvimento tomaram seus fundamentos das teorias gerais das ciências sociais (funcionalistas, estruturalistas ou marxistas) e, por sua vez, recorriam a conceitos econômicos e hipóteses provenientes dos enfoques econômicos neoclássicos, keynesianos e marxistas (Becker, 2001). Todavia, no fundo ambas as posturas, que eram tributárias da modernidade

ocidental, situavam o crescimento econômico como centro analítico para explicar a situação e a trajetória dos países.

Deste modo, a teoria da modernização, ou enfoque estruturalista da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) e a teoria da dependência delimitavam o leque de discussão sobre as opções de desenvolvimento “mais convenientes” para a região latino-americana. De igual maneira, estes três corpos teóricos convergiam em um denominador comum: o viés economicista. O que mudava era a modalidade para alcançar o dinamismo econômico.

Para a teoria da modernização os aspectos essenciais eram a superação do atraso tradicional, progresso técnico, aumento da capacidade de consumo e a adoção de regimes democráticos. Nos campos do estruturalismo cepalino e da teoria da dependência, apesar das diferenças entre eles, havia uma preocupação comum por alcançar justiça social e maior autonomia regional e nacional frente aos países centrais, nos que se concentravam as capacidades de investimento e desenvolvimento tecnológico.

No campo específico da economia, a região esteve permeada ao menos por três influências significativas:¹ a) a dos economistas clássicos e neoclássicos, que destacavam a necessidade de incrementar a capacidade autorreguladora dos mercados, b) a dos keynesianos, que advogavam pela intervenção e o planejamento estatal, e c) a dos marxianos, com uma postura que apelava a uma mudança nas relações de propriedade (Becker, 2001).

As semelhanças entre as diferentes teorias que tentavam explicar e guiar o desenvolvimento da região não são fortuitas. Partiam de uma concepção do desenvolvimento fincada na racionalidade ocidental dominante e centrada na necessidade do crescimento econômico permanente, modernização do aparelho produtivo e modernização sociopolítica e institucional (Escribano, 2003). No entanto, as diferenças eram visíveis na hora de responder as seguintes perguntas: a) como se produz e quem são os que se apropriam dos excedentes econômicos, b) que tipo de inser-

1. As duas primeiras influências mantiveram o predomínio da discussão e orientação das políticas econômicas na América Latina.

ção internacional é mais conveniente, e c) que papel deveriam desempenhar o Estado e o mercado no projeto modernizador. Neste sentido, cabe agregar que nesse momento as preocupações meio ambientais não apareciam no debate, salvo que fossem mencionadas de maneira isolada.

A Especificidade Latino-americana

Frente à visão evolucionista e linear das teorias dominantes, uma das principais contribuições do pensamento latino-americano foi a argumentação de que na América Latina não existiram as condições clássicas para seguir o processo de desenvolvimento ocidental. A região possuía uma especificidade que era preciso explicar. Esta premissa motivou a investigação para diagnosticar e identificar alternativas que dessem resposta à problemática específica da região (Flores, 2012).

A transferência em massa de riqueza latino-americana para a Europa, por meio da Espanha e de Portugal, selou o começo do sistema-mundo capitalista colonial. Esta espoliação de recursos fortaleceu o acúmulo primitivo de capital que tornou possível a Revolução Industrial. Com os processos independentistas das primeiras décadas do século XIX não se alterou de modo significativo esta transferência de riqueza. Somente depois da Segunda Guerra Mundial o papel da América Latina na divisão internacional do trabalho começará a ser problematizado e questionado seriamente.

As assimetrias entre as chamadas economias periféricas e centrais geravam uma totalidade e um sistema, no qual uma parte envolvia a outra. O subdesenvolvimento era visto a partir desta postura como a outra cara do desenvolvimento. Do mesmo modo, a especialização produtiva não era então um fenômeno casual, mas sim traço estrutural dos países da América Latina, Ásia e África. Questionava-se a constante deterioração dos termos de intercâmbio, produto das assimetrias entre o preço dos bens primários exportados e os bens industriais que se importavam (Lander, 2014).

Ao aprofundar-se na especificidade latino-americana era evidente perceber que os principais impulsos econômicos provinham de fora da região, porque o desenvolvimento industrial dos países mais ricos

ampliou a demanda de matérias-primas extraídas da periferia. E esta circunstância afirmava a especialização latino-americana na divisão internacional do trabalho. Obviamente, esta delimitação não foi espontânea, pois vários fatores econômicos e políticos asseguraram esta função exportadora de bens primários, o que, por sua vez, bloqueou a expansão sustentada da demanda interna. Deste modo, esta ordem das coisas desalentava o surgimento de outros itens econômicos que pudessem se converter em uma base endógena de concentração e desenvolvimento das forças produtivas (Carvalho e Friggeri, 2015).

Mas, segundo Stavenhagen (1971), além das relações de colonização que os países centrais estabeleceram com os chamados países periféricos, também no interior das nações latino-americanas se reproduziram formas de dominação colonial. As regiões mais atrasadas, por exemplo, cumpriram o papel de colônias internas das áreas urbanas e mais dinâmicas de cada país. Por isso, Stavenhagen enfatizou que em vez de explicar a situação interna dos países da América Latina em termos de “sociedade dual” era mais acertado expressá-la em termos de colonialismo interno. E dizia isto porque a transferência de capital, matérias-primas e força de trabalho procedente das zonas “atrasadas” viabilizava o rápido desenvolvimento dos “polos de crescimento” e postergava o das zonas provedoras. De tal maneira que o intercâmbio entre os centros urbanos modernos e as regiões rurais atrasadas em um mesmo país apresentava assimetrias como as que se viam entre os países centrais e os subdesenvolvidos.

Se era possível ou não estar de acordo com o embasamento teórico que defendia a especificidade latino-americana, o que não resta dúvida é que este marcou um antes e um depois na maneira em como discorreu o debate sobre as opções de desenvolvimento na região.

Os Enfoques de Desenvolvimento Dominantes na América Latina

Dentro das teorias que tentaram explicar e orientar o desenho de políticas públicas na América Latina, algumas deram lugar a

perspectivas e modelos de desenvolvimento hegemônicos durante o século xx e no que transcorreu do XXI (Figura 1). E pela influência das teorias econômicas o conceito de modelo de desenvolvimento foi assimilado ao de padrão de concentração. Naquele momento, chamava-se de modelo de desenvolvimento cada modalidade do processo de reprodução do capital em um momento histórico determinado. Este viés implicou em que cada modelo trouxesse consigo notáveis restrições para abordar a multiplicidade de dimensões inerentes a uma compreensão integral do desenvolvimento. Com este esclarecimento, podem ser distinguidos pelo menos quatro enfoques predominantes na América Latina:

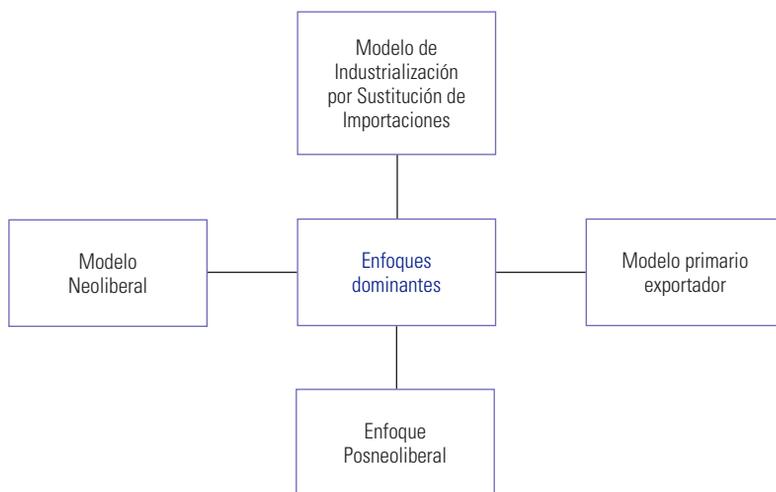
1. *Modelo Primário Exportador (MPE)*. Influenciado pela teoria econômica clássica.
2. *Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (MISI)*. Formalizado e explicado pela teoria estruturalista da CEPAL.
3. *Modelo Neoliberal (MN)*. Em sua elaboração contribuíram diretamente as teorias econômicas neoclássicas.
4. *“Enfoque” Pós-neoliberal (EPN)*. Sem uma influência teórica distintiva nem consistente, ainda que caiba destacar a influência parcial do neoestruturalismo, proposto pela CEPAL a partir dos anos noventa.

O primeiro e o terceiro correspondem às expressões mais ortodoxas do capitalismo como regime de concentração, enquanto o segundo e o quarto representam opções relativas de acomodamento distributivo, sempre a partir dos marcos do capitalismo global, que na América Latina tiveram certa margem de oportunidade ao aproveitar momentos específicos da conjuntura mundial.

Convém dizer também que o MPE e o MN conseguiram, durante seu apogeu, maior expansão na região que o observado pelo MN e o ainda em curso EPN. Esta diferença no grau de influência deve-se a vários fatores, entre eles: o balanço de poder por trás de cada opção de desenvolvimento, o perfil dos sistemas produtivos e as oportunidades e restrições do sistema-mundo.

A proeminência de cada um destes modelos e/ou enfoques está longe de ter sido homogênea em cada país ou sub-região. A especificidade de cada contexto explica as diferenças no grau e tempo de aplicação. Aqui se propõem uma distinção histórica temporal com base nos momentos em que cada enfoque obteve maior difusão e profundidade e, portanto, foi dominante em relação a outras opções. O anterior não supõe desconhecer que o período de gestação, de desenvolvimento e declive de cada enfoque encerra um lapso de tempo maior ao resenhado neste documento.

Figura 1. Enfoques dominantes sobre a direção do desenvolvimento na América Latina



Modelo Primário Exportador (MPE)

É um modelo que alavancou a inserção internacional de países considerados *não desenvolvidos* mediante a exportação de matérias-primas, com ênfase nos produtos agrícolas e minerais.

Entre alguns fatores de contexto que favoreceram a consolidação do MPE se podem mencionar: a) a disposição abundante de

matérias-primas e de mão de obra barata nos países situados na periferia capitalista; b) a presença de governos submissos que atraíam o capital estrangeiro através de concessões leoninas e isenções fiscais, para que este investisse no setor primário; c) os avanços tecnológicos que permitiram às nações *desenvolvidas* processar intensivamente e dar valor agregado às matérias-primas procedentes de colônias e ex-colônias; d) o aumento do poder aquisitivo e de capacidade de consumo de vastos setores operários na Europa e nos Estados Unidos; e) os avanços no transporte marítimo, que permitiam reduzir o tempo de traslado, assim como aumentar a carga de matérias-primas e mercadorias finais para sua comercialização.

No continente latino-americano, o auge e consolidação deste estilo de desenvolvimento situa-se entre 1870 e 1910² aproximadamente, o que, cabe ressaltar, representa uma tendência que se iniciou com o próprio processo de colonização europeia. E mesmo que o MPE tenha contribuído para o crescimento do produto interno bruto (PIB) na América Latina — com suas nuances e segundo o tipo de produto e as condições do mercado internacional —, tal crescimento não propiciou o melhoramento generalizado nem o bem-estar da população, ao contrário, reproduziu e consolidou o caráter dependente das sociedades latino-americanas.

Deste modo, foi como se configurou um sistema produtivo heterogêneo e especializado, conformado por um setor “moderno” na produção e exportação de produtos primários, mas também um setor “atrasado” e que só subsistia. Neste modelo, carecia-se de um mecanismo interno — porque o dinamismo econômico dependia da demanda dos centros capitalistas —, além de que os incrementos na produtividade do setor exportador não se trasladavam ao conjunto da economia. A maior parte do excedente gerado se transferia ao exterior, enquanto da porção restante que permanecia na região uma grande quantidade se destinava ao consumo suntuoso (importado)

2. A consolidação do MPE durante este período deve-se ao fato de que era formalizado o papel da região na especialização produtiva primária, o que permitiu que quase todos os países latino-americanos se incorporassem por esta via ao sistema-mundo em um momento de grande dinamismo do comércio internacional.

das oligarquias. Em suma, os altos níveis de concentração da renda prevalentes desde a Colônia se acentuaram durante a fase do MPE (Guillén, 2007).

É preciso mencionar que o MPE se desdobrou em forma diferenciada na América Latina. No caso dos países do Cone Sul, como Argentina, Uruguai e Chile, estes aceitaram — a partir do triunfo dos processos independentistas e desde as primeiras décadas do século XIX — os requisitos do capitalismo inglês, entre eles a especialização na produção de bens de ampla demanda, como couro, carne e cereais. Por sua parte, no México, Brasil e América Central, a inserção plena à nova ordem pós-colonial cobrou força pouco depois da segunda metade do século XIX, uma vez concluída a Reforma Liberal. É então que no Brasil se afiança no desenvolvimento da indústria do café, base de sua economia durante essa etapa, enquanto o México — no período 1867-1910 — se consolida como exportador de produtos agrícolas (algodão, sisal e café), minérios (cobre) e posteriormente petróleo (Guillén, 2007).

O MPE tornava muito vulneráveis os países exportadores de matérias-primas porque o desempenho da economia dependia excessivamente de exportações muito sensíveis ao nível de demanda externa; sem deixar de mencionar que o regime de concentração favorecia a concentração da riqueza e a massiva transferência do excedente aos países centrais.

Desta maneira, o papel das nações latino-americanas na divisão internacional do trabalho implicava uma progressiva deterioração das transações comerciais, precisamente pelas contínuas flutuações que afetavam os preços internacionais, em grande medida ligadas às sequelas da Primeira Guerra Mundial e, mais tarde, à grande recessão dos anos trinta e à Segunda Guerra Mundial. Esta situação, que propiciou crises recorrentes, com notáveis efeitos inflacionários e recessivos, levou o emergente empresariado do setor industrial a questionar o modelo e se aliar com movimentos operários e líderes políticos. Estas parcerias depois tiveram o mérito de impulsionar opções políticas mais favoráveis a uma nova forma de abordar a política econômica, em prol do fortalecimento dos mercados internos e da capacidade industrial dos países latino-americanos.

O MPE entrava em crise, ainda que, obviamente, o seu declive não tenha significado, de modo algum, o seu desaparecimento.

Modelo de Industrialização por Substituição de Importações (MISI)

É definido como um conjunto de políticas orientadas a estimular a industrialização interna pela via do desencorajamento das importações. Para esse fim, outorga ao Estado amplas faculdades de promotor econômico e gestor na reprodução das condições sociais da população trabalhadora, com ênfase na área industrial urbana. Ainda que se trate de uma opção de política utilizada em outras épocas e países — como, por exemplo, a União Soviética e inclusive durante a etapa do mercantilismo europeu dos séculos XVI e XVII —, é a CEPAL, que desde 1948, formaliza, aperfeiçoa e impulsiona o MISI como um modelo de alcance amplo, à escala latino-americana.

Na região, o auge deste enfoque de desenvolvimento pode ser situado entre 1950 e 1970,³ ainda que com um avanço muito desigual entre sub-regiões e países. Nesse momento, os países que atingiram os maiores níveis de industrialização relativa foram Brasil, México e Argentina, enquanto num segundo bloco se poderia mencionar Chile, Colômbia, Peru e Uruguai, que tentaram dar passos estratégicos nessa direção, mas com menor alcance que o primeiro grupo de países.

O modelo surge em contraposição ao MPE, como uma crítica à posição dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho, que os encerravam na produção de bens sem valor agregado

3. Cabe destacar que, devido aos efeitos da Grande Depressão dos Estados Unidos e das duas guerras mundiais, há antecedentes precoces de industrialização por substituição de importações na América Latina durante a primeira metade do século XX. A CEPAL vem, então, anos depois, dar consistência teórica e formalizar as respostas que alguns países, como Argentina, Brasil e México, vinham fazendo frente às restrições externas.

e, depois, na importação de manufaturas e bens de capital que deterioravam de forma notável os termos de intercâmbio. Em torno a essa questão, Raúl Prebisch enfatizou as distorções na relação centro-periferia. Seus argumentos rejeitavam a premissa do processo de modernização linear e convergente proposto pelos teóricos da modernização.

Do ponto de vista do pensamento cepalino, o MISI era o caminho idôneo para aumentar a *produtividade* econômica, acelerar o crescimento do PIB, absorver sistematicamente a mão de obra excedente das zonas rurais, melhorar a distribuição da renda e reorientar o perfil de inserção latino-americana na divisão internacional do trabalho.

Entre os fatores contextuais que favoreceram a emergência e consolidação do MISI se destacam: a) as crises recorrentes a nível internacional que afetaram a demanda e os preços das matérias-primas; b) a parceria de setores políticos, movimentos sociais e frações da burguesia emergente que coincidiam no desafio de ampliar os mercados internos e a industrialização nacional.

Na perspectiva do MISI, um país teria que começar com a substituição de bens de escassa intensidade tecnológica, e de acordo ao avanço do seu progresso técnico, poderia ir substituindo bens cada vez mais complexos. Por esta via, os países chegariam em algum momento à exportação de bens com maior valor agregado, o que se concebia como uma etapa ulterior de industrialização para o exterior. Ao final, a política de substituição de exportações colaborou para a diversificação da cesta de bens industriais da região e no atendimento, com produção interna, das suas necessidades de bens de consumo e uma parte das de bens intermediários e de capital. Como resultado do MISI, a região alcançou importantes níveis de crescimento econômico que superaram seu ritmo histórico. Mas, não foi possível avançar a uma exportação consistente de bens com maior complexidade tecnológica.

Este esforço industrializador foi muito significativo para a modernização e diversificação das economias latino-americanas, mesmo tendo as seguintes limitações: concentrar seu raio de ação nas principais cidades, promover fluxos de migração rural em massa e processos precários de urbanização, debilitar as capacidades de produção agropecuária e iniciar a tendência a informalizar o

emprego urbano. Em todo caso, é destacável que durante seu período de influência foram realizados os esforços mais importantes para alcançar a universalização de certas políticas sociais. Ao final, e por diferentes razões, a região não pôde sequer se aproximar dos patamares dos Estados de Bem-estar que prevaleciam na Europa, ainda que sobressaísse o nível alcançado em países como Uruguai e Costa Rica antes da arremetida das políticas neoliberais.

Quando o processo de industrialização quis dar o salto para produzir bens de maior complexidade, a capacidade de manobra e de regulação dos países se debilitou, pois não puderam alterar o perfil de sua participação nas cadeias globais de valor. Ao não contar com o capital próprio necessário nem, portanto, com suficiente absorção e difusão tecnológica, a região teve que abrir passagem às empresas transnacionais, sobretudo às dos Estados Unidos, que se converteram nas principais fontes de investimento e nas que controlaram as áreas mais dinâmicas da indústria, fenômeno ao que Cardoso e Faletto (1977) chamaram de “internacionalização do mercado interno”.

Os limites e contradições do MISI foram evidenciados pela crítica que vários autores faziam a partir da chamada Teoria da Dependência,⁴ que em síntese colocava os seguintes argumentos (Diez, 2013): a) a impossibilidade de universalizar o desenvolvimento industrial a partir do capitalismo, devido aos obstáculos deliberados que os centros impunham às periferias; b) a necessidade de mudanças radicais no perfil dos vínculos externos, uma vez que os centros tendiam a subordinar a periferia através das empresas transnacionais e da trama de interesses dos grupos dominantes do centro e de grupos similares na periferia; e c) a ausência, na explicação do subdesenvolvimento latino-americano, das causas que estavam por trás das

4. A teoria da dependência, mais que uma oposição à teoria estruturalista da CEPAL, radicaliza as posições deste organismo. Contou com respaldo em amplos círculos de especialistas do subdesenvolvimento nos anos sessenta e setenta. Destacam-se entre seus representantes Celso Furtado e Osvaldo Sunkel (que tinham cumprido um papel relevante na CEPAL). Também se inclui entre seus autores Fernando Cardoso, Enzo Faletto, Theotonio Dos Santos, André Gunder Frank, Aníbal Quijano e Ruy Mauro Marini, a maioria deles com vinculações prévias ou continuadas com a teoria econômica marxista (Gabay, 2008).

graves assimetrias sociais, pois na análise se ignorava a existência de interesses contrapostos entre as classes dominantes e as classes oprimidas.⁵ A crítica da teoria da dependência se completava ao mostrar que os Estados na América Latina oscilavam entre Estados corporativos, patrimonialistas e autoritários, que conduziam à exploração capitalista (Flores, 2012).

O MSI começou a mostrar sintomas de debilidade ou de desvio, de acordo a cada análise. No final dos anos sessenta, observou-se um menor dinamismo industrial e posteriormente somaram-se os *choques* externos, como o derivado da crise mundial dos preços do petróleo e o excesso de liquidez internacional no primeiro quinquênio dos anos setenta. Nessa mesma década, vários fatores confluíram para a perda de autoridade das ideias keynesianas que haviam prevalecido desde o pós-segunda guerra mundial. Como era de se esperar, este fato terminou afetando a aplicação do MSI na América Latina. Em lugar de aproveitar a crise para dar uma guinada no timão e ajustar o modelo — o que teria implicado: propiciar uma melhor redistribuição da renda, alcançar um maior encadeamento e articulação do sistema produtivo, assim como a revisão seletiva dos esquemas de proteção —, os governos da região continuaram acentuando as distorções, com o agravante de que se recorreu ao endividamento como via preferencial para ajustar os desequilíbrios externos e orçamentários. A dívida externa abriu passagem, a princípios dos anos oitenta, a uma crise de maior magnitude com a subida das taxas internacionais de juros, o que tornou praticamente inviável o pagamento de uma dívida externa que, diga-se de passagem, não foi devidamente investida nos países latino-americanos (Guillén, 2007).

Deste modo, os fatores precedentes foram minguando o volume de formação de capital e de absorção e difusão tecnológica, fenômeno que foi denominado como “industrialização truncada”. Desta maneira, foi se enfraquecendo a base social e política que respaldava o MSI, sem

5. O subdesenvolvimento era um termo usado para referir-se às estruturas econômicas nas quais predominava o setor primário, uma forte concentração da renda, escassa diferenciação do sistema produtivo e, em especial, proeminência do mercado externo sobre o interno.

deixar de mencionar o poder crescente das empresas transnacionais que, salvo exceções, tinham controlado as áreas mais pujantes do setor industrializado e que não estavam interessadas em aprofundar os graus de autonomia da região latino-americana.

Além dos problemas concretos que o MISI enfrentou, é importante recordar que a teoria estruturalista da CEPAL e a própria teoria da dependência perderam alcance explicativo no último quarto do século xx, porque pela reconfiguração do sistema produtivo ao influxo da globalização, a dicotomia centro-periferia não bastou para dar conta das relações de dominação econômica.

Não é que a globalização tivesse trazido um desenvolvimento capitalista horizontal, ao contrário, com ela se ampliaram as desigualdades. Em todo caso, o que mudou foi que as referências estatais e nacionais perderam centralidade e o mundo inteiro foi visto como uma plataforma em rede para designar as funções de produção segundo a conveniência e os interesses do capital, eludindo, até onde fosse possível, as barreiras legais e territoriais que impedem sua expansão, inclusive as que existem nos países centrais. Surge então a categoria de semiperiferia para aludir aos territórios que se convertem nas novas “fábricas” mundiais e que, por suas vantagens — entre as quais se inclui a disposição de força de trabalho barata em termos relativos —, substituem como *locus* certos ciclos da produção que deixam de ser realizados nos velhos países industrializados (Martínez, 2010).⁶

6. Nestas zonas semiperiféricas observa-se, portanto, um aumento relativo de seu nível de riqueza e de consumo — ao mesmo tempo em que aumentam as lacunas de desigualdade, sem que por esta razão deixem de estar subordinadas aos centros capitalistas que mantêm o controle das cadeias de valor global. Esta condição explicaria parcialmente o crescimento, a partir da segunda metade do século xx, dos chamados tigres asiáticos e, em geral, das chamadas economias emergentes.

Não é que a dicotomia centro-periferia tenha perdido por completo sua validade, mas, na verdade, precisa ser atualizada e complementada com outras categorias para dar conta da nova ordem econômica. A velha divisão entre centro (países industrializados) e periferia (países com economias primário-exportadoras) não explica mais a complexidade das relações produtivas no sistema mundo. Por um lado, a reconfiguração territorial excede os parâmetros do Estado Nação e, por outro, a questão diferenciadora não é tanto sobre o que se produz, mas sim sobre como se produz (Martínez, 2010).

Modelo Neoliberal (MN)

As contribuições teóricas neoliberais chegam ao auge acadêmico nos anos setenta, mas teriam que esperar até as décadas seguintes para obter amplo respaldo político. O MN conseguiu hegemonizar várias regiões do planeta, sobretudo a partir da dissolução do bloco socialista. Pois bem, foi na América Latina onde houve maior difusão e consolidação e onde foram deixados de lado os arranjos institucionais construídos em torno do MSI. O neoliberalismo se concentrou então na estabilização macroeconômica e no ajuste estrutural orientado à liberação dos mercados e a abertura externa.

Com a estabilização, buscava-se alcançar equilíbrios macroeconômicos: uma inflação contida, déficits públicos e externos reduzidos, assim como a “pretensão” de uma dívida externa sustentável. Seu campo de ação era o da política macroeconômica: a política monetária para represar a inflação, a fiscal para conter o déficit orçamentário e a do tipo de câmbio para tentar ajustar o desequilíbrio externo. O ajuste estrutural, por sua vez, teve lugar no âmbito microeconômico. Tratava-se de diminuir as distorções de incentivos introduzidos pela intervenção estatal ou pela ausência de mercados competitivos em economias tradicionais: reverter o viés antiagrícola e antiexportador, elevar a produtividade industrial, privatizar as empresas públicas, atrair investimento estrangeiro, melhorar o desempenho dos mercados e reorientar a estrutura produtiva conforme às vantagens comparativas dos países da região (Escribano, 2003).

Entre os principais fatores que facilitaram a emergência e posterior consolidação do MN podem citar-se: a) a crise da dívida a princípios dos anos oitenta, que marcou na região o fim do MSI e o trânsito ao MN; b) as restrições internas e externas, que obstaculizaram a concentração de capital endógeno e deram maior controle às cadeias de valor na segunda fase do MSI; e c) o pacto político entre o governo dos Estados Unidos, os Organismos Financeiros Internacionais e as elites latino-americanas para adotar um marco político comumente chamado Consenso de Washington.

É preciso acrescentar, em todo caso, que na América Latina podem ser identificados antecedentes precoces do modelo: durante os primeiros anos da ditadura de Pinochet no Chile e na ditadura militar argentina (1976-1983). Estes dois países serviram de fase experimental para as políticas neoliberais que depois seriam aplicadas pelo governo de Ronald Reagan nos Estados Unidos e por Margaret Thatcher no Reino Unido (Guillén, 2007).

Em geral, no campo macroeconômico o MN conseguiu ajustar indicadores como a inflação, ainda que a um custo social muito alto. Do mesmo modo, promoveram-se múltiplos incentivos para atrair investimento estrangeiro direto, mas, à custa a) de reduzir de modo drástico a capacidade de captação de excedente econômico por parte dos Estados e b) de promover a destruição de tecidos produtivos de alcance nacional que, por sua vez, foram deslocados pelas economias de escala das empresas transnacionais.

As estratégias para corrigir o viés antiexportador que introduziu o MN não foram homogêneas na região. Segundo o peso dos produtos mais dinâmicos, o tamanho da população, a extensão e a localização territorial, observaram-se duas estratégias para reforçar as exportações como eixo na produção de excedentes (de acordo com o princípio clássico das vantagens comparativas):

- a) *Exportação de matérias-primas.* Minerais e hidrocarbonetos, principalmente, mas também produtos agrícolas como a soja. Isto é mais evidente nos países andinos e nos do Cone Sul, ainda que nestes se observou uma complementação de ambas as estratégias.
- b) *Manufatura de escassa intensidade tecnológica.* Para exportar aos Estados Unidos e para onde as montadoras têxteis ocuparam um lugar predominante. São os casos da América Central, República Dominicana e do México (embora este país também fosse exportador de petróleo).

De qualquer forma, em seu conjunto ambas as estratégias levaram a processos de desindustrialização e de eliminação de cadeias

produtivas internas.⁷ Como é lógico deduzir, em muitos sentidos o MN se parece ao MPE, uma vez que os dois carecem de motor interno e dependem da demanda externa. O progresso técnico concentrado nos setores exportadores mais dinâmicos não se vincula ao resto do sistema produtivo, o que anula a possibilidade de cimentar um núcleo endógeno de concentração de capital (Guillén, 2007).

Contudo, uma das principais promessas do MN foi que permitiria eliminar a chamada restrição externa, definida como a insuficiência de capital e de tecnologia para o desenvolvimento das sociedades latino-americanas. O suposto dizia que ao mudar a orientação produtiva “para fora” se superaria o viés antiexportador que havia deixado o MIST e, por isso, através do comércio exterior seriam obtidas as divisas que permitissem gerar mecanismos internos de crescimento. Isto daria lugar a uma base endógena de acúmulo de capital e de financiamento. Na prática, aconteceu justamente o oposto: aumentou a dependência das importações, cujo coeficiente na região passou de 15,9% do PIB em 1981 a 22,3% em 2000 (Guillén, 2007).

Em conjunto, as economias latino-americanas cresceram menos durante os últimos 20 anos do século xx que o exibido durante as décadas anteriores.⁸ Além do mais, vários países da região enfrentaram crises severas devido à aplicação do MN. Sirvam como exemplo os episódios de instabilidade no México (1994), no Brasil (1999) e na Argentina (2001). Também, convém destacar que inclusive países que mostraram um rápido crescimento econômico no final dos anos oitenta e noventa — Chile, Argentina, Costa Rica, Panamá e Peru —, obtiveram magros resultados em sua tentativa de reduzir a pobreza, ao mesmo tempo em que os níveis de desigualdade se tornavam mais profundos (Arenas, 2012).

Do mesmo modo, a promessa de gerar empregos de qualidade também foi truncada, pois a aplicação das medidas neoliberais não

7. A participação do setor industrial no PIB baixou na Argentina de 28% em 1976 a 15,4% em 2001. No México este indicador diminuiu de 29% em 1980 a 24,5% em 2003. A Colômbia, por sua vez, passou de 27,1% em 1976 a 14,1% em 2003 (Guillén, 2007; Echavarría e Villamizar, s.f.).

8. Na América Latina o PIB cresceu entre 1950 e 1980 a 5,5% anual; em contrapartida, durante o período 1981-2003 aumentou a um ritmo de 2,1% anual (Valenzuela, 2011).

criou o nível de emprego anunciado e o modelo na verdade ampliou a magnitude da economia informal. Por sua vez, este fenômeno incidiu de maneira determinante no desgaste dos salários reais, a concentração de renda e o aumento da pobreza. Isto reforça a tese de que a concentração de capital não garante o incremento dos salários reais, devido em boa parte à existência de uma vasta oferta de força de trabalho. Nesse sentido, a economia informal não é o único âmbito que confina aqueles que não encontram lugar na economia formal, também se converte no piso do valor da força de trabalho. Como resultado, na América Latina o MN acentuou e tornou mais complexa tanto a heterogeneidade estrutural do sistema econômico quanto a estratificação social (Guillén, 2007).

Não é possível deixar de lado o fato de que os custos sociais do MN foram distribuídos de forma injusta entre os diferentes setores da sociedade. Na maioria dos países a abertura financeira e a entrada massiva de capitais levaram a supervalorização das moedas e a um novo ciclo da dívida externa, o que acentuou ainda mais a vulnerabilidade e fragilidade financeira. Enquanto os investidores, em geral, lucraram com as reformas colocadas em andamento, o aumento do desemprego, o desgaste dos serviços sociais e a contração dos salários reais afetaram de maneira substantiva os grupos mais vulneráveis (Sierra, 2012; Guillén, 2007; Papa, 2004).

A partir de um ponto de vista sistêmico, poderia ser acrescentado que os dois grandes efeitos do neoliberalismo foram o peso superdimensionado da financeirização da economia e a precarização das relações de trabalho. Ou seja, hegemonia do capital financeiro sob sua forma especulativa e, além disso, expropriação de direitos trabalhistas (Sader, 2008).⁹ Estes efeitos provocaram condições que

9. A esse respeito, Valenzuela (2013) afirma que o modelo neoliberal a nível global cumpriu duas funções estratégicas: a) incrementar a taxa de exploração, e b) promover uma maior sujeição da ordem econômica ao capital financeiro internacional. Segundo este autor, ambas as funções explicam a crise terminal do modelo neoliberal, cujos objetivos já foram cumpridos. Nesta situação, de nenhuma maneira assegura uma crise terminal do capitalismo, mas, na verdade, um momento de inflexão no qual novas abordagens disputarão a hegemonia.

foram aumentando um mal-estar social que se expressou em todos os países, ainda que com diferentes níveis de intensidade e capacidade reivindicativa. Desde o primeiro quinquênio do século XXI, as correlações de poder em boa parte das nações latino-americanas marcavam o passo de projetos políticos que rejeitavam o conjunto de medidas duras do neoliberalismo.

Enfoque Pós-neoliberal (EPN)

O EPN localiza-se mais como uma plataforma em construção, unida pelo interesse em reverter os efeitos mais drásticos da desregulação do mercado, a redução das funções estatais e o enfraquecimento da política social. O pós-neoliberalismo é uma categoria descritiva que inclui, por um lado, diferentes graus de rejeição ao neoliberalismo e que supõe, por outro, a possibilidade de distintos projetos políticos que procuram melhorar as condições de vida da população, sem chegar a configurar, *em sentido estrito*, um novo modelo.

Trata-se, então, de um enfoque baseado em um conceito polissêmico. Possui, *a priori*, a vantagem de deixar abertas múltiplas alternativas ao neoliberalismo, mas, ao revés, prevalece a incerteza sobre seu peso coesivo e sua capacidade explicativa. É por isso que o leque de possibilidades inclui: a) alternativas de reforço do capitalismo, b) construção de vias de saída do capitalismo a partir das próprias instituições capitalistas, e c) busca de modos coletivos de conceber e levar à prática organizações sociais não capitalistas (Ceceña, 2011).

Como contraponto, é importante ressaltar que o EPN conta com um período de observação muito breve, cujo apogeu se iniciou em 2005 e culminou em 2012, ano a partir do qual começou a haver um estancamento devido ao desgaste dos projetos políticos que o protegeram e, em grande medida, agravado pelo impacto dos *choques* externos que, por sua parte, diminuíram as divisas provenientes da exportação de matérias-primas.

Ainda que talvez no futuro o EPN possa chegar a ser visto mais como uma fase de transição que como um enfoque em si mesmo, hoje é pertinente perfilar sua ocorrência na região, enquanto fator

de contraponto a várias práticas neoliberais que deterioraram a convivência social.

Entre os principais fatores contextuais que na ocasião favoreceram a emergência do EPN podem ser mencionados: a) o deslocamento relativo, em seu momento, das prioridades geopolíticas dos Estados Unidos para outras regiões do planeta, em especial ao Oriente Médio e para a região Ásia-Pacífico; b) o aumento da demanda de matérias-primas das economias emergentes, sobretudo da China; e c) o desgaste prematuro dos governos de orientação neoliberal que produziram altíssimos custos sociais, mal-estar cidadão e novas forças políticas com capacidade para ganhar eleições.

Enquanto o neoliberalismo obteve uma vigência quase absoluta na América Latina — apesar da variação de intensidade em cada país —, o EPN concentrou-se na América do sul, apesar de que ainda sem maiores margens de possibilidade no Peru e na Colômbia.¹⁰

Pode-se dizer que os alcances e dinâmicas do pós-neoliberalismo variam segundo: a) as características do Estado preexistente aos governos de esquerda e/ou progressistas que alcançaram o poder no sul do continente; b) o perfil econômico (dependência quase absoluta na exportação de matérias-primas ou uma certa combinação de setores primários, industriais e de serviços competitivos); e c) a concentração de forças dos blocos políticos que chegaram ao poder para reverter o núcleo duro das medidas neoliberais.

Os fatores anteriores situam a Venezuela, a Bolívia e o Equador, com projetos pós-neoliberais e com governos fortes que concentram poder presidencial, dentro do grupo de países que desafiaram em maior medida o *status quo* precedente. Nos casos da Argentina, Brasil, Uruguai e, em menor grau, do Chile, mostram aplicações do EPN mais

10. A onda pós-neoliberal alcança com diferente intensidade os países que, desde 2005 e até o dia de hoje, mostraram algum nível de desafio à ortodoxia neoliberal. A menção da Colômbia e do Peru deve-se ao fato de que nestes países os partidos políticos com programas que questionam o modelo neoliberal não conseguiram chegar ao poder. É sabido, além do mais, que no Chile coabitam políticas de corte progressista e uma arraigada base econômica de cunho neoliberal. O caso do Paraguai se parece muito aos do Peru e da Colômbia, a não ser por certas medidas adotadas durante o breve episódio no qual governou Fernando Lugo.

limitadas, devido em parte à existência de uma correlação de forças políticas mais equilibrada e por arranjos institucionais prévios que se consolidaram na esfera das políticas públicas.

Cabe notar que, pelos exemplos observados, as experiências do EPN não necessariamente reverterem a fundo o chamado Consenso de Washington. Em todo caso, a luta tem se centrado em devolver ao Estado certo papel regulador e de captura pontual de uma parte dos excedentes, acompanhado de uma (re)priorização do gasto público para reduzir a desigualdade e fortalecer as infraestruturas que permitam o desenvolvimento econômico.

No campo das relações internacionais, o EPN tem procurado apostar por uma maior autonomia em diferentes zonas, daí os esforços por reconfigurar as instituições regionais. De igual forma, há tentativas de redefinir ou transcender os vínculos meramente comerciais, assim como esforços de adaptação a um contexto marcado pela crise global e o deslocamento do dinamismo econômico para a região Ásia-Pacífico (Arenas, 2012).

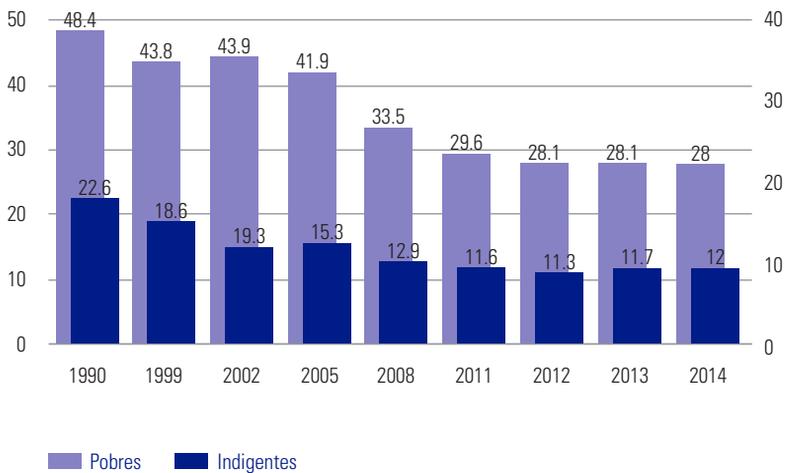
Apesar das taxas de desemprego e de pobreza mostrarem uma tendência à baixa durante o período de apogeu do EPN, a lacuna da desigualdade se mantém quase intacta (Gráficos 1 e 2). A América Latina continua sendo, junto a África subsaariana, uma das duas regiões com maiores desequilíbrios no que tange à distribuição da riqueza, em um mundo, em si mesmo, já muito diferenciado (Gráfico 3). Diminuir as brechas de inequidade é uma tarefa que requer uma compreensão global sobre como opera a concentração de riqueza no sistema capitalista. Tal como o explica Piketty (2014), desde os anos oitenta o sistema econômico dominante recobrou sua inércia e fundamento: maximizar os lucros do capital e reduzir a participação dos salários no conjunto da riqueza, fenômeno de ordem global que repercute, por conseguinte, na região latino-americana. Como se pode deduzir, os investimentos intensivos em capital, a especulação financeira, a baixa tributação do capital, a flexibilização trabalhista, o emprego precário e o desemprego não são meras externalidades, mas sim consequências de uma intenção deliberada de aumentar a concentração do capital.

Uma das principais críticas às políticas do EPN é a insistência no padrão de concentração primário-exportador-extrativista, financiado

principalmente por capital transaccional. Como assinala Stolowicz (2010, pp. 12-13):

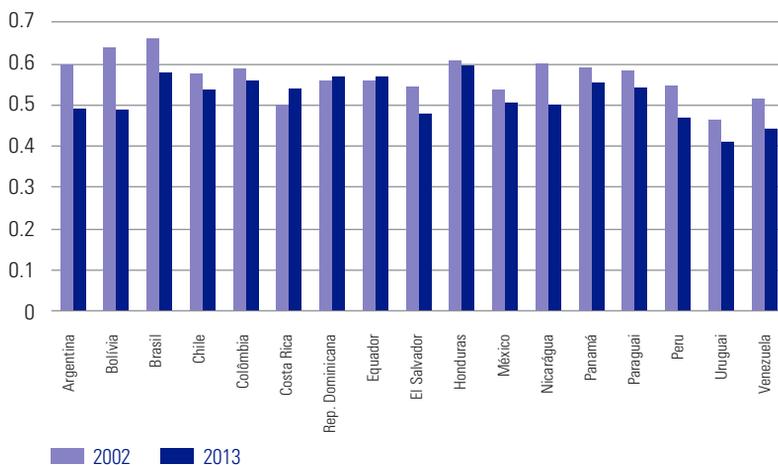
“...este padrão está baseado em vastas monoculturas de transgênicos; em mineração (sobretudo a céu aberto); na exploração de recursos energéticos como petróleo, gás, hidroeletricidade; na expropriação de biodiversidade; e na construção de um sistema multimodal de transporte e comunicação para baratear sua extração. Atividades, todas elas, que exigem o controle do território, com o despojo de povoados, populações rurais, pequenos proprietários e comunidades indígenas.”

Gráfico 1. América Latina: evolução da pobreza e da indigência (1990-2014)



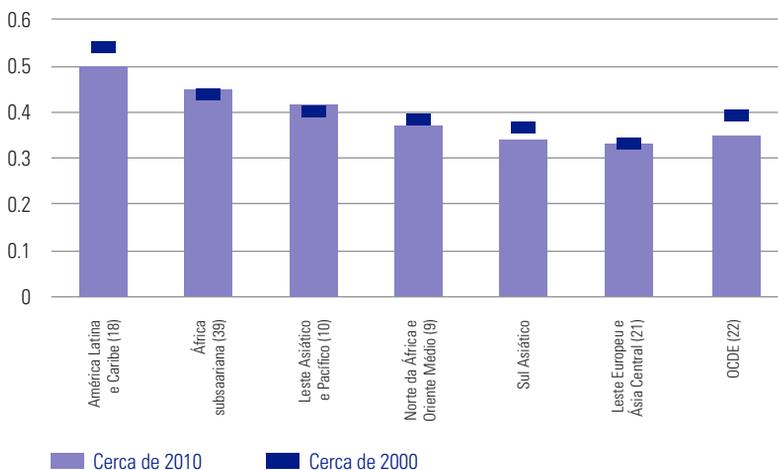
FONTE: Abramo (2015, p.16), com base em informação da CEPAL. A estimativa inclui o Haiti. Os dados de 2014 correspondem a projeções para esse ano.

Gráfico 2. América Latina: desigualdade na renda (2002 e 2013 [Índice de Gini])



FONTE: Amarante e Jiménez (2015, p. 14).

Gráfico 3. América Latina e outras regiões do mundo: coeficiente de Gini, ao redor de 2010



FONTE: Prado (2015, p. 4).

É evidente que os governos chamados progressistas e que defendem os projetos de corte pós-neoliberal continuam, apesar dos discursos contrários, procurando o crescimento econômico a partir da exportação de recursos naturais e da atração de investimentos estrangeiros, apoiam a ampliação do consumo popular e aplicam medidas compensatórias dirigidas aos setores mais pobres. São governos que redefiniram alguns critérios na relação com o capital, o que representa uma conquista notável, e na maioria dos casos conseguiram captar uma porção significativa do excedente de alguns itens extrativistas, mas mostram sérias limitações para avançar rumo à diversificação produtiva e para alterar o papel da região na divisão internacional do trabalho (Gudynas, 2015).

De fato, com matizes segundo a sub-região ou países específicos, a América Latina continua dependendo em boa medida de produtos de baixo valor agregado para sustentar sua oferta exportadora (Gráfico 4).

Em geral, estes países foram capazes de tirar vantagem durante a época de altos preços das matérias-primas e da crise nas nações industrializadas, o que lhes permitiu maior margem de manobra e crescimento econômico, ainda que não parecessem tão preparados para enfrentar o declive dos preços dos bens que exportam (Gráfico 5). E enquanto encaram esse risco, as elites afetadas pela nova correlação de forças aproveitam a oportunidade para ressurgir no interior de cada país como opção política ante o eleitorado.

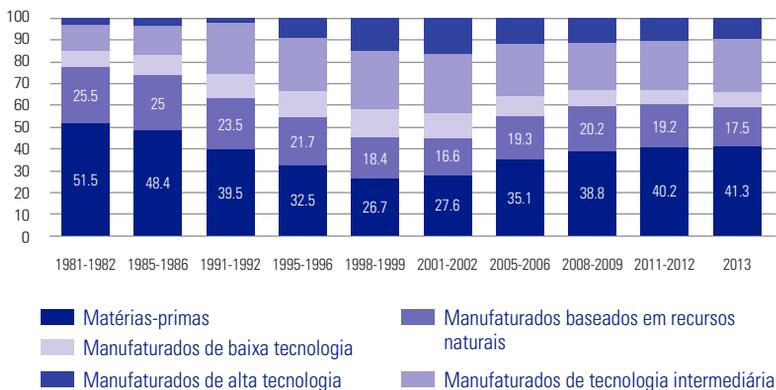
Do mesmo modo, os projetos pós-neoliberais estão diante da ameaça de não poderem manter o aumento do investimento e do gasto social, com o qual, por sua vez, aumenta a pressão por avançar na fronteira extrativa, ainda que isto suponha maior destruição dos ecossistemas,¹¹ despojo territorial e conflitos socioambientais.

Mas também, essa conjuntura é uma valiosa oportunidade para situar este momento como um período de transição a uma

11. A persistência nas atividades extrativistas exerce uma pressão considerável sobre os limites planetários, em especial pelas mudanças de uso de solo, pela dependência dos combustíveis fósseis e pela contaminação das águas. Sobre o conceito de "limites planetários", ver os relatórios do Stockholm Resilience Center (<http://www.stockholmresilience.org/>).

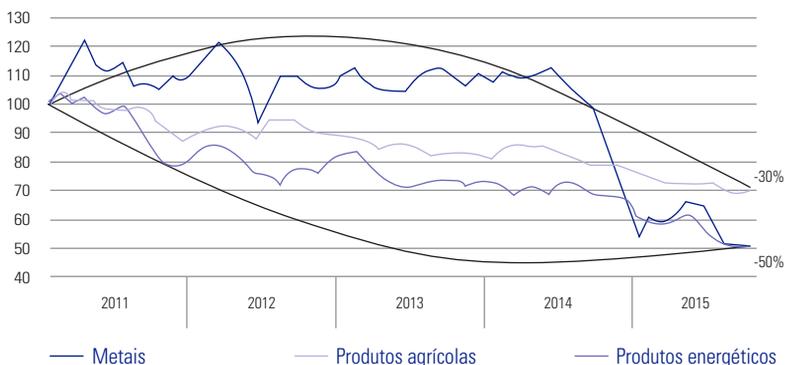
transformação que dê guarida às distintas dimensões das necessidades humanas e aos requerimentos do entorno natural do qual faz parte.

Gráfico 4. América Latina e Caribe: estrutura das exportações por nível de intensidade tecnológica (1981-2013) (% do total)



FONTE: Bárcena (2015, p.12).

Gráfico 5. Índice de preços internacionais dos produtos básicos. De janeiro de 2011 a outubro de 2015 (base janeiro de 2011=100)



FONTE: CEPAL, 2016; p. 11, com base em informação do Banco Mundial, Commodity Price Data (Pink Sheet).

A crise dos modelos de desenvolvimento na América Latina

Seria um erro considerar as quatro abordagens anteriormente expostas como modalidades isoladas entre si, explicadas unicamente pelo balanço de poder que as impulsionou. Ao contrário, sua aplicação e resultados em parte estão condicionados pelo grau de aprofundamento e pelos remanescentes que cada modelo teve na região latino-americana. Sem dúvida, os desenhos orientados ao MPE e ao MN são os que conseguiram colocar mais “travas” para que os enfoques desafiantes não substituíssem a fundo suas determinações.

Do ponto de vista epistemológico, os quatro modelos compartilham,¹² apesar das suas diferenças substanciais, características comuns que é importante identificar para, *a priori*, conhecer os seus alcances e restrições potenciais. Entre esses traços se destacam: a) a concepção da modernização como um processo evolutivo e linear, cujo fator fundamental é o crescimento econômico; b) a subordinação e negação do valor intrínseco da natureza nas relações entre o ser humano e o entorno; e c) a subordinação e exclusão dos saberes subalternos frente à racionalidade ocidental dominante.

Apesar de que continuam vigentes como práxis política, as ideias fortes das teorias tradicionais de desenvolvimento perderam credibilidade nos últimos 25 anos, por causa da persistência das desigualdades e dos danos, alguns irreversíveis, ao ecossistema. Inclusive, desde a cooperação para o desenvolvimento relegou-se, de certa maneira, a pretensão de um enfoque holístico e se reforçaram os programas com visão a curto prazo, como as iniciativas de redução da pobreza e atenção a grupos vulneráveis; em geral, planejou-se um

12. No caso do pós-neoliberalismo, se bem é verdade que alguns discursos questionam as bases do paradigma ocidental — como por exemplo o do Bom-Viver nas constituições de Equador e da Bolívia —, na prática prevaleceu uma visão modernizante que privilegia a concentração econômica como fator fundamental para alcançar o desenvolvimento.

repertório de ações focalizadas que retomaram a tarefa de governos e de organizações não governamentais (ONG).

Deste modo, com a criação do enfoque do desenvolvimento sustentável, promovido a nível mundial pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) a partir dos anos noventa, tenta-se projetar uma visão multidimensional do bem-estar humano retomando parcialmente enfoques alternativos das décadas anteriores. O propósito é dar conta da ampla gama de defasagens e potencialidades restringidas no quadro teórico do desenvolvimento, cujo eixo é o crescimento do PIB.

Também entre 1990 e 1991 a CEPAL publica os documentos respectivos sobre um enfoque que apelava à transformação produtiva com equidade e respeito ao meio ambiente.¹³ Ao mesmo tempo, começam a adquirir maior legitimidade os direitos humanos, assim como perspectivas teóricas que realçam a importância da qualidade das instituições, o conhecimento e a inovação tecnológica, o desenvolvimento local e a participação cidadã, entre outros temas que, em conjunto, reconfiguram o espaço de ação e reivindicação da sociedade civil em cada país latino-americano.

Além do grau de pertinência de cada uma dessas abordagens alternativas, fica claro que não possuem o instrumental nem a força política com os quais contavam as teorias e modelos tradicionais do desenvolvimento, por isso a sua aplicação refere-se só a alguns países ou a certas políticas setoriais. Por outra parte, estas novas contribuições continuam fechadas em uma noção que, ainda que supera a

13. Na mais recente abordagem da CEPAL, denominada neoestruturalista, assume como estratégia a intervenção estatal na criação de externalidades em matéria social e de infraestrutura. Fomenta o papel do Estado em propiciar os encadeamentos intersetoriais e intrasetoriais, o desenvolvimento de inovações tecnológicas, organizativas e reformas institucionais. Postula que não se trata de reviver as antigas políticas de substituição de importações e alto protecionismo, mas sim de fortalecer um processo de industrialização que sirva de alicerce para a transformação do sistema produtivo regional. Nessa linha, considera como prioridades aumentar as taxas internas de poupança, investir mais em capital humano, educação, saúde, capacitação, desenvolvimento científico e tecnológico (Briceño e Álvarez, 2006). Para uma referência mais completa sobre o neoestruturalismo, ver Comissão Econômica para América Latina e Caribe (2015).

exclusividade da dimensão econômica, não termina de enfrentar os núcleos epistêmicos que sustentam a ideia do desenvolvimento econômico como conceito prevalecente nas estratégias para o bem-estar.

O Capitalismo, suas Contradições e Limites

Ainda que o capitalismo não seja a única concreção socioeconômica da modernidade ocidental, por momentos, é sim a que se ergueu como a dominante após a queda do bloco soviético e a reconfiguração das relações econômicas na China. É por isso que é possível dizer que o capitalismo enfrenta hoje muito mais suas próprias contradições do que uma concepção alternativa com grande capacidade contra-hegemônica.

As principais contradições que sacodem o capitalismo têm a ver com: a) a crise de superprodução frente ao estancamento da demanda global; b) a imposição da especulação financeira sobre a base produtiva real; e c) os limites físicos do planeta para suportar as dinâmicas da economia capitalista. Os três aspectos convergem em uma concentração da riqueza e na precarização dos meios de vida da maioria da população mundial, sem alteração dos avanços relativos em saúde e educação alcançados nas últimas décadas.

Ante os problemas intrínsecos do capitalismo, em lugar de repensar os limites e possibilidades da economia com respeito às outras esferas sociais, o sistema busca sempre saltar as barreiras imediatas que afetam a taxa de lucro (Stolowicz, 2010), ainda que isso implique levar ao máximo a desregulação financeira, a exploração ambiental e o desgaste das relações trabalhistas, assim como colocar de lado os impedimentos culturais, jurídicos e institucionais que o ameaçam e pressionam. Com isto, põe a seu serviço a globalização para utilizar o planeta inteiro como cenário de transações e espoliações que garantam os fluxos de capital e geração e acúmulo de excedente.

Com base no exposto antes, como entender a relação entre o enfoque pós-neoliberal e o capitalismo na América Latina? A

observação das trajetórias dos países dá margem para assinalar que o questionamento ao modelo neoliberal não implica *per se* em uma crítica profunda ao sistema capitalista. Quer dizer, a readequação da correlação de poder na região e as mudanças no papel distributivo do Estado, por mais importantes e desejáveis que estas sejam, não alteram a essência do lugar que ocupa a América Latina como provedora de matérias-primas e de mão de obra barata para a economia global. Há obstáculos estruturais cuja remoção demanda esforços de maior coerência e concentração de forças. Para além da magnitude das intenções e do efeito positivo das políticas redistributivas pós-neoliberais, é evidente que a região continua cumprindo um papel relevante na funcionalização do capitalismo global (Stolowicz, 2010).

Porém, tampouco é sensato atribuir a responsabilidade absoluta da crise socioeconômica que vive a região aos efeitos das medidas pós-neoliberais. Os diferentes enfoques prevalentes contribuíram em alentar um círculo vicioso cuja principal expressão é a persistência em fomentar altos níveis de inequidade na distribuição da riqueza, assim como a existência de numerosos grupos populacionais que vivem na pobreza, apesar da redução gradual que tem registrado este indicador ao longo do século XXI.

O conjunto dos quatro modelos abordados neste capítulo reforçou uma característica prototípica das sociedades latino-americanas: a combinação de heterogeneidade estrutural, entendida como a articulação complexa de formas de produção “modernas”, com formas “atrasadas”. O desempenho do capitalismo na América Latina tende a reproduzir a heterogeneidade estrutural, além de que no continente a industrialização por substituição de importações e qualquer outra estratégia para gerar acúmulo de capital endógeno não foram capazes de absorver as massas populacionais que migraram para as cidades.

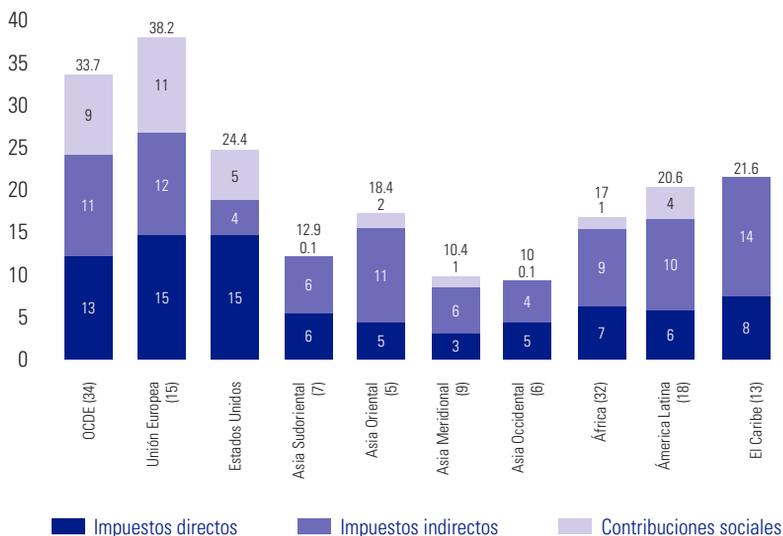
Ao interior do sistema produtivo, e reconhecendo os matizes diferenciadores entre países, se identificam com clareza três níveis distintos nos sistemas produtivos dos países latino-americanos (Guillén, 2007):

1. *O setor exportador*. Eixo dinâmico do sistema, mas isolado, em grande medida, do resto do tecido produtivo.
2. *O antigo setor moderno criado durante a etapa de substituição de importações*. Integrado por pequenas, médias e até grandes indústrias, separadas do setor exportador e confinadas ao mercado interno.
3. *Os setores “atrasados”*. Inclui, por um lado, as antigas atividades tradicionais, urbanas e rurais (incluídas as comunidades indígenas nos casos do México, da Guatemala e dos países andinos) e, por outro, a uma faixa cada vez mais densa de economia informal. No que concerne ao EPN, este não tem revertido o fenômeno da heterogeneidade, na verdade o tem acentuado. Isto porque ao manter-se situado nas margens da fronteira extrativista, não se vislumbra um ponto de inflexão premeditado para fazer com que varie essa tendência.

A excessiva aposta pelos mercados externos tem como contraparte a debilidade que continuam mostrando os mercados internos para potencializar a provisão sustentável e generalizada de bens para satisfazer as necessidades da população. Esta é uma característica estrutural da região que não tem sido fácil de enfrentar, muito menos de reverter. As apostas pela reprimarização das economias ou a apelação à mão de obra não qualificada como vantagem competitiva para atrair investimento estrangeiro direto (IED), junto às resistências para contar com sistemas tributários progressivos e suficientes (Gráfico 6), provocam uma destruição dos meios de vida da população e das garantias de uma segurança social efetiva na maior parte da América Latina. E este despojo atua em múltiplas frentes e termina negando a possibilidade de bem-estar comum.

É assim como, a partir de uma mesma lógica, devem ser vistos os fenômenos de deslocamento territorial de populações sacrificadas para dar espaço às atividades extrativistas, de crescimento da economia informal ou a imparável flexibilização dentro do próprio âmbito do emprego formal.

Gráfico 6. Regiões e Países Selecionados:
Estrutura da Carga Tributária (2012-2013)



FONTE: Prado (2015, p.12), com base na CEPAL e na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE).

Crise dos Enfoques de Desenvolvimento Prevalentes na Região

Tal crise se evidencia nas intensas pressões que são exercidas sobre os territórios para acentuar sua mercantilização e sua incorporação às dinâmicas da concentração financeira do capitalismo. Daí que se observe a tendência à ampliação da fronteira extrativista em suas diferentes modalidades:

- Aumento da fronteira petrolífera, com ênfase na busca e exploração de petróleo em mar aberto, geleiras, reservas naturais e territórios indígenas.

- b) A industrialização de xisto e materiais betuminosos.
- c) A mineração a céu aberto.
- d) O agronegócio, que inclui pesticidas, transgênicos, monoculturas e sistemas de *plantation*.
- e) Os serviços ambientais, como privatização da água, mercado de carbono, indústria do turismo e pagamento por serviços ambientais.
- f) A biotecnologia, a geotecnologia e os biocombustíveis, entre outros (Albuja e Dávalos, 2012).

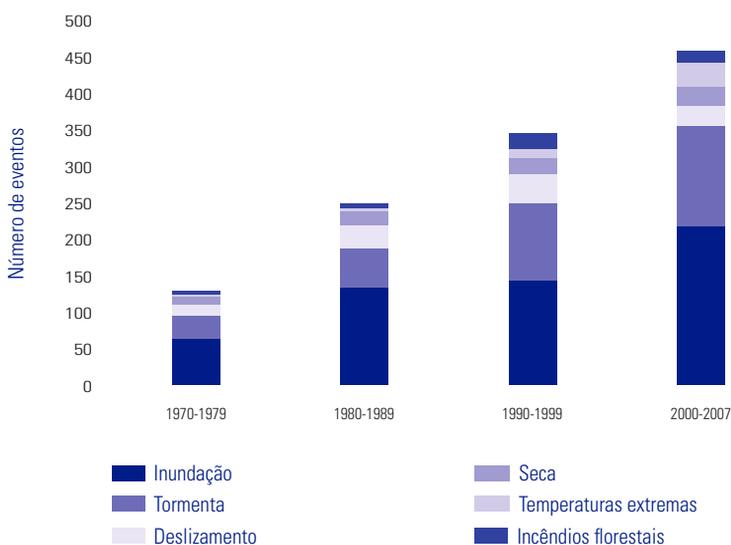
Não em vão, Maristella Svampa (2013) destacou que um novo ciclo político econômico havia sido instalado na América Latina, o que a autora denominou *Consenso dos Commodities*, que, em termos gerais, podem ser entendidos como produtos indiferenciados, cujos preços se fixam internacionalmente, ou como produtos de fabricação, disponibilidade e demanda mundial que têm uma faixa de preços internacional e que não requerem de tecnologia avançada para sua fabricação e processamento (Fornillo, 2014).

A importância do extrativismo como eixo de concentração para países que seguem políticas pós-neoliberais, ou bem, neoliberais, influi para que se tente ocultar seus efeitos socioambientais. Mas, a situação é pior ao constatar a convergência perversa destes efeitos com os da mudança do clima, que, como se sabe, afetam com especial risco os países latino-americanos, sobretudo os centro-americanos e caribenhos. De especial menção é o aumento da frequência de eventos hidrometeorológicos com consequências sociais catastróficas (Gráfico 7). Apesar de não estar entre as principais zonas emissoras de gases de efeito estufa (GEE) — responsável pela alteração climática —, a região contribui a gerá-lo de maneira indireta por sua contribuição massiva de matérias-primas que entram no ciclo de produção industrial global.

Como dois lados de um mesmo processo, junto à expropriação dos meios de vida das comunidades campesinas, rurais e indígenas, converge o fenômeno da urbanização precária das cidades latino-americanas, com os consequentes problemas na qualidade do transporte, disponibilidade de moradia, qualidade do ar, geração de

resíduos e violência urbana, entre outros.¹⁴ E quando as cidades de um determinado país não são consideradas como opções de mobilidade social, milhões e milhões de latino-americanos decidem migrar em condições de alto risco para outras nações do continente ou para os Estados Unidos ou Europa, conforme o caso. Por isso os indicadores que refletem uma crescente urbanização da região devem ser vistos com cautela, sobretudo ao considerar as particularidades do processo no interior dos países (Gráfico 8).

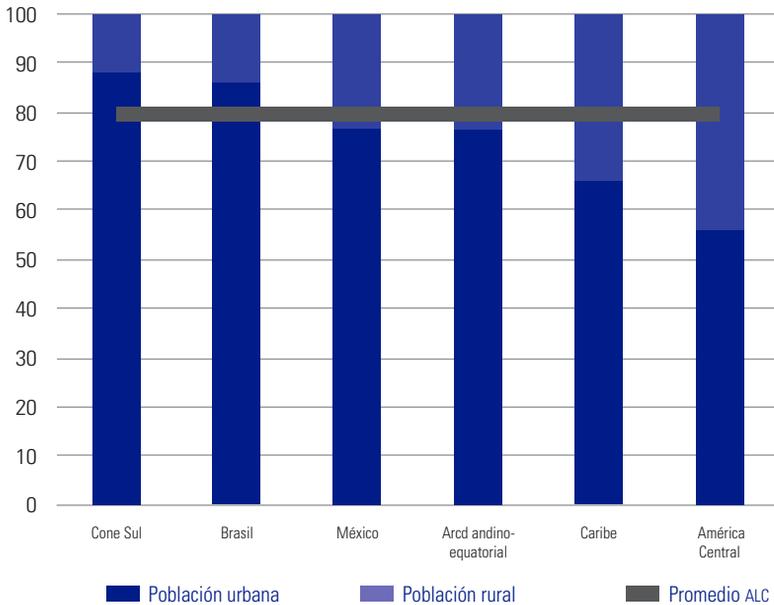
Gráfico 7. América Latina e Caribe: Frequência de Eventos Hidrometeorológicos (1990-2007)



FONTE: Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente ([PNUMA], 2010, p. 40).

14. Na América Latina e no Caribe as urbes com 1 milhão ou mais habitantes aumentaram de 8 em 1950 a 56 em 2010, enquanto uma de cada três pessoas da região vive nestas cidades. Das 56, cinco são consideradas megalópolis, com uma população maior que 10 milhões de indivíduos. Na atualidade, a América Latina é considerada a região mais urbanizada do chamado mundo em desenvolvimento, dois terços da população do continente vivem em cidades de 20 mil habitantes ou mais e quase 80% em zonas urbanas (Centro Latino-americano e Caribenho de Demografia [Celade], 201; cepal, 2013).

Gráfico 8. América Latina e Caribe: População Urbana e Rural por Sub-regiões e Países de Grande Tamanho (2010)



FONTE: ONU_Habitat (2012, p. 20).

Com base no anterior, é possível deduzir que o círculo vicioso das estratégias falidas de desenvolvimento na América Latina se autorreforça e se retroalimenta, o que permite que haja uma grande concentração da riqueza e, por sua vez, uma severa exclusão social e danos ambientais. Não menos importante é a observação histórica dos ciclos econômicos da região que mostra como traço, também de natureza estrutural, a alta vulnerabilidade aos *choques* externos produzidos pelas mudanças na demanda e preços dos produtos nos quais a região se especializou. Em outras palavras, em tempo de auge econômico os benefícios tendem a se concentrar, enquanto em épocas de recessão ou de estancamento dos custos quem termina sofrendo são as camadas sociais mais vulneráveis, que de modo recorrente são mulheres, jovens, crianças, assim como as populações rurais, indígenas e afrodescendentes.

Estancamento da democracia

Por outro lado, são truncadas as possibilidades de que o sistema político seja um canal para processar esquemas alternativos que consigam desafiar o núcleo estrutural da exclusão na América Latina. Pode-se sustentar a afirmação anterior ao constatar as deformações pelas quais passa o ideal de cidadania e democracia na práxis regional. A expressão da crise dos modelos de desenvolvimento manifesta-se também em uma crise da política. A democracia como regime e estilo de vida não tem conseguido se consolidar além dos valiosos, ainda que insuficientes, avanços no campo eleitoral e no respeito de certas liberdades públicas. O sistema institucional costuma estar capturado pelas pressões de grupos de poder que, à margem dos procedimentos democráticos, impõem seus interesses nas políticas governamentais.

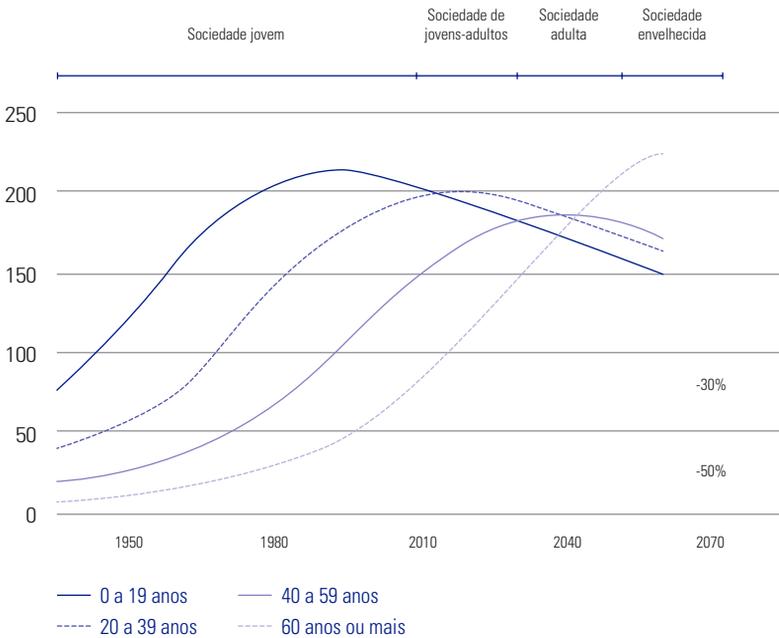
A existência de regimes formalmente democráticos coexiste com: nichos robustos de autoritarismo e abuso da força; Estados patrimonialistas, que oferecem vantagens em troca de apoio político, em lugar de Estados democráticos e de direito; ilhas institucionais tecnocráticas, alheias a qualquer escrutínio público; e o crime organizado, que vem penetrando de maneira crescente nas instituições estatais de vários países.

Contudo, os momentos de crise são janelas de oportunidade para mudar a direção dos enfoques. Além do mais, a evidência mostra que na América Latina fazer mais do mesmo só agrava a situação. A região está agora em seu melhor momento demográfico, porque exhibe menores taxas de dependência histórica por contar com uma maior proporção de indivíduos entre 15 e 60 anos de idade. Mas essa janela demográfica não se aproveita de maneira automática, pois requer o desenho de políticas que gerem uma ampla e consistente estrutura de oportunidades. Do contrário, nas seguintes décadas a situação se tornará incontrolável devido ao envelhecimento da população, sem que se tenham criado as bases socioeconômicas para enfrentar tal cenário (Gráficos 9 e 10). O problema é que se

tem privilegiado a reprodução do capital à reprodução da vida em condições dignas.

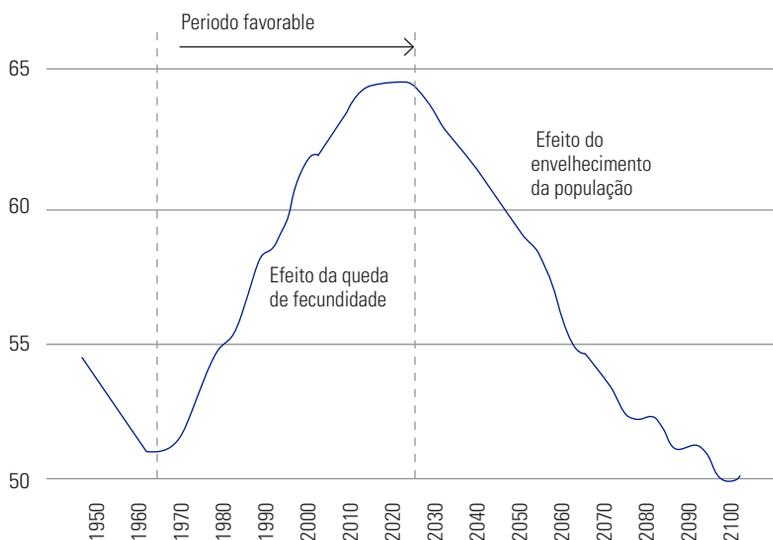
A conjuntura exige a cada ator social cumprir um papel de portador de ideias inovadoras e de mudança. A partir do campo das ideias, a definição de um horizonte de transformação flexível, mas consistente, é um desafio de primeira ordem.

Gráfico 9. América Latina: População Segundo a Faixa Etária (1950-2070)



FONTE: CELADE (2014, p. 28).

Gráfico 10. América Latina e Caribe: Proporção da População com Idades entre 15 e 59 Anos (1950-2100) (%)



FONTE: ONU (2013, p. 81), com base em informação das Nações Unidas, *World Population Prospects: The 2012 Revision*, 2013.

Como superar as contradições dos modelos atuais

A América Latina tem sido um espaço de experimentação de vários modelos de desenvolvimento. Porém, as tentativas possuem um vício de origem: não foram fundadas na satisfação de necessidades humanas. Na verdade, concentraram-se em resolver os problemas de acúmulo do capital e, de modo secundário, em oferecer respostas insatisfatórias ante o desafio de assegurar as condições de reprodução da força de trabalho que o próprio regime econômico requer para sua

durabilidade. Em outras palavras, o atendimento das necessidades humanas tem sido acessório e subsumido ao sistema econômico. A questão ambiental não tem tido melhor sorte, tem se tornado invisível ou está subordinada ao lucro.

Nem a abertura indiscriminada dos mercados, nem o protecionismo *per se*, muito menos a aposta extrativista mostraram ser soluções consistentes, pelo contrário, deixaram sequelas que se convertem em obstáculos para superar os atrasos da região.

Repensar a satisfação de necessidades fundamentais e os padrões de convivência dos seres humanos entre si e com o meio ambiente, requer questionar os pressupostos sobre os quais se ergueu a ideia de desenvolvimento. Trata-se então de construir um horizonte alternativo de transformação sócio-ecológica que sirva como referência aos desenhos de políticas públicas e como escolha a disposição de pessoas e grupos sociais.

Diz-se horizonte para não reincidir em esquemas dogmáticos, unívocos e verticais. Do mesmo modo, os parâmetros de um enfoque alternativo têm que estar fundamentados em princípios e com argumentos razoáveis que, por sua vez, questionem a base epistemológica dos conceitos prevalentes de desenvolvimento. Uma tarefa dessa magnitude requer uma aproximação holística, atenta às particularidades da região latino-americana com respeito a outras regiões do mundo, ao mesmo tempo em que seja sensível à diversidade de condições e cosmovisões que existem entre e ao interior dos países. Não se trata de fazer surgir um novo essencialismo latino-americano, mas sim de delinear um espaço cujo propósito seja construir opções de bem-estar que considerem os limites e requisitos físicos do meio ambiente — como os direitos fundamentais das pessoas — e que, nesse tom, possa processar os conflitos e contradições sociais mediante regras que não sejam quebradas frente a grupos com maior poder, que só buscam preservar seus interesses.

Para realizar uma proposta desta índole, é necessário ir além dos axiomas da modernidade ocidental: é preciso fazer com que as contribuições do colonialismo dialoguem com o pensamento de fronteira, assim como resgatar e integrar os saberes subalternos que foram submersos na marginalidade. De acordo com Loera (2015), é preciso

construir um espaço anti-hegemônico, reapropriar, adaptar e consolidar conhecimentos que permitam contar com novos parâmetros de ação para resistir, conviver e transformar os padrões sobre os quais se constrói o que hoje se conhece como América Latina.

Em nome deste esforço de criação de um horizonte de transformação socioecológica, convém fugir de algumas armadilhas ou dicotomias que têm limitado as opções de visões mais integrais de desenvolvimento. Uma dessas falsas contradições é a que confronta o Estado com o mercado. Tal antagonismo tem muito de artificial, pois estas não se acham necessariamente separadas e contrapostas, mas ambas as forças podem se complementar e se reforçar em prol de uma mudança social inclusiva.

Para um Enfoque de Transformação Socialmente Justo e Ecologicamente Sustentável

As sociedades, mesmo aquelas que parecem mostrar menos sintomas de mudança no tempo, não são estáticas. Esta afirmação coloca o desafio de assumir e administrar a mudança social. A direção e a intensidade das transformações dependerão muito dos princípios, meios e fins que propuserem os países e a região em seu conjunto. Não convém unificar o enfoque de desenvolvimento, mas sim deveriam ser identificados aspectos comuns que permitam a interdependência horizontal entre diferentes iniciativas.

A partir da descrição e crítica dos principais enfoques de desenvolvimento prevalentes na região, poderiam ser mencionados ao menos três grandes orientações que deveriam estar presentes nos processos de transformação:

1. Satisfação das Necessidades Fundamentais da População.

Existem várias tentativas de classificar quais são as necessidades cruciais para a vida dos seres humanos. Um horizonte

de transformação, como o que vem sendo enfatizado nessa seção, tem a ver com a satisfação adequada de pelo menos oito aspectos: alimentação, moradia e hábitat, vestuário, saúde, conhecimento, mobilidade (transporte), trabalho digno e ócio e recreação criativa.

A simples menção destes aspectos de satisfação de necessidades não é o que diferencia *per se* um horizonte de transformação socioecológica dos enfoques tradicionais. A chave está em como é concebido cada um deles e como é possível dar-lhes respostas dentro de uma sociedade. Sobre a primeira questão, o ponto central alude à qualidade dos satisfatores, ou seja, a medida em que as respostas interagem de modo virtuoso com os ciclos de vida da natureza, ao mesmo tempo em que dignificam e enriquecem a vida dos seres humanos. Quanto à segunda, os satisfatores que cobrem as necessidades requerem ser vistos como direitos em lugar de mercadorias (racionalidade de lucro) ou favores de um Estado paternalista (clientelização das necessidades). A consideração de um enfoque de direitos está intimamente ligada tanto à concepção de liberdade e autonomia do sujeito quanto à de solidariedade para procurar a satisfação de necessidades.

As ideias dominantes sobre o desenvolvimento subordinaram o enfoque de necessidades e fizeram prevalecer o da concentração, de modo que os satisfatores ficam em boa parte dentro da esfera mercantil. Neste sentido, o enfoque alternativo não pretende demonizar as relações mercantis e sua eventual participação na resposta a algumas das necessidades enunciadas, mas deve sim confrontar a tendência de que seja o mercado o principal instrumento de destinação dos satisfatores, porque este viés da lugar: à especulação e, assim sendo, à precarização da equidade; e, em prol da reprodução dos ciclos de rentabilidade econômica, do favorecimento do desperdício e da obsolescência real ou simbólica dos bens e serviços que as pessoas requerem.

2. Respeito aos Limites e Requisitos Biossistêmicos que Tornam Possível a Diversidade de Formas de Vida no

Planeta. Reorientar os modos de relação dos seres humanos com a natureza conecta-se a uma compreensão multidimensional de seu impacto no entorno. Por seu peso, aqui o desafio mais urgente é repensar a matriz de extração, produção, circulação e consumo de bens e serviços. De igual maneira, isto passa por questionar a racionalidade de uso dos recursos naturais, assim como os processos energéticos empregados nas diferentes fases do ciclo econômico.

Um horizonte de transformação alternativo que leve consigo uma mudança qualitativa e quantitativa no uso de matérias-primas e fontes de energia não é um mero capricho, mas sim uma evolução que não pode se abstrair da capacidade do planeta de suportar o impacto da pegada humana sobre a ecologia. A evidência é contundente: nossa presença destruiu, limitou e condicionou a reprodução das formas de vida, incluindo a da espécie humana. E a margem de tempo para mudar as tendências diminuiu como nunca na história. Ainda que seja um ato de irresponsabilidade ignorar estes perigos, a racionalidade dominante o faz, ao mesmo tempo em que passa por cima de qualquer obstáculo que tente frear a geração de lucro.

Contudo, na observação e interrelação com culturas marginalizadas é possível encontrar experiências de lógicas diferentes de coabitar com a natureza. Ao dizer isto, a intenção não é sugerir um espírito conservacionista-dogmático, mas sim refutar que a racionalidade de exploração dos recursos naturais é consubstancial e inevitável em qualquer sociedade humana. A premissa antropocêntrica — de superioridade e de direito inquestionável de submeter a natureza — tem que ser mudada por uma na qual as capacidades especiais dos humanos se integrem à lógica de reprodução das distintas formas de vida: por solidariedade e como condição *sine qua non* para a sobrevivência da nossa espécie.

3. A Convivência Horizontal entre Diferentes Tipos de Sociedades Humanas. Sair do círculo vicioso no qual o bem-estar de uns só é possível graças ao despojo de outros, é condição

essencial para a transformação. No caso da América Latina, as sequelas da conquista e da colonização explicam em parte as distorções no desdobramento das potencialidades dos países que a conformam. Esta situação não terminou com os processos de independência do século XIX, porquanto as distintas potências mundiais procuraram com insistência prover-se das matérias-primas e demais recursos que oferecem as nações do continente. Os países da região, ainda que nominalmente independentes, continuam mostrando uma dependência estrutural das decisões tomadas nos principais centros de poder econômico.

Por outra parte, esta relação se reproduz ao interior dos países, entre os extratos mais ricos e o resto da população, sem deixar de mencionar a marginalidade à qual se vê relegada a maior parte da população indígena e a condição de vulnerabilidade das mulheres, produto das relações de poder androcêntricas. A verticalidade nos vínculos entre países e grupos sociais não só prejudica a condição de vida material dos mais frágeis, mas também empobrece, em uma perspectiva cultural, toda a humanidade.

A ausência de esquemas institucionais que garantam as relações horizontais entre nações e grupos sociais está por trás dos conflitos e da violência letal que afeta o planeta, sem que a América Latina seja uma exceção ao respeito. O maior acesso a recursos monetários, poder político e capacidade tecnológica permite que certos países ou empresas de alcance transacional invadam os âmbitos de cotidianidade de populações que não estão preparadas para fazer frente a tal agressão, seja ela na forma de penetração comercial, despojo dos meios de vida ou desrespeito às cosmovisões e modos de convivência das localidades.

Como base nesta constante destruição e/ou assimilação cultural encontra-se a premissa de que a modernidade ocidental dominante é uma racionalidade que não pode ser questionada, com isso assume-se a superioridade de um determinado projeto de sociedade sobre o resto das culturas.

A saída deste falso pressuposto não é a inversão de papéis, mas, na verdade, é a aceitação de um paradigma de relações sociais baseado no respeito aos saberes, às crenças, aos modos de vida e à diversidade dos povos da região, sempre que essas características não deem lugar à destruição ou degradação de outros seres humanos.

Com isso, não se defende um relativismo radical, o que seria contraproducente. Por esta razão, é necessário definir pautas universais baseadas no respeito à dignidade humana, para que a pertinência a um determinado grupo não seja escusa para passar por cima das mesmas.

Concretizar um tipo de convivência que potencialize tanto a liberdade, a responsabilidade e a solidariedade não é um assunto para ser deixado ao azar ou à boa vontade das elites, precisa, isso sim, do empoderamento dos grupos excluídos, afim de que estes contem com um amplo leque de instrumentos para defender seus direitos.

Assim, a sinergia destas três orientações permitiria a possibilidade de um enfoque diferente aos conceitos clássicos de desenvolvimento. A retroalimentação das três indicaria os parâmetros a serem compartilhados entre as iniciativas de mudança social alternativa. Nessa direção, como referência para problematizar e precisar prováveis eixos de ação, identificam-se nós críticos que merecem ser pensados para dar coerência a um processo de transformação:

1. A Democracia como Regime Político e como Estilo de Vida.

Transformar as relações de poder assimétricas que se encontram na base das diferentes formas de opressão suporia ir além dos limites da democracia procedimental e da participação cidadã clientelar: implicaria concebê-la como plataforma em permanente construção para a convivência e solução pacífica e equitativa dos conflitos, ao mesmo tempo em que promoveria a autonomia e responsabilidade dos sujeitos. A democracia, além do mais, teria de ser ampliada e enriquecida no espaço transacional, sobretudo porque entidades que dominam a

rede de relações internacionais tomam muitas das decisões que hoje comprometem o bem-estar dos indivíduos e afetam povos e grupos, que contam com escassa margem para incidir e defender os seus direitos.

2. **Os Equilíbrios entre Esfera Pública e Privada.** Esta relação não se limita à relação mercado-estado, na verdade, a excede. Assim como nem tudo o que é privado entra na esfera do mercado, nem tudo o que é público entra na do Estado, redefinir o âmbito do público, portanto, parte da compreensão que se tenha do coletivo, do que incumbe a todos e todas e que pode ser administrado a partir de diferentes estratégias institucionais.
3. **Os Direitos Humanos como Salvaguarda Individual e Coletiva Frente ao Abuso e à Arbitrariedade.** A ampliação da concepção do que é público inclui a possibilidade de acordos coletivos baseados nos direitos fundamentais. Os direitos humanos não só permitem o exercício de liberdades e o gozo de um conjunto de direitos aplicáveis a todas as pessoas, mas também proveem um status de proteção e ação afirmativa em favor de sujeitos que, por sua condição, estão majoritariamente expostos a sofrerem os efeitos de políticas e comportamentos lesivos. Alguns exemplos deste escudo de proteção são os direitos das mulheres frente ao patriarcado, os direitos da infância e da juventude diante da visão adultocêntrica, assim como os direitos das populações indígenas e afrodescendentes frente às sequelas e dinâmicas do domínio colonial e neocolonial.
4. **O Princípio de Precaução e as Referências Éticas na Reflexão sobre os Progressos em Ciência e Tecnologia.** A investigação e os avanços científicos requerem de interação com os princípios éticos que, apesar de poderem ser flexíveis no tempo, delineiam parâmetros daquilo que convém não desenvolver em um momento determinado. Nesta perspectiva, a grande quantidade de recursos destinados à produção e compra de armas ou de artefatos que sigam promovendo a dependência dos combustíveis fósseis não seria admissível.

Tampouco o seriam os experimentos e as supostas inovações que pusessem em risco os ecossistemas e os meios de vida da população. Daí que um princípio crucial a ser respeitado é o de precaução, que postula que enquanto não tenham sido determinados com precisão os efeitos de certos procedimentos, assim como os dispositivos científicos e tecnológicos, os governos e empresas, ou qualquer pessoa a título individual, devem ser impossibilitados de colocá-los em prática.

A Ponderação do Valor do Meio Ambiente Natural Para Além de um Valor Econômico Arbitrário. A imposição da esfera econômica como âmbito dominante e inquestionado trouxe como seqüela a destruição do meio ambiente. Este efeito tem sido geralmente excluído do processo produtivo e nem sequer costuma ser quantificado. Agora, a quantificação monetária de bens naturais pode ajudar a limitar a lógica espoliadora do sistema econômico, mas não é de nenhuma maneira o ponto desejável que se requer para uma adequada ponderação da natureza. Pelo contrário, o desafio passa por reconhecer a complexidade e, desse modo, o valor incomensurável e o caráter multidimensional dos atributos que possuem os ecossistemas, razões pelas quais a lógica de concentração não deveria subordiná-los mediante um valor econômico. Este aspecto é chave para frear a depredação que hoje sofre o planeta.

A interação das três orientações com as respostas adequadas dos nós de problematização antes expostos, requer que sejam precisadas as características específicas dos projetos de transformação socioecológica a serem desenvolvidos na América Latina. Destacam-se as seguintes:

1. *Renúncia ao extrativismo como eixo principal de concentração nos Estados latino-americanos.* Isto implicaria ações estratégicas e sustentadas ao longo do tempo, para reduzir a dependência econômica da exportação de matérias-primas. Para isso, seria preciso avançar na diversificação e encadeamento

produtivo, com aumento nas capacidades de inovação e adaptação de tecnologias social e ecologicamente convenientes. A teoria das vantagens comparativas deveria ser desafiada. Na mesma direção, seria necessário desmotivar a oferta de mão de obra barata, a desregulamentação do trabalho e os desmedidos benefícios fiscais como estratégias de captação de investimentos para a região. Do mesmo modo, tudo isso implicaria o reconhecimento da economia não mercantil, a atenção devida à economia do cuidado, a geração de trabalho digno e equitativamente distribuído entre os estratos sociais e entre homens e mulheres.

2. *A política pública teria como um de seus principais propósitos a redução substantiva da desigualdade.* Dados os limiares de inequidade na região, seria preciso que fossem adotadas políticas que, em conjunto, desmotivassem a concentração do patrimônio, propiciassem a tributação progressiva e a articulação horizontal da política social com a política econômica. Incluindo a diminuição das lacunas tanto entre estratos sociais quanto entre diferentes territórios.
3. *O fortalecimento e a ampliação de um Estado democrático socialmente responsável.* Este objetivo supõe: a) a redução das assimetrias de poder político entre os grupos sociais mediante o fortalecimento das dimensões representativa e participativa da democracia; b) a garantia dos direitos humanos fundamentais; c) o fortalecimento da convivência democrática para substituir a violência como via preferencial na resolução dos conflitos; e d) o desenho pertinente de freios e contrapesos para minimizar a arbitrariedade no uso do poder público.
4. *A redefinição dos processos de integração para promover esquemas colaborativos e de empoderamento dos povos.* Implica reduzir o peso quase exclusivo do intercâmbio comercial como *leitmotiv* nas relações entre os países da região. Do mesmo modo, o fortalecimento da colaboração intergovernamental e a eventual definição de entidades supranacionais, com fins legítimos e sujeitos a escrutínio público, são requeridos para um novo estilo de relações internacionais dentro da América

Latina. Seria prioridade a busca da coesão social, entendida como os esforços conjuntos para reduzir as assimetrias entre países e no interior dos mesmos. Não se trata de substituir as responsabilidades dos Estados, mas sim de complementar a ação regional com os esforços nacionais. De igual forma, seria de especial interesse: a) a articulação de posições ajustadas como região ante os foros continentais e globais, e b) a potencialização dos mercados internos subnacionais, nacionais, sub-regionais e regionais, com o fim de gerar condições para o desenvolvimento e a expansão do tecido econômico endógeno, estabelecer, quando for conveniente, economias de escala e baratear os custos de transporte e de energia.

Avançar rumo a uma abordagem e aplicação de uma concepção alternativa para o desenvolvimento dos países da região não é uma tarefa que deva ser deixada à contingência ou à boa vontade das elites. No processo, é preciso incluir os sujeitos mais afetados pelas perspectivas tradicionais de desenvolvimento: é preciso contar com o seu saber e sua ação coletiva como contrapeso para que as elites, em prol da transformação das sociedades latino-americanas, sejam obrigadas a ceder privilégios.

Mas é preciso esclarecer que não se trata da transformação centrada no acúmulo de excedentes, senão naquela que é requerida para a reprodução da vida em suas diversas manifestações, uma vida digna livre de opressões que, além disso, permita a cada ser encontrar a harmonia consigo mesmo, com seus semelhantes e com o planeta em seu conjunto. Não é, portanto, um assunto que deva ser reduzido a quanto crescer economicamente, mas sim estabelecer, entre outras questões, que tipo de crescimento é o mais conveniente, o que inclui decidir que há setores que, por seus efeitos sociais e ambientais, não deveriam ser estimulados. Neste ponto de vista, mais que o centro, a economia seria um subsistema subordinado ao ecossistema.

Um processo de tal magnitude não deveria ser contido pelo dilema sem saída entre visões que, em um extremo, defendem a todo custo as separações imediatas como a via exclusiva e, no outro, posturas que garantem que a única possibilidade são reformas e ajustes, por mais

que estes sejam superficiais e só provoquem a adaptação ao *status quo*. Em todo caso, o processo deveria estar impregnado de rupturas e de mudanças graduais inteligentes segundo a urgência das situações, o nível de consciência e organização cidadã e as possibilidades materiais e institucionais para gerir a mudança, entre outros.

O importante é ter bem definidos os propósitos e os meios para levar adiante a transformação. O pior que poderia acontecer, seria continuar com a tendência atual, na qual simplesmente não há futuro possível para uma América Latina que se encontra em situação de emergência, na qual não se pode garantir à população um bom-viver, uma existência digna e uma coabitação consequente com o metabolismo natural do território.

O horizonte de transformação não pode nem deve oferecer receitas, mas sim orientações, princípios e reflexões sensíveis ante a complexidade da situação. A partir das condições próprias de cada país ou povo, é possível configurar respostas específicas à crise dos modelos de desenvolvimento. O que, em todo caso, devem ser evitadas são as respostas isoladas ou a assimilação das nações e das localidades aos projetos dos poderosos e, sobretudo, evitar cair na mesma racionalidade que centra na economia as determinações do bem-estar.

Referências

- ABRAMO, L. (2015). *La agenda de desarrollo post-2015: reflexiones desde la CEPAL*. Apresentação na VII Reunião de Ministros do Conselho Sul-americano de Desenvolvimento Social Unasul. Montevideu. Disponível em <<http://slideplayer.es/slide/5388501/>>.
- ALBUJA, V. e Dávalos, P. (2012). *Extractivismo y posneoliberalismo: el caso de Ecuador*. Disponível em <<http://estudiosdeldesarrollo.net/critical/rev4/3.pdf>>.
- AMARANTE, V. e Jiménez, J. P. (2015). Desigualdad, concentración y rentas altas en América Latina. Em J. P. Jiménez (Ed.), *Concentración del ingreso y tributación sobre las altas rentas en América Latina* (pp. 13-48). Santiago do Chile: ONU/CEPAL/CEF. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37881/S1420855_es.pdf?sequence=1>.
- ARENAS, N. (2012). Post-Neoliberalismo en América Latina: en busca del paradigma perdido. *Revista Aportes para la Integración Latinoamericana*, 27, pp. 21-46. Disponível em <<https://revistas.unlp.edu.ar/aportes/article/view/3438/3609>>.
- BÁRCENA, A. (2015). *Panorama de América Latina y el Caribe*. Apresentação em Lima, Peru. Disponível em <http://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/150420_final-panorama_economico_y_social_de_la_region_lima.pdf>.
- BECKER, E. (2001). La transformación ecológica-social. Notas para una ecología política sostenible. Em R. E. Thiel (Ed.), *Nuevos enfoques para la teoría del desarrollo*. Disponível em <<http://www.oei.es/decada/portadas/abri041.pdf>>.
- BRICEÑO, J. e Álvarez, R. (2006). Modelos de desarrollo y estrategias de integración en América Latina: una revisión crítica. *Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo*, 1(1). Disponível em <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/19003/1/articulo3.pdf>>.
- CARDOSO, F. e Faletto, E. (1977). *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Siglo XXI Editores: Buenos Aires.

- CARVALHO, W. R. e Friggeri, F. (2015). Heterogeneidad estructural y socialismo del Buen Vivir. *Polis. Revista Latinoamericana*, núm. 40. Disponível em <<https://polis.revues.org/10633>>.
- CECEÑA, A. (2011). Postneoliberalismo o cambio civilizatorio. Em T. Dos Santos (Ed.), *América Latina y el Caribe: escenarios posibles y políticas sociales* (Vol. 3, pp. 121-132). Montevideu: UNESCO/Flacso. Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002109/210950m.pdf>>.
- CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA. (2011). *Población, territorio y desarrollo sostenible. Notas da reunião de especialistas 16 e 17 de agosto de 2011*. Santiago do Chile: CEPAL. Disponível em <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/8/45118/lc-w438.pdf>>.
- CENTRO LATINOAMERICANO Y CARIBEÑO DE DEMOGRAFÍA. (2014). *La nueva era demográfica en América Latina y el Caribe. La hora de la igualdad según el reloj poblacional*. Santiago do Chile: Celade. Disponível em <http://www.cepal.org/celade/noticias/paginas/6/53806/MPD_ddr2_esp.pdf>.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. (2013). *Desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe. Seguimiento de la agenda de las Naciones Unidas para el desarrollo post-2015 y Río+20*. Disponível em <<http://hdl.handle.net/11362/3188>>.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. (2015). *Neoestructuralismo y corrientes heterodoxas en América Latina y el Caribe a inicios del siglo XXI*. Santiago do Chile: Livros da CEPAL. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37648/S1500293_es.pdf;jsessionid=30BD6C56357096C91ECAC1ED4C745260?sequence=4>.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. (2016). *Panorama Económico y Social de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños, 2015*. Santiago do Chile: CEPAL. Disponível em <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/39823/S1501406_es.pdf?sequence=1>.
- DIEZ, M. (2013). El debate entre “estructuralismo” y “teoría de la dependencia” desde la *Revista Desarrollo Económico. Opción*,

- núm. 70, pp. 9-30. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=31028677002>>.
- ECHAVARRÍA, J. e Villamizar, M. (s.f.). *El proceso colombiano de desindustrialización*. Disponível em <<http://www.banrep.gov.co/docum/ftp/borra361.pdf>>.
- ESCRIBANO, G. (2003). *Introducción a las Teorías del Desarrollo*. UNED.
- FLORES, I. (2012). Teorías del desarrollo: evolución y perspectivas recientes en América Latina. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, núm. 163. Disponível em <<http://www.eumed.net/coursecon/ecolat/la/>>.
- FORNILLO, B. (2014). *¿Commodities, bienes comunes o recursos estratégicos? La importancia de un nombre*. *Nueva Sociedad*, núm. 252, pp. 101-117. Disponível em <http://nuso.org/media/articulos/downloads/4044_1.pdf>.
- GABAY, E. (2008). Revisitando a Raúl Prebisch y al papel de la CEPAL en las ciencias sociales de América Latina. *Íconos. Revista de Ciencias Sociales*, núm. 31, pp. 103-113. Disponível em <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=50903108>>.
- GUDYNAS, E. (2009). *Crisis económica y la crítica al desarrollo extractivista*. Disponível em <<http://www.alainet.org/es/active/28446>>.
- GUDYNAS, E. (2015). *La identidad del progresismo, su agotamiento y los relanzamientos de las izquierdas*. Disponível em <<http://www.alainet.org/es/articulo/172855>>.
- GUILLÉN, A. (2007). *Modelos de desarrollo y estrategias alternativas en América Latina*. Disponível em <http://www.centrocelsofurta.do.org.br/arquivos/image/201108311505340.A_GUILLEN3.pdf>.
- LANDER, E. (2014). *El neoextractivismo como modelo de desarrollo en América Latina y sus contradicciones*. Fundação Henrich Boll. Disponível em <<https://mx.boell.org/sites/default/files/edgardolander.pdf>>.
- LOERA, J. (2015). La construcción de los buenos vivires; entre los márgenes y tensiones ontológicas. *Polis. Revista Latinoamericana*, núm. 40. Disponível em <<https://polis.revues.org/10654?lang=en>>.

- MARTÍNEZ, J. (2010). La estructura teórica centro/periferia y el análisis del Sistema Económico Global: ¿obsoleta o necesaria? En *XII Reunión Internacional de Economía Mundial, Santiago de Compostela*. Disponible em <<http://www.usc.es/congresos/xiirem/pdf/50.pdf>>.
- ONU (2013). *Desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe: Seguimiento de la agenda de las Naciones Unidas para el Desarrollo Post-2015 y Río+20*. Disponible em <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/3188>>
- ONU _ HABITAT. (2012). Estado de las ciudades de América Latina y el Caribe 2012. Rumbo a una nueva transición urbana. Brasil: CEPAL/Minurvi/Flacma Disponible em <file:///C:/Users/user/Downloads/3380_alt.pdf>.
- PAPA, G. (2004). *La herencia del neoliberalismo en América Latina y los márgenes de maniobra de los gobiernos progresistas*. Uruguay: Fundação Friedrich Ebert. Disponible em <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/04481.pdf>>.
- PIKETTY, T. (2015). *El capital en el siglo XXI*. México: Fondo de Cultura Económica.
- PRADO, A. (2015). Salario mínimo en la agenda del desarrollo de América Latina y el Caribe. No *Seminário Internacional sobre Salário Mínimo. Belo Horizonte, Brasil*. Disponible em <http://www.cepal.org/sites/default/files/presentation/files/151102_antonioprado_salariominimo_belohorizonte.pdf>.
- PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL MEDIO AMBIENTE. (2010). *Perspectivas del medio ambiente: América Latina y el Caribe. GEO ALC 3*. Panamá: PNUMA. Disponible em <<http://www.pnuma.org/geo/geoalc3/Doc%20COMPLETO/GEO%20ALC%203%20WEB%20VERSION%20C.pdf>>.
- Sader, E. (2008). *Refundar el Estado. Postneoliberalismo en América Latina*. Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO). Disponible em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/sader/sader.pdf>>.
- SIERRA, Y. (2012). Los impactos de la globalización neoliberal en América Latina. *Globalización, Revista Mensual de Economía,*

- Sociedad y Cultura*. Disponível em <<http://rcci.net/globalizacion/2012/fg1357.htm>>.
- STAVENHAGEN, R. (1971). *Siete tesis equivocadas sobre América Latina*. Conferencia dada nos Rencontres Internationales de Genève. Genebra, Suíça. Disponível em <<http://seminario7te.sis.colmex.mx/images/pdf/stavenhagen-siete.pdf>>.
- STOLOWICZ, B. (2010). *El “posneoliberalismo” y la reconfiguración del capitalismo en América Latina*. Palestra dada durante o VII Seminario Internacional Marx Vive: América Latina en Disputa. Proyectos Políticos y (re)Configuraciones del Poder. Bogotá Colombia. Disponível em <http://148.206.107.15/biblioteca_digital/capitulos/392-5348qlw.pdf>.
- SVAMPA, M. (2013). “Consensus de los *Commodities*” y lenguajes de valoración en América Latina. *Nueva Sociedad*, núm. 244, pp. 30-46. Disponível em <http://nuso.org/media/articles/downloads/3926_1.pdf>.
- VALENZUELA, J. (2011). Alternativas económicas frente a la crisis. Em J. Egurrola e L. Quintana (Coords.), *Crisis y análisis regional*. Disponível em <http://www.obela.org/system/files/alternativascrisis-Valenzuela_4.pdf>.
- VALENZUELA, J. (2013). América Latina: alternativas frente a la crisis. *Aportes, Revista de la Facultad de Economía*, núm. 47. Disponível em <<http://www.eco.buap.mx/aportes/revista/47%20Ano%20XVIII%20Numero%2047,%20Enero-Abril%20de%202013/02%20America%20Latina,%20alternativas%20frente%20a%20la%20crisis.%20Jose%20Valenzuela.pdf>>.

CAPÍTULO V

**Utopia e Projeto
Alternativo**

Um “Marco Categorial” para a
Transformação Socioecológica
na América Latina

HENRY MORA
Costa Rica

Fim das Utopias?

A princípios do mês de dezembro de 2004 e durante uma visita à capital mexicana, o Prêmio Nobel de Literatura José Saramago fez um chamado a “esquecer a utopia” por se tratar de um conceito “profundamente inútil”, posição que causa estranheza em um convencido socialista e laureado intelectual de esquerda, que também disse: “Se meus livros pudessem mudar o mundo, o Fundo Monetário não existiria”.

Pouco depois, durante sua intervenção no debate “Quixote hoje: utopia e política”, celebrado durante o Foro Social Mundial em Porto Alegre, Brasil, no final de janeiro de 2005, Saramago reafirmou sua colocação sobre a inutilidade do conceito de utopia:

Muito se tem dito que a política é uma arte do impossível e se utilizarmos o vocábulo, nossa utopia seria construir o hoje [...] e para isso é preciso referir-se ao que está acontecendo [...]. Se a realização do que aqui se chama utopia fosse possível, isso seria bom, isso seria útil, e não a chamaríamos de utopia. A chamaríamos de desenvolvimento, trabalho, objetivo, determinação (*La Jornada*, 30 de janeiro, 2005).

Por acaso, estaria se aproximando Saramago aos assim chamados “pós-modernos”, aqueles que interpretam o fracasso histórico do “socialismo real” como o fim das causas emancipatórias e dos “grandes relatos” da Ilustração e do marxismo? Mesmo que não possamos responder a esta pergunta, em um sentido geral — não em relação com o ponto de vista específico do escritor português — sim tentaremos oferecer uma resposta preliminar à interrogante sobre a pertinência das utopias.

Certamente, utopia refere-se a algo que não é deste mundo (o não lugar), e não menos certo é que, de modo particular no século xx, o chamado à realização de determinadas utopias derivou em projetos totalitários e inclusive catastróficos para a humanidade. Isto é inevitável? Sonhar um mundo sem seres humanos humilhados, explorados, subjugados, conduz necessariamente ao estabelecimento do inferno na Terra, como afirmou Karl Popper?

Mas, além disso, o sonho das utopias parece ser parte da condição humana. Não era uma utopia para o ser humano comum há 500 anos acabar com dezenas de doenças hoje erradicadas, dar a volta ao mundo em umas poucas horas ou dias e viajar à Lua e além? Mesmo que os sonhos sejam impossíveis de realizar diretamente, renunciar a eles paralisaria o curso da humanidade, nos obrigaria a viver o aqui e o agora, nos conduziria a qualificar tudo o que é real como racional.

O problema é particularmente chave para as ciências sociais e os movimentos políticos progressistas e de esquerda, inspirados com frequência em grandes ideais por realizar que continuam prometendo o céu na terra. Como mudar essa perspectiva, então? Que mediações são necessárias entre as lutas cotidianas e as proposições utópicas? Que opções são possíveis de se desenvolver na América Latina atual,

onde as crises de representação e legitimidade do sistema costumam abrir espaços para propostas messiânicas e/ou autocráticas? Ensaiai algumas reflexões neste sentido é o principal objetivo deste capítulo. Não se pretende oferecer soluções definitivas, mas sim, ao menos, contribuir a encaminhar a discussão. Se conseguirmos este último propósito, mesmo que seja em uma modesta medida, nos sentiremos satisfeitos com o esforço realizado.

Desta maneira, nossa pretensão é erguer algumas mediações básicas entre o que chamaremos de a utopia necessária, o projeto alternativo, à estratégia política de mudança e às lutas diárias e pontuais pelas alternativas frente aos principais problemas econômicos e sociais que sufocam os países latino-americanos e, em especial, os setores mais explorados e excluídos da população. Neste contexto, nosso chamado é a formular uma estratégia de recuperação do Estado de Direito e da democracia de cidadãos a partir dos direitos humanos fundamentais.

Utopia e liberdade: a possibilidade de outro mundo

Primeira mediação: o discernimento das utopias

Abordar o desafio de construir uma sociedade alternativa nos leva de imediato a uma pergunta-chave da política e da filosofia política: qual é a melhor sociedade *possível*? Thomas Morus em *Utopia*, Francis Bacon em *Nova Atlântida* e Tommaso Campanella em *A Cidade do Sol*, foram os primeiros teóricos do Renascimento e da Modernidade que se deram à tarefa de responder esta pergunta, embora Platão já o tenha tentado na Antiguidade clássica em *A República*, sua obra-prima. Não obstante, quando a busca da melhor sociedade *possível* se torna uma fixação por alcançar uma “sociedade perfeita”, esta procura não

é somente “inútil”, mas costuma transformar-se em uma armadilha, inclusive a caminho do totalitarismo.¹

Para começar, a pergunta: “Qual é a melhor sociedade possível?”, nós responderíamos secamente: “Esta não é possível”, porquanto necessitamos um referente acerca do “melhor possível”. E tal referência não a podemos tomar de nenhuma ética preconcebida, porque não conteria um critério de factibilidade. Não temos a capacidade de formular deveres nem modelos de sociedade sem antes determinar seu *marco de factibilidade*.

Assim, imaginar a melhor sociedade *concebível* tem que partir de uma análise “da melhor sociedade possível” que, por sua vez, se apresenta como uma antecipação da melhor sociedade concebível. O conteúdo do possível é sempre algo impossível que, não obstante, dá sentido e orientação ao possível. E a política é a arte de tornar possível o impossível. Além do mais, é preciso reconhecer que o ideal e o viável não são escopos predefinidos em um mundo estático, senão fatos socioculturais.

Todas as culturas incluem (e representam) certos acordos e desacordos sobre o admitido como real, tanto no relativo ao desejável como no relativo ao viável, ao factível. Percebemos e damos sentido a todos os fenômenos sociais dentro e a partir de um marco teórico categorial, e unicamente através dele podemos agir sobre tais fenômenos. Não só interpretamos o mundo com base em um determinado marco categorial, também este condiciona as possíveis metas das ações humanas e se acha presente nos próprios fenômenos sociais e nos mecanismos ideológicos (incluindo os religiosos), por meio dos quais os seres humanos se referem à realidade correspondente.

Este tipo de abordagem pode servir para repensar a contraposição tradicional entre socialismo e capitalismo, assim como para avaliar a

1. A tentativa de fazer o impossível não leva necessariamente ao caos, como afirmam Hayek e Popper, ainda que permita, sim, chegar a conhecer os limites efetivos da possibilidade. Transcendendo o possível chega-se ao impossível, e a tomada de consciência deste caráter impossível do impossível marca o espaço do possível. A tentativa de *impor* o impossível, sem permitir nem mesmo a aprendizagem sobre o descobrimento do possível, parece mesmo conduzir à crises e catástrofes humanas.

viabilidade de qualquer proposta de “sociedade perfeita”, seja esta uma sociedade comunista, uma sociedade anarquista (sem instituições) ou uma sociedade de mercado total (competência perfeita).

Tomemos esta contraposição entre socialismo e capitalismo e entre dois de seus principais teóricos e representantes: Karl Marx e Max Weber.

Sem dúvida, Marx parte de uma asseveração inteiramente relevante, inclusive hoje mais que nunca: a vida humana como algo concreto, corporal e não como elaboração de algum antropocentrismo abstrato, afirmação que, em termos de plenitude, Marx descreve como “reino da liberdade” ou comunismo, em relação com a qual concebe a sociedade socialista à que aspira como uma aproximação ou antecipação nos parâmetros “do melhor possível”. Do mesmo modo, a conceitualização de tal plenitude é absolutamente radical, enquanto a sociedade por construir aparece mais como uma sociedade factível que se realiza “o mais possível”.

Weber, ao contrário, afirma, com toda razão, que este reino da liberdade é impossível, utópico, e lança sua crítica contra ele. Constatada, também com razão, que a abolição das relações mercantis — consideradas por Marx como parte do possível — cai no âmbito do impossível.²

Porém, em sua própria análise, Weber continua o mesmo esquema que criticava em Marx. De fato, propõe que o capitalismo *sim* é capaz de garantir a reprodução material da vida humana, mas como não pode manter esta afirmação com parâmetros empíricos, concebendo-a também em termos de uma plenitude capitalista impossível, ideia tomada das primeiras análises neoclássicas sobre o equilíbrio geral dos mercados. Este tipo de utopias, às quais podemos chamar de “transcendentais”, são o comunismo, o anarquismo, o neoliberalismo

2. Um ordenamento do “reino da necessidade” (o processo de produção e reprodução das condições materiais da vida real) somente é possível apoiando-se nas relações mercantis (ou no dinheiro e nos preços monetários, sobretudo). O incorreto é identificar a inevitabilidade das relações mercantis com as relações capitalistas de produção e excluir a discussão acerca da possibilidade de relações mercantis de tipo socialista (socialização do mercado, mais que um pretendido socialismo de mercado).

do mercado total. Supomos que a elas se referiam as reflexões de Saramago citadas no princípio deste capítulo.

Vejamos, qualquer proposta de sociedade relacionada com uma plenitude perfeitamente impossível é autodistorcida a partir do fato de considerar sua realização fática como um passo para aquela ideia de infinitude na qual foi concebida. A história do século xx foi abundante em projetos de construções utópicas deste tipo, com consequências muitas vezes desastrosas para o ser humano e a natureza.

O horizonte utópico da práxis humana é, sem dúvida, inclusive como projeto transcendental, um elemento central, essencial, desta práxis. Contudo, não é possível formular a utopia com base em uma suposta sociedade perfeita que se possa (ou se deva) alcançar através de uma aproximação quantitativa calculável ou instrumentalmente realizável (aproximação assintótica), como se fosse uma relação meio-fim susceptível de ser construída por etapas “cientificamente” mensuráveis até chegar à sua plena realização. Ao tentar este caminho, transformamos o problema da busca de uma melhor sociedade em uma busca de progresso calculável, processo que chega a ser autodestrutivo ao menos por três razões:

1. Porque neste caminho fictício à realização da sociedade perfeita, deixa-se de lado toda a riqueza e complexidade da vivência da sociedade humana, que é reduzida a um cálculo meio-fim.
2. Porque se exclui, esmaga, reprime, tudo aquilo que não é compatível com esse progresso calculado — para o qual se afirma que não há alternativa realista — e, com isso, elimina-se praticamente a realidade. Aparece então uma “realidade verdadeira” derivada do conceito de limite transcendental, em função do qual a realidade empírica é interpretada e legitimada, mas também enfraquecida.
3. Porque a utopia promete a condição de renunciar a toda crítica, a toda resistência, assim como a realização de outro mundo em nome da afirmação e celebração das condições presentes.

A utopia, assim entendida, pode chegar a ter um poder destrutivo absoluto, sobretudo se a realidade não for compatível com os termos

preconcebidos da sociedade perfeita. É então que se tem que eliminar tal realidade, inclusive das ciências empíricas, pois em nome delas a realidade mesma só se percebe como um empíreo quantificável ou como uma abstração substituível.

A realidade, contudo, é uma realidade da vida. Real é aquilo com o que se pode viver e o que se necessita para viver: a natureza e a comunidade de seres humanos.³ Para voltar a esta realidade, o ponto de partida só pode ser a reivindicação do ser humano como sujeito concreto, corporal, que insiste em suas necessidades e em seus direitos, muitas vezes em conflito com a lógica própria das instituições. Porém, não se trata apenas de um conflito de classes, mas sim, fundamentalmente, do dilema entre a possibilidade da vida frente à lógica dos sistemas. De acordo com Dussel (1999, p. 10)

“O sujeito humano [...] organiza instituições para a sobrevivência da humanidade [...]. No entanto, tais instituições, quando se fecham sobre si mesmas de modo autorreferenciado [...] podem se converter em um fim em si mesmas e pôr em risco [...] a própria comunidade que as criou [...]. Trata-se então de uma totalização da instituição, de uma fetichização, de uma autorreferência que nega a vida humana a favor do próprio sistema [...]. A lei do sistema como tal [...] se converte na última instância.”

Sendo assim então, devemos abordar o referente utópico de outra forma, mediante um *discernimento das utopias*. Se a práxis utópica se orienta por fins não factíveis, qual é então sua razão de ser? Este problema, que pode conduzir a uma crise de legitimidade da mesma, carece de solução, a não ser que se insere nela uma imagem da

3. Este conceito de realidade como condição da possibilidade da vida humana em geral está ausente nas ciências empíricas, que elaboram uma realidade abstrata, inclusive metafísica, produzida a partir da realidade, ainda que abstraído o fato de que esta última é condição de possibilidade da vida humana. Em consequência, é “realidade pura”, um empíreo em cuja construção seguramente a economia, dentro do âmbito das ciências sociais, é a que a levou mais longe: é a economia pretensamente “pura” dos neoclássicos.

libertação definitiva do ser humano, um “princípio esperança”. Nesta perspectiva, cabe afirmar a factibilidade do que humanamente não é factível: o reino da liberdade. Mesmo que não no sentido de sua realização por decisão humana, mas sim no de uma *antecipação* deste reino (plenitude).

Uma crítica da razão utópica não pode ser antiutópica. A utopia é *conditio humana*, uma dimensão inevitável do ser humano e de suas distintas expressões culturais que inclui, de igual maneira, o próprio pensamento científico. A utopia é, então, uma fonte de ideias acerca do sentido da vida, uma referência para o juízo, uma reflexão sobre o destino, uma imaginação dos horizontes, uma pauta ética irrenunciável, mas também um princípio orientador que deve servir como critério para diferenciar opções possíveis. E para não invalidar esta pretensão inerente à condição humana, a utopia jamais se deve converter em um fim ou meta por realizar, nem sequer de maneira assintótica, nem tampouco deve se transformar em *societas perfecta* que rege e se impõe sobre a realidade e a vontade de todos (transcendentalidade fetichizada).⁴

A utopia é na verdade uma espécie de “ideia reguladora” (transcendentalidade humanizada), no sentido kantiano do termo (nos referimos ao Kant da *Crítica da razão pura*).⁵ Somente como tal a utopia não chega a ser de novo um cárcere, um muro, um centro de reclusão psiquiátrico ou um campo de concentração, mas sim uma fonte de vida e de esperança. Esta é a *Utopia Necessária*.⁶

4. Se corrigirmos o viés pejorativo e condenatório da definição de utopia oferecida por Lasky, podemos dizer que “a essência da utopia” é a crítica das condições presentes e a esperança de um mundo melhor (Hinkelammert, 2002, 295).

5. Mesmo assim, é preciso tomar distância do conceito kantiano, que pretende fundamentar normas universalistas e um princípio de sociedade — a sociedade burguesa — por meio de uma derivação puramente principialista. O imperativo categórico de Kant é de ação abstrata e sua ética é a da lei e da norma.

6. A relação entre utopia necessária e utopia transcendental não é, contudo, mecânica, como se fosse uma simples polaridade linear. Mesmo quando as duas imagens correspondem a lógicas específicas — e que, portanto, são incompatíveis —, no sujeito vivente se misturam. Nenhum sujeito tem e pode ter uma opção nítida e transparente em um ou outro sentido. Na interpretação das situações concretas, as imagens são

A transcendentalidade da utopia necessária é uma transcendentalidade interior da vida real e material. Por sua parte, a esperança vai além da factibilidade humana e, por isso, está dotada de uma transcendência interna. Assim, na própria esperança humana, orientada à vida real e material, encontra-se sua transcendência: a “nova terra” paulina, o “reino da liberdade” de Marx, o “ser humano liberado” da teologia da libertação. Portanto, trata-se de uma transcendentalidade essencialmente distinta da transcendentalidade metafísica. Refere-se à *factibilidade* da liberação do ser humano na nova terra, *no interior* da vida real e material, mas que é transcendental porque não é possível que o ser humano a estabeleça por simples acordo ou decisão.

“Uma Sociedade onde Todos Caibam”

Podemos agora tentar responder à pergunta de partida sobre “a melhor sociedade possível”. Não se trata de realizar o utópico como tal, mas sim de aspirar a um estado sempre em (re)evolução, ainda não existente, mas desejável e possível de se levar adiante.

Hoje, o realismo político, ou a política como arte de tornar possível o impossível, deve propor um mundo, uma sociedade na qual cada ser humano seja capaz de assegurar sua oportunidade de viver dentro de um contexto que inclua a natureza, sem a qual a própria vida humana não é possível. Daí que a conhecida frase zapatista nos pareça a mais adequada: “uma sociedade onde (todas e) todos caibam”, inclusive a natureza.⁷

criadas junto com as opções do sujeito e desempenham o papel de categorias, além disso, o marco categorial é formado na antecipação, seja da vida ou da morte. Do mesmo modo, a opção entre a morte e a vida se efetua dentro destes marcos categoriais, nunca em seu exterior. É na antecipação das respectivas projeções ao infinito (a utopia) que tomam um ou outro significado.

7. “Numa linguagem lacônica e sem detalhar a análise, talvez seja possível resumir o contexto que dá origem ao chamado por uma sociedade onde todos caibam da

No mesmo debate em que participou Saramago no Foro Social Mundial em janeiro de 2005, também participou o escritor uruguaio Eduardo Galeano, que durante sua intervenção citou um amigo, o cineasta argentino Fernando Birri, que uma vez lhe disse: “Para que serve a utopia? Faça-me essa pergunta todos os dias: a utopia está no horizonte, assim que caminho ela está dez passos mais além, caminho vinte passos, está mais longe ainda. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Mas para isso servem as utopias: para que eu não deixe de caminhar”.

A utopia não é um estado, menos ainda “um mundo cuja conservação valha a pena” (Kaltenbrunner), é um movimento que, como no paradoxo de Zenão, resolve-se caminhando (*solvitur ambulando*). A crítica das condições presentes sempre se situa ante um futuro aberto, ainda que com toda razão se busque um mundo melhor. Esta busca, no entanto, não é um caminho ascendente que se aproxima de modo assintótico a uma meta final, mas sim, na verdade, é um constante refazer-se da sociedade frente aos problemas mais urgentes que, em diferentes momentos, surgem.⁸ A história não tem metas definitivas intra-históricas, mas sim caminhos que se fazem “ao andar”, caminhos de libertação, mesmo que os resultados não possam ser medidos a partir de uma meta futura a ser alcançada, senão pelas conquistas obtidas em cada momento desta história. Nisto concordamos com Saramago.

seguinte forma: o feito maior da conjuntura atual do mundo é certamente o império pavoroso da lógica da exclusão e a crescente insensibilidade de muitíssimas pessoas em relação a ela” (Assmann, 1995, p. 2). Além do mais, levemos em consideração que ausência de exclusão não é sinônimo de ausência de exploração. Em sentido estritamente econômico: extração de trabalho - não pago - plustrabalho.

8. O jovem Marx encontrou uma expressão adequada para esta relação da crítica com a sociedade que o pretendia transformar: “a produção das próprias relações de produção” (*produktion der verkehrsform selbst*).

Segunda Mediação: A Liberdade como Capacidade de Discernimento das Instituições (Regulação do Reino da Necessidade)

A utopia da modernidade entende a liberdade como “livre espontaneidade” e transformação de todas as estruturas sociais para que a liberdade ilimitada seja viável para todos e de maneira totalmente transparente.

Depois, Mandeville e Adam Smith institucionalizaram esta utopia que se expressa na totalização da propriedade privada e das relações mercantis. As estruturas nos tornam livres e quanto mais cegamente nos rendermos a elas, mais segura é a liberdade. Já no século xx, tanto o automatismo do mercado no neoliberalismo quanto as leis da história no estalinismo prometem a liberdade como resultado da submissão absoluta às instituições e suas leis. Não admitem nenhuma “subjetividade” do ser humano, o qual é convertido em uma parte mais da engrenagem dessas “máquinas de liberdade”.⁹

Mesmo quando a liberdade, enquanto plena autonomia, continue sendo a utopia, a liberdade possível é resultado de uma interrelação (tensão, contradição) entre a subjetividade e a autoridade, entre a espontaneidade e a criação de uma ordem sempre promissória, cuja busca nunca termina, pois, esta relação é inerente à condição humana.

Por outro lado, não é possível garantir a liberdade humana — o direito a uma vontade própria — se esta não estiver apoiada no direito à vida. Por isso, a liberdade humana consiste em um vínculo entre o

9. Enquanto para os teóricos conservadores e neoliberais a liberdade é a submissão às leis do mercado e a afirmação da autoridade, para o anarquismo esta se afirma como superação de toda autoridade e da propriedade privada. Num ou noutro caso, as alternativas se apresentam polarizadas e maniqueístas: ordem ou caos, mercado total ou planejamento total, escravidão ou liberdade.

indivíduo e suas instituições, no qual o primeiro adapta as segundas às suas condições de vida.

Os sujeitos são livres na medida em que forem capazes de relativizar “a lei” ou a ordem das instituições *em função das necessidades da vida*. Dito de outra forma, a liberdade não reside no cumprimento da lei, mas sim na relação dos seres humanos com a lei. No caso da lei do mercado (do mercado autorregulado), a liberdade consiste precisamente em submetê-la, primeiramente, aos requisitos dos indivíduos concretos. O reconhecimento mútuo entre sujeitos corporais e necessitados implica, forçosamente, a relativização de qualquer lei ou instituição em função desta relação. A lei só vale na medida em que não impede este reconhecimento mútuo.

Analisemos, como exemplo, o caso da chamada “liberdade do consumidor”. As relações mercantis capitalistas interferem de determinada maneira na espontaneidade do consumidor e a deformam. Substituem a orientação pelos valores de uso por outra baseada nos valores de troca e no lucro.¹⁰ O consumidor perde assim sua liberdade. Reivindicá-la significa interpelar, enfrentar e submeter-se às mesmas relações mercantis a partir de seu comportamento como destruidoras da espontaneidade e, portanto, da liberdade. Uma interpelação similar seria necessária, por exemplo, quando as relações mercantis ou alguma outra instituição pusessem em perigo os fundamentos ambientais que promovem o respeito à vida no planeta.

A liberdade, no terreno da produção material, não consiste em um “reino da liberdade” realizado plenamente, senão na antecipação de uma plenitude conceitualizada por uma ação humana que se impõe ao poder cego do “reino da necessidade”. Quer dizer, regular — sob controle comum — o intercâmbio entre os seres humanos e a natureza para que as leis da necessidade não se convertam em um poder cego dirigido contra a vida dos sujeitos e, por sua vez, para aproveitá-las de maneira racional e digna.

10. Esta interferência ocorre em todos os modos de produção, ainda que adquiram maior importância na mercantil, porque nesta igualmente predomina a necessidade através das relações de produção.

Os indivíduos são livres para afirmar sua vida frente às leis, instituições e ídolos. E esta liberdade não é possível sem a condição de poder satisfazer as necessidades básicas de todos os seres humanos de maneira individual.

A Necessidade de Outro Mundo: Utopia Necessária, Relações Institucionais e Projeto Político

Terceira Mediação: A Utopia Necessária de uma Sociedade Onde Todos Caibam como Critério de um Humanismo Universal Concreto

Não há dúvidas de que *outro mundo é possível*, ainda que na realidade a frase *outro mundo* significa que existem muitos outros mundos neste mundo: um mundo que contém muitos mundos.

Do mesmo modo, esse *outro mundo possível* é o mundo no qual *cabem todos os seres humanos*, mas também a natureza, porque o ser humano é um ser natural. Uma sociedade possível na qual cada indivíduo possa realizar seu próprio projeto de vida, com a segurança de uma existência digna baseada no seu trabalho. Que o ser humano seja livre em sua comunidade, e a comunidade é, em última instância, a humanidade.

Trata-se, além disso, da concepção de um mundo no qual caibam diferentes culturas, nações, raças, etnias, gêneros, preferências sexuais, etc. Isto complementa o lema do Foro Social Mundial: “Outro

mundo é possível”, que expressa um humanismo concreto frente as homogeneizações dos humanismos abstratos.¹¹

Que outro mundo seja possível é a resposta necessária ao mundo dominante de hoje, que afirma que não há alternativa. Mas, não se trata de dar qualquer solução, senão uma solução que nos permita efetuar a crítica ao sistema vigente. Porque um entorno no qual caibam todos os seres humanos e a natureza é uma *exigência*. De fato, expressa uma ética que hoje se impõe se a humanidade quiser seguir existindo.

A resposta necessária ao mundo dominante na atualidade, com sua afirmação de que não existe opção alguma, só pode ser a de que outro mundo é possível, sim. Não obstante, também esta resposta pode se esvaziar de conteúdo se não expressarmos a qual mundo possível nos referimos. Porque é provável que existam mundos, inclusive piores do que o atual com que nos deparamos. Por isso, quando falamos de um mundo no qual caibam todos é preciso esclarecer de que mundo se trata. Em particular, isto não significa que “tudo” deve entrar nele, pois precisamente para que caibam todos e todas (seres humanos e natureza), há muito que não tem cabida, em especial a ainda vigente estratégia de concentração de capital chamada globalização, que impõem os governos dos países dominantes por meio do Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Para que todos caibam, é preciso excluir este modelo.

De igual maneira, uma sociedade na qual caibam todos implica uma ética universal que, ainda assim, não dite princípios pretensamente válidos para a humanidade inteira, e que tampouco prescreva normas gerais, nem determinadas relações de produção que vigorem em todos os países. Do mesmo modo, não pretenderia saber qual modelo de sociedade é a acertada, nem daria respostas sobre como

11. Tanto o capitalismo quanto o socialismo prometeram soluções homogêneas e universais para toda a humanidade. Num caso, o automatismo do mercado (a grande utopia da sociedade burguesa) e, no outro, o automatismo de sua abolição (a utopia do comunismo). Não obstante, ambos vinculam sua solução respectiva com um progresso técnico ilimitado e irrestrito e com a promessa de um futuro esplendoroso, mas indefinido, derivado de sua magia.

deixar os seres humanos felizes a partir de certa ordem estabelecida. Não há promessa de paraíso algum. Frente aos princípios absolutos de uma sociedade, a exigência de um mundo no qual caibam todos é na verdade um critério de validade universal mediante o qual haveria uma simulação de tais princípios, que serão autênticos na medida em que forem compatíveis com uma sociedade na qual qualquer um possa ser aceito, enquanto perderão seu valor se sua imposição supõe a exclusão de partes inteiras da sociedade. Portanto, este critério universal, muito mais que a validade de supostos princípios universalistas, continua sendo o critério de um *humanismo universal*.¹²

Entretanto, um mundo no qual caibam todos não é um *projeto* nem uma meta direta e possível da ação. É, poderíamos dizer, uma *ideia reguladora* da ação — um imperativo categórico da razão prática, da ação concreta —, uma *utopia necessária* que deve penetrar a realidade de forma transversal. Como utopia não é em si mesma factível, é um *princípio orientador básico*, ainda que radical.

Uma utopia é algo que não existe em nenhum lugar da realidade, nem tampouco existirá (dada a condição humana). Expressa um estado de coisas que transcende os indivíduos, por conseguinte, vai além de sua própria mortalidade. É uma *finalidade*, mas não um fim nem um axioma do qual os passos subsequentes a seguir possam ser deduzidos, como se fosse uma sequência lógica (princípio abstrato) ou uma aplicação tecnológica (razão instrumental meio-fim). Não é um modelo de sociedade, mas sim uma dimensão, a mais geral, da referência à crítica da sociedade de hoje.¹³

12. O critério que decide sobre quais são as alternativas potenciais tampouco pode ser um princípio abstrato. Em todo caso, faz-se necessário um critério sintético que seja o mediador em tal decisão: deverá ser um critério concreto, que inclua as possibilidades de vida de todos os seres humanos, o que implica também que seja levada em consideração a natureza como o fundamento de qualquer escolha. É claro que não é possível sustentar este critério com princípios abstratos, como a taxa de crescimento do produto social ou a taxa de lucro do capital, mas sim com um critério universalista, o universalismo do ser humano concreto.

13. “Não é possível hoje expressar de modo realista um projeto de sociedade por meio de princípios universalistas gerais. Estes são precisamente hoje o problema e não a solução. Sendo hoje necessariamente complexas as soluções realistas, sua síntese

Quarta Mediação: as Relações Institucionais e o Projeto Alternativo

Entendemos por “instituição” a objetivação, sensorialmente não perceptível, das relações humanas. Podemos distinguir entre instituições parciais — uma empresa, uma escola, uma associação de mulheres, um sindicato, um partido político, entre outras — e “institucionalidades”. Estas últimas são basicamente duas: o mercado e o Estado. Nenhuma delas é instituição parcial, porém ambos os modelos englobam o conjunto de todas as instituições parciais, por esse motivo são “institucionalidades” que contém os critérios de ordenamento das instituições parciais.

Para poder ser enfocada no contexto de um projeto político, toda utopia tem que ser institucionalizada. Dito de outra forma, qualquer projeto político tem que basear-se em uma determinada institucionalidade, que é a encarregada de realizar a utopia. No liberalismo, trata-se da propriedade privada e das relações mercantis; no socialismo, do planejamento.

Neste sentido, toda a nossa realidade é institucional (somos “animais políticos”, habitantes de uma polis, de uma comunidade). Então, para que exista um mundo no qual caibam todos, deve haver uma institucionalidade que o permita. Apesar disso, qualquer institucionalidade é administradora da relação vida/morte e atua de acordo com a condição humana, expressa pela ameaça da morte. Ao garantir a vida, é inevitável administrar a morte em função da vida.

A necessidade de conceber outro mundo possível surge como crítica a uma institucionalidade do sistema que domina na atualidade

como projeto pode ser somente a referência a uma dimensão universal de solução que não predefina [...] o caminho a ser empreendido. O conceito de uma sociedade na qual todos caibam serve precisamente para isso” (Departamento Ecumênico de Investigações [DEI], 2001, p. 3). Tal afirmação muda toda a relação com a utopia, que deve partir do presente para modificar situações presentes, e tem de fazer isso a partir de uma dimensão e antecipação no tempo que sempre são limitadas e mutantes, cujas referências são a vida humana e suas condições de possibilidade.

e que exclui o objetivo de um mundo no qual caibam todos os seres humanos. Trata-se da instituição do mercado, sobretudo em suas expressões totalizadoras de economia e sociedade de mercado, que sistematicamente descartam a realização ou a aproximação à utopia necessária de uma sociedade inclusiva.

Frente a esta tendência à impossibilidade de uma vida na qual todos sejam levados em conta, emerge a exigência do “mundo outro”, que agora tem que se expressar em termos institucionais, não somente como finalidade utópica. A institucionalização das relações humanas é o meio de transformação (ou deformação) dos objetivos utópicos impossíveis em metas possíveis, assim como o quadro para a reformulação das metas possíveis a partir de novas finalidades utópicas viáveis.

Surge então a pergunta: como tem de estar constituído o sistema enquanto macrossistema, para que nele caibam todos os seres humanos e a natureza? Este questionamento remete ao *projeto alternativo*, o qual traduz o horizonte utópico em relações institucionais necessárias para que esta resposta adquira presença na própria realidade. Do mesmo modo, é um passo necessário para que a utopia não se transforme em um simples moralismo ou em um pretexto ideológico, o que facilmente pode ocorrer e tem ocorrido. O projeto alternativo é *exigência*, não algo apenas factível no marco da condição humana. É a exigência de estabelecer políticas de aproximação a uma sociedade na qual caibam todos.

A expressão sintética para este projeto alternativo é: *expulsar a morte* afirmando a vida. Isto é, em termos práticos: expulsar o desemprego, a pobreza, a fome, a exclusão, o subdesenvolvimento, a guerra, a destruição da natureza, a violência contra a mulher, enfrentar as distorções geradas pelo mercado na convivência humana e um assim por diante muito longo. Mesmo que algumas destas distorções sejam inevitáveis.¹⁴

14. Ser relação vida/morte a última instância de toda lei e de toda institucionalidade não significa que a morte seja a etapa final da vida humana. O último escalão é a própria vida, ainda que não seja possível viver fora da “caverna” das instituições, cuja última instância é a relação vida/morte. Neste sentido, na medida em que as instituições

A formulação deste projeto alternativo expressa a necessidade de um mundo no qual caibam todos os seres humanos como a meta (muitas metas) de uma ação, no *interior das instituições*. Com base nisso é possível desenvolver as medidas e políticas necessárias para que a sociedade faça com que se note a necessidade de que todos os seus membros sejam levados em conta: programas contra o desemprego e a erradicação da pobreza, políticas e comportamentos para a conservação e reprodução do meio ambiente, entre outras.

Neste contexto, devemos chamar a atenção, ainda que seja de forma breve, sobre três esquemas simplistas que obstaculizam a percepção de alternativas à luz do princípio orientador básico “por uma sociedade onde caibam todos” (Assmann, 1995, pp. 2-3).

Em primeiro lugar, o esquema messiânico, neoliberal do mercado, que pretende impor sua visão limite de que fora dele não há solução.

Em segundo, o “possibilismo conservador”, no qual o horizonte utópico torna-se inteiramente recortado segundo o molde do admitido como possível por aqueles que se dão muito bem no seio da lógica da exclusão. Nesta “utopização do real”, o utopizado é o próprio presente, com o qual se mina a vontade política necessária para empreender mudanças significativas.¹⁵

administram esta relação, não é possível viver sem elas, ainda que tampouco seja possível viver de acordo com sua própria lógica.

15. Uma variante deste “possibilismo conservador” é a apresentada por Karl Popper em seu livro *La miseria del historicismo* (1973, pp. 105-106). Nessa passagem, Popper separa de maneira radical as metas concretas e a utopia, e propõe que para lutar eficazmente por objetivos concretos, como a pobreza e o desemprego, é preciso descartar a utopia e suas consequências funestas. O problema com esta posição é que, ao rechaçar toda utopia, em realidade se opta pelas hipóstases do capitalismo — a “sociedade aberta” do próprio Popper — como o limite da possibilidade de toda a história. Com isto, renuncia-se a qualquer meio concreto que pretenda alcançar metas específicas, sobretudo se este meio se inscreve em um horizonte de mudanças ao sistema social como um todo. Ao colocar metas realizáveis e utopia em polos opostos, exclui-se como alternativa qualquer oportunidade concreta de eliminar “a pobreza e o desemprego”, se é que esta possibilidade transcende o capitalismo. Como resultado, a pobreza e o desemprego seriam, à posteriori, inevitáveis. Destroí-se o possível em nome da proibição de pensar o impossível.

O terceiro simplismo é o que chamaremos “radicalismo sem mediações”, no qual se pretende saltar diretamente à exigência de um mundo por completo distinto do existente na atualidade, sem permitir as necessárias mediações históricas e, em alguns casos, a intervenção até da própria condição humana.

Quinta Mediação: o Bem Comum como Critério de Constituição das Relações Sociais

Do exposto na seção anterior, resulta a necessidade de derivar um “princípio de inteligibilidade” do sistema institucional. Trata-se, acreditamos, do bem comum.

Não falamos aqui do projeto de um sistema de instituições por implantar (sistema de propriedade, sistema político, sistema social), mas sim do critério para a constituição de instituições e para criticá-las em função dessa sociedade na qual caibam todos. Isto estabelece uma diferença importante com respeito ao imaginário do socialismo histórico, que se entendia como sistema de propriedade pública ou estatal. Certamente, também em relação com o capitalismo, compreendido como sistema de propriedade privada. Entretanto, nem um nem outro deixam espaços de liberdade frente à constituição das instituições, pois as mesmas são deduzidas de princípios abstratos que, à futuro, destroem a própria humanidade.

Assim, por exemplo, e com respeito à instituição da propriedade, cabe afirmar que:

A sociedade capitalista vê a propriedade privada como a chave para a solução de todos os problemas, sem discutir sequer o fato de que a solução de problemas diversos exige também formas de propriedade diversas; isto é, ela não admite nenhum pluralismo das formas de propriedade. O socialismo histórico fez algo análogo, ainda que de forma inversa. Quase não admitia nenhuma

pluralidade das formas de propriedade, pois considerava agora a propriedade socialista — em última instância estatal — como a solução de todos os problemas. Em ambos os casos estamos frente a uma terrível simplificação [...]. Temos que nos liberar destes principialismos para determinar com liberdade as modalidades de propriedade mais adequadas aos problemas específicos que devemos solucionar, e a respeito aos quais buscamos alternativas (Duchrow e Hinkelammert, 2003, p. 14).

Em geral, as relações sociais devem ser constituídas e reconstituídas com base no critério da (re)criação das condições de possibilidade da vida de todos os seres humanos e da natureza, a partir do qual se julguem as medidas singulares tendentes à consecução de objetivos específicos.

Por isso, um projeto alternativo correspondente à utopia necessária de uma sociedade na qual caibam todos não pode ser um projeto definitivo de instituições definitivas. Na verdade, tem que se desenvolver em forma de uma transformação das instituições, tanto das do sistema de propriedade e do mercado quanto das do Estado, para que deem cabida a todos os seres humanos.

Podemos seguir falando deste projeto alternativo como “socialismo”, ainda que no entendimento de que o que define o caráter “socialista” das relações de produção, sempre que estas afetem as condições de gestação da vida, é a *liberdade efetiva de atuar contra a lógica mercantil* ou de qualquer outro sistema institucionalizado; a liberdade de orientar sua ação para a racionalidade econômica em favor da vida e a possibilidade de superar os desequilíbrios que constantemente ocasionam as leis da produção mercantil e da concentração capitalista.

A lógica das relações mercantis totais (o mercado total) conduz à irracionalidade econômica e só o caráter “socialista” das relações de produção — no sentido antes apontado — é capaz de guiar a uma orientação racional e ao respeito dos direitos concretos à vida. Assim, o caráter socialista das relações de produção é medido pelo cumprimento de tais direitos e não pelo grau de nacionalização dos meios de produção ou pelo alcance do planejamento. Cabe mencionar que esta conceitualização do socialismo é necessária para evitar soluções

apriorísticas em relação à determinação do sistema de propriedade e do planejamento.

Mesmo que a ideia de constituição das relações de produção e, portanto, do sistema de propriedade e da condução da própria economia, continue sendo, em geral, “uma sociedade na qual caibam todos”, este critério já não se expressa na pretensão de abolir as relações mercantis — nem sequer o trabalho assalariado —, senão no de uma sociedade não orientada pelos fetiches da mercadoria, do dinheiro e do capital e que, ao invés disso, promova a superação dos mesmos e daquelas estruturas cujas projeções e reflexos são tais fetiches.

Neste contexto, sociedade civil e Estado são polos complementares, não excludentes. O desenvolvimento da sociedade civil pressupõe o desenvolvimento correspondente do Estado, enquanto o desenvolvimento deste último supõe, para que não tenda ao totalitarismo, o desenvolvimento da sociedade civil. A mesma relação de complementariedade vale entre o mercado e o planejamento. O crescimento do mercado sem um devido planejamento conduz aos grandes desequilíbrios socioeconômicos do desemprego, a pauperização humana e a destruição do meio ambiente. De igual maneira, o aumento do planejamento sem um mercado fortalecido permite a burocratização excessiva e o planejamento excessivo, fenômenos que afogam a dinâmica econômica. É preciso um pensamento de síntese — não de um “ponto médio” — entre ambos para que o planejamento encontre sua legitimidade na superação dos desequilíbrios socioeconômicos mencionados, enquanto o mercado desenvolve sua força descentralizada e dinamizadora.

Tal transformação não é um plano de governo, é de fato o programa em função do qual se devem e se podem exercer as políticas que assumam e alavanquem o projeto alternativo, em geral ou em ações particulares. Isto pressupõe uma ética da vida, uma ética do bem comum que não consiste em uma derivação apriorística de alguma suposta natureza humana, mas que realmente surge como consequência da experiência dos sujeitos afetados pelas distorções produzidas pelo mercado ou pelo Estado em sua vida em comunidade e na natureza.

Estas políticas não se materializam sem desenvolver os *instrumentos de regulação* correspondentes à sua realização. O sistema

atual, por exemplo, pretende basear-se em um único instrumento de regulação, o mercado, ao qual é atribuído um papel totalizador e cujo protagonismo permite uma situação que nega diretamente o projeto alternativo, condição que oferece a possibilidade da sobrevivência humana.

Sexta Mediação: a Necessária Interpelação Sistemática do Mercado

Como não é possível renunciar ao mercado como mecanismo de ordenação da divisão social do trabalho, impõe-se, então, o princípio de regulá-lo ou domesticá-lo em função da vida humana concreta ou do bem comum. Isso nos leva à necessidade de uma *interpelação sistemática do mercado* que pode abranger diversos níveis: *resistência, intervenção, regulação, transformação e suspensão*. De fato, trata-se de regulamentar o instrumento de regulamentação constituído pelo mercado. E ainda que esta regulamentação ou interpelação sistemática do mercado seja uma condição para transformar o projeto alternativo em meta da política, também é um mecanismo sobreposto, de segunda ordem. É intervenção *ex post*, não *ex ante*.

Na tradição marxista falava-se do “controle consciente da lei do valor”. Este conceito tem hoje um limite óbvio, porque foi elaborado como um caminho a totalização de outro instrumento de regulação: o planejamento, que pretendia substituir o mercado.¹⁶

16. As intervenções a partir do Estado não são as únicas possíveis, ainda mais se levarmos em consideração a necessária emergência de uma sociedade civil — não empresarial — forte e participativa. Contudo, dado o caráter sistêmico do acionar do mercado em todas as sociedades modernas, é preciso, além do mais, uma intervenção sistemática da ordem do mercado que somente pode ser empreendida pelo Estado e por uma recuperação da política.

Hoje, só é possível tentar interpelar de forma sistemática os mercados em busca da realização do *projeto alternativo*. Um antecedente, apenas pioneiro, mas importante, é a teoria dos economistas alemães Eucken e Müller-Armack, que foram os primeiros em desenvolver uma teoria da intervenção *sistemática* dos mercados.¹⁷ Contudo, trata-se apenas de um antecedente, pois eles ainda partem de economias nacionais, enquanto hoje, é preciso começar por uma economia mundial em um mundo global.

Temos que reconhecer que nem toda a ideologia neoliberal rejeita de modo frontal a reivindicação de uma sociedade na qual caibam todos os seres humanos; mas sim a trata de maneira mítica. Posterga-a para um futuro indefinido, converte-a em uma promessa vazia usada para legitimar enganosamente os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista — a totalização do mercado e do desenvolvimento técnico —, com o qual se torna impossível de alcançar. Para orientar a sociedade presente a um mundo no qual todos sejam incluídos, seria necessário começar por relativizar e subordinar os mecanismos que constituem o universo capitalista. A ideologia neoliberal, ao contrário, oferece futuros indefinidos para não ter que cumprir na atualidade suas promessas falsas. Sacrifica o presente por um futuro que jamais chegará.

Mas, como vimos antes, os seres humanos são livres na medida em que forem capazes de “relativizar a lei” — instituição ou sistema institucionalizado — em função das necessidades da vida real. A liberdade não reside na lei, mas sim na relação das pessoas com ela.

17. Para Müller-Armack, a *economia social de mercado* requer a observância e cumprimento de *sete princípios fundamentais*: 1) sistema de preços próximos à concorrência perfeita, 2) estabilidade da moeda, 3) acesso livre aos mercados, 4) propriedade privada, 5) liberdade contratual, 6) plena responsabilidade de políticas fiscais, e 7) transparência econômica. Apesar disso, interessa-nos muito mais recordar os cinco *princípios reguladores* propostos por ele mesmo: 1) controle estatal de monopólios, 2) política redistributiva de renda, 3) regulamentação do trabalho, 4) garantia jurídica, e 5) salário mínimo. Ainda que claramente insuficientes, estes princípios reguladores apontam na direção de uma intervenção sistemática dos mercados, que é o ponto que queremos ressaltar.

Com relação à lei do mercado, esta liberdade se entende como a capacidade de *resistir, interpelar, intervir, regular, transformar e suspender* a instituição do mercado, desde que sua ação não degrade as condições de possibilidade da vida humana.

Sétima Mediação: a Estratégia Política

À luz das análises prévias, seria possível formular a *estratégia política* para uma sociedade na qual caibam todos, no entanto é claro que não é possível “deduzi-la”. De fato, a questão é avançar e tornar realidade o projeto alternativo no próprio curso dos acordos permanentes, conflitos e lutas sociais, nos quais se insere toda a nossa ação.

Existe o conflito social porque na realidade constantemente estão em jogo grandes interesses materiais de determinados grupos e classes sociais e porque os países capitalistas se organizam com base em leis compulsivas que, sem interrupção, provocam efeitos indiretos que minam as condições de possibilidade da vida humana e tendem a invalidar os próprios direitos humanos. O projeto alternativo é, assim, o resultado destes conflitos, através dos quais se chegam a determinadas realizações que, no entanto, avançam, se estancam e retrocedem sempre de maneira contraditória, em ziguezague, por assim dizer, mas nunca de modo linear.

Todas estas lutas são travadas diariamente contra as numerosas “distorções” que o mercado totalizado produz sobre a vida humana: nos bairros urbanos, no campo, nas fábricas, nos centros de trabalho, nas escolas, nas universidades, nos comércios, nos meios de comunicação, entre outros cenários. Estas distorções que origina o mercado são onipresentes e levam à resistência e à exigência de mudanças (intervenção, transformação e suspensão), isto é, permitem as alternativas.

Estas alternativas brotam em todas as partes como *exigência* e implicam conflitos contínuos. Emergem como *alternativas pontuais*, mesmo sendo bastante óbvias, como por exemplo: acesso à água potável, direito ao ar limpo, transporte barato e oportuno, coleta e

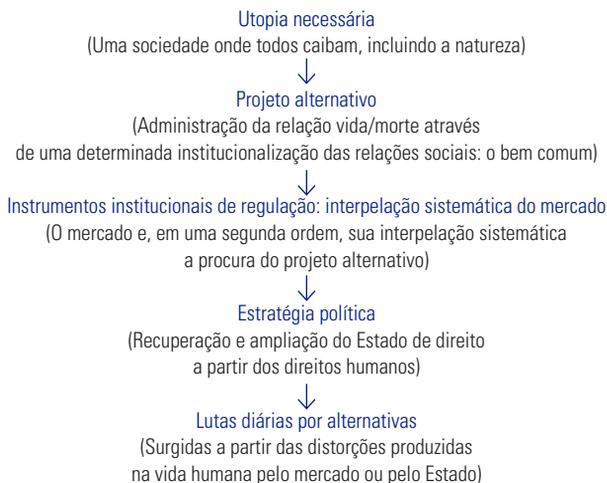
tratamento dos resíduos, moradia, postos de saúde, escolas, parques infantis, segurança contra a delinquência, controle dos preços dos alimentos básicos. De igual modo, ainda que em um nível mais distante das reivindicações básicas, aparecem as *alternativas contestatárias*: as políticas alternativas ao livre comércio e ao neoliberalismo, a formulação democrática e participativa dos orçamentos municipais, o imposto Tobin para a regulação do capital especulativo, a democratização da economia, a resistência à flexibilização do trabalho, as lutas pela igualdade de gênero, entre outras.

As batalhas por estas alternativas permitem que surja a exigência de outro mundo, que hoje tem o caráter de um lugar no qual caibam todos os seres humanos e no qual deve ser considerada a sobrevivência da própria natureza. Por sua vez, tais embates empurram a concepção de um projeto alternativo e uma utopia necessária que reúna a multiplicidade de lutas em prol de medidas pontuais ou contestatárias: uma *estratégia política de mudança* capaz de enlaçar todos estes conflitos e aspirações sob uma mesma perspectiva ou orientação geral. Ainda que esta estratégia política dependa das circunstâncias sociais concretas, para um bom número de países na América Latina está tomando a seguinte expressão: *a reformulação, recuperação e ampliação do Estado social e solidário de direito*, concepção que transcende a igualdade formal-contratual do Estado burguês de direito e assume os direitos humanos de emancipação (direitos fundamentais à vida) como a meta peremptória de um projeto alternativo.

Como resultado do exposto anteriormente, na Figura 1 foram ordenados hierarquicamente os elementos do circuito, no qual se incluem desde a ideia reguladora (utopia necessária) até as lutas diárias por alternativas (pontuais e contestatárias).

Porém, esta hierarquia é aparente. De fato, um circuito de vida-morte deveria começar com as lutas diárias e seguir com os outros processos, pois aquelas necessitam passar por distintos níveis para ter sucesso em suas metas pontuais. Além do mais, o princípio orientador (a utopia necessária) deveria ser encarnado em *critérios de verificação* que permitissem uma avaliação permanente dos resultados alcançados: onde se aplica o princípio orientador e onde o mesmo não tem recebido suficiente atenção?

Figura 1. O Circuito Utopia-Lutas por Alternativas



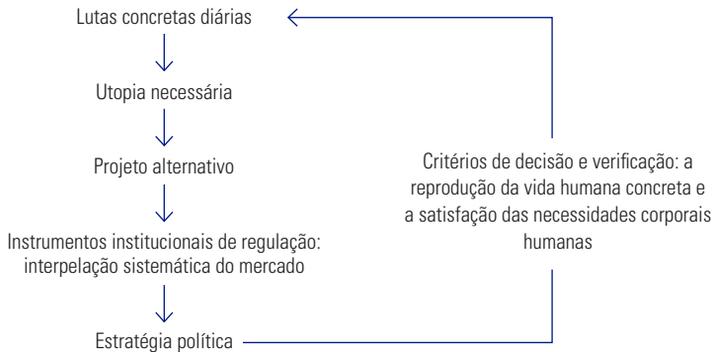
Dentro destes critérios, o primordial é a satisfação das necessidades físicas dos seres humanos: uma sociedade na qual haja lugar para a vida corporal de qualquer indivíduo, pois tudo o que chamamos de vida nos acontece fisicamente, mesmo na mais espiritual das experiências.¹⁸

18. E não faltam somente mais *critérios de verificação*. Toda política de desenvolvimento pressupõe ações concretas para fomentá-lo, que deverão ser realizadas segundo *critérios de decisão* que, por sua vez, estão estreitamente vinculados com sistemas que coordenam a divisão social do trabalho, com as relações sociais de produção e com os sistemas de propriedade. De igual modo, estes processos expressam os critérios formais de todas as ações possíveis dentro de um sistema dado e excluem a realização de determinados fins quando os mesmos não são factíveis dentro do modelo de decisão estabelecido.

Enquanto critério formal de decisão, no sistema de coordenação correspondente às relações capitalistas de produção rege o critério de lucro, enquanto em suas relações de produção socialistas a antiga URSS utilizava o critério formal de crescimento econômico. Para superar os desequilíbrios socioeconômicos e ambientais gerados por um ou outro modelo, é preciso desenvolver um sistema de coordenação da divisão social do trabalho no qual o direito à vida seja uma meta factível e, portanto, uma alternativa. E só é possível afirmar a vida, concebendo-a e vivendo-a a partir de sua base real: os direitos concretos à vida de todos os seres humanos

Então, de acordo com o antes formulado, a estrutura hierárquica do circuito se resumiria da seguinte forma:

Figura 2. O Circuito Utopia-Luta por Alternativas e os Critérios de Verificação



A aparente circulação pelas outras instâncias, na realidade potencializa a luta diária e lhe dá consistência, orientação e força, ao mesmo tempo em que representa a possibilidade de um redescobrimto contínuo da subjetividade e da intersubjetividade.¹⁹

19. “Necessitamos, mais que nunca, de uma âncora axiológica, ou seja, de um referencial ético, material e histórico, que sirva para nomear o que há de mais essencial na defesa da vida e na busca da solidariedade. Creio que aponta precisamente nessa direção uma linguagem sobre uma sociedade na qual todos caibam. Mas, já vimos que se trata de um princípio orientador de caráter geral. Ainda precisamos de um *critério referencial concreto* ou, se se preferir, de um *critério de verificação* que possa nos servir para mostrar onde o princípio orientador está sendo aplicado e onde está recebendo atenção. Trata-se, uma vez mais, da relação entre o horizonte utópico (utopia) e as mediações históricas concretas. Qual é, hoje, o tópos intra-histórico tangível em volta do qual resulta ainda possível articular, passo a passo, uma série de consensos que representem concretizações históricas na perspectiva do destacado horizonte utópico de que a vida vale radicalmente? Basta falar de modo genérico da dignidade humana, de todos os seres humanos, para ficarmos nesse conceito genérico, ou se requer um referencial mais explícito, por exemplo, a *dignidade inviolável da corporeidade* na qual se objetiva a vida, e sem a qual não tem sentido falar do espiritual? Acredito que é preciso mover-se nessa direção. Necessitamos de linguagens inclusivas que possam se referir a todos os corpos viventes, sobretudo aos excluídos,

O Estado de Direito e Sua Recuperação a Partir dos Direitos Humanos

Oitava Mediação: o Estado de Direito e as Limitações do Princípio de Contratualidade

O Estado de direito baseado na pessoa reduzida a proprietário, que por sua vez se relaciona com outros indivíduos por meio de contratos voluntários, é o Estado liberal burguês, ainda que não se reconheça como tal. Em todo caso, apresenta-se como Estado da liberdade e da igualdade, o qual pode ser certo se entendermos igualdade e liberdade como igualdade e liberdade contratuais. Portanto, liberdade e igualdade formais.

A outra cara desta lei formal da liberdade e da igualdade contratuais é a sociedade capitalista, mesmo quando não sendo comum mencionar explicitamente esta relação com o capitalismo (é mencionada, na verdade, com relação à “economia de mercado”).

A economia política clássica, de Adam Smith a Karl Marx, faz referência à *lei do valor* como a lei da sociedade capitalista. Por sua parte, na teoria econômica neoclássica fala-se das leis do mercado e do sistema de preços, quer dizer, da oferta e a demanda. A ciência jurídica não discute estas leis, mas tampouco a ética formal. Porém, o capitalismo é — assim o podemos reconhecer a partir das forças compulsivas

mas também aos possibilitados. A vida corporal negada e a vida corporal admitida [...]. A corporeidade, entendida como ênfase nos direitos dos corpos vivos individuais e nos nexos corporais de sua inserção na amplitude complexa da sociedade, pode servir como referência unificadora para levar a sério, de forma conjunta, as necessidades e os desejos humanos” (Assmann, *op. cit.*, p. 4 [as itálicas são nossas]).

da concorrência que o ordenam como sistema — o efeito indireto da lei formal (termo plasmado no código civil). E como tal, é inevitável.

Seguramente, não se trata de leis da natureza que se impõem independentemente da vontade humana. É uma questão, na visão de Marx, de forças compulsivas dos fatos que se impõem pelas costas dos atores e desembocam na racionalidade formal do cálculo monetário.

A última instancia destas leis é também a violência indiscriminada, exercida como violência econômica no interior das mesmas e cujo efeito é condenar à morte os produtores excluídos do sistema de divisão social do trabalho. Não se trata, então, da morte por injeção letal, senão da aniquilação pela exclusão, a fome e, em geral, pela impossibilidade de viver. É a pena capital executada pelas leis econômicas. Esta é a crueza das leis econômicas e de sua outra cara, o Estado de direito.

Mas, então, a que recuperação do Estado de direito podemos nos referir?

Certamente, a história do Estado de direito é conflitiva e muito acidentada e, dentro dela, raras vezes, este foi um portador e impulsor aberto dos direitos humanos. Para começar, basta recordar sua trajetória, que se inicia no século XVIII com a legalização do trabalho forçado (por escravidão), continua mais tarde com a condenação à força dos sindicalistas de Chicago e, depois da libertação dos escravos, continua com a instalação do *apartheid* (*separation*) nos Estados Unidos e África do Sul. Até pouco, também não aceitava a igualdade política — nem sequer formalmente — da mulher, e ainda no século XX, cidadão com direito pleno a votar era unicamente aquele que ostentava alguma propriedade imobiliária.

Durante décadas, inclusive séculos, e frente a estas violações, nem os escravos, nem as vítimas do *apartheid*, nem os sindicalistas, nem os imigrantes, nem as mulheres podiam recorrer ao Estado de direito para se defender. Tampouco, as vítimas da colonização e do imperialismo podiam ser protegidas por ele. Em suma, o Estado de direito surge sem considerar a maior parte dos direitos humanos essenciais e, frequentemente, age contra eles. É um preconceito gratuito e usual a opinião de que o Estado de direito tem como objetivo essencial a proteção dos mesmos.

O núcleo duro do Estado de direito é o princípio de contratualidade, constituído a partir de relações entre indivíduos e proprietários que consideram que estar mútua e voluntariamente unidos mediante contratos os torna livres. Contudo, o próprio Estado de direito é quem decide quais são os indivíduos que sim são livres e quais não. Por isso, ainda no século XIX e amiúde até já avançado o século XX, aquele não concedia o status de indivíduo-proprietário e, por conseguinte de cidadão, aos escravos, às mulheres, aos subjugados pelo *apartheid*, aos imigrantes, aos e às homossexuais, nem aos indígenas, que vivem nas fronteiras da legalidade imposta pelo sistema. Mais ainda, tampouco o concede aos cidadãos já reconhecidos como tais o direito à resistência frente às leis contratuais do mercado. Por isso a perseguição — em nome do Estado de direito — a líderes comunais e a proibição de sindicatos e organizações camponesas que lutam pela terra e por melhores condições de trabalho e de vida. Ainda assim, é Estado de direito, e muitas vezes é democrático. É democracia de cidadãos, ainda que não todos, aliás só mesmo uma minoria, sejam cidadãos.²⁰

Nona Mediação: a Recuperação do Estado de Direito a Partir dos Direitos Humanos

As lutas de emancipação que se estenderam durante todo o século XIX conseguiram introduzir direitos humanos fundamentais neste Estado de direito, que se converteu em Estado constitucional ou em Estado social de direito. Não obstante, é uma larga luta, às vezes exitosa, às vezes derrotada, mas que progressivamente foi transformando o Estado de direito em um Estado constitucional com garantias

20. Atenção especial merece o tema dos direitos das crianças, meninos e meninas, dos e das jovens e, seguramente também, dos idosos, que em geral não cabem neste conceito de cidadão.

jurídicas, em alguns casos, e com a procuração de certos direitos fundamentais, em outros. Sobretudo, é depois da Segunda Guerra Mundial que ocorre tal reconhecimento. E quando os movimentos populares dos anos oitenta e noventa do século passado na América Latina reclamam o Estado de direito, estão se referindo, claro está, a este Estado de direito constitucional.²¹

Apesar disso, no mesmo momento histórico em que esta conquista é obtida — à época do Estado de bem-estar e do desenvolvimentismo —, o Estado de direito entra em uma nova fase de retrocesso, agora conduzida pelo projeto neoliberal. Como os direitos humanos entram em conflito com a própria estratégia de globalização, em nome da qual se exerce agora o poder, estes direitos são progressivamente denunciados, marginalizados ou eliminados como “distorções” do mercado — distorções que o mercado sofre — e, em consequência, o Estado de direito deixa de exercer sua função de protegê-los.

Entre estas “distorções” do mercado podemos enfatizar aquelas que mais incidem na vida dos seres humanos. Distorções do mercado, neste ponto de vista, são todas as intervenções nele com o objetivo de assegurar a satisfação universal das necessidades humanas. Por isso, são consideradas como “distorções” das leis laborais as proteções constitucionais do trabalho, os sistemas públicos de saúde de cobertura universal, a educação para todos, a moradia social, o seguro para a velhice, a política de pleno emprego, a proteção ao meio ambiente ou a diversidade cultural. Também é “distorção” qualquer controle sobre os movimentos de capitais e de mercadorias, como as contribuições provisórias ou as tarifas alfandegárias. Por outro lado, não se considera uma “distorção” o controle estrito e, inclusive, violento das pessoas e das organizações populares.

Neste contexto, os novos movimentos sociais surgem a partir dos direitos humanos esmagados e em nome de sua recuperação e

21. Para um resumo e uma extensão do debate latino-americano sobre a recuperação dos direitos humanos, do ponto de vista da ampliação e aprofundamento da democracia, ver Acosta (2004).

ampliação. Enfrentam-se à estratégia de globalização, assim como à subversão e ao esvaziamento do Estado de direito.

O ser humano é a essência suprema do ser humano. Esta essência não é nem uma lei natural nem um conjunto *a priori* de valores, é a afirmação do ser humano como sujeito, embora adquira sua especificidade devido às violações a sua dignidade. E adquire esta exigência enquanto o indivíduo não se submete a elas, mas sim, as enfrenta. Mas, o significado destas violações é algo que se descobre e não algo que se conheça *a priori*.

Na perspectiva do sistema de dominação, todas as violações são apresentadas como necessidade fatal da existência do sistema e, portanto, da ordem. Como sujeito, o ser humano as enfrenta ao não aceitar esta fatalidade — aparente ou real — como última instância. Ante os abusos específicos desenvolve exigências expressas em direitos humanos que inclusive se legalizam, pelo que as violações à dignidade das pessoas chegam a ser consideradas ilícitas. Não obstante, esta condição não é sua essência, pois não deixam de ser violações pela legalização dos direitos humanos. O Estado de direito não as converte em violações: não são como consequência de uma lei quebrantada, senão que se descobrem como tais com anterioridade a qualquer lei que as proíba. A lei torna ilegal algo que antes dela já era ilegítimo.

As violações aos direitos humanos se descobrem *a posteriori*, mas o que se revela é que uma essência humana foi violentada *a priori*. E isto acontece no curso da vida cotidiana. O que ocorre antes, se descobre depois. Entretanto, uma vez manifestados, adquirem uma condição *a priori*. Por isso, não se trata nem de uma lei natural nem de uma lista *a priori* de valores específicos. Os direitos humanos resultantes têm uma história, na qual vão surgindo e ganhando terreno.

Hoje, quase todos os movimentos alternativos se ordenam em volta da defesa destes direitos humanos de emancipação. O desafio é transformar o Estado de direito em um sentido contrário ao que está realizando a estratégia de globalização neoliberal, cuja pretensão é que este gire em torno a seu núcleo contratual. Na visão dos movimentos alternativos, é questão de que o Estado assuma os direitos humanos para dar a eles validade na sociedade atual.

Em termos de direitos, os direitos humanos de emancipação formulam a utopia de libertação ou utopia necessária. Isto abre um espaço para discutir além disso os *mitos* do Estado de direito, isto é, os mitos da legalidade em geral e da legalidade burguesa em particular. Implica, ao mesmo tempo, a necessidade de introduzir neste exame a tradição teológica da crítica da lei (“O sábado foi instituído para o homem e não o homem para o sábado”, Mc. 2:27), assim como o chamado, a exigência a interpelar e transformar toda lei e toda instituição, enquanto elas humilham, subjagam, abandonam ou desprezam o ser humano (Marx).

A meta da libertação aparece agora em termos de direitos humanos que adquirem a forma de norma. Há aqui uma diferença muito importante a respeito dos grandes movimentos de libertação surgidos no século XIX, sobretudo o movimento socialista. Mesmo que a utopia da libertação não mude quanto ao substancial, o que sim tem se modificado é a relação com ela. A grande falha do movimento socialista dos séculos XIX e XX foi buscar a realização desta utopia de maneira direta e linear, além de autoritariamente. Seguramente essa foi também uma das razões decisivas para os muitos fracassos do socialismo histórico.

Hoje a utopia da libertação aparece como um processo de transformação das instituições orientado pelo cumprimento dos direitos humanos. É a estratégia política — estratégia alternativa da ação — que corresponde ao projeto alternativo dirigido pela utopia necessária de uma sociedade na qual caibam todos.²²

Ainda assim, é preciso ter presente que continua se tratando de uma relação conflitiva. Em sua nudez, o Estado de direito é como o mercado totalizado: esmaga os sujeitos dos direitos humanos. Para

22. Neste sentido, trata-se de uma *radicalização* do “enfoque dos direitos”, tal como foi proposto pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos ou pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (Artigas, 2003). Do ponto de vista do sistema de dominação, todas as violações são apresentadas como necessidade fatal pela existência do próprio sistema e, portanto, da ordem. É o sujeito quem as enfrenta enquanto não aceita esta fatalidade — aparente ou real — como última instância. Ante as violações específicas, desenvolve exigências que são expressas como direitos humanos que inclusive se legalizam.

enfrentar essa dinâmica destruidora, tanto o Estado de direito quanto o mercado devem ser recuperados, canalizados e regulados a cada momento partindo dos direitos humanos. Diferentemente destes, os movimentos de liberação nascidos no século XIX tenderam, aliás, à negação da própria institucionalidade, ou seja, o mercado e o Estado. Hoje, inversamente, trata-se de *penetrar e atravessar a institucionalidade em função dos direitos humanos*.²³ O ser humano como sujeito é o critério de juízo de todas as leis e instituições.

Claro está que ao tentar incorporar os direitos humanos à própria institucionalidade se manifesta, de igual maneira, a necessidade de reformular o Estado de direito. Os direitos humanos, gestados numa longa história de lutas de emancipação, são subvertidos, neste caso, no próprio plano da legalidade. Não obstante, a força desta mudança não provém do Estado, mas sim da imposição da globalização como estratégia de concentração de capital no âmbito econômico e à escala mundial. Esta estratégia conduz, no político, à subversão dos direitos humanos dentro do Estado de direito, daí que impulsionar a recuperação deste último a partir dos direitos humanos seja também, resistir e dobrar-se à própria globalização. Um exemplo de cenário adverso fica muito claramente estabelecido com os chamados “tratados de livre comércio”, cujos efeitos são o esvaziamento das funções econômicas e sociais do Estado, assim como a redução e degradação dos direitos humanos, para além dos próprios ajustes estruturais e em função da ética funcional do mercado total.

Os movimentos de libertação dos séculos XIX e XX conceberam o Estado a partir do aspecto econômico, mas hoje esse ponto de vista deve mudar. Agora, temos que ver o econômico a partir da problemática dos direitos humanos e de sua introdução sistemática no Estado de direito. Certamente, não existe garantia de direitos humanos sem uma profunda mudança econômica, mas deve ser uma

23. “Desta maneira o critério dos Direitos Humanos poderia ser um critério de especificação do critério proposto de uma economia para a vida, ou da propriedade orientada à vida e não ao capital. Naturalmente, isto conduziria à uma reconstrução dos Direitos Humanos numa perspectiva intercultural e não ocidentalcentrica, concreta e não formalista” (Gutiérrez, 2004, p. 5).

transformação que seja condição para que se torne possível respeitar tais direitos, o que só é politicamente viável se forem incorporadas no Estado de direito.²⁴

Em todo caso, o econômico é a última instância, enquanto os direitos humanos e sua defesa desde e por meio do Estado de direito são a primeira; mesmo quando sem o reconhecimento do econômico isto não for possível. Se considerarmos, por outro lado, o aspecto econômico como primeira instância, os direitos humanos são subvertidos e finalmente abolidos, independentemente de qual sociedade ou projeto político se tratar (não só a sociedade do capital e não só os projetos políticos de direita).

No fundo, é questão de um *projeto de libertação*: libertar-se da sujeição ilimitada, do império do mercado. O *domínio sobre a economia*, em vez da submissão cega a seus critérios. Além disso, trata-se do desenvolvimento entendido como liberdade: a liberdade humana de submeter as instituições às condições de reprodução da vida real e não simplesmente como “incremento das possibilidades de escolha das pessoas” (Amartya Sen, PNUD).

Desta maneira, pode surgir o projeto de sociedade alternativa que corresponda às lutas sociais atuais. Uma alternativa ao sistema existente não pode ser pensada como uma reconstrução dos modelos fracassados do passado, nem tampouco pode ser apenas uma regulamentação ou “humanização” do sistema atual para evitar seus abusos e excessos e manter a lógica neoliberal estrutural do sistema. Esta proposta reguladora aparece com o neokeynesianismo a nível global ou na busca de uma “economia social de mercado” com o social-cristianismo. *A alternativa tem que ser claramente pós-capitalista.*

Do mesmo modo, consideramos a elaboração desta estratégia política de suma importância, em particular porque abre o espaço para a emergência do indivíduo. Neste sentido, entendemos o ser humano como sujeito corporal e, portanto, como sujeito necessitado

24. É possível continuar a entender esta transformação econômica, ao menos num primeiro momento ou etapa histórica, em termos de *reverter o subdesenvolvimento* dos países latino-americanos, tal como este surgiu no século XIX e se consolidou no XX.

e livre que exige, mediante o direito correspondente, o respeito às suas condições de possibilidade de viver, que o reclama tanto em relação com outros sujeitos quanto socialmente e que depois o faz valer para suas condições de viver como bem comum.

Entretanto, não há nenhum direito legal capaz de fundar esta reclamação. Ao contrário, esta é a origem de todos os direitos humanos fundamentais, que o expressam em forma de normas. A partir daí, impõem-se os direitos humanos, mas estes não o geram.

A reclamação pelo respeito das condições de vida antecede qualquer direito, mas exige ser reconhecida como tal: é o *direito a ter direitos*. Antecede inclusive o direito de lutar por condições de possibilidade da vida e demanda, por sua vez, que se converta em um direito. Por isso, reclama um direito à vida — ainda que seja anterior a ele —, pois uma sociedade que não escuta esta exigência e que não a concede como direito não é uma sociedade sustentável.

Décima Mediação: a Sociedade na qual Todos Caibam e o Respeito dos Direitos Concretos à Vida como Critério Ordenador

Das reflexões anteriores, resulta outra que colocamos na seguinte pergunta: por que colocar hoje a ênfase na urgência de garantir os direitos humanos?

Mesmo que haja muitas razões para isso, existe uma em particular muito vinculada com o fato da globalidade da Terra. Hoje não é possível assegurar a sobrevivência da própria humanidade, a não ser por meio de uma sociedade capaz de garantir amplamente estes direitos humanos. Na atualidade, a sobrevivência não pode ser garantida nem por simples tecnologias sociais, nem por cálculos de governabilidade. *Tornou-se um problema de respeito dos direitos humanos*, um problema do ser humano enquanto sujeito.

A globalização como estratégia de concentração de capital não somente está em conflito com os direitos humanos — de fato é incompatível com sua vigência —, mas também com a própria sobrevivência da humanidade. O respeito primário aos direitos humanos não é só um mero desejo romântico, é realmente a *condição de possibilidade* ou exigência da sobrevivência humana. Além do mais, esta última é subjetiva, quanto a seus próprios critérios não são reduzíveis a cálculos técnicos, mas devem ter como fundamento o cumprimento dos direitos humanos e, portanto, ao sujeito humano como ser corporal, necessitado e livre.

O denominador comum destas abordagens é a exigência e a afirmação do *direito à vida humana*, a uma sociedade baseada no direito à vida de todos e todas, o que implica necessariamente a reclamação da vida da natureza inteira. Esta análise pressupõe uma imagem dos indivíduos que os conceba como *sujeitos de direitos concretos à vida*, imagem que parte do papel primário do trabalho humano no conjunto da divisão social do trabalho e que adjudica ao trabalhador, produtor ou criador, determinados direitos à vida — às vezes chamados de “direitos fundamentais” —, que devem ser integrados à sociedade inteira para que esta seja realmente uma sociedade na qual caibam todos. Uma nova sociedade baseada no direito de todos à vida, como antecipação da “nova terra”, que sempre será o pano de fundo de esperança.

Tratam-se de quatro direitos essenciais:²⁵

1. Frente à exclusão e precarização do trabalho resultante da atual estratégia do capital — a globalização do neoliberalismo —, a base de todos os direitos concretos à vida é o *direito a um trabalho digno e seguro*, de onde se derivam os seguintes direitos concretos à vida.²⁶

25. Certamente, todos estes direitos pressupõem a *inviolabilidade da vida*, tanto em sua corporalidade quanto em sua dignidade.

26. Esta afirmação do direito a um trabalho digno e seguro pressupõe ou ao menos não questiona a permanência do contrato de trabalho individual ou coletivo. Num perspectiva pós-capitalista, deverá buscar-se uma ruptura entre a obtenção de

2. *A satisfação das necessidades humanas básicas.*²⁷ Além do direito ao trabalho, trata-se de garantir saúde, educação, segurança cidadã e moradia, no marco das possibilidades do produto social. As mesmas se referem aos elementos materiais indispensáveis para conseguir a satisfação das necessidades humanas corporais básicas em toda sua amplitude, inclusive as necessidades culturais e espirituais.²⁸
3. *A participação democrática* de cidadãos e cidadãos na vida sociopolítica, assim como sua realização pessoal e social no contexto de um sistema de propriedade que garanta o emprego e a *distribuição adequada da renda* e o cumprimento das legítimas aspirações sociais.²⁹
4. Uma determinada ordem da vida econômica e social, na qual seja possível *conservar e manter o meio ambiente* como base natural de toda a vida humana.

Com estes direitos fundamentais — que ao mesmo tempo são direitos econômicos e sociais que, em conjunto, determinam o marco social — trata-se de construir permanentemente uma ordem que não destrua as condições de sua própria existência material, sem às quais não sobreviveria nenhuma ordem social.

uma renda e o vínculo com o mercado introduzindo o direito a uma *renda cidadã*, com base na qual os direitos e deveres dos cidadãos se derivem de “contratos” com a comunidade (Dierckxsens, 2003, p. 178-179).

27. Denominamos “básicas” estas necessidades, não no sentido de que se refram ao âmbito fisiológico da sobrevivência, mas sim no sentido de que, sendo fundamentais para a vida individual e comunitária, devem ser *garantidas* pelo sistema institucional.

28. No horizonte utópico, em geral o objetivo central é a universalização da satisfação das necessidades humanas e não somente das que denominamos “básicas”.

29. Esta nova participação democrática costuma se expressar na atualidade por um fortalecimento do regime parlamentar, que se estende à eleição direta de vereadores e deputados, assim como implementando os mecanismos de revogação de mandato nos postos de eleição popular, a prestação efetiva de contas, ou referendun e a consulta popular. No fim, recuperar e ampliar o âmbito da política a partir do exercício democrático e popular do poder.

Do mesmo modo, estes *direitos concretos à vida* definem o marco de vigência de todos os direitos humanos em sua totalidade. Queremos, contudo, agregar mais três direitos políticos, que hoje são estritamente necessários para alcançar uma democracia de cidadãos na América Latina. São eles:

1. O direito político à *intervenção nos mercados* e, portanto, no poder das burocracias privadas transacionais. Não se trata de reviver um planejamento central totalizado, mas sim, um planejamento global e um direcionamento da economia em seu conjunto.
2. A recuperação da *liberdade de opinião*, atualmente sufocada em nome da liberdade de imprensa.
3. A *liberdade nas eleições*, hoje sequestrada pelas burocracias privadas, que têm se convertido em financistas dos candidatos.

Hoje não é possível recuperar a cidadania sem recuperar o direito fundamental à intervenção sistemática nos mercados. Trata-se da base de toda democracia econômica e social factível, e sem ela as instituições são transformadas em simples telão de fundo de um poder absoluto alheio a todo controle democrático.

A democracia de cidadãos necessita igualmente recuperar a liberdade de opinião, agora sufocada em nome da liberdade de imprensa, a qual instaurou um controle quase ilimitado sobre os meios de comunicação por influência das burocracias privadas.³⁰ Algo similar deve ocorrer com a capacidade dos cidadãos ao eleger os seus representantes, o qual é preciso que seja feito em um ambiente de liberdade de opinião e pensamento. No entanto, tal cenário não é possível se o poder não for arrebatado das burocracias privadas que o vêm assumindo ao investirem recursos financeiros em campanhas

30. Isto exige “uma democratização dos meios de comunicação, cujo monopólio em mãos dos grupos capitalistas mais superconcentrados e prepotentes é incompatível com qualquer justiça eleitoral ou soberania democrática real” (Anderson, 1996, p. 35).

de candidatos, o que tem permitido que a democracia se converta em um mercado de votos.

Só nestes termos é possível voltar a uma república livre, atualmente ameaçada pelo poder das burocracias privadas. Esta república tem hoje uma nova forma de utopia: uma sociedade na qual caibam todos, cuja realização é factível se a riqueza que sustenta a vida humana for produzida sem sucatear as duas fontes originais que tornam possível esta (re)produção: o ser humano produtor ou criador e a natureza. Isto incluiria, outrossim, um projeto democrático, porque não lhe corresponde uma estratégia única, sem alternativas, senão estratégias múltiplas que tenham o objetivo de que muitos outros mundos sejam possíveis.

Ameaças Globais em um Mundo Globalizado que Dá as Costas à Globalidade

A vida diária e a consciência cotidiana o expressam de maneira contundente — ainda que, como veremos, ao mesmo tempo de maneira paradoxal —: O mundo se tornou *global*!

No sentido mais geral do fenômeno — o da *globalidade* ou da transformação do mundo em *aldeia global* —, é possível afirmar que o impressionante desenvolvimento tecnológico nas telecomunicações e nos meios de transporte das quatro últimas décadas chegou a um ponto tal que se tornou impossível não tomar consciência da globalidade de nosso planeta e da nossa cultura, a cultura humana. Certamente é um longo processo, de ao menos quinhentos anos de evolução, e que de modo progressivo vem conduzindo o ser humano a uma vivência e consciência de globalidade que hoje, muitas vezes, ignoramos ou tentamos ignorar, quando se fala da *globalização*. Um efeito de uma vivência de globalidade que implicou em um corte

histórico e que poderia chegar a distinguir a nossa história presente e futura de toda a história humana anterior, ainda que não no sentido apontado pelos *globalizadores*.³¹

Há, então, um sentido e uma referência histórica da palavra *globalidade* que devemos ter presente em qualquer discussão acerca da globalização. Portanto esta globalidade, que em princípio é um fato impressionante da evolução humana — a terra convertida em uma grande aldeia global, potencialmente irmanável —, levou nos últimos sessenta anos à aparição de um conjunto de *ameaças globais* para a vida no planeta que, além disso, estão transformando de maneira cardinal toda a vida humana, cujo primeiro e dramático ato teve lugar em 1945 com o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima. Em efeito, a detonação dessa primeira bomba significou o surgimento da primeira “arma global”, porque seu uso futuro comprometeu a existência da própria vida humana sobre a Terra, aflição que ainda hoje não desaparece e que coexiste junto com a disponibilidade de outras “armas de destruição em massa”, químicas e biológicas.

Assim, desde esse momento começou a se desenvolver uma nova consciência da redondeza e finitude do planeta, da globalidade, da vida humana e de seu frágil equilíbrio com a natureza, da qual também fazemos parte.³² Se a humanidade há de seguir existindo, opta-se por assegurar as condições que tornam possível a reprodução da vida; pouco a pouco ficará cada vez mais claro que devemos assumir uma responsabilidade que até pouco tempo não era sentida como necessária e que séculos atrás unicamente poderia ter sido sonhada. Nos referimos à responsabilidade pela vida sobre a Terra, frente à “sua irresponsabilidade e falta de cuidado” (Boff, 2001).

31. Isto é, os estrategistas, condutores e “ganhadores” do atual modelo de concentração de capital em escala mundial, denominado comumente *globalização*.

32. Apesar de haver uma tomada de consciência crescente acerca destas ameaças globais, trata-se de uma nova consciência cuja emergência está resultando tão traumática quanto a que, na aurora da Modernidade, desenvolveu-se com a revolução copernicana e os descobrimentos científicos de Galileo, e que choca frontalmente com os poderes estabelecidos, hoje tanto ou mais poderosos que os daquela época.

Esta responsabilidade apresenta-se como uma *obrigação ética*, mas ao mesmo tempo como uma *condição de possibilidade* de toda vida futura que hoje se fundiram em uma mesma exigência, apesar de que por longo tempo toda a tradição positivista as considerou separadamente: o ser e o dever ser, ambos, pelo demais, deformados pela lupa do empirismo.³³

A morte e a devastação em escala planetária causadas pela guerra e o conseqüente lançamento da bomba atômica em 1945 alertou, pela primeira vez, sobre a possibilidade real de uma crise de dimensões apocalípticas originada não mais pela fúria vingativa e purificadora de um Criador (como no mito do dilúvio universal) ou por alguma catástrofe planetária de origem cósmica, mas sim pela própria ação do ser humano.

Ainda assim, o genocídio atômico era ainda considerado como algo externo à ação humana cotidiana, um recurso trágico e extremo ao qual os Estados Unidos “se viram obrigados” a recorrer para pôr fim a cinco anos de guerra fratricida. Parecia, então, que se fosse possível evitar o lançamento da bomba por meio da intervenção política dos Estados, seria possível continuar vivendo como sempre, de maneira pacífica. Mas, a crise dos mísseis em Cuba (1963), a “guerra nas estrelas” (*Strategic Defense Initiative*) de Ronald Reagan (1983) e a desintegração da União Soviética (1991), com sua conseqüente proliferação de armas nucleares, colocaram em xeque esta pretensão.

E, desde os anos setenta, novas ameaças globais tornaram-se mais que evidentes. Em primeiro lugar, no chamado *Relatório do Clube de Roma* (Meadows *et al.*, 1972),³⁴ que foi publicado em 1972, foram abordados os temas dos limites do crescimento no planeta e a ameaça de uma catástrofe ambiental. Esta advertência sobre os “limites

33. O “ser” reduzido a julgamentos, de fato, de tipo meio-fim. O “dever ser” reduzido a valores opcionais, em certos extremos, inclusive, a “gostos”.

34. O Clube de Roma encarregou ao Massachusetts Institute of Technology (MIT) a elaboração do conhecido relatório *Os limites do crescimento*, que foi publicado em 1972, pouco antes da primeira crise do petróleo, e teve várias atualizações. A autora principal do relatório, no qual colaboraram 17 profissionais, foi Donella Meadows, biofísica e cientista ambiental, especializada em dinâmica de sistemas.

do crescimento” expressou, de uma maneira nova, a esfericidade da Terra, seu caráter de globo, e não de planície infinita e eternamente disponível para sua espoliação. Agora, ficava muito mais claro que a ameaça não provinha mais de um artefato diabólico, que em aparência era possível controlar por acordos internacionais, senão da ação humana cotidiana, de sua prática econômica e de sua relação depredadora com a natureza.

Por essa mesma época começou-se a falar do “efeito estufa”, isto é, do aquecimento da atmosfera terrestre provocado pelo dióxido de carbono e outros gases produzidos mediante a combustão. Mesmo quando é geralmente aceito que uma parte deste efeito é originada por fenômenos naturais, como as erupções vulcânicas, ou que guarda relação com os ciclos geofísicos do planeta; pelo menos desde 1970, uma proporção cada vez maior da comunidade científica internacional aceita que este ameaçador fenômeno, que progressivamente descongela as calotas polares e as geleiras do Himalaia, deve-se à própria ação humana.³⁵

Fala-se alegremente da *globalização* como um suposto processo irreversível, mas damos às costas à *globalidade* do planeta, ao qual continuamos considerando uma planície infinita, ou ao menos continuamos nos comportando de forma dominante segundo esta cosmovisão precopernicana.

Efetivamente, em maior ou menor medida, toda a ação humana — desde as empresas, os Estados, assim como cada pessoa em suas próprias atividades cotidianas — está envolvida na forja deste possível *ecocídio global*.³⁶ A humanidade ameaçada, então, é obrigada a dar resposta aos efeitos adversos de sua própria ação diária.

35. Esta foi, por exemplo, a posição inicial da Organização Meteorológica Mundial (OMM) sobre o aquecimento da Terra, com a que coincide um número crescente de cientistas. Ainda assim, o governo dos Estados Unidos, durante a administração de George W. Bush, negou-se a reconhecer este fato. Apesar de diversos relatórios do Grupo Intergovernamental de Especialistas sobre a Mudança do Clima (constituído em 1988 pela OMM e o PNUMA) confirmarem-no, não faltam detratores para estes relatórios.

36. Chama-se ecocídio a destruição extensa ou a perda de ecossistemas de um território concreto, normalmente deliberada e massiva, seja por meios humanos ou por outras causas. Como consequência, a existência dos habitantes desse território

Mas, em geral, não é a ação humana a que necessariamente conduz a este hoje provável ecocídio. Uma das teses centrais expostas neste capítulo é que a orientação e canalização *unilateral* da ação humana devido ao *cálculo individualista de utilidade* ou interesse próprio — ou dito de outra forma mais habitual, mas seguramente incompleta, a obsessiva pretensão de maximizar os ganhos nos mercados e de obter as maiores taxas de crescimento econômico possíveis — é o que agora está posto a prova.

Apesar disso, a intenção aqui não é a de fazer uma simples crítica moralista ao egoísmo, nem à presunção maniqueísta de abolir o interesse próprio, que é parte da condição humana, tampouco de demonizá-lo como o lado escuro ou anti-humano do interesse geral, mas sim de criar as *mediações* adequadas entre ambos os polos. Mas, não é menos certo o fato de que a crítica e a transcendência do cálculo individualista de utilidade e da ação egocêntrica, que reprimem a utilidade solidária e submetem a ação associativa e a responsabilidade pelo bem comum, tornaram-se uma condição de possibilidade da própria vida humana e, também, uma exigência ética.

O conjunto das ameaças globais (crises ecológicas, crises de exclusão, crises das relações humanas)³⁷ está desembocando em uma *crise geral da convivência humana* que José Saramago expõe magistralmente em seus romances *Ensaio sobre a cegueira* e *Ensaio sobre a lucidez*, por exemplo.

A subversão das relações humanas hoje em curso já causa impacto na própria possibilidade da convivência. Quanto mais aparece a cruenta exclusão de grandes setores da população — as crises humanitárias dos migrantes, por exemplo —, quanto mais se generaliza

se vê severamente ameaçada. Não são tão infrequentes nem tão longínquas como se poderia pensar (civilização maia, ilha de Páscoa, guerra do Vietnã, etc.). As destruições das selvas, dos manguezais, da biodiversidade são, ao contrário, realidades muito presentes. As armas de destruição massiva e o aquecimento global abriram a possibilidade de um *ecocídio global*.

37. Nas reuniões intergovernamentais e nos grandes foros empresariais é usual falar da “ameaça terrorista mundial”, mas esta é, na realidade, parte da mesma crise de convivência humana que analisaremos mais adiante. Algo semelhante ocorre com a maioria das ameaças relacionadas com as epidemias e pandemias mundiais.

o comportamento cruel das pessoas ante o drama da marginalização econômica e social, quanto mais se banaliza a indiferença com relação ao sofrimento dos demais, os próprios “incluídos” assimilam o sofrimento humano e o incorporam em seu comportamento. Já não se dá somente uma polarização entre os incluídos, aqueles que, à diferença dos excluídos, manteriam a capacidade de convivência, senão que a perda se transforma em perda geral. É, então, uma nova ameaça global que futuramente pode resultar letal, pois incapacita os indivíduos ante a necessidade de enfrentar-se às demais ameaças. Aparece, portanto, como exigência ética e como condição de possibilidade da continuidade da vida; esta necessária responsabilidade frente à própria capacidade da convivência humana.

Enquanto isso, a história segue seu curso e novas experiências mundiais atestam a esfericidade, finitude e globalidade da Terra, e igualmente novas ameaças globais continuam aparecendo. E novas formas de responsabilidade pelo bem comum tornam-se mais necessárias.

Em seu relatório *A situação do mundo 2015*, o Worldwatch Institute fala expressamente sobre “enfrentar as ameaças à sustentabilidade”. Na introdução, seu co-diretor, Michael Renner, faz referência ao “germe das ameaças modernas”, ainda que enfatize as ameaças relacionadas com o “estresse ecológico”.³⁸ Segundo Renner, qual é este germe?

Nosso sistema econômico é como um grande tubarão branco, que necessita que a água circule constantemente através de suas brânquias para captar oxigênio, e morre se deixar de se mover. Portanto, o desafio é mais amplo que um mero conjunto de mudanças tecnológicas. Como define a ativista Naomi Klein, salvar o clima requer reconsiderar os mecanismos fundamentais do

38. “A situação apurada da humanidade constitui somente a última manifestação — embora em muito a mais problemática — de que sua trajetória choca com os limites do planeta. O estresse ecológico é evidente em muitos sentidos, desde a perda de espécies, a poluição atmosférica e das águas e o desmatamento, até a morte dos recifes de coral, ou o esgotamento dos estoques pesqueiros e a desapareção de pantanais. A capacidade do planeta de absorver resíduos e contaminantes está cada vez mais explorada” (Worldwatch Institute, 2015, p. 22).

sistema econômico supremo do mundo: o capitalismo (Worldwatch Institute, 2015, p. 22).

Que chocamos contra *os limites* do planeta,³⁹ que se requer muito mais que um conjunto de mudanças tecnológicas para enfrentar tais ameaças, são avanços cognoscitivos frente ao eficientismo energético e o mito do progresso tecnológico que poderiam solucionar tudo. Que o capitalismo possa ser entendido simplesmente como um “sistema econômico” predador (“um grande tubarão branco”) com seus respectivos “mecanismos fundamentais”, continua sendo uma visão problemática que limita nosso entendimento e reduz nossas possibilidades de resposta.

O capitalismo não é somente isso. É, ao dizer de Walter Benjamin, uma religião. É uma religião com sua respectiva espiritualidade que, neste caso, é uma *espiritualidade do poder*. É este um ponto crucial para entender realmente o que o capitalismo é (e o que não é), o mesmo vale para saber suas possibilidades de transformação ou de superação.

Por ora, insistimos em que, efetivamente, as *ameaças locais* e *os problemas globais* se transformaram em *ameaças globais* para o planeta, os seres humanos e a vida em geral; que guardam estreita relação com um determinado comportamento humano interiorizado que não podemos reduzir a moralismos nem a determinados *mecanismos* de certas estruturas onipresentes; que têm suas raízes na racionalidade moderna, pletórica de conquistas humanas e que, ao mesmo tempo, são — especialmente em sua forma tardio-capitalista-imperial — outras tantas ameaças formidáveis para a sobrevivência e a convivência humanas.

39. Em setembro de 2009, a revista científica *Nature* publicou um especial no qual tentava estabelecer os limites planetários que a humanidade não poderia ultrapassar, pois, em caso contrário, enfrentaria uma situação irreversível. Os artigos foram elaborados por um grupo de 28 reconhecidos investigadores liderados por Johan Rockström, um cientista sueco especializado em temas de sustentabilidade mundial e diretor do Centro de Resiliência de Estocolmo. Em janeiro de 2015, duas novas investigações publicadas na famosa revista *Science* advertiram que quatro desses limites planetários já tinham sido superados. Trata-se da mudança do clima, a perda de biodiversidade, a mudança no uso da terra e os altos níveis de nitrogênio e fósforo gerados pelo excessivo uso de fertilizantes.

Referências

- ACOSTA Y. (2004). *Ciudadanía instituyente en América Latina*. Costa Rica: DEI.
- ANDERSON, P. (1996). El despliegue del neoliberalismo y sus lecciones para la izquierda. *Revista Pasos*, 66. Disponível em <<http://deicr.org/pasos-no-66-segunda-epoca-ano-1996>>.
- ARTIGAS, C. (2003). *La incorporación del concepto de derechos económicos, sociales y culturales al trabajo de la CEPAL*. Santiago do Chile: CEPAL. Disponível em <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6045/1/S039592_es.pdf>.
- ASSMANN, H. (1995). Por una sociedad donde quepan todos. *Revista Pasos*, 62. Disponível em <<http://deicr.org/pasos-no-62-segunda-epoca-ano-1995>>.
- BARTRA, A. (2008). *El hombre de hierro. Los límites sociales y naturales del capital*. México: UACM/Ítaca/UAM.
- BASO, L. (1972). *El uso de la legalidad en la transición al socialismo*. Santiago do Chile: CESO/CEREN.
- BOFF, L. (2001). *El pecado capital del ecocidio y del biocidio*. En J. Duque y G. Gutiérrez (eds.), *Itinerarios de la razón crítica: Homenaje a Franz Hinkelammert en sus 70 años*. São José: DEI.
- DALY, H. E. e Cobb Jr. J. B. (1993). *Para el bien común. Reorientando la economía hacia la comunidad, el ambiente y un futuro sostenible*. México: FCE.
- DEPARTAMENTO ECUMÉNICO DE INVESTIGACIONES. (2001). Justicia y mercado: la sociedad donde quepan todos. *Revista Pasos*, 95.
- DIERCKXSENS, W. (2003). *El ocaso del capitalismo y la utopía re-enccontrada: una perspectiva desde América Latina*. Colombia: DEI/FMA/Ediciones desde Abajo.
- DUCHROW, U. e Hinkelammert F. (2003). *La vida o el capital. Alternativas a la dictadura global de la propiedad*. São José, Costa Rica: DEI. Disponível em <<https://es.scribd.com/document/105486754/Hinkelammert-La-Vida-o-El-Capital>>.
- DUSSEL, E. (1999). Sobre el sujeto y la intersubjetividad: el agente histórico como actor en los movimientos sociales. *Revista Pasos*,

- 84, 1999. Disponível em <<http://www.deicr.org/pasos-no-84-segunda-epoca-ano-1999>>.
- FORNET BETANCOURT, R. (2007). ¿Es la sostenibilidad una perspectiva interculturalmente sostenible? Elementos para la crítica de un concepto bien intencionado, pero insuficiente. *Revista Realidad*, 13, pp. 409-422. Disponível em <<file:///C:/Users/user/Downloads/Dialnet-EsLaSostenibilidadUnaPerspectivaInterculturalmente-4000241.pdf>>.
- FROMM, E. (1964). *Marx y su concepto del hombre*. Fondo de Cultura Económica: México.
- GORZ, A. (1997). *Metamorfosis del trabajo*. Madri: Editorial Sistema.
- GUDYNAS, E. (2002). *Ecología, economía y ética del desarrollo sostenible*. São José: UNED/DEI/UBL.
- GUTIÉRREZ, G. (2004). La vida o el capital. La problemática de la propiedad en la actual estrategia de globalización. *Revista Pasos*, 115.
- HAYEK, F. A. (1990). *La fatal arrogancia. Los errores del socialismo*. Madrid: Unión Editorial.
- HINKELAMMERT, F. (2001). *Globalización y derechos humanos frente al Estado de bienestar*. Conferencia dada em 18 de abril na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nacional, Heredia, Costa Rica. Disponível em <<http://www.revistas.una.ac.cr/index.php/economia/article/view/1422/1342>>.
- HINKELAMMERT, F. (2002). *Crítica de la razón utópica*. Bilbao, Espanha: Editorial Desclee de Brouwer.
- HINKELAMMERT, F. (2003). *El sujeto y la ley*. Costa Rica: EUNA/Heredia.
- HOUTART, F. (2000). Las alternativas creíbles del capitalismo mundializado. *Revista Pasos*, 8.
- KLEIN, N. (2015). *Esto lo cambia todo: el capitalismo contra el clima*. Espanha: Paidós.
- MAX-NEEF, M. et al. (1998). *Desarrollo a escala humana. Conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones*. Barcelona: Editorial Nordand-Comunidad/Icaria Editorial.
- MEADOWS, D. et al. (1972). *Los límites del crecimiento: informe al Club de Roma sobre el predicamento de la Humanidad*. México: Fondo de Cultura Económica.

- POLANYI, K. (1992). *La gran transformación. Los orígenes políticos y económicos de nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica.
- POPPER, K. (1973). *La miseria del historicismo*. Madrid: Alianza Editorial.
- WORLDWATCH INSTITUTE. (2015). *Un mundo frágil. Hacer frente a las amenazas para la sostenibilidad. La situación del mundo 2015*. Barcelona: Icaria Editorial.

PERFIS



ULRICH BRAND

Professor de política internacional da Universidade de Viena. Trabalha como professor pesquisador de Teoria Crítica, Teoria do Estado e de Regulamentação, Ecologia Política, Políticas do Meio Ambiente e de Recursos, Crítica à Globalização Neoliberal e Debates Alternativos (como *decremento* e *pós-extrativismo*). Coeditor da revista *Blätter für Deutsche und Internationale Politik*.



MARKUS WISSEN

Professor de Ciências Sociais da Escola de Economia e Direito de Berlim (HWR). Trabalha como professor pesquisador sobre Teoria Crítica, Teoria do Estado e de Regulamentação, Ecologia Política, Políticas do Meio Ambiente e (Auto)Mobilidade. Há alguns anos trabalha com Ulrich Brand no conceito “modo de vida imperialista”. Membro do comitê editorial da revista *Prokla*.



RAFAEL DOMÍNGUEZ

Catedrático de História e Instituições Econômicas da Universidade de Cantábria, professor do doutorado em Ciências Sociais da Universidade de Salamanca e professor convidado nas universidades do México, Colômbia e Equador. Dirige grupos de pesquisa em Desenvolvimento Humano e Cooperação Internacional (Cátedra Coiba), Cooperação Sul-Sul e Integrações Regionais. Consultor de agências de cooperação internacional e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Conta com mais de duzentas publicações sobre cooperação internacional, desenvolvimento econômico na América Latina, recursos naturais e desenvolvimento alternativo.



SARA CARIA

Docente e pesquisadora do Centro de Economia Pública do Instituto de Altos Estudos Nacionais, Equador. Mestre em Cooperação e Desenvolvimento pela Universidade de Pavia e doutora em Ciências Sociais, com uma menção em Economia pela Universidade de Salamanca, por uma tese sobre “Mudança estrutural e desenvolvimento no Equador”. Conta com importante trajetória em projetos de cooperação internacional, além de vários artigos e capítulos sobre políticas industriais, mudança estrutural e economia do desenvolvimento. Membro do grupo de pesquisa sobre “Cooperação Sul-Sul e Integrações Regionais”, da Rede Espanhola de Estudos do Desenvolvimento.



ALICIA PUYANA MUTIS

Doutora em Economia pela Universidade de Oxford e professora-pesquisadora da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso). Foi professora-visitante do Latin American Centre da Universidade de Oxford, do El Colegio de México e da London School of Economics. Membro do conselho diretivo da International Development Economics Association (IDEAS), da Academia Mexicana de Ciências e membro numerário da Academia Colombiana de Ciências Econômicas e da Academia Mexicana de Economia Política. Tem colaborado com a *Real-World Economics Review*, com a revista *Tendencias* e com o *Efil Journal of Economic Research*.



ÁLVARO CÁLIZ

Escritor e pesquisador social. Doutor em Ciências Sociais, com orientação na gestão do desenvolvimento, pela Universidade Nacional Autônoma de Honduras. Atualmente, faz parte da equipe de trabalho do Projeto *Transformação Socioecológica* da Friedrich-Ebert-Stiftung para a América Latina. Foi coordenador do Relatório Nacional sobre Desenvolvimento Humano (2004), em Honduras, patrocinado pelo PNUD. Membro do Conselho Consultivo do Relatório Estado da Região na América Central, elaborado pelo Programa Estado da Nação, da Costa Rica. Publicou, na América Latina, diversos artigos, livros de análise política e narrações literárias.



HENRY MORA JIMÉNEZ

Professor e pesquisador da Escola de Economia da Universidade Nacional da Costa Rica. Formado em Economia, com mestrado em Política Econômica e doutorado em Ciências Econômicas. Dirigiu sua universidade e foi decano da Faculdade de Ciências Sociais. Deputado da República no período 2014-2018 e presidente da Assembleia Legislativa de 2014 a 2015. Entre sus obras, destaca-se *Hacia una economía para la vida*. Preludio a una segunda crítica de la economía política, que publicou em parceria com Franz Hinkelammert. Diretor da revista *Economía y Sociedad* e membro do Projeto Regional Transformación Social-Ecológica da Friedrich-Ebert-Stiftung para a América Latina.



Existe Vida Além do PIB
Uma crítica aos padrões de concentração e estilos
de desenvolvimento na América Latina



BIBLIOTECA TRANSFORMAÇÃO

O Projeto Transformação Socioecológica da Friedrich-Ebert-Stiftung na América Latina formou um grupo de trabalho regional que reúne notáveis especialistas em América Latina com o objetivo de debater propostas factíveis e realizar intercâmbios de ideias e experiências sobre os desafios comuns. A Biblioteca Transformação é um aporte dessa rede que procura contribuir com análises e propostas para o debate sobre como impulsionar trajetórias de desempenho que sejam socialmente justas e ecologicamente sustentáveis.

«Neste livro encontra-se um debate profundo sobre os limites socioambientais do crescimento e do desenvolvimento da América Latina. Estão delineadas as condições para uma utopia inclusiva capaz de mobilizar a região rumo a uma transformação social e ecológica; além disso, são aprofundados critérios analíticos e normativos para outro estilo de desenvolvimento ou um desenvolvimento alternativo, que respeite o equilíbrio ecossistêmico e que se preocupe com uma vida digna e legítima para todos».

Jeannette Sanchez

Ex-ministra Coordenadora de Desenvolvimento Social
e Ex-ministra Coordenadora de Política Econômica do Equador.